TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ
(EXTINTO)

RELATÓRIO

Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo Governador Dr. José Alves de Albuquerque.

★

1944-1945-1946

353.98(74)
M548
R392

PONTA PORÃ

TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ
(EXTINTO)

RELATÓRIO

Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo Governador Dr. José Alves de Albuquerque.

★

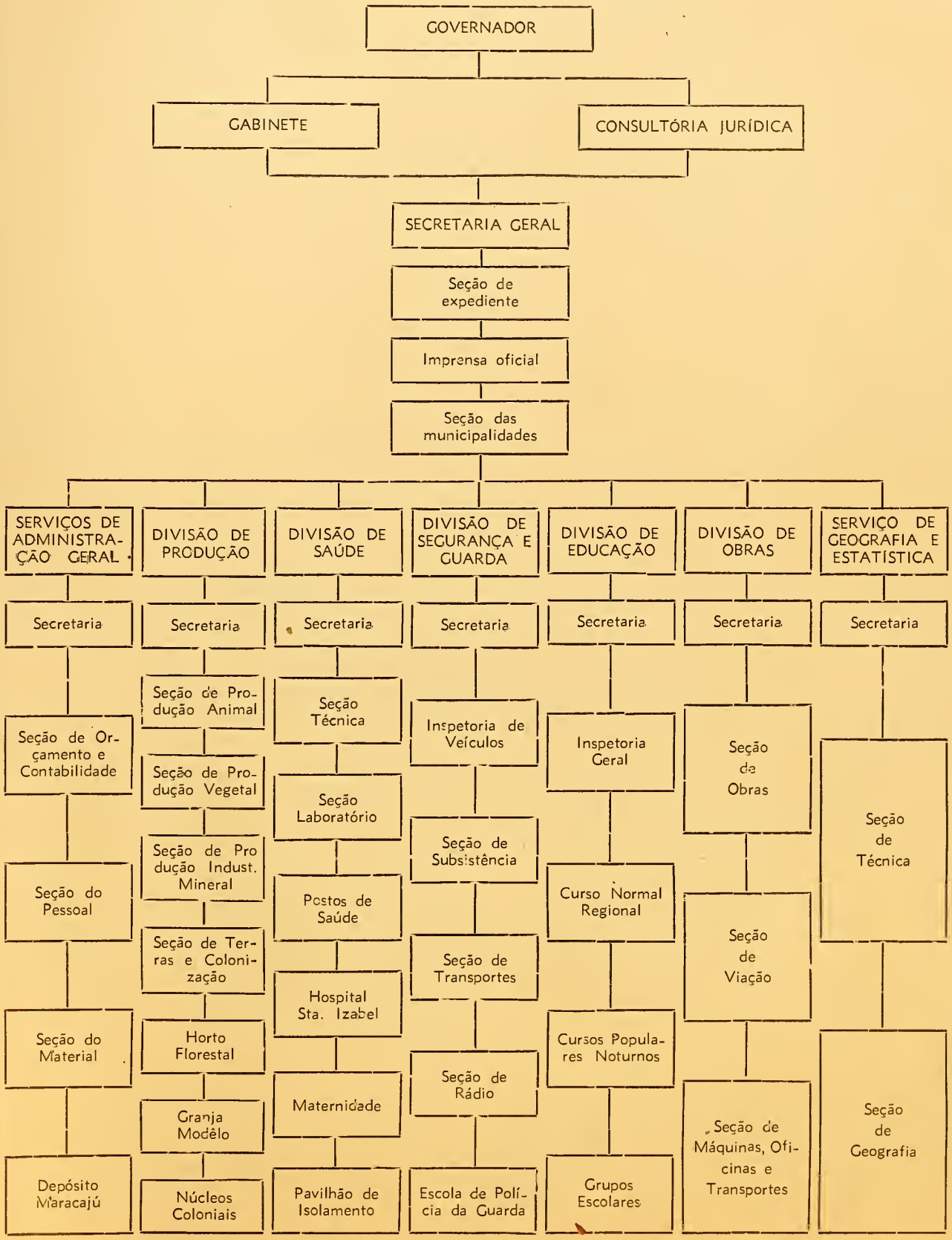
1944-1945-1946

M548

PONTA PORÃ

1706 22 7 48

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ



Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Em cumprimento ao que estabelece o art. 4.º N.º XVI do Decreto-lei n.º 5.839, de 21 de setembro de 1943, vimos trazer a Vossa Excelência o relato sucinto de como se processou a administração do Território Federal de Ponta Porã, recentemente extinto, no período de 1944 até o dia 5 do mês corrente, data em que se efetivou, oficialmente, a entrega a Mato Grosso, daquela unidade, de acôrdo com o dispositivo constitucional.

E' de mister salientar, de início, Excelência, não nos ser possível dar, com detalhes, referências quanto à administração do Snr. Coronel Ramiro Noronha, a mais longa, aliás, abraçando o período que vai da instalação do Território até novembro de 1945. Entretanto, louvando-nos em dados encontrados no arquivo e tendo em conta o Plano de Obras e Equipamentos, organizado inicialmente por aquele oficial e ampliado, posteriormente, em face de estudos realizados no setor de transportes, procuraremos desenvolver, tanto quanto possível, a exposição que se segue, objetivando deixar patente o quanto de útil fôra, àquela região do extremo Oeste de nosso País, a tutela da União, em espaço de tempo limitado apenas a três anos.

PALÁCIO DO GOVÊRNO.

O COVERNADOR LADEADO DE SEU SECRETARIADO.

I — A CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO

A redivisão administrativa do Brasil é assunto que tem merecido acurados estudos de especialistas dos problemas econômicos, dentro da geo-política, uns opinando para que o Território Nacional sofra nova extruturação em suas unidades-membros, tendo por base a equivalência das áreas, limitadas por meridianos e paralelos, a exemplo do que foi feito nos Estados Unidos e, outros, para que essa divisão se fixe em limites naturais, rios e montes, variando as áreas, portanto, de acôrdo com a situação geográfica de cada unidade, nunca ultrapassando, entretanto, a 250.000 quilômetros quadrados.

Sem entrarmos na apreciação minuciosa do assunto, por escapar à finalidade dêste Relatório, não nos furtamos, porém, de salientar a importância que para o País representaria uma nova dedivisão, tanto mais quanto a experiência dos Territórios, em que pese a opinião de testemunhas insuspeitas e o argumento inconteste dos números, positiva de maneira real a vantagem dessa medida.

Quem percorre o País, sertão a dentro, olhos fitos no porvir, observando o deserto imenso que se sucede de quebrada em quebrada, de Norte a Sul, em aproximadamente 4/5 de nosso Território, analisando a situação sem qualquer tendência regionalista, pondo o progresso da Pátria acima de todos os interêsses secundários, por certo concluirá, que a solução de tão sério problema será uma nova redivisão administrativa, pois é máxima antiquíssima, na guerra como na administração, que dividir dificuldades representa vencê-las.

O Decreto-lei n.º 5.812 de 13 de setembro de 1943, foi omisso em considerações que justificassem a medida. E silenciando quanto às razões que levaram o Govêrno de então a criar cinco Territórios ao longo de nossas fronteiras, deixou caminho aberto com a ausência dêsses argumentos, que avultam aos olhos dos brasileiros que tenham visão do conjunto nacional e não apenas da órbita estadual — ao combate de tão útil e patriótica medida, sem dúvida alguma o primeiro passo para a ocupação efetiva dêsses vastos **acúmenos** espalhados Brasil a fora, nos

quais, por certo, riquezas ponderáveis se encontram em estado latente, esperando o amanhã, que tanto tarda, para virem aumentar as possibilidades econômicas do País.

Colonizar o País, apossar-se da imensa porção de solo pátrio que jaz abandonada, improdutiva, desnacionalizada, in natura, é dever precípuo do Govêrno Central, autoridade máxima na execução das leis, e estas, elaboradas sob a imperiosa necessidade de dar ao executivo possibilidades de ação, devem arrimar-se no bem estar coletivo, pondo por terra, e uma vez para sempre, o regionalismo doentio, que inúmeros males tem causado ao progresso ascensional da Nação. Já é tempo de sairmos do litoral onde temos estado como os caranqueijos, a esgravatar o solo árido da orla marítima, costas voltadas ao interior, indiscutivelmente o empório das reservas econômicas nacionais.

Os Territórios representam, não há negar, ao longo das fronteiras, fator indiscutivel de nacionalização, de civilização, enfim. A formação de núcleos, para a fixação de colonos, preferentemente nacionais e aos quais se possibilitasse, além da assistência técnica, assistência social própria para o "habitat" em que tais atividades, agrícola e pastoril, inicialmente se venham a desenvolver, seria a resultante dessa colonização fronteiriça, que não pode e não deve ser descurada, tanto mais quanto nacionalizar importa dizer: povoar, educar, sanear, cultivar, industrializar, civilizar. Com a transformação de regiões até hoje improdutivas, desconhecidas mesmo, em zonas férteis, dadivosas, prósperas, o progresso viria da periferia para o centro, para o sertão, onde novas cidades surgiriam em face do aumento da densidade demográfica. Os Territórios Nacionais, inegavelmente, viriam resolver êstes complexos problemas com a administração federal **in loco,** de par com verbas, senão avultadas, pelo menos na razão direta das necessidades mais prementes de tais regiões. Pensar o contrário é deixar-se levar pelo regionalismo que até hoje, nos Estados de grandes áreas como os do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Goiás, nada, absolutamente nada tem produzido em prol do bem comum, resultante lógica da escassês das verbas de que dispõem aquelas unidades federativas.

O recenseamento de 1940 deixou bem claro o quadro alarmante da distribuição demográfica do País, dando, às duas regiões, Norte e Centro Oeste, com a superficie superior a 64,33% da área total do Brasil, apenas 6,61% da população, em contraste chocante com a área litorânea e sulina que, não abarcando mais de 35,67% do nosso Território, apresenta nada menos de 93,39% do índice demográfico nacional.

A mentalidade do homem da fronteira, sempre displiscente e, até certo ponto, alheio aos interêsses nacionais, com um sentimento de patriotismo muito limitado — mesmo por que, até bem pouco, não lhe chegavam os benefícios do Govêrno em troca dos impostos periodicamente cobrados — vem sendo trabalhada, gradativamente, metódica e ininterruptamente nos Territorios, com a assistência médica, garantia individual, segurança de seus bens e, o mais importante, fator primordial na formação do individuo para que tenha noção da Pátria na acepção do termo — o ensino, distribuido indistintamente, inclusive com todo o material escolar, gratuitamente fornecido às crianças. Êsse aliás, o ponto de capital interêsse para a nacionalização da linha de fronteira e não poderia deixar de ser aqui focalizado, como medida indispensável na formação da mentalidade nacional naqueles invios sertões, onde o homem, herói anônimo de muitas batalhas com o meio em que vive, é bem a sentinela avançada da Pátria, abandonado embora, demarcando, pela língua, os limites de nosso País, mas alheio ao coletivismo, à reunião de todos os esforços individuais, de que resultaria maior vitalidade à região, em uma palavra — sua nacionalização.

De par com a nacionalização da fronteira, a ação administrativa territorial se fazia sentir de maneira a mais afetiva, na repressão ao crime e ao contrabando, para o que mantinha postos de guarda ao longo da faixa lindeira, de que resultou o decréscimo do crime em mais de 70% e o aumento da renda federal originada da exportação da erva-mate, sem que, na mesma proporção, houvesse crescido a produção. E' que, como consequência da repressão ao contrabando, quase tôda a erva elaborada no solo nacional passou a sair após o pagamento dos direitos de exportação, o que importa dizer, aumentando a renda do País e diminuindo a das nações vizinhas que, beneficiadas pelo contrabando, exportavam a mesma erva como produção sua.

A fronteira com o Paraguai, até bem pouco tempo abandonada, transformava-se, dia a dia, em fronteira viva, com atividade várias, das quais,

inegavelmente, é ainda a extração da erva a principal de tôdas.

O serviço de vigilância desenvolvido pelo Govêrno territorial, visando evitar o contrabando, foi enorme e recondecido por tôdos, falando os números de maneira a mais eloquente. No entanto, a ação da Guarda Territorial se fazia sentir sem o auxílio de guardas-fiscais aduaneiros, como seria lógico, por que, ante a sua organização, não dispunha a Guarda de prerrogativas inerentes àqueles. Estudava o Govêrno uma fórmula pela qual, nos postos da Guarda, estivessem, também, os guardas aduaneiros, atendidos e garantidos nos seus atos, pelos Guardas do Território. Disso importaria diminuição de despesa para a Nação e maior segurança na aplicação das medidas fiscais. Nêsse particular, chegamos mesmo a enviar expediente ao Snr. Ministro da Fazenda, quando tivemos de nos manifestar a respeito da criação de postos fiscais, nos pontos chaves da fronteira, nos quais já mantinhamos guardas territoriais.

Nêsse expediente, frizavamos, também, como medida completiva, a necessidade do alfandegamento da Mesa de Rendas de 1.ª Ordem de Ponta Porã, lembrano ainda a urgência de que novas e condignas instalações lhe fossem dadas, bem assim completado o seu quadro de servidores, exíguo de todo ao enorme trabalho alí efetuado.

Para ampliar e melhor possibilitar a repressão ao contrabando, havia o Govêrno mandado construir lanchas apropriadas ao patrulhamento da linha molhada fronteira com o Paraguai, no rio de igual nome e, já agora, deveriam estar essas embarcações sendo empregadas em tais serviços, bem assim no transporte de funcionários do Território, médicos, engenheiros, inspetores escolares, agrônomos, etc., quando viajassem a serviço, naquela zona. Em face da extinção do Território, estas lanchas, por despacho de Vossa Excelência, foram entregues à administração do Território do Acre onde, por certo, irão prestar serviços relevantíssimos. E' oportuno salientar que, além dessas lanchas, dispunha o Território de enorme cópia de material para a sua Guarda montada, arreiamento êste, juntamente com tôdo o armamento da Guarda, inclusive metralhadoras, entregue, há pouco mais de um mês, à 9.ª Região Militar, por ordem de Vossa Excelência.

No intuito de possibilitar, realmente, o máximo conforto e segurança aos habitantes afastados dos centros populosos e visando assegurar aos postos de guardas providências urgentes através de ligações fáceis, cuidou o Govêrno de instalar uma rêde de rádio-telegafia, para o que adquiriu nada menos que 21 estações emissoras-receptoras. Uma dessas, com a potência de 1.000 wats. seria instalada em Ponta Porã, Capital do Território e diretamente ligada à Polícia do Distrito Federal. As demais, com a potência de 350 wats., eram destinadas às sédes dos municípios e aos postos de guardas, como dissemos linhas acima. Essa rêde prestaria serviço relevantíssimo à região ,facilitando, também, as ligações com os postos de saúde e as escolas espalhadas em tôdo o Território, como veremos nos capítulos que se seguem.

Completando o que podemos chamar de segurança da fronteira, criara o Govêrno o Serviço Aéreo Territorial. De início, dispunha apenas de um avião, que atendia a chamados urgentes do interior, na maioria das vêzes para transporte rápido de doentes, da campanha para o hospital da Capital.

Seria possível ao Estado de Mato Grosso, com suas rendas diminutas, insuficientes aos encargos normais da administração, tomar tantas providências em prol da nacionalização da fronteira?... É, se em vez de apenas cinco, vários fossem os Territórios criados, não teriamos, dentro de poucos anos, verificado que naquelas longínquas regiões o homem deixaria de ser um pária para tornar-se um cidadão útil a si e à Pátria?... Êsses Territórios, sob a ação direta do Govêrno Central, com vastos programas de atividades — transporte, produção, assistência social, segurança, etc., não se transformariam, dentro de poucos anos, em novos Estados?... Quanto a Ponta Porã, não nos arreceiamos em dizer que, se houvesse continuado, teria tôdas as probabilidades de figurar em nossa bandeira, dentro talvez de uma década, como unidade-membro da Federação.

A criação dos Territórios, não se pode deixar de reconhecer, veio ao encontro dos anseios das populações abandonadas de nossas fronteiras, trazendo-lhes segurança, assistência médica, educacional e social, representando, indiscutivelmente, papel saliente na posse efetiva da terra do extremo Oeste do País, com a fixação de colonos assistidos de perto pelo Govêrno. Foi, pois, medida eminentemente nacional e de grande alcance nos dias porvindouros para os que, naque-

las regiões, vegetavam, apenas, começando agora a viver dentro do conforto, sobretudo moral, da civilização.

II — O PLANO QUINQUENAL DE OBRAS E EQUIPAMENTOS — A SUA EXECUÇÃO

Instalado o Território em 1944, cuidou o Govêrno de então de organizar um Plano Quinquenal, programando no mesmo diversas obras de vulto: — prédios para escolas, postos de saúde e postos de guardas, postos zootécnicos, cadeias, prefeituras e sub-prefeituras, foruns e cartórios, hoteis, hospedarias para imigrantes, centros operários, mercados, clubes sociais e até cinemas. O Plano em suas linhas gerais, desenvolvia-se pelos setores: educação, saúde, segurança pública, administração, serviços públicos, assistência social, desenvolvimento da produção, justiça e diversas obras avulsas, nas quais se achavam pontes, armazéns, depósitos, cinemas, etc.

Apresentado ao Govêrno em setembro de 1945, deu origem ao processo sob n.º 1.128/45 (DIG), seguindo então os trámites normais, por diversos departamentos técnicos, tendo merecido pareceres favoráveis do Dasp, recebendo, finalmente, parecer do Ministério da Fazenda de que, "em face dos dispositivos do Decreto-lei n.º 9.170, de 12-4-46, qualquer providência a ser tomada, relativamente a obras deve aguardar a decisão do Chefe do Govêrno, frente aos relatórios que terão que apresentar os Ministérios sôbre a conveniência de serem as mesmas iniciadas ou adiadas em seu prosseguimento".

Do Ministério da Fazenda, voltou o processo novamente ao da Justiça, em maio de 1946. Mas, a essa época, já o Snr. Presidente da República, atendendo ao pedido do Govêrno para que lhe fosse dada a verba necessária à execução do Plano, no ano citado, havia, por despacho de 22 de abril publicado no "Diário Official" de 6 de maio, às páginas 6.730, autorizado a realização das obras, para aquele exercício, com alguns cortes e modificações, entretanto, no plano de origem, ficando muitas das obras programadas, para posterior execução. Assim, foram canceladas, provisoriamente, as construções do Hotel, Centro Operarário, Quartel da Guarda e Escola Normal, como medida de economia, em face da situação econômica do País não comportar tais gastos, no momento. O Plano, em si, sofreu várias modificações e, extinto o Território, se achava o processo, ainda para novos estudos, na Divisão de Obras do Ministério. Mesmo assim, muitas das obras iniciadas nas administrações Noronha e Guiomar dos Santos, tiveram andamento e foram a seu termo, conforme explanação que faremos no capítulo sôbre obras deste Relatório. Releva notar, entretanto, que, em rigor, sómente em fins de 1945, já na administração Guiomard dos Santos, foi possível a programação metódica dos trabalhos para execução do Plano, uma vez que a verba respectiva para aquele ano, custou a ser posta à disposição do Governador. Para o ano de 1946, entretanto, a verba só nos foi entregue em fins de agôsto, não tendo havido, consequentemente, tempo para início das obras especificadas para o referido exercício, em virtude da extinção do Território, logo no mês seguinte.

O Plano Quinquenal, se bem que visasse à execução de vários empreendimentos, dependia, entretanto, das mutações de verbas, isto é, estava sujeito às dotações orçamentárias, o que importa dizer, oscilaria a sua execução, na razão direta do crédito concedido anualmente. Daí, pois, a morosidade nessa execução, de que é exemplo frizante o programa elaborado para 1946, na previsão orçamentárai de Cr$ ..... 26.403.300,00, importância esta reduzida, na lei de meios para o referido ano, a Cr$ ..... 7.700.000,00, sofrendo posteriormente, ainda novo corte, para ser posta à disposição do Govêrno, como dissemos, já em fins de agôsto, apenas a quantia de Cr$ 3.826.791,60. E' oportuno salientar aqui, Excelência, que a demora na entrega da importância correspondente a cada exercício, ocasionava sérios embaraços à administração, de vez que o orçamento de cada obra, levado a efeito no ano anterior, resultava majorado de muito, em face do aumento vertiginoso do preço das utilidades e não de obra. Assim, pois, a verba para as obras que deveriam ser iniciadas nos princípios de 1946, sòmente em agôsto e nos últimos dias dêsse mês, foi entregue ao Govêrno, após ter o respectivo processo percorrido, morosamente, os canais competentes, em uma burocracia que alarma o administrador e estiola as iniciativas. Com tamanho embaraço à bôa marcha do serviço, o Plano Quinquenal, que deveria estar findo no máximo em 1949, alargar-se-ia até 1955, não temos disso a menor dúvida, dentro, rigorosamente, das dotações orçamentárias, concedidas com o corte sistemático de 2/3, de que resultava, pois, a protelação de obras julgadas inadiáveis, como aconteceu no ano findo,

em relação ao prédio da Escola Normal, cujo Curso foi instalado, como veremos adiante, em prédio impróprio, antipedagógico, adaptado à pressa e acandado aos fins a que se destinava. Cabe aqui salientar, Excelência, e o fazemos visando ao bem estar e êxito da administração dos demais Territórios que permaneceram incólumes à ação prejudicial do regionalismo, que se torna necessário dar o Poder Central maiores facilidades aos administradores dessas unidades, de cunho eminentemente colonial, não ficando os governadores sujeitos a delongas e esperas nos corredores e salas dos Ministérios, às voltas com os contínuos, como comumente acontece. Delegados diretos que são da confiança do Presidente da República, por certo necessitam ter ação, liberdade de iniciativa, para o que se torna indispensável o preparo de leis especiais que lhes possibilitem certas prerrogativas, ligadas diretamente às soluções de vários e complexos problemas locais, de maneira a evitar as constantes consultas aos Ministérios, especialmente ao da Justiça e as vindas, quase obrigatórias, a esta Capital, onde ficam, em geral, mêses seguidos, no labirinto da burocracia, resolvendo casos e mais casos, com prejuizo da administração de suas unidades. Dêsse estado de cousas resulta a situação algo embaraçosa para o Governador, junto aos seus jurisdicionados, que não se acham a par da necessidade dessas viagens ao Rio de Janeiro e, de raciocínio fácil, julgam-nas como simples passeios, porque o **Governador gosta da Capital Federal** quando, na realidade, em face de não dispormos de uma legislação adequada a essas unidades, aquí é que se resolvem tôdas as questões ligadas à administração territorial.

Feita esta digressão que julgamos necessária, passemos à análise, dentro dos números, do Plano Quinquenal, o qual, se executado, traria, àquela ubérrima região, mésses de benefícios tais que lhe possibilitariam progresso continuiado, estável, seguro, nos setores da educação, saúde, saneamento, produção, transporte, colonização, enfim.

O Plano, com orçamentos realizados em 1945, alcançaria a elevada soma de Cr$ ..... 116.668.660,00, estimativa aproximada, aliás, e deveria ser dividida, ano a ano, da seguinte maneira: 1945, Cr$ 11.007.660,00; 1946, Cr$ 26.403.300,00; 1047, Cr$ 24.807.700,00; 1948, Cr$ 25.550.000,00 e 1949, Cr$ ..... 28.900.000,00. Vejamos, por setores, como seria aplicada a quantia total destinada ao Plano: **Educação,** Cr$ 11.792.100,00; **Saúde,** Cr$ 6.270.160,00; **Segurança Pública,** Cr$ ..... 6.630.400,00; **Administração,** (prédios para instalações da administração) Cr$. ..... 12.210.000,00; **Serviços públicos urbanos,** Cr$ 57.000.000,00 (em tôdos os sete municípios); **Assistência social,** Cr$ 746.000,00; **Fomento de Produção,** Cr$ 3.000.000,00; **Justiça,** (construção de prédios para foruns e cartórios, etc.) Cr$ 5.100.000,00 e **Diversos,** (obras avulssa) Cr$ 13.920.000,00. Estas parcelas mencionadas por setores, seriam distribuidas, por exercícios, da seguinte maneira: **Educação** — Cr$ ..... 2.957.100,00; 1946, Cr$ 5.757.300,00; 1947, Cr$ 2.127.700,00 e em 1948, Cr$ 950.000,00, terminando nesse ano, as obras deste setor; **Saúde** — 1945, Cr$ 1.524.560,00; 1946, Cr$ ..... 1.295.600,00; 1948, Cr$ 950.000,00 e em 1949, Cr$ 2.500.000,00, não se iniciando obras novas, neste setor, em 1947. **Segurança Publica** — 1945, Cr$ 1.720.000,00; 1946, Cr$ ..... 3.980.400,00; 1947, Cr$ 930.000,00, ano em que estariam terminadas as obras neste setor. **Administração** — 1946, Cr$ 3.810.000,00; 1947, Cr$ 4.250.000,00; 1948, Cr$ ..... 2.650.000,00; 1949, Cr$ 1.500.000,00, importância está destinada ao Palácio do Govêrno, última obra que seria realizada no setor Administração. **Serviços públicos urbanos** — 1946, Cr$ 3.000.000,00; 1947, Cr$ 12.000.000,00; 1948, Cr$ 21.000.000,00; e em 1949, Cr$ 21.000.000,0; **Assistência social** — 1945, Cr$ 746.000,00; **Fomento da Produção** — 1946, Cr$ 3.000.000,00; **Justiça** — 1946, Cr$ .... 3.600.000,00 e em 1947, Cr$ 1.500.000,00. **Diversos** — 1945, Cr$ 4.060.000,00; 1946, Cr$ 1.960.000,00; 1947, Cr$ 5.500.000,00 e em 1949, Cr$ 2.400.000,00, não sendo iniciadas obras novas neste setor, em 1948. Esta programação, no entanto, em face dos cortes a que acima nos referimos e guardadas as proporções das quantias que foram entregues ao Govêrno, Cr$ 7.500.000,00 para 1945 e Cr$ ..... 3.826.791,604, para 1946, seria prolongada, em média, até o ano de 1955 ou mais, sendo importante salientar que, a essa época, tal previsão não poderia vigorar nas mesmas bases, como resultante lógica do encarecimento das utilidades e mão de obra. Resta acrescentar, ainda, que era nosso desejo ampliar o Plano, antes de sua aprovação final, no total, incluindo as obras destinadas à instalação de uma fazenda modelo,

assunto de que nos ocuparemos no capítulo **Desenvolvimento da Produção.**

Além das obras previstas no Plano de Obras e Equipamentos, propriamente dito, outras foram programadas e executadas, sendo paralizadas as que ainda se achavam em andamento, a 31 de dezembro findo. No capítulo sôbre Obras, serão mencionadas, detalhadamente, as que foram levadas a termo, de maneira que possa Vossa Excelência avaliar, cabalmente, de como se houve a administração territorial em tão importante setor, no período de 1944 a 1946. Nos quadros constantes do relatório da Divisão de Obras, estão minuciosamente esplanados os dados indispensáveis a respeito das obras realizadas, em realização e por realizar, previstas no Plano em causa. Finalizando êste Capítulo, transcreveremos as relações de tôdas as obras que deveriam ser executadas, ano a ano, no quinquênio previsto.

Essas obras a longo prazo, embora ofereçam o inconveniente de ficarem sujeitas às oscilações sempre para mais do preço das utilidades, com modificações, consequentemente, nos orçamentos anuais, trazem a vantagem indiscutível da continuidade na execução ,em face das substituições dos governadores, como sóe acontecer.

PROGRAMA DE OBRAS PARA O ANO DE 1945

MARACAJÚ (Capital)		
Séde:		
Posto de higiene I ..	607.200,00	
Hotel	1.560.000,00	
Bairro da Estação		
Escola c/1 sala de aula	160.200,00	2.327.400,00
PONTA PORÃ		
Séde:		
Centro Operário	436.000,00	
Ampliação do Hospital existente	350.000,00	
Legião Brasileira de Assistência	150.000,00	
Casa da Criança	160.000,00	
Posto de Higiene II .	189.120,00	
Santo Tomás		
Escola c/1 sala de aula	160.200,00	
Amambaí		
Grupo Escolar c/4 salas de aula	655.000,00	
Quartel da Guarda Territorial	430.000,00	2.530.320,00
DOURADOS		
Séde:		
Grupo Escolar c/6 salas de aula	920.000,00	
Quartel da Guarda Territorial	430.000,00	
Posto de Higiene II .	189.120,00	1.539.120,00
MIRANDA		
Séde:		
Ponte sôbre o Rio Miranda	2.500.000,00	
Posto de Higiene II .	189.120,00	
Quartel da Guarda Territorial	430.000,00	
Escola c/2 salas de aula	406.700,00	
Calcínia		
Grupo Escolar c/4 salas de aula	655.000,00	
Quartel da Guarda Territorial	430.000,00	4.610.820,00
TOTAL		11.007.660,00

PROGRAMA DE OBRAS PARA O ANO DE 1946

MARACAJÚ (Capital)		
Séde:		
Administração Geral ..	1.250.000,00	
Divisão de Segurança e Quartel da Guarda Territorial	1.760.400,00	
Divisão de Obras ...	950.000,00	
Escola Normal e Grupo Escolar c/6 salas de aula	3.576.000,00	
Forum e Cartórios ..	900.000,00	
Imprensa Oficial e Estação rádio Difusôra	950.000,00	
Posto Zootécnico ...	750.000,00	
Estudos e Projetos da rede de Água, Esgotos e Eletricidade	500.000,00	
Bairro Água Fria		
Escola c/1 sala de aula	160.200,00	
Hervâria		
Quartel da Guarda Territorial	250.000,00	11.046.600,00
PONTA PORÃ		
Séde:		
Forum e Cartórios ..	900.000,00	
Posto Zootécnico	750.000,00	
Estudos e Projétos das rêdes de Água, Esgotos e Eletricidade	500.000,00	
Amambaí		
Sub-Prefeitura	220.000,00	
Posto de Higiene II .	189.120,00	
Antonio João		
Escola c/2 salas de aula	406.700,00	
Quartel da Guarda Territorial	430.000,00	
Sanga Puitã:		
Escola c/2 salas de aula	406.700,00	
Iguatemi		
Escola c/2 salas de aula	406.700,00	
Quartel da Guarda Territorial	430.000,00	4.639.220,00

NIOAQUE

Séde:

Quartel da Guarda Territorial	430.000,00	
Posto de Higiene II .	189.120,00	
Estudos e Projetos das Instalações	500.000,00	
Guia Lopes		
Posto Zootécnico ...	750.000,00	1.869.120,00

PORTO MURTINHO

Séde:

Forum e Cartórios ..	900.000,00	
Estudos e Projétos das instalações de Águas, Esgotos e Eletricidade	500.000,00	
Posto de Higiene II .	189.120,00	1.589. 0,00

DOURADOS

Séde:

Hotel	1.560.000,00	
Estudos e Projétos das instalações de Águas, Esgotos e Eletricidade	500.000,00	
Cabeceira Alegre		
Escola c/1 sala de aula	160.500,00	
Caarapó		
Escola c/1 sala de aula	160.200,00	
Colônia Municipal		
Escola c/1 sala de aula	160.200,00	2.540.600,00

BELA VISTA

Séde:

Ampliação do Hospital	350.000,00	
Forum e Cartórios ..	900.000,00	
Posto de Higiene ..	189.120,00	
Estudos e Projétos das instalações	500.000,00	
Perdidos		
Escola c/1 sala de aula	160.200,00	
Quartel da Guarda Territorial	250.000,00	
Boqueirão		
Escola c/1 sala de aula	160.200,00	2.509.520,00

MIRANDA

Porto Esperança

Sub-Prefeitura	220.000,00	
Quartel da Guarda Territorial	430.000,00	
Ponte de Acostamento e Armazem	400.000,00	
Calcínia		
Suz-Preefitura	220.000,00	
Posto Zootécnico	750.000,00	
Posto de Higiene ...	189.120,00	2.209.120,00
TOTAL		26.403.300,00

PROGRAMA DE OBRAS PARA O ANO DE 1947

MARACAJÚ (Capital)

Séde:

Prefeitura Municipal .	850.000,00	
Cinema	1.000.000,00	
Clube social	600.000.00	
Início das rêdes gerais de Água, Esgôtos e Eletricidade	3.000.000,00	5.450.000,00

PONTA PORÃ

Séde:

Mercado	400.000,00	
Início das rêdes gerais de Água e Esgôtos e Eletricidade	3.000.000,00	
Amambaí		
Clube social	400.000,00	
Sanga Puitã		
Escola c/1 sala de aula	406.700,00	
Porteira Ortiz		
Escola c/1 sala de aula	160.200,00	
Quartel da Guarda Territorial	250.000,00	
Lagunita		
Escola c/1 sala de aula	160.200,00	
Cabeceira do Apa		
Escola c/ sala de aula	160.200,00	
Envernadina Saldanha		
Escola c/1 sala de aula	160.200,00	
Rincão de Júlio		
Quartel da Guarda Territorial	250.000,00	
Pirajuí		
Quartel da Guarda Territorial	430.000,00	
Bocajú		
Escola c/1 sala de aula	160.200,00	5.937.700,00

DOURADOS

Séde

Prefeitura	850.000,00	
Clube Social	400.000,00	
Mercado	300.000,00	
Início das rêdes gerais de Água, Esgotos e Eletricidade	3.000.000,00	4.550.000,00

NIOAQUE

Séde

Prefeitura	850.000,00	
Clube Social	400.000,00	
Início das rêdes gerais de Água, Esgotos e Eletricidade	3.000.000,00	
Guia Lopes		
Clube Social	300.000,00	4.850.000,00

MIRANDA		
Séde		
Mercado	300.000,00	
Calcínia		
Clube Social	400.000,00	700.000,00
PORTO MURTINHO		
Séde:		
Clube Social	400.000,00	
Prefeitura	850.000,00	1.250.000,00
BELA VISTA		
Séde:		
Mercado	300.000,00	
Prefeitura Municipal .	850.000,00	
Grupo Escolar c/6 salas de aula	920.000,00	2.070.000,00
TOTAL		24.807.700,00

PROGRAMA DE OBRAS PARA O ANO DE 1948

MARACAJÚ (Capital)		
Séde:		
Divisão de Saúde ..	950.000,00	
Divisão de Terras e Colonização	950.000,00	
Divisão de Educação e Cultura	950.000,00	
Prosseguimento das rêdes gerais de Água, Esgotos e Eletricidade	3.000.000,00	5.850.000,00
PONTA PORÃ		
Séde:		
Prefeitura Municipal .	850.000,00	
Prosseguimento das rêdes gerais de Água, Esgotos e Eletricidade	3.000.000,00	3.850.000,00
DOURADOS		
Séde:		
Prosseguimento das rêdes gerais de Água, Esgotos e Eletricicidade		3.000.000,00
NIOAQUE		
Séde:		
Prosseguimento das rêdes gerais de Água, Esgotos e Eletricicidade		3.000.000,00
BELA VISA		
Séde:		
Início das rêdes gerais de Água, Esgotos e Eletricidade		3.000.000,00
MIRANDA		
Séde:		
Prefeitura Municipal .	850.000,00	
Início das rêdes gerais de Água, Esgotos e Eletricidade	3.000.000,00	3.850.000,00
PORTO MURTINHO		
Séde:		
Início das rêdes gerais de Água, Esgotos e Eletricidade		3.000.000,00
TOTAL		25.550.000,00

PROGRAMA DE OBRAS PARA O ANO DE 1949

MARACAJÚ (Capital)		
Séde:		
Palácio do Govêrno ..	1.500.000,00	
Penitenciária	1.500.000,00	
Hospital Central	2.500.000,00	
Prosseguimento das rêdes gerais de Água, Esgotos e Eletricidade	3.000.000,00	8.500.000,00
PONTA PORÃ		
Séde:		
Prosseguimento das rêdes gerais de Água, Esgotos e Eletricicidade		3.000.000,00
DOURADOS		
Séde:		
Cinema	800.000,00	
Prosseguimento das rêdes gerais de Água, Esgotos e Eletricidade	3.000.000,00	3.800.000,00
MIRANDA		
Séde:		
Prosseguimento das rêdes gerais de Água, Esgotos e Eletricicidade		3.000.000,00
NIOAQUE		
Séde:		
Cinema	800.000,00	
Prosseguimento das rêdes gerais de Água, Esgotos e Eletricidade	3.000.000,00	3.800.000,00
BELA VISTA		
Séde:		
Prosseguimento das rêdes gerais de Água, Esgotos e Eletricicidade		3.000.000,00
PORTO MURTINHO		
Séde:		
Cinema	800.000,00	
Prosseguimento das rêdes gerais de Água, Esgotos e Eletricicidade	3.000.000,00	3.800.000,00
TOTAL		28.900.000,00

III — PLANO RODOVIÁRIO — SUA EXECUÇÃO

O Território de Ponta Porã apresenta condições especialíssimas em relação à fisiogeografia de sua área, cujo polígono alcança, aproximadamente, 108.882 Ks2., desenvolvendo-se em zonas de baixadas, sujeitas às alegações e em regiões de matas, com cota que oscila de 100 a 350 metros, acentuando-se, finalmente, o planalto, formado pelas serras de Amambaí e Maracajú, a primeira com predominância de campos, enquanto na segunda as matas se apresentam imponentes, marginando os rios, em larga orla, numa altitude que atinge a mais de 600 metros, de que resulta gozar-se ali de um dos melhores climas do Brasil.

O sistema hidrográfico do Território recentemente extinto, é constituido por dois rios principais, o Paraguai ao Norte e ao Oeste, e o Paraná na parte Suleste. Com os afluentes principais dêsses dois grandes rios, notável se torna, não resta dúvida, a rêde hidrográfica que banha a região, sem que ofereça, no entanto, no percurso de tôdos os rios, grandes possibilidades de navegação, a não ser nos baixos cursos dos rios Dourados, Ivinheima, Brilhante, Amambaí e Iguatemi, de que provem a importância da estrada de rodagem, no momento a máxima aspiração dos que labutam naquele fertil e futuroso pedaço de nosso Brasil, cujo progresso será a resultante da construção de sua rêde rodoviária, em conexão com a hidrográfica.

Sem verbas próprias e máquinas necessárias a tal realização, pouco foi possível fazer-se, nesse sentido, no Território. No entanto, na medida do possível, e visando garantir, pelo menos, o tráfego de caminhões com carga, sobretudo entre Maracajú, Dourados e Ponta Porã, cuidaram tôdos os três administradores do Território, com esforços ingentes, de melhorar as pistas existentes, abrindo outras, como as que ligam Dourados a Ponta Porã e Dourados a Maracajú, construindo ainda várias pontes que facilitaram, de muito, as viagens pelo interior, encurtando as distâncias, pois que, antes, tais viagens eram feitas contornando as cabeceiras dos cursos dágua por falta de pontes em lugares convenientes.

Como complemento do Plano Quinquenal, pois, ao assumirmos o Govêrno do Território, organizamos o Plano Rodoviário, objetivando, dessa maneira, possibilitar transporte seguro aos recantos mais afastados da região, promovendo, assim, a penetração e fixação do homem, que redundaria na ocupação real de enormes tratos de terras até hoje em completo abandono. Concomitantemente conseguiriamos ligação com os mercados platinos e, encurtando as distâncias, com as pracas de São Paulo e Rio de Janeiro, como salientaremos linhas adiante.

Notamos, de logo, não ser possível a construção de estradas, na amplitude do termo, sem verbas próprias para tal empreendimento e, para conseguí-las, indispensável seria a organização de um Plano Rodoviário que, submetido à aprovação do Poder Central, se entrosasse com o grande Plano Rodoviário Nacional.

Para essa organização tornou-se mistér estudo preliminar das necessidades prementes da região, tendo-se em conta a situação demográfica, as possibilidades econômicas, mercado consumidor, núcleos coloniais, bem assim a segurança nacional, ao longo da faixa lindeira, visando ainda, o combate ao contrabando, mediante transporte rápido, em ação preventiva e repressora. Estradas de penetração foram traçadas, com irradiações secundárias, tendo por escôpo a ligação do Norte ao Sul do Território, como demonstraremos a seguir.

Submetido o Plano ao estudo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, foi aprovado pelo respectivo Conselho e, finalmente, por Vossa Excelência, sem ter sofrido qualquer modificação, sendo, aliás, citado como exemplo a ser seguido pelos demais Territórios. Em consequência, foi firmado com o mencionado Departamento, em 12 de julho de 1946, um acôrdo pelo qual receberia o Território auxílio trimestral, variavel na razão direta da arrecadação do fundo rodoviário e tendo em conta o consumo de combustíveis líquidos, a área e a densidade demográfica da região.

Objetivou o Govêrno, logo após ter recebido a primeira cota, atacar sem mais delongas, a construção da estrada Ponta Porã-Amambai, rumo ao Sul, buscando, posteriormente, a povoação de Paranhos, na fronteira com o Paraguai, visando beneficiar os nossos patrícios que, ali, sentinelas avançadas, se fixaram e vivem abandonados do poder público, entregues, na sua maioria, ao extrativismo da erva-mate. Essa estrada, no entanto, com a extinção do Território, ficou paralizada, tendo alcançado a povoação de Sanga Puitã, com tôdos os seus serviços ultimados: movimento de terra, aterros, compressão e encas-

PLAINADEIRA EMPREGADA NO SERVIÇO DE ESTRADAS.

UM DOS ACAMPAMENTOS DO SERVIÇO DE ESTRADAS.

calhamento numa extensão de 12 quilômetros. A locação da estrada, entretanto, avançou até bem próximo do rio Amambaí, ficando por ultimar os trabalhos d gabinete, nesse segundo trecho.

Em linhas gerais, embora, passamos a analizar a rêde rodoviária que, dentro aproximadamente de seis anos, se houvesse numerário suficiente, seria espalhada na área correspondente ao Território extinto.

Buscando a ponta de trilhos da Sorocabana, Porto Epitácio, de que resultaria mais fácil ligação com São Paulo, Rio, foi projetada a estrada que, partindo de Dourados, iria terminar em Porto 15, no rio Paraná, com um desenvolvimento de 525 quilômetros. Outra estrada de penetração, buscando ainda o rio Paraná, partiria de Amambai e terminaria em Porto Oculto, no rio Iguatemi, afluente do Paraiá e perfeitamente navegavel, até o ponto citado, para servir de escoamento a grande parte da produção da erva-mate, beneficiando muitissimo aos que se entregam a êsse mister. De Laguna-Porã, fazendo entroncamento com a estrada acima referida, partiria um outro ramal, para atingir o rio Paraná no porto D. Carlos. Cortando o Território de Norte a Sul, seria construida uma estrada interna, que partindo de Miranda ligaria sucessivamente, as cidades de Nioaque, Maracajú e Dourados, indo terminar em Porto Felicidade, sôbre o rio Amambaí, o que importa dizer: ligação entre as bacias do Paraná e do Paraguai, em conexão com a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. De Miranda, ainda, uma nova estrada viria buscar Ponta Porã, passando pelas povoações de Rincão Bonito, Guia Lopes da Laguna e Cabeceira do Apa, com um ramal que iria até Bela Vista. De Porto Murtinho, sôbre o rio Paraguai, partiria outra estrada com ponto terminal em Ponta Porã, passando por São Roque, Brejão, Caracol e Bela Vista, garantindo, assim, a ligação com a bacia do Prata, Norte de Mato Grosso e até a Bolívia. Várias estradas secundárias, ligando as estradas-tronco entre si, facilitariam o transporte dos principais produtos do Território, principalmente da erva-mate.

O desenvolvimento dessa vasta rêde atingiria, calcuadamente, 2.300 quilômetros, para

OPERÁRIOS E VEÍCULOS EMPREGADOS NO SERVIÇO DE MOVIMENTAÇÃO DE TERRA, NA ABERTURA DE ESTRADAS.

DUAS ÉPOCAS: ESTRADA FEITA PELAS CARRETAS E ESTRADA ABERTA POR MÁQUINAS.

cujo empreendimento seria necessária a elevada soma de Cr$ 57.500.000,00, tendo-se como base, para cada quilômetro, a despesa de Cr$ 25.000,00, já incluidas as obras de arte, evitadas tanto quanto possível, de vez que os traçados seriam, em sua maioria, procurando os espigões e tendo-se em conta, também, grandes regiões de campo aberto.

O despovoamento que se vem verificando, dia a dia, do interior de nosso País, com o adensamento demográfico das cidades e consequente desiquilíbrio da vida econômica interna e a elevação do custo de vida nos grandes centros, é uma resultante da falta de transporte, inegavelmente o problema básico e cuja solução se impõe o quanto antes, para que se positive o progresso nacional, com a instalação segura de colônias pelo interior, em regiões de grandes possibilidades e que apenas aguardam o amanho da terra para produzirem fartamente.

Por certo, abrir estradas, na acepção do termo, requer numerário suficiente, matreial rodante, máquinas e tôda uma aparelhagem custosa, sem falar nos técnicos, dia a dia, mais raros para tais empreendimentos. Mas, se não iniciarmos a execucao do que já se tem programado, embora para concretização a longo prazo, persistiremos no êrro das administrações passadas, que deixavam de lado os planos de longa execução, para atacarem aqueles que, de logo, dessem ao administrador prestígio local, em face das realizações levadas a efeito nesta ou naquela cidade. O problema rodoviário nacional não será de uma administração, de cinco ou dez anos e, sim, de algumas décadas. Impõe-se entretanto levá-lo avante, gradativamente, sucessivamente, metódicamente, sem alardes, com verbas embora pequenas, dentro das possibilidades do Tesouro, pondo de lado realizaçeõs suntuosas nas capitais, verdadeiras salas de visita, mas levando a efeito, aos poucos que seja, essa obra eminentemente nacional, alicerce seguro que seja, do nosso porvir: ligar o interior com o litoral, a campanha com os centros civilizados, o Oeste com o Éste, o Norte com o Sul.

Assim seria a execução do Plano Rodoviário

ABERTURA DA ESTRADA PONTA PORÃ-AMAMBAÍ.
(Acôrdo com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem).

DETALHE DA ESTRADA PONTA PORÃ-AMAMBAÍ.

OUTRO TRECHO DA ESTRADA PONTA PORÃ-AMAMBAI.

UM DOS BOEIROS DE CONCRETO

ATERRO DE ACESSO À PONTE SÔBRE O RIO BRILHANTE, ENTRE MARACAJÚ E CAIUÁS.

TRECHO DA ESTRADA DE DOURADOS A MARACAJÚ.

do Território de Ponta Porã. Iniciada que foi, em fins do ano passado, não pararia mais, avançando palmo a palmo, embora, dentro dos recursos orçamentários, para o que, tôdas os anos, solicitariamos do Poder Central, os recursos necessários.

Para o ano em curso, haviamos feito a nossa proposta orçamentária com a estimativa de, apenas, Cr$ 10.000.000,00, com os quais completariamos o trecho Ponta Porã-Amambaí e Amambaí-Paranhos, iniciado em fins de 1946, como dissemos linhas atrás, e começariamos a Estrada Ponta Porã-Maracajú, hoje quase impraticavel. A estrada que iniciamos de Ponta Porã-Amambaí, inegavelmente a de maior importância, no momento, traria como resultado imediato, a ocupação de enorme área até hoje pouquíssimo povoada e facilitaria, de muito, a nacionalização da fronteira, possibilitando, sobretudo, o combate ao contrabando e ao banditismo, problema social dos mais sérios na região. Extinto o Território, impõe-se que o Govêrno da União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, tome a si a execução dêsse importante empreendimento ou entre em contacto com o Govêrno de Mato Grosso, dando-lhe os recursos indispensáveis para tal fim. Como documentário convincente do assunto que vimos de abordar, anexamos uma mapa do Território com o traçado do Plano Rodoviário, em suas minúcias.

IV — PLANO URBANÍSTICO — SUA EXECUÇÃO

Incluido no Plano de Obras e Equipamentos, se encontrava organizado o Plano Urbanístico a ser levado a efeito nas cidades de Ponta Porã, Macarajú, Dourados, Miranda, Nioaque, Murtinho e Bela Vista, sédes dos municípios, que constituiam o Território. Êste Plano, em suas linhas gerais, abarcava os estudos e projetos das rêdes de águas, esgôtos e eletricidade, início e execução de tais obras, bem assim estudo dos mananciais mais indicados para a captação dágua naquelas cidades. De par com êsses serviços, seria feito o estudo urbanístico das cidades referidas, tendo sido firmado rontrato com o Escritório de Serviços de Engenharia Ltda., desta Capital, em data de 9 de novembro de 1945, na administração do Snr. Coronel Ramiro Noronha, para a execução dos estudos e projetos urbanísticos das cidades de Ponta Porã, Maracajú e Dourados.

Os trabalhos de campo, iniciados no mesmo ano, prolongaram-se até a data da extinção do Território, continuando os serviços de gabinete correspondentes aos estudos, projetos e levantamentos realizados naquele período, até 31 de dezembro findo, quando foram ultimados.

Vejamos como estavam programados tais trabalhos no setor "Serviços Públicos Urbanos", anualmente. Em 1946 seriam levados a efeito os estudos e projetos das rêdes de água, esgôtos e eletricidade das cidades de Maracajú, Ponta Porã, Nioaque, Pôrto Murtinho, Dourados e Bela Vista, a Cr$ 500.000,00 por cidade, no total de Cr$ 3.000.000,00. Para o ano de 1947, achava-se programado o início das obras le locação das rêdes de águas, esgôtos e eletricidade das cidades de Ponta Porã, Maracajú, Dourados e Nioaque, a Cr$ 3.000.000,00 por cidade, no total de Cr$ 12.000.000,00. No exercício de 1948, o programa abarcaria o prosseguimento das obras de locação das rêdes de águas, esgôtos e eletricidade das quatro cidades acima citadas e mais o início de obras semelhantes, nas cidades de Bela Vista, Miranda e Pôrto Murtinho, a Cr$ 3.000.000,00 por cidade, no total de Cr$ 21.000.000,00 e para 1949, êsses serviços continuariam até o seu término, na mesma base de Cr$ 3.000.000,00 por cidade, ou seja Cr$ .... 21.000.000,00, no total, importando a despesa em seu conjunto, de 1946 a 1949, em Cr$ 57.000.000,00, como consta do Plano de Obras e Equipamentos.

Sem nos determos na análise do Plano Urbanístico, organizado que fôra na administração de meu antecessor, Cel. Ramiro Noronha, salientamos, entretanto, que se tratava na realidade, de programa preliminar, não sendo, consequentemente, rígidos os cálculos, que não passaram, em rigor, de simples estimativas, variável a previsão de acôrdo com os orçamentos que iriam sendo organizados todos os anos, já com detalhes, por ocasião do preparo das propostas orçamentárias que seriam enviadas ao Govêrno da União. Nota-se, entretanto, que nos estudos e projetos das rêdes de águas, esgôtos e eletricidade, deixou de ser incluida a cidade de Miranda, embora seja citada no orçamento para o início e execução das obras de locação, propriamente ditas. Os trabalhos de início das obras nas cidades de Ponta Porã, Maracajú, Dourados e Nioaque, atingiram a soma

de Cr$ 12.000.000,00 e o prosseguimento dêsses serviços, em 1948 e 1949 importaria em Cr$ 24.000.000,00, quando para as cidades de Miranda, Bela Vista e Pôrto Murtinho as importâncias correspondentes ao início e prosseguimento de trabalhos semelhantes, alcançariam apenas a Cr$ 9.000.000,00, em 1948 e Cr$ ..... 9.000.000,00 em 1949.

Por certo, à proporção que fossem iniciadas as atividades, dados concretos viriam substituir

essas estimativas, precisando, nos seus mínimos detalhes, as cifras parceladas e totais de cada obra tendo-se em conta o custo das utilidades e do salário do operariado ao tempo da execução de cada empreendimento.

As cidades que demoram na área que volta a ser anexada a Mato Grosso, em número de sete, são tradicionais na história nacional e muitas delas, como Miranda e Nioaque, pagaram o seu tributo de sacrifícios como sentinelas avançadas na fronteira, heroicas e mártires que foram como cenário do terrível drama ali desenrolado, que imortalizou o velho Guia Lopes, a memorável retirada da Laguna. Ourtas ,como Ponta Porã, Bela Vista e Murtinho, demarcam a fronteira como núcleos florescentes da civilização nacional. Dourados e Maracajú se irmanam mais ao centro, ambas como sedes de atividades econômicas distintas: na primeira dominando a agricultura e a segunda, com a primazia da pecuária.

Merecem, pois, do administrador conciente o máximo carinho, amparo necessário às suas realizações, sobretudo no domínio da engenharia sanitária, dando aos seus habitantes o conforto de que tanto se ressentem. Daí a previsão da administração territorial, organizando o Plano Urbanístico, cuja execução já se achava iniciada, embora em pequenas proporções.

Do contrato firmado com o Escritório de Serviços de Engenharia Ltda., constava, como vimos, os trabalhos urbanísticos da cidade de Dourados. No entanto, em face de não dispormos de verba, em 1946, para tais trabalhos e não havendo previsão orçamentária para o ano em curso, fomos forçado a firmar novo contrato com a firma em causa, em virtude do qual foram realizados apenas os seguintes serviços:

I — Cidade de Ponta Porã

A — **Levantamento topográfico e cadastral:**

a) — 26 originais em papel canson, colado em selotex, na escala de 1/1.000.
b) — 26 originais em papel vegetal, na escala de 1/1.000.
c) — 6 originais em papel vegetal, na escala de 1/5.000.
d) — 6 originais em papel vegetal milimetrado, dos perfis dos logradoiros.
e) — 810 fichas de imóveis.
f) — 26 fotografias dos originais.
g) — Relatórios, folhas de cálculo e cópias em papel ozalid de tôdas as plantas.

Total dos serviços de levantamento topográfico e cadastragem, Cr$ ..... 267.750,00.

B — **Projeto de abastecimento de águas:**

a) — 38 originais em papel vegetal, inclusive o projeto da estação de tratamento.
b) — Relatório, folhas de cálculo e cópias em papel ozalid de tôdas as plantas correspondentes a êsse serviço.

Total do custo do projeto de abastecimento de águas, Cr$ 15.056,00.

C — **Projeto de esgôtos sanitários:**

a) — 17 originais em papel vegetal.
b) — Relatório, folhas de cálculo e cópias em papel ozalid de tôdas as plantas.

Total do custo do projeto de esgôtos sanitários: Cr$ 7.984,70.

D — **Serviços extras-necessários ao estudo de captação de águas:**

a) — Planta em papel vegetal dos terrenos da Prefeitura Municipal de Ponta Porã, em Santo Tomáz.
b) — Levantamento dos rios São João, Cabeceira dos rios São João e Ponta Porã, estrada de Maracajú até o rio Itá, levantamento da invernada do Quartel do 11 R. C., constantes de 6 originais em papel vegetal.

Custo do Serviço, Cr$ 70.000,00.

Total dos serviços urbanísticos executados na cidade de Ponta Porã, Cr$ 360.612,70.

II — Cidade de Maracajú

A — **Levantamento topográfico e cadastral:**

a) — 13 originais em papel canson, colados em selotex e na escala de 1/1.000.
b) — 13 originais em papel vegetal, escala de 1/1.000.
c) — 2 originais em papel canson, colados em selotex, na escala de 1/5.000.
d) — 2 originais em papel vegetal, na escala de 1/5.000.
e) — Planta da triangulação realizada, em papel vegetal, na escala de 1/10.000.
f) — 316 fichas de imóveis.
g) — 14 fotografias dos originais.
h) — Relatório, folhas de cálculo e cópias em papel ozalid, de tôdas as plantas.

Tota dêsses serviços, Cr$ 407.532,00.

Resumo

Trabalhos urbanístico realizados em Ponta Porã ..... Cr$	360.612,70
Idem, idem, em Maracajú .. Cr$	407.532,00
Soma	768.144,70

Em face da compressão nos gastos em todos os setores da administração federal, recomendada por Vossa Excelência no intuito de equilibrar o orçamento do País, não havíamos incluido na previsão dos trabalhos do Plano de Obras e Equipamentos para o ano em curso, a continuidade dos serviços propriamente urbanísticos e sómente após o término das construções julgadas inadiáveis, tencionávamos reiniciar os trabalhos citadinos, começando pelo serviço de abastecimento de água e rêde de esgotos de Ponta Porã, já agora elevada à categoria de capital. Gradativamente, e na razão direta das necesisdades locais, iríamos realizando o que as verbas permitissem, instalando em umas cidades, primeiramente, a rêde de iluminação pública e em outras, já servidas dêsse melhoramento, as rêdes de águas e esgotos, pois que, não há negar, dificilmente será possível às municipalidades levarem a efeito empreendimentos de tamanha monta, em face das ridículas rendas de que dispõem.

Extinto o Território, juntamente a outras grandes realizações que ali estavam sendo equacionadas e resolvidas, mais êsse serviço valiosíssimo e que tão grandes benefícios traria às populações das cidades fronteiriças, dando-lhes conforto e bem estar, certeza de que, na realidade, novo fácies de vida estavam aurindo sob a assistência continuada do Poder Central, sofrerá solução de continuidade, jamais talvez entrando em cogitações nos programas administrativos organizados em Cuiabá. E o povo, o eterno sofredor, vítima constante dos que se julgam com direito de lhe solucionar o destino, viverá do passado, relembrando os benefícios que o Território lhe havia trazido, e, em maior vulto, lhe iria proporcionar nos anos seguintes, tudo posto por terra, relegado ao esquecimento, regresso, aos dias tenebrosos dos Silvino Jaques e Baianinhos, às correrias perigosas da captura matogrossense.

Por certo, o programa de urbanismo idealizado para as cidades do Território era vultoso, amplo mesmo e requeria inversão de grandes somas nos orçamentos do País. No entanto, em face da situação atual, alguma cousa merece e precisa ser feita em prol, pelo menos, da higiene doméstica dos habitantes daquelas cidades, merecedoras que são das vistas dos poderes públicos, mormente por que, muitas delas se encontram localizadas na linha de fronteira ou muito próximo, o que importa dizer, portas de entrada em nosso País, primeiro contacto de nossos vizinhos paraguaios com o solo nacional.

V — EDUCAÇÃO

Fator básico na formação da mentalidade de um povo, cadinho onde se plasma o alicerce moral, intelectual, social e econômico do País, foi o ensino no Território, o ponto principal sôbre que se concentrou, indiscutivelmente, a acuidade administrativa de tôdos os que estiveram à frente do Govêrno, naquela região.

As transformações que se verificam através dos tempos, na vida de um povo, processam-se na razão direta do índice de alfabetização do indivíuo, impondo-se, como consequência lógica, aos governantes capacitados desta verdade, carinho especial ao ensino, mormente nas regiões afastadas dos grandes centros, onde o homem, não podendo fugir à ação do meio, apegado ao empirismo herdado de seus avós, pouco contribue inividualmente para que se modifique o quadro do analfabetismo que ali se apresenta aos olhos estupefactos do educador. Daí, pois, os ensaios de agir, preliminarmente, incutindo confiança aos poucos, para o que se tornou indispensável, principalmente no interior do Território, adotar as formar mais intensas e variadas de como ensinar, visando alcançar, finalmente, o aperfeiçoamento pedagógico, frente ao meio em que se ia atuar, por demais heterogêneo.

A situação do ensino na área desmembrada de Mato Grosso ao tempo da instalação do Território, era a mais caótica possível, vexatória mesmo, se atentarmos que apenas 12% da população escolar, que orçava em perto de 16.000 crianças, recebiam instrução, isto é, frequentavam escolas, calculando-se para os 100.000 habitantes dos sete municípios que se integraram no Território, a percentagem de 16% de crianças de 7 a 14 anos, em idade escolar própriamente. Assim, as 52 escolas que se achavam criadas, naquela época, das quais 28 estauais e 24 municipais, e mais um grupo escolar em Ponta Porã, construido, aliás, pela emprêsa Mate Larangeira,

não poderiam abrigar mais de 1.800 alunos, cifra irrisória ante o índice demográfico da população em idade escolar.

O movimento educacional, a essa época, apresentava aspecto desolador, falho dos mais elementares princípios pedagógicos e eivado de vícios prejudicialíssimos à formação da criança. Tôdos os estabelecimentos públicos e particulares reclamavam organização completa e inadiável. A escrituração escolar se achava desorganizada, sem método, sem nenhuma orientação e grande parte era feita em folhas avulsas, com faltas de muitas anotações, de que facilmente se constatava a ausência completa de controle pela Diretoria do Ensino, em Cuiabá. Houve necessidade de trabalho preliminar, espécie de recenseamento escolar, para que se obtivessem dados seguros sôbre os quais se programasse a ação do Govêrno territorial, no setor do ensino. As classes dos estabelecimentos, em geral, não obedeciam a qualquer método pedagógico e se encontravam heterogêneas, mescladas e superlotadas as diversas séries, tornando assim o trabalho dos professores, exaustivo e pouco eficiente. Houve, então, necessidade imperiosa de um novo reajustamento e planejamento para 1945, ano em que, na realidade ,o ensino territorial moldou-se nos indispensáveis preceitos pedagógicos, sob a orientação de professores paulistas, sem nenhum favor, os baluartes do êxito alcançado pela administração, nesse importante setor. Muitos dos estabelecimentos não dispunham sequer de livros de matrícula e os alunos entravam e saiam das escolas sem serem registrados convenientemente. Em cutros, funcionavam classes com alunos dos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º gráus, anexados, com enorme prejuizo para o ensino, embora houvesse economia de professor, o que até certo ponto se justificava em virtude da deficiência da renda do Estado de Mato Grosso.

Os prédios em que funcionavam as escolas eram deficientes em suas instalações, apresentando, na generalidade, aspecto de desordem e desleixo. Casas de pau a pique, ranchos esburacados, sem água muitas vêzes, quase descobertos, salas impróprias, escuras, ausência completa de fossas higiênicas, eis o aspecto dos prédios, na campanha. Material escolar, não havia de todo, deficiência essa que tornava muito penoso o trabalho do professor, principalmente na zona rural, onde os pais dos alunos não dispunham de recursos para adquirirem lapis, papel, cadernos, borracha, tinta e livros para os seus filhos. Sentavam-se as crianças em tábuas ou em caixotes e raras eram as escolas que dispunham de algumas carteiras velhas.

Êsse quadro desolador, contra indicado à formação psíquica da criança justamente na fase escolar, tornando o âmbiente por demais impróprio ao ensino, ampliava-se ainda com relação ao mestre, de ordinário improvisado, quase analfabeto, com raríssimas exceções. Que noção de responsabilidade poderiam ter êsses mestres, as mais das vêzes doentes, sobretudo mal pagos, descrentes e abandonados no sertão, sem qualquer assistência por parte da Diretoria de Educação, em Cuiabá?... Os dados estatísticos acusam, de 1937 a 1943, mais de 75% de professores leigos, com a responsabilidade de ensino na região que mais tarde viria a constituir o Território, agora extinto.

Há que se considerar, ainda, não haver o professorado, jamais, recebido qualquer orientação pedagógica; e a ausência sistemática de crítica do trabalho escolar, por certo, contribuiu para a generalização de uma rotina de todo contrária à missão de educar e que fêz das escolas, instituições sem vida e sem valor social. Entretanto, não se pode negar, em abono da maioria dêsses professores jogados a esmo em lugares distantes, sem qualquer ligação, como dissemos, com o centro de irradiação do ensino, parcela notável de dedicação, paciência e renúncia, por vezes até ao sacrifício da saúde, suprindo a deficiência intelectaul pelo esfôrço pessoal, aqui e ali improvisando meios e forjando recursos, para amenizar a falta do material de que dispunham. Façamos justiça a muitos dêsses humildes servidores: foram abnegados e se pouco realizaram, não lhes cabe a culpa, pois em face do meio em que operavam e dentro de tão limitada cultura de que dispunham, não se poderia esperar maior êxito e isso, por certo, deveria ter sido, de logo, observado pela direção do ensino em Mato Grosso, se houvesse fiscalização, orientação didática, assistência a essas escolas, perdidas na amplitude do sertão.

Vejamos, agora, como se processou a marcha ascensional do ensino territorial, de 1944 a 1946, deixando que os números, na sua linguagem muda, digam de como foi útil à infância até então desamparada naquela região, a ação do Govêrno Central, por intermédio de seus delegados diretos.

TIPO DE ESCOLA DE PAU A PIQUE, NAS CERCANIAS DE DOURADOS.
EM JAGUAPERÚ.

DUAS ÉPOCAS: A ESCOLA DE PAU A PIQUE — VINDA DE MATO GROSSO E A ESCOLA DE MATERIAL, QUE SURGE — CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO.

Organizada a Divisão de Educação, impôs-se cuidar, de logo, de elevar o nivel intelectual do professorado de que se dispunha, instalando-se, em começos de 1945, o Curso de Aperfeiçoamento para professores primários, com a duração de três meses e no período das férias, regido por especialistas de S. Paulo, postos à disposição do Govêrno territorial, sob a orientação direta do professor Rafael Grisi. Concluido o curso, que foi ministrado intensivamente, espalharam-se os professores paulistas, pelo interior, efetuando a matrícula pelos estabelecimentos existentes e colhendo dados indispensáveis à criação de novas escolas. Foi trabalho árduo e demorado em face da dificuldade de transporte, àquela época muito mais difícil que presentemente. De logo ficou patente, que sem assistência direta, efetiva, continuada, por parte de técnicos em assuntos pedagógicos, pouco se poderia esperar do êxito do regime então em vigor, pois que cada professor cuidava de sua escola, separadamente, sem ter a quem prestar contas de seu trabalho, durante o ano letivo e sem receber qualquer orientação ou fiscalização. A Diretoria de Educação, instalada em Cuiabá, não dispunha de um corpo de inspetores especializados e os que ocupavam êsses cargos, em número muito restrito às necessidades de tão grande área ,não eram técnicos e colocavam, em primeira plano, os interêsses particulares, em face da ridícula remuneração que lhes era atribuida.

INSPETORIAS ESCOLARES

O Govêrno do Território, procurando seguir a orientação de São Paulo, criou, de início, quatro inspetorias escolares, as quais ficaram a cargo de professores com especialização em tal mistér, contratados naquele Estado para êsse fim. O Território foi dividido, quanto ao ensino, da seguinte maneira:

Inspetorias	Municípios	População	Áreas
Primeira	Ponta Porã	36.200	24.581 Km²
Segunda	Maracajú-Dourados	28.850	26.329 "
Terceira	Nioaque-Miranda	17.900	29.023 "
Quarta	Bela Vista-Pôrto Murtinho	24.530	28.949 "
Soma		107.480	108.882 "

OS ALUNOS DA ESCOLA DE JAGUAPERÚ, LADEADOS PELO SECRETARIO GERAL, POSAM EM FRENTE À NOVA ESCOLA, QUE FOI CONSTRUÍDA EM MENOS DE TRÊS MESES

A ESCOLA DE JAGUAPERÚ, NA FASE FINAL DE CONSTRUÇÃO.
(Acôrdo com o Ministério da Educação).

Iniciou-se então, serviço de vulto pela campanha ,onde os inspetores orientavam os professoers com o máximo carinho na execução do programa didático, feitura do diário escolar, escrituração dos livros de matrícula, frequência e trabalhos realizados, planos de aulas, boletins mensais, comemorações cívicas, cerimônia do hasteamento do pavilhão nacional, lições de cousas, etc. Depois de certo tempo, conseguiu-se ordem, trabalho científico, regular pedagogia, disciplina espontânea, frequência sempre crescente, apredizagem rendosa. Quais mensageiros do bem, guias prestimosos nas trevas do analfabetismo, batalhadores incançáveis em prol da formação de nova mentalidade na campanha, diuturnamente, em caminhões, em carretas, a cavalo e a pé, cortando picadas léguas e léguas sertão a dentro, começaram os inspetores a grande obra civilizadora, eminentemente nacional, de educar a criança da zona fronteiriça, preparando homens úteis à Pátria, em amanhã próximo. De par com o serviço propriamente pedagógico, realizaram trabalho de grande valor, no setor estatístico e, assim, foi possível ao Govêrno criar novas unidades escolares nos lugares por êles indicados. Constatou-se, igualmente, a dificuldade de difundir a instrução a todos os lares, por se achar muito dispersa a população, em face das atividades do homem rural. Mas, ao espírito observador dêsses prestimosos auxiliares, não escapou o problema e de como ser resolvido satisfatoriamente.

O quadro demográfico do Território, com o índice de um habitante por quilômetro quadrado, apresentava-se, dentro do plano de assistência pública, sob fatores os mais variáveis, oriundos das possibilidades econômicas de cada região. A pecuária e a indústria extrativa da erva-mate são, ainda hoje, a base da economia local e o homem que trabalha em uma e outra não se agrupa, não chega a constituir núcleos urbanos, o que dificulta de muio a atividade educacional. Os inspetores, em seus relatórios, salientavam a necessidade da criação de escolas, mas, também, se manifestavam receiosos de fracasso em face da rarefação demográfica, criando

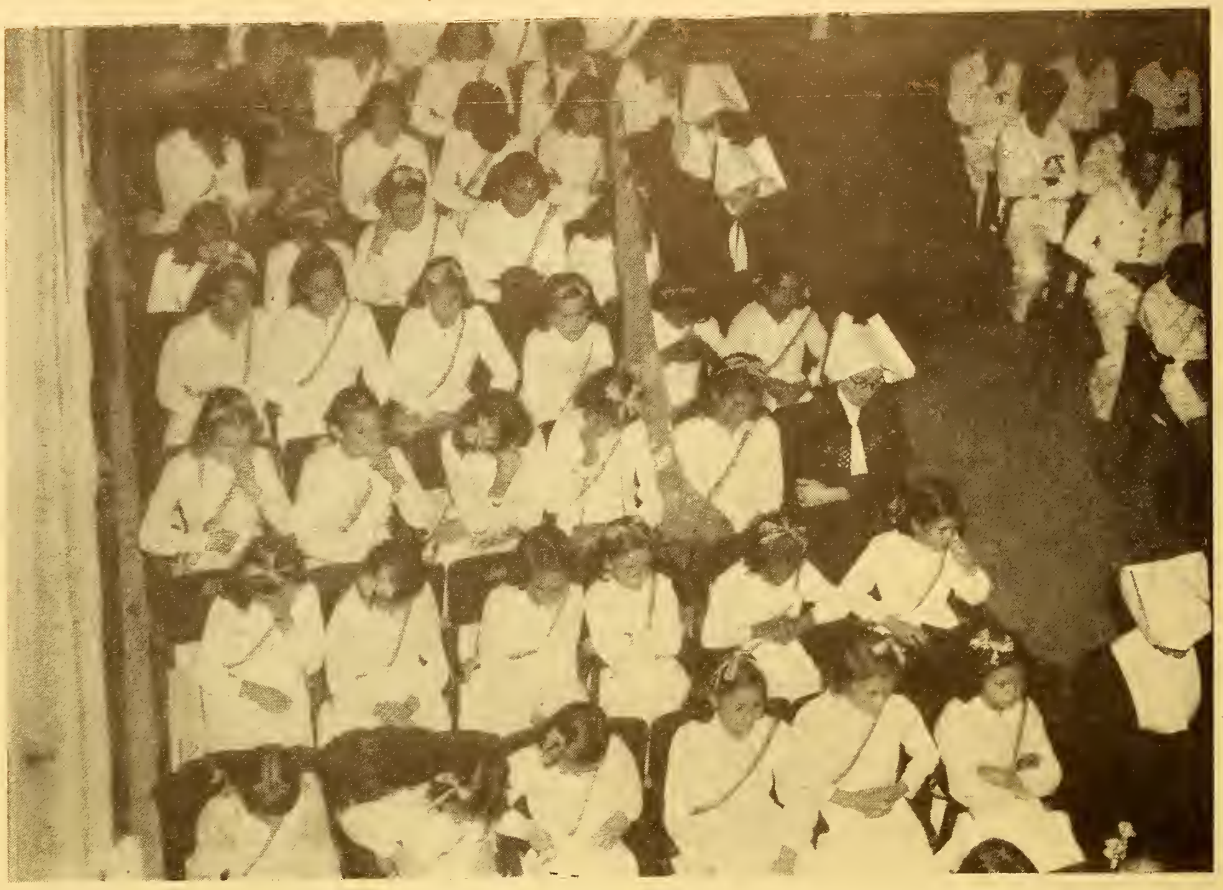
condições ímpares no campo da educação popular, principalmente no que diz respeito à disseminação de escolas. O tipo clássico, o ideal, seria a escola rural isolada, servindo a núcleos de população mais ou menos densa, isto é, capazes de oferecerem regular frequência, justificando a manuteção de uma escola. Mas, êsse tipo, justamente pela rarefação demográfica, não satisfaria a solução do problema em todo o Território. Mesmo assim, nos anos de 1945 e 1946, foram criadas 139 dessas escolas, nas pequenas povoações onde a estatística acusava mais de 25 crianças em idade escolar. Os inspetores sugeriram, então, a criação de escolas-ambulantes, ou melhor, itinerantes, que percorressem o Território campanha a fora, estacionando para efetuarem cursos intensivos de 4 a 6 meses em cada erval onde houvesse número suficiente de crianças em idade escolar. Nómade, como consequência de seu mistér, o ervateiro se desloca, anualmetne, de um erval para outro e, assim, a escola estaria ora em um, ora em outro ponto, seguindo as pégadas do sertanejo. Para atender às crianças das fazendas onde a pecuária se desenvolve, um novo tipo de escola seria organizado: os internatos, instalados em locais que possibilitassem aos fazendeiros e seus empregados manter seus filhos internos ou semi-internos, conforme a distância de cada lugar. Por certo não seria possível, de logo, a instalação de muitas dessas escolas-internatos, mas um número regular delas, em colaboração com os próprios fazendeiros, o Govêrno iria inaugurar ainda no ano em curso, de acôrdo com o programa que estava sendo elaborado pela Divisão de Educação. Quanto às escolas-ambulantes, já se havia, mesmo, entrado em entendimento com o Ministério da Guerra, visando conseguir-se alguns gipões, dos maiores, nos quais o professor transportaria o material indispensavel a cada escola e, no local escolhido, armaria barracas grandes de campanha, iniciando logo a sua missão educadora. Dessa maneira, por certo, colheríamos resultados satisfatórios e, assim, teriamos atendido com êxito à população rural, uma vez que a urbana, como veremos, já se achava perfeitamente amparada com as providências tomadas pela administração territorial.

Para atender, entretano, de maneira satisfatória à população rural, nada menos de 320 es-

O PREPARO DA HORTA ESCOLAR, NO GRUPO "MENDES GONÇALVES".

AULA AO AR LIVRE — (LIÇÕES DE COISAS).

colas seriam necessárias, já incluidas nêsse número as ambulantes e as que seriam organizadas como internatos. Para o tipo clássico de escola isolada, numa média de 30 crianças e dentro de um raio de 3 quilômetros, não seria possível a instalação de mais de 60% de tais estabelecimentos, em virtude da rarefação demográfica a que já nos referimos. O complemento, pois, seria possível com as escolas ambulantes e com as escolas internatos, as primeiras mutáveis, anualmente, na razão direta do deslocamento dos próprios alunos, e as ultimas fixas nos centros das zonas pecuaristas. Instaladas em lugares adredemente escolhidos de acôrdo com a estatística escolar, poderiam receber alunos na idade de 10 a 14 anos, atendendo à dupla função de ministrar, a par do ensino primário propriamente dito, uma educação integral do homem em função da terra, vida cívica, moral, social, intelectual e econômica. Para a população urbana, não ultrapassando a 25% do total da população escolar, isto é, aproximadamente 4.000 crianças, poude o Território dar assistência que foi além de 80%, ministrada em oito grupos com 53 classes, várias escolas isoladas em volta das cidades, principalmente na séde do Govêrno, em Ponta Porã, e diversas escolas particulares, nas sédes dos municípios. No interior, entretanto, apesar de havermos instalado para mais de 112 escolas isoladas, não nos foi possível atender a mais de 35% da população infantil, que necessitava de escolas. Para o ano em curso haviamos programado, além das escolas ambulantes e escolas-internatos anteriormente referidas, a instalação de mais 50 unidades primárias rurais, e iríamos suprir de professores as 72 escolas já criadas, mas que não chegaram a ser instaladas, em 1946. Estimando-se as escolas ambulantes em uma dezena e as escolas-internatos em 12 unidades, para início, atenderiamos, pois, no ano corrente, a nunca menos de 5.040 crianças, isto é, mais 40% da população total em fase escolar no interior, elevando-se a média, para cada escola, a 35 crianças. O "deficit", pois, ficaria reduzido a pouco mais de 2.800 crianças, perdidas campanha a fora, sem assistência eucacional. Para os anos de 1948 e 1949, no entanto, novas investidas seriam levadas a efeito, já então baseadas em dados estatís-



O COLÉGIO SÃO JOSÉ, EM PONTA PORÃ, ASSISTE À MISSA SOLENE DE 7 DE SETEMBRO.

A PRÁTICA DA GINÁSTICA AO AR LIVRE.

...E ASSIM SE PREPARA O HOMEM DE AMANHÃ, PARA O FORVIR DA PÁTRIA.

ticos mais positivos, como resultante segura da penetração que, a essa época, iria dando resultados seguros, mercê das vias de transporte oriundas da execução, concomitantemente, do Plano Rodoviário, pois a escola isolada não prescinde da comunicação fácil e rápida e da assistência médica, esta sómente viável na razão direta da locomoção assegurada. E, assim, sem receio de errar, teriamos o Território de Ponta Porã, em 1950, como a primeira unidade da Federação a libertar-se do analfabetismo, que passaria a ser cousa do passado. Para isso, entretanto, indispensavel seria o auxílio do Poder Central e êsse, mercê de Deus, não nos havia faltado.

Os resultados alcançados com as inspetorias escolares foram de tal monta, que o Govêrno chegou à conclusão, em face da estatística escolar, da necessidade de ser criada mais uma inspetoria, a quinta aliás, abarcando a região ervateira, com séde em Amambaí. Com essa providência, ampliou-se de muito a penetração escolar na zona sul do município de Ponta Porã, dentro de um polígono limitado pela linha de fronteira ao Oeste e ao Sul, o rio Amambaí ao Norte e o rio Paraná, a Leste. Nessa região, ao tempo de Mato Grosso, apenas quatro escolas estavam em funcionamento e, ao terminar o ano de 1946, nada menos de 20 unidades haviam sido criadas e instaladas pela administração territorial. Note-se que, iustamente nesse polígono, predomina o extrativismo da erva-mate, o que importa dizer, zona de contrabando, preferida pelo banditismo e sujeita à influência paraguaia, como especificaremos linhas adiante.

Entrosando todo o movimento das cinco inspetorias, com a responsabilidade da parte própriamente técnica do ensino, foi criada, na séde da Divisão de Educação, a Inspetoria Geral, diretamente subordinada ao Diretor da Divisão. Assim, pois, cada escola se achava orientada pela inspetoria respectiva e esta, por sua vez, à Inspetoria Geral, constituindo êsse sistema verdadeira rêde educativa, com a aplicação direta do método analítico.

A inspeção escolar é a chave da eficiência do ensino públilo e sem ela o professor se anula no meio em que vive dominado pela rotina local que interfere, prontamente, em sua atividade do-

cente. O inspetor escolar fiscaliza, orienta e verifica, corrigindo as falhas pedagógicas observadas nas visitas periódicas às escolas e o professor na campanha, sentindo-se assistido, recobra ânimo e entusiasmo, capacitando-se, cada vez mais, da impotância que representa para a coletividade a sua missão, de cunho eminentemente patriótico, forjadora que é do Brasil por vir.

Ao longo da fronteira, quando servíamos como médico na Comissão de Limites, constatámos, com mágua indescritivel, o abandono em que se achava a infância, por parte da administração matogrossense. Muitos de nossos pequenos patrícios frequentavam as escolas paraguaias, reverenciando-lhe o pavilhão tricolor, substituindo o português de nossos encestrais, pelo guaraní ou espanhol. Por incrivel que pareça, desconheciam, completamente, as côres de nossa bandeira como símbolo nacional e os que residiam perto da linha de limites, chamavam-na **bandeira da Comissão de Limites**, por que viam, todos os dias, nos acampamentos da Comissão, o pavilhão auri-verde tremulando no mastro, em frente à barraca do chefe da turma. Hoje, nenhuma escola, por mais afastada que se ache dos centros povoados, deixa de ter, todos os dias, o seu pavilhão levado ao topo do mastro, com a devida solenidade e, em todas elas, o mapa do Brasil materializa, aos olhos da criança, a configuração da Pátria, em tôda a sua opulência.

Mas não bastava criar e instalar escolas; indispensável seria, também, aparelhá-las convenientemente, com material necessário ao conforto e ao trabalho dos escolares. E nesse particular a ação dos administradores do Território se fêz sentir homogênea, continuada, desde o início da nova fase de atividades, na região. Copioso material foi adquirido no Rio e em São Paulo: carteiras, quadros, livros, cadernos, lapis, borrachas, mapas analíticos, jogos para recreação, etc , tudo enfim que fosse útil ao ensino, fornecendo-se gratuitamente a cada criança, o indispensável à série em que estivesse matriculada.

EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Em campanha tão ampla de alfabetização, não poderia o poder público deixar à margem o

EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS MANUAIS EXECUTADOS PELOS ALUNOS DO GRUPO "MENDES GONÇALVES".

FIM DO ANO LETIVO DE 1946 — TRABALHOS MANUAIS DO COLÉGIO PAROQUIAL SÃO JOSÉ, EM PONTA PORÃ.

analfabeto adulto, problema dos mais sérios no interior do País, e, nesse sentido, foram criados, por decreto de n.º 18, datado de 23 de janeiro de 1946, os Cursos Populares Noturnos, subordinados diretamente à Divisão e Educação, sendo instalados, de logo, cinco dêsses estabelecimentos, nas sédes dos municípios de Ponta Porã, Dourados, Nioaque, Bela Vista e Miranda, organizando-se, ainda, para funcionarem no corrente ano, mais seis dessas unidades de ensino primário.

A alfabetização do adulto deve plasmar-se nos mesmos moldes do ensino primário, isto é, merecer do Govêrno o mesmo cuidado, verba própria e propaganda intensiva pelo interior, sob o regime de inspetorias escolares. Em cada escola primária, em cada grupo escolar, é indispensável o funcionamento dos cursos populares noturnos, preferentemente com os mesmos professores diurnos, dando-se-lhes, de par com os vencimentos fixos, certa gratificação pelo trabalho noturno.

A educação popular, visando à aquisição de hábitos sociais positivos em função da realidade ambiente, através da escola viva, em que a preocupação de ensinar seja paralela e mesmo sobrepujada pela de educar, no sentido de valorizar a nossa gente no trinômio físico, moral e intelectual, foi a base da administraçbo territorial e os frutos sazonados, felizmente, chegaram a ser colhidos em tão pouco espaço de tempo.

Merece citar-se aqui o êxito alcançado, logo no primeiro ano, com a alfabetização de 170 adultos, quando, em igual período, no Distrito Federal, onde a instrução goza de fatores favoráveis jamais possíveis no interior do País, apenas 1.133 indivíduos foram trazidos à luz das letras. Em Dourados, município dos mais futurosos da região, cenas tocantes foram observadas no encerramento do ano letivo, especialmente no Curso Popular Noturno ali em funcionamento, onde um aluno de 45 anos de idade, ao receber o seu certificado de alfabetização, não poude conter as lágrimas e, já o Território extinto, lamentou que tão grande benefício fosse desaparecer, pois não acreditava possível a Mato Grosso manter o ensino no nível que havia atingido com o advento do Território.

Terminado o ano letivo de 1945, constatou-

se que o aproveitamento, embora satisfatório, não havia atingido as previsões máximas da Divisão de Educação e como causa primordial — de par com o surto de alastrim que prejudicou de muito a frequência — chegou-se à conclusão de ser o professor leigo, às vezes com o curso primário, embora dedicado ao seu mister, o ponto fraco do ensino. Melhorados que foram os vencimentos, foi possível ampliar-se um pouco o número dos professores diplomados sem que bastassem, entretanto, ao preenchimento de tôdas as vagas. Seria, necessário, o preparo do mestre no próprio "habitat" de seus futuros alunos, até porque, os professores de fora, acostumados a outro meio e a relativo conforto, dificilmente se adaptariam à vida rude do sertão, sujeitos, quase sempre, à nostalgia, ao abatimento moral que a ausência prolongada de sua cidade natal, por certo, ocasiona, o que é natural.

CURSO NORMAL REGIONAL

Após os estudos necessários e depois de se haver tentado, ainda ao tempo da administração do Cel. Ramiro Noronha, a criação de uma Escola Normal, foi possível instalar-se o Curso Normal Regional, criado por Decreto n.º 34, de 27 de abril de 1946 e de acôrdo com o que estabelece o artigo 4.º, parágrafo 1.º, da Lei Orgânica do Ensino Normal, expedida pelo Decreto-lei n.º 8.530, de 2 de janeiro do referido ano. Foi, no Brasil, o primeiro Curso criado e instalado após a promulgação da referida Lei e isso prova, indiscutivelmente, de como se cuidava, com carinho, no Território, da questão do ensino. Não havia tempo a perder e, mesmo sem verba para a construção do Prédio destinado a êsse Curso, adaptou-se um de madeira, aparelhando-o com o material indispensável, anteriormente adquirido para a Escola Normal, sendo iniciadas as aulas, sob a orientação didática de profesosres vindos de São Paulo e de outros Estados, devidamente registrados no Ministério da Educação, após se ter obtido, daquele Ministério, a permissão necessária para êsse funcionamenot.

Embora extinto o Território em setembro daquele ano, não havendo Mato Grosso assumido, de logo, a administração, assunto de que nos

CURSO NORMAL REGIONAL — PRÉDIO DE MADEIRA, ADAPTADO.

PROVA PARCIAL DO CURSO NORMAL REGIONAL.

SOLENIDADE DE ENCERAMENTO DO ANO LETIVO DO CURSO NORMAL REGIONAL — DEZEMBRO DE 1946.

ocuparemos linhas adiante, fizemos continuar o Curso até o fim do ano letivo, realizando-se então os exames, tudo perfeitamente de acôrdo com o estatuído no artigo 32, parágrafo único da Lei acima citada. E' oportuno, Excelência, salientar aqui a importância que o Curso Normal Regional representa para aquela região e de como o povo ânseia por uma solução satisfatória, pela qual possa continuar, no corrente ano, amparado pelo Govêrno Federal, de vez que não será possível a Mato Grosso, em face de suas parcas rendas, manter êsse estabelecimento com o corpo docente indispensável e à altura de tão elevado empreendimento. Em ofício de n.º 13, datado de 4 de outubro de 1946, e anexo por cópia ao presente relatório, sugerimos, logo após a extinção do Território, uma fórmula viável, procurando, assim, amparar a mocidade da zona fronteiriça, sequiosa de ensino, hoje já acostumada aos benefícios do poder público, capacitada que se acha de seus direitos. Até a presente data, entretanto, nenhuma solução foi dada e o tempo passa, aproxima-se a data de início das aulas sem que, no momento, estejam sendo tomadas as providências preliminares para o novo ano letivo, já agora com alunos promovidos à segunda série e com outros à espera da abertura da inscrição aos exames de admissão ao primeiro ano.

Escolas foram criadas, aparelhadas e instaladas. Mas o mestre, que se não pode improvisar, cada vez mais raro no sertão, pelas dificuldades dia a dia aumentadas, viria dêsse Estabelecimento, assegurando, então, nos dias provindouros, ótimo resultado no ensino, na nacionalização da fronteira com o Paraguai. Que nos sirva de exemplo o trabalho realizado por aquele País amigo, no setor do ensino, frente ao nosso Território, instalando escolas e mais escolas primárias, e, mesmo na linha de limites, em Pedro Juan Caballero e Capitan Bado, duas outras de ensino normal. Que os prejuizos resultantes da extinção do Território não atinjam a educação de nossos pequeninos patrícios, Excelência, e muito se terá poupado do desastre tremendo que vem de acontecer àquela faixa de nosso País.

Como complemento indispensável ao êxito que se objetivava alcançar no setor da educação, cuidou o Govêrno de construir escolas, na med -

A CONFORTÁVEL ESCOLA DE PICADINHA.
(Plano de Obras e Equipamento).

da dos recursos orçamentários que eram atribuídos ao Território, iniciando, em 1945, a construção de alguns prédios previstos no Plano Quinquenal, ultimados que foram, no ano seguinte.

No mesmo intuito e depois de várias providências que tomamos nesta Capital, foi firmado, em 18 de junho de 1946, acôrdo com o Ministério da Educação, nas bases do estatuido no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 19.513, de 25 de agôsto de 1945, cabendo ao Território a quantia de Cr$ 450.000,00, paga em três prestações e destinada à construção de 9 escolas na campanha e preferentemente na linha de fronteira. Recebida a primeira quota, demos início à construção de quatro dessas escolas, das quais conseguimos ultimar apenas duas, ficando as demais paralizadas, em face da extinção do Território. Como solução plausivel para que tais obras sejam levadas a termo, sugerimos ao Ministério da Educação, fossem as quotas restantes entregues às Prefeituras, em cujos municípios se achassem localizadas essas escolas, em parcelas correspondentes às previsões orçamentárias do que fosse necessário para a conclusão de cada prédio. Essa providência, entretanto, até a data de encerrarmos o presente Relatório, não havia sido tomada.

Concluindo êste capítulo, não podemos silenciar a citação de alguns dados estatísticos, comparativos entre duas épocas, dois tipos de administração: a estadual, em 1944 e a territorial, em 1946.

Falem os números, pois:

Especificação	Mato Grosso	Território
Grupos Escolares	1	8
Escolas Primárias	52	184
Cursos Populares Noturnos	—	11
Curso Normal Regional	—	1
Escolas Particulares registradas	—	16
Curso de datilografia particulares	—	3
	53	223

Note-se que das escolas primárias vindas de Mato Grosso, 24 eram mantidas pelos municípios, despesa essa que desapareceu nos orçamentos

ESCOLA DE VISTA ALEGRE — MUNICÍPIO DE MACACAJÚ.

municipais, pois a instrução corria por conta, exclusivamente, do Território.

Vejamos êsses cursos desdobrados em classes:

Especificação	Mato Grosso	Território
Grupos escolares (classes)	8	53
Escolas Isoladas	52	184
Escolas Particulares	—	40
Cursos Populares Noturnos	—	11
Curso Normal Regional	—	2
Curso Particular — datilografia .	—	3
Total de classes	60 —	293

E' de ver-se que nos totais dos quadros acima referidos, estão incluidas tôdas as escolas criadas, das quais 72, como dissemos antes, seriam instaladas logo no início do ano letivo de 1947. Quanto às escolas particulares, certamente que algumas delas funcionavam ao tempo de Mato Grosso, mas não se achavam devidamente registradas, daí a dificudade de dados estatísticos. Aliás, como incentivo ao ensino particular, vinha o Território subvencionano vários dêsses estabelecimentos, a Cr$ 500,00 mensais, com a obrigatoriedade de manterem gratuitamente alunos reconhecidamente pobres. De par com isso, era feita a inspeção periódica a essas escolas, registradas e controladas pela Inspetoria Geral, de maneira que o ensino e a administração não divergissem da orientação dada ao ensino público territorial. Para que fossem registradas, tornava-se indispensável preencherem uma série de requisitos, conforme consta do Relatório da Divisão de Educação, anexo a êste documento. Além da subvenção, grande cópia de material era fornecido às escolas particulares inclusivé calçados e vestimenta às criancinhas pobres como se fazia também, nos grupos e escolas isoladas do Território.

A remuneração do professor, irrisória que era ao tempo de Mato Grosso, mereceu cuidado especial do Govêrno territorial. Não se podia impôr normas condizentes com a misão de ensinar, nem mesmo a apresentação decente da classe, exemplo indispensável aos alunos, quando êsses professores apenas recebiam o suficiente para não

OUTRA ESCOLA QUE SURGE, SUBSTITUINDO PARDIEIROS ANTIHIGIÊNICOS, AGORA EM "NUNCA TE VI", MUNICÍPIO DE BELA VISTA.
(Acôrdo com o Ministério de Educação).

GRUPO ESCOLAR "MENDES GONÇALVES" — EM PONTA PORÃ.

morrerem de inanição. Que se podia esperar, pois, dêsse ensino? Seria justo ao poder público pedir assiduidade, amor ao sublime mistér de ensinar, dedicação e paciência com os alunos, se não assegurava ao humilde mestre, sequer a manutenção sua e da família?... O quadro abaixo é uma prova irretorquivel de como procurou o Território amparar aos anônimos formadores da mentalidade nacional, naqueles longes da Pátria.

Vencimentos dos professores	Mato Grosso	Território
	CrS	CrS
Diretor de Grupo	650,00	1.000,00
Professor Primário	350,00	600,00

Após a publicação do Decreto-Lei n.º 8.512, de 31 de dezembro de 1945, a remuneração dos professores do Território pasosu a ser a seguinte, a partir de janeiro de 1946:

	CrS
Diretor de Grupo	1.500,00
Professor normalista	1.100,00
Professores possuidores de certificado do curso de férias ou de parte do curso ginasial	900,00
Professores auxiliores, com o curso primário completo	750,00

Mesmo com vencimentos relativamente compensadores, ainda havia dificuldade no recrutamento de professores, razão por que muitas escolas não chegaram a ser instaladas. E' que, Excelência, o ambiente da campanha, por demais pesado aos que vêm de fora, não oferece nenhuma sedução aos que se acham, embora percebendo menos, instalados em centros adiantados. O professor para aquele meio, deve ter qualidades especiais, grande dose de renúncia ao conforto, resignação ao sofrimento, resistência orgânica, facilidade de adaptação, compreensão nítida do dever para com a Pátria, recebendo a remuneração como fator de subsistência, julgando-se pago, sim, em servir a seu País, em contribuir com a sua parcela de sacrifícios em prol da educação e da formação do homem fronteiriço.

O documentário fotográfico que fazemos anexar ao Relatório em causa, bem demonstra o quanto se fêz no setor do ensino e os dados concretos constantes do Relatório da Divisão de Educação provam, de maneira eloquente, aos que

se detiverem na análise dêsse documento, a sensível mudança verificada em apenas três anos, daquela vasta região, no âmbito educacional.

A ampliação de conhecimentos dos professores, por meio de cursos especializados nesta Capital, entrou, também, nas cogitações do Govêrno e, assim, foram criadas bolsas de estudos, sendo beneficiadas, de início, três professoras, para tirarem o curso de educação física, na Escola Nacional de Educação Física e Desportos. No ano em curso teríamos a primeira das diplomadas, apta a assumir os encargos da respectiva disciplina, no Curso Normal Regional, em Ponta Porã, assistindo ainda ao Grupo Escolar daquela cidade.

A especialização, não há negar, mormente para as atividades educacionais no interior, é indispensável e facilita de muito a instrução, por tornar possível, ao mestre, quase sempre, atender a mais de uma disciplina, correlata com a de sua especialidade.

Cientificado que fomos pelo Ministério da Agricultura, de que se achavam à disposição do Território, duas bolsas para as escolas de Agronomia e Veterinária, mandamos, de logo, providenciar a seleção de candidatos e instituimos, também, para o mesmo fim, o auxílio mensal de Cr$ 500,00 a cada um, visando, com isso, completar o **quantum** necessário para a manutenção e demais despesas com os estudos que iriam realizar, de vez que as bolsas fornecidas pelo Ministério da Agricultura, igualmente de Cr$ 500,00, não satisfaziam a tais despesas, no seu total.

A despesa com o ensino em tôda a área de que se constituiu o Território, não atingia a Cr$ 170.000,00, nas dotações orçamentárias de Mato Grosso, até 1943. No entanto, as despesas realizadas nêsse setor pela administração territorial, para só falar nos dois anos de vida normal, pois o ano de 1944 foi dedicado apenas à instalação — atingiram as seguintes cifras: Cr$ 953.984,30 — com administração e pessoal e Cr$ 275.242,90, com material; 1946 — Cr$ 2.096.545,30 com administração e pessoal e Cr$ 251.307,90, com material e diversos, representando perto de 1/4 do total da verba pessoal, no orçamento do Território, gastos sómente com o ensino.

Damos, como exemplo da despesa mensal, em média, os seguintes dados:

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA MÉDIA EFETUADA, MENSALMENTE, POR ESTA DIVISÃO

N.º de ordem	Discriminação	MUNICÍPIOS — Cr$							
		Ponta Porã	Maracajú	Dourados	Nioaque	Miranda	Bela Vista	Pôrto Murtinho	Total
1	**Divisão de Educação**								
	Pessoal	14.050,00							
	Aluguel	300,,00							14.350,00
2	**C.N.R. "Princesa Isabel"**								
	Pessoal	21.675,00							21.675,00
3	**Inspetorias Escolares**								
	Pessoal	3.300,00	3.300,00	——	3.300,00	——	3.300,00	——	13.200,00
4	**Escolas Primárias**								
	Professores mensalistas ..	59.300,00	12.150,00	26.000,00	14.500,00	9.950,00	10.750,00	13.800,00	146.450,00
	" diaristas	4.350,00	900,00	——	500,00	900,00	6.300,00	——	12.950,00
	" substitutos ..	5.000,00	1.000,00	2.500,00	——	——	1.000,00	2.000,00	11.500,00
5	**Diversos**								
	Gratificações (C.N.P.) .	300,00	——	300,00	300,00	300,00	300,00	——	1.500,00
	Subvenções	1.500,00	——	——	——	——	——	——	1.500,00
	Aluguel de prédios	2.020,00	80,00	470,00	50,00	——	——	——	2.570,00
	TOTAL	111.795,00	17.430,00	29.270,00	18.650,00	11.150,00	21.650,00	15.800,00	225.745,00

RESUMO GERAL

PESSOAL	Cr$	219.825,00
GRATIFICAÇÕES	"	1.500,00
SUBVENÇÕES	"	1.500 00
ALUGUEL DE PRÉDIOS	"	2.620,00
MATERIAL	"	115.043,00
	Cr$	340.488,00

Em setembro de 1946

O que se fêz no Território extinto, com relação à Educação — criação de dezenas e dezenas de escolas, instalação do Curso Normal Regional e dos Cursos Populares Noturnos, criação de cinco Inspetorias escolares, bem assim subvenção e incentivo ao ensino particular — não deve ter solução de continuidade, retrocedendo à situação de 1943, porque importaria em verdadeiro crime dos que têm, sôbre si, a responsabilidade de gerir a causa pública, entregue em suas mãos o destino daquela região.

Em um país como o nosso, onde o analfabetismo se eleva, ainda, a mais de 70% do total da população, fechar escolas significa, não tenhamos dúvida, abrir cadeias, mórmente naquelas afastadas regiões, desassistidas que se achavam antes da criação do Território, principalmente no que se refere ao ensino, como fartamente demonstrámos neste capítulo.

Por melhores que sejam as intenções do Govêrno de Cuiabá, em amparar e pelo menos manter o que fêz, em Ponta Porã relativamente à instrução, o fator econômico se antepõe como barreira intransponivél, sabido como é que a renda do Estado não lhe basta às suas imediatas necessidades, insuficiente mesmo para satisfazer ao pagamento de seu funcionalismo. Como, pois, abrir estradas que possibilitem a penetração e, consequentemente, a manutenção de escolas, centros de saúde, postos de guardas, etc.?... Será possível dar assistência imediata à região, sentindo de perto as suas necessidades vitais, fomentando à sua produção, incentivando iniciativas, estimulando novas energias, movimentando a alavanca propulsora de seu progresso, com o centro de irradiação a mais de 1.200 quilômetros e sem qualquer ligação fácil e segura?...

Infelizmente, nesse particular, não podemos nem devemos ser otimistas, pois estamos falando em documento oficial, ao Chefe do Govêrno e nos capacitamos da enorme responsabilidade que temos em fazê-lo, justamente quando relatamos o que foi feito no Território extinto, procurando salientar os pontos nevrálgicos da situação que, ali, após a extinção, se tornou melindrosa, apontando a causa para evitar, ainda a tempo, os seus efeitos desastrosos. E no que se refere ao ensino, sobretudo, êsses efeitos irão às raias da calamidade sem que, pelos menos, sejam, mantidas as escolas criadas, os Cursos Populares Noturnos e o Curso Normal Regional. Êste o apêlo, Excelência, que me cabe fazer em nome dos nossos pequeninos patrícios, dignos do amparo do poder público, sequiosos que se acham de instrução, sentinelas que são, na fronteira, da Pátria extremecida e que tudo esperam de seu Govêrno, alicerçado na tríade justiça, honestidade e trabalho.

O quadro que se segue é um espelho vivo da situação em que deixamos o ensino, na área do extinto Território e mantê-lo, pelo menos inalterável, será medida de profundo e sádio patriotismo, levando confiança a muitos milhares de pequenos brasileiros, justamente onde o Brasil termina.

TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

RESUMO GERAL

N.º de ordem	Governadores	Grupos Escolares		Escolas Reunidas		Escolas Isoladas		Esc. Partic. Regional		C. P. Noturno		C. N. Regional		Total	
		Esc.	Cls.	Esc.	Cls.	Esc.	Cls.	Est.	Cls.	Est.	Cls.	Est.	Cls.	Est.	Cls.
1	Estado de Mato Grosso .	1	8	6	30	44	45	—	—	—	—	—	—	51	82
2	Cel. Ramiro de Noronha	7	9	—	—	33	33	11	35	—	—	—	—	51	77
3	Maj. José Guiomard dos Santos	—	—	—	—	11	11	—	—	11	11	—	—	22	22
4	Dr. José Alves Albuquerque	—	4	—	—	41	41	3	8	—	—	1	2	50	55
5	Dr. José Alves Albuquerque	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	(Substituto) Dr. Valério Caldas de Magalhães .	—	2	—	—	55	55	—	—	—	—	—	—	55	57
	TOTAL	8	23	6	30	184	184	19	43	11	11	1	2	229	293

OBSERVAÇÃO — O total geral absoluto passa a ser **223**, à vista de 6 escolas reunidas terem sido transformadas em Grupos Escolares, com a anexação de suas classes.

VI — SAÚDE

No programa de atividades nacionais, a saúde deve ocupar lugar de máximo destaque, paralela à Educação, completando-se ambas na recuperação do potencial humano de que tanto necessita o País. Se o ensino é fator básico na formação da mentalidade e, consequentemente, no preparo do homem para as grandes batalhas no tablado da vida, a saúde é o elemento propugnador do bem estar físico, o alicerce sôbre que se constróe, gradativamente, a raça. O administrador, qualquer que seja o seu programa de ação, não há fugir, dêste binômio, no Brasil sobretudo, educação e saúde, ponto de partida para as grandes realizações, em qualquer setor, rumo ao qual se oriente a administração.

Instalado o Território em fins de 1944, após os estudos preliminares da situação geral, chegou o Govêrno à conclusão de que, mui o mais grave, em relação ao ensino, era o estado sanitário da região. A ação do Estado de Mato Grosso no que respeita à Saúde Pública, nada, absolutamente nada de útil e tecnicamente programado havia deixado que se pudesse aproveitar. Urgia fossem tomadas providências imediatas, mediante as quais pudesse o Govêrno iniciar a execução do programa que traçara.

As atividades sanitárias, então, resumiam-se apenas à cidade de Ponta Porã e, assim mesmo, com possibilidades restritas ao âmbito urbano, cuja irradiação puramente teórica, jámais se fizera ao meio rural, em face do ridículo equipamento de que dispunha e da reduzidíssima lotação em pessoal. Que assistência se poderia dar a mais de 100.000 habitantes, dispersos em área superior a 101.200 quilômetros quadrados, com apenas um médico chefiando um único posto de higiene instalado em Ponta Porã?... Nenhuma, certamente, e isso ficou perfeitamente constatado à proporção que a Divisão de Saúde do Território ia avançando, com o seu sistema assistencial, sertão a fora.

O plano sanitário do País, estabelecido pela legislação vigente, ficava, pois, naquela grande área relegado a completo abandono e isso tão sómente porque o centro de irradiação de todo o sistema sanitário de Mato Grosso, se achava em Cuiabá, desligado completamente, pela dificuldade de transporte, com o posto de higiene de Ponta Porã ao qual nem sequer visitas periódicas eram feitas, com o fim de orientar e sanar as falhas verificadas.

Fator primordial dêsse anárquico estado de cousas tão prejudicial à população da zona fronteiriça, era e ainda é o critério econômico de Mato Grosso, subordinando o sistema de ação aos recursos supletivos, isto é, limitando a ação educadora e saneadora às sobras que o já de si parco orçamento possa oferecer em cada exercício, sem prejuizo, já se vê, das realizações sempre preferenciais da sala de visitas, a monótona e muito colonial cidade de Cuiabá.

Não é de hoje que observadores capazes vêm proclamando o prejuizo decorrente das restrições de meios relativos a pessoal e material nos serviços de saúde, dentro de um pseudo regime de contrôle nos gastos, atingindo diretamente ao rendimento do conjunto, que abarca coeficiente ponderavel de responsabilidade em todos os setores do entrosamento administrativo e, daí, o comprometimento e consequente malogro de diversas diretrizes sanitárias no País, com desperdício inútil das pequenas quantias restantes dos cortes e mais cortes nos programas organizados por especialistas no assunto. Saúde Pública, em um País de tão grandes áreas, por demais díspares condições corográficas e climáticas como o nosso, não se pode fazer com migalhas orçamentárias, com ridículas verbas que desaparecem sómente na rubrica PESSOAL. Daí, pois, o fracasso, nesse setor, da administração matogrossense. Não será por meio de práticas isoladas, dispersivas no duplo sentido técnico e econômico, desorientados no conjunto normativo da administração, que se conseguirá extinguir o profundo descalabro que assoberba o nosso homem rural, vítima, ainda, de uma educação primitiva no que se refere à preservação da saúde, como esteio econômico de seu presente e do futuro de seus descendentes, pareclas vivas dos dias porvindouros da Pátria.

A fixação do homem rural nos dias atuais, está ligada, diretamente, à valorização que se lhe possa dar, pelo critério de assistência médico-sanitária-educacional, eficiente e gratuita, como elemento básico ao seu bem estar, fator seguro de seu trabalho, da ampliação de suas possibilidades como célula viva da sociedade em que se acha. E a quem conheça, de perto, em suas minúcias, a vida do homem rural, perdido na imensidade da campanha, por certo não escapa esta observação, esta grande verdade :o problema do

povoamento do interior do país, está na razão direta das possibilidades de preparação do ambiente, do meio, emfim, onde o homem rural possa desenvolver as suas atividades, certo de que se acha amparado pelo poder público, com saúde, educação e transporte, trinômio que é a síntese das necessidades nacionais.

O esquema da organização sanitária em Ponta Porã era, pois, ao tempo de Mato Grosso, por demais deficiente e mesmo em contradição com o fim para o qual fôra ali instalado, pois não há fugir, que, segundo os princípios basilares da ciência e da técnica, aos postos de higiene cabe, precípuamente, a ação preventiva, plasmando a sua atividade em função do bem estar social: educação e assistência sanitária, pre-natal, infantil, pre-escolar e dietética; preceitos de higiene preventiva contra a verminose, tuberculose, lepra, sífilis e doenças venéreas, tracomo e paludismo; higiene do trabalho, mental e dentária; investigações epidemiológicas, profilaxia geral e específica obituária, sem assistência médica; fiscalização do exercício profissional; fiscalização dos serviços de abastecimento, à população, de certos gêneros alimentícios; coletas de dados sôbre a estatística vital; polícia sanitária, cadastro e recenceamento; trabalhos epidemiológicos; incentivos às iniciativas privadas que se orientem como complemento dos trabalhos de saúde pública, ets.

Infelizmente, as carateristicas estruturais do posto de higiene de Ponta Porã, encontrado pela administração do Território, não permitiriam dar-lhe encargos de tamanha responsabilidade e, daí, a sua ineficiência, a pouca ou nenhuma vantagem de ter sido instalado.

Vejamos, agora, como se processaram, em apenas dois anos, 1945 e 1946, as atividades no setor Saúde Pública, sob a administração territorial, naquela região.

Após os estudos indispensáveis dos diversos problemas que, à época da instalação do Territário, assombravam e mesmo desafiavam a ação do administrador, por variáveis e complexos que se apresentavam, mereceu cuidado todo especial o estado sanitário regional, entrando a Divisão de Saúde em suas atividades, em dezembro de 1944.

As providências não se fizeram tardar em prol do bem público e, apesar das dificuldades que, então, em face da guerra, tornavam demoradas as aquisições de material e mesmo medicamentos, soube o Govêrno, dentro dos limites máximos que poude atingir, contornar essas dificuldades, aparelhando a Divisão de maneira a possibilitar-lhe desempenho cabal de suas finalidades, iniciando-se de logo o combate às doenças mais comuns e próprias da região, principalmente a malária, a anquilostomiase e a sífilis, tríade responsavel pela moior parcela de sofrimentos da população, fator máximo do despovoamento de muitas cidades do interior de nosso País.

Para dar combate sem tréguas às enfermidades e modificar, gradativamente, o quadro nosográfico que então se apresentava de maneira alarmante, desafiando tôdas as previsões e providências da administração, solicitou o Govêrno a colaboração de técniros do Ministério da Educação e Saúde, no sentido de lhe ser apresentado um Plano Sanitário em moldes capazes de distribuir, eficientemente, os proveitos de ação sanitária, homogeneamente e especificamente, por tôda a extensão geográfica do Território.

A Divisão de Saúde, então, para dar cumprimento integral ao programa que se lhe traçou, estruturou-se da seguinte maneira:

I — Diretoria

a) — Seção administrativa
b) — Seção técnica

II — Laboratórios

a) — central
b) — hospitalares

III — Serviços distritais

a) — capital
b) — interior

Para que se obtivesse o êxito almejado, na execução dos serviços, dividiu-se a área do Território em distritos sanitários, visando com isso facilitar o rápido e eficiente cumprimento das providências relativas à saúde coletiva, isto é, atacando as moléstias em conjunto, nos diversos municípios, não em tão grande escala como seria o ideal e, sim, dentro dos recursos orçamentários de que dispunha, pequenos, não se pode negar, em face do muito que se tinha a fazer.

Dentro, portanto, de tais recursos e na ordem de urgência para cada instalação, cuidou-se do recrutamento de pessoal hábil, aquisição de material, instalação da Divisão de Saúde, tudo se processando por etapas sucessivas, desde a

administração do Cel. Ramiro Noronha, o primeiro Governador, prosseguindo na gestão de meu antecessor direto, Major José Guiomard dos Santos, sem qualquer solução de continuidade, rítmo que mantivemos, ampliando mesmo o que se havia programado, no setor hospital, como explicaremos linhas adiante. A seriação de realizações do plano sanitário, vinha obedecendo, a partir de fins de 1944, à seguinte ordem:

a) — organização e instalação da Divisão;

b) — construção e instalação dos diversos órgãos que constituiriam o conjunto da Divisão;

c) — organização e instalação do Laboratório Central;

d) — organização e instalação do Laboratório no Hospital da Capital e auxílios para que os demais hospitais obtivessem e instalassem os seus laboratórios;

e) — preparação técnica do pessoal;

f) — construção, organização e instalação das Unidades sanitárias, nos municípios;

g) — equipamento de unidades sanitárias itinerantes.

Executando-se tanto quanto possível o programa que vimos de esplanar, foram instalados e já se achavam em pleno funcionamento, embora em prédios alugados e impróprios aos fins que se tinha em vista, o Centro de Saúde de Ponta Porã e os de Higiene de Maracajú, Miranda, Murtinho, Bela Vista, Nicaque e Dourados, os quais realizavam, sob direta fiscalização da Diretoria da Divisão, as suas tarefas sanitárias, dispondo de pessoal e material variáveis na razão direta das necessidades locais e de acôrdo com o índice demográfico de cada município.

Vejamos, a respeito dos objetivos dêsses postos de higiene, o que nos diz o Diretor da Divisão em seu Relatório anexo por cópia:

"Seus objetivos compreendiam:

Medidas sanitárias — higiene das habitações controladas pela inspeção e pelo cadastro sanitário; cadastro de gêneros alimentícios, destruição de fócos de insetos nocivos, campanha de educação sanitária, vigilância das doenças infecto-contagiosas.

"Medidas clínico — assistenciais — visando a campanha terapêutica — Neste sentido, o médico-chefe do Pôsto de Higiene era instruido para, sem prejuizo dos objetivos da Saúde Pública, empreender de modo sistemático, a campanha terapêutica, assistindo e fornecendo aos enfermos que frequentassem o Pôsto ,amedicação conveniente, largamente distribuida, gratuitamente, pelo Govêrno. Esta campanha inicial, rigorosamente executada pelos médicos e auxiliares, conseguiu reduzir em pouco tempo o índice de mortalidade, incrementando uma interessante política educacional no sentido de atrair para o médico, o homem rural, imerso na obscuridade de uma vida anômala e carente. Combatiam-se dêste modo, por métodos imediatos; a verminose, a malária, a sífilis, as doenaçs venéreas, o estado carencial consequente da má orientação alimentar e dilatando-se esta atividade clínica, prestava-se assistência a enfermos, para os quais o Pôsto constituia o único recurso ao seu alcance

"Os postos inicialmente foram adaptados com instalações reduzidas, mas perfeitamente em condições de prestarem serviços clínicos e profiláticos às populações incapacitadas de atingirem os centros médicos de maiores recursos, ou fazê-lo por conta própria. As diretrizes clínico-sanitárias visaram, nesta primeira etapa, o amparo corretivo das endemias rurais características da região de cada município, em particular.

"De capital importância para a estratificação da futura política sanitária, vinha sendo a campanha exercida contra a mortalidade infantil em tôdo o Território, moldada em bases clínicas, mercê da assistência irrestrita, propícia à criança, nas várias fases de sua evolução biológico-educacional".

Com tais objetivos e em colaboração direta com o ensino, os resultados das atiivdades desenvolvidas pelos postos de saúde não se fizeram esperar, vantajosos sobretudo para a criança, até então desassistida pelos poderes públicos e sujeita a todos os males regionais, sem ter para quem apelar. Os cuidados do médico, acompanhando o desenvolvimento da criança, completavam o trabalho do educador e êste, com a difusão da instrução, refletindo-se no lar do homem rural, cooperava por sua vez para o êxito da ação do médico, combatendo a ignorância, um dos fatores contrários à prática da higiene pessoal, por meio de palestras, demonstrações intuitivas, exemplos continuados, etc.

Instruções especiais eram dadas ao Chefe do Pôsto, recomendando a máxima assistência à gestante, dispensando-lhe cuidado especial, mormente no que se refere à profilaxia dos distúrbios específicos, notadamente no sentido educacional, combatendo-se, desta maneira, as influências maléficas oriundas da ignorância. A parturiente era observada e assistida com o zelo necessário, no propósito de impedir a perniciosa intervenção dos leigos, tendo-se em vista, com essa assistência, amparar o infante sob o emprego de métodos absolutamente técnicos, favorecedores de sua visabilidade vital.

Entretanto, para que se podesse levar a todos os pequenos núcleos, esparsos como vimos no capítulo sôbre e ensino, assistência sanitária continuada e eficaz, programou-se, para ter início no ano corrente, a instalação de postos itinerantes, terrestres e fluviais, o que garantiria,

com tôda possibilidade, resultados satisfatórios Êsses postos, com médico e enfermeiro, seriam organizados de acôrdo com a região onde fossem operar, isto é, aparelhados para o combate à malária, na região marginal aos rios e nos pantanais, dispondo de recursos necessários às enfermidades de carência e outras, quer na planície, como no alto das serras, distribuindo medicamentos gratuitamente. Para que houvesse controle e orientação imediata no derimir qualquer dúvida por parte dos encarregados dos postos itinerantes, estariam êstes subordinados ao pôsto central mais próximo, havendo ainda, periodicamente, o necessário rodízio do pessoal, medida elementar mas de grande alcance, da qual resultaria ampliação de conhecimentos por parte do quadro de médicos da Divisão de Eucação, ao mesmo tempo em que se evitariam os privilégios sempre prejudiciais à disciplina funcional.

Criado que fôra o Serviço do Correio Aéreo Territórial, na administração de meu antecessor, Major José Guiomard dos Santos, e não tendo sido possível conseguir-se, para o desenvolvimento de tão importante Serviço, um avião de maior raio de ação do que então se dispunha, cuidamos de aproveitar êsse Serviço, embora em pequena escala, em viagens rápidas, quando havia necessidade urgente, para transportes de doentes do interior para a Capital ou levando o médico a zonas distantes, no combate a surtos epidêmicos por vêzes em eclosão, como aconteceu no Município de Nioaque, com o alastrim e em Dourados, com a malária. De tal providência, notamos resultava maior prestígio do Govêrno junto ao povo da campanha, ante a rapidez com que se atendia ao chamado telegráfico, como ocorreu em certa zona de Nioaque, chegando o médico, de avião, duas horas depois de haver sido recebido, em Ponta Porã, o despacho em que se comunicava o aparecimento do surto. São fatos verídicos, testemunhados por todos os que foram beneficiados e que atestam, de maneira eloquente, a vontade do Govêrno em bem servir ao povo de tão afastada região, correspondendo, assim, à confiança do Chefe da Nação.

A concretização do Serviço Aéreo fôra inegavelmente, um dos maiores benefícios levados às regiões muito afastadas dos centros onde os postos de saúde se achavam localizados e visava atacar com a maior urgência, os fócos epidêmicos, tão frequentes, estabelecendo-se , de pronto, as medidas de isolamento e profilaxia, tendentes não só a evitar a propagação do mal, como também a rápida extinção dos elementos de contágio.

No combate à malária havia, ainda, excursões periódicas de médico especializado nêsse mister, pertencente ao Serviço Nacional de Malária e adido à Divisão de Saúde para, em colaboração com o Govêrno do Território, que fornecia transporte, material, guardas sanitários, percorrer as zonas mais perigosas, realizando, além da assistência médica dispensada aos doentes, inclusivé a distribuição de medicamentos, serviço valioso de pesquizas e estatística, sugerindo providências e orientando o povo em certos preceitos profiláticos e higiênicos, colhendo-se ótimos resultados nêsse particular.

O recrutamento de pessoal hábil, entretanto, não foi tão fácil, em virtude da enorme distância em que nos achavamos dos grandes centros sanitários do País. Necessário se tornou, portanto, o preparo do homem no próprio local onde iria operar e, assim, por meio de cursos especiais levados a efeito na Divisão de Saúde, conseguiu-se prover os cargos de visitadores, auxiliares de laboratório, guardas e atendentes, com os quais se iniciou a campanha contra a insalubridade de habitação, sob os múltiplos aspectos sanitáários, instruindo-se a população no exercício da prática da higiene domiciliar, ao mesmo tempo em que se dava combate sem tréguas às irregularidades que porventura fossem causadoras de ocorrências prejudiciais ao estado sanitário da coletividade.

Dispondo apenas de 34 guardas, o Serviço de Policiamento Sanitário vinha cumprindo, satisfatoriamente, a sua finalidade e, em face da melhora técnica desenvolvida pelo aprendizado intensivo, bem assim pelo recrutamento de elementos capazes, seria em pouco tempo a base da atividade profilática, cujos benefícios já se vinham fazendo sentir em todo o Território.

Os dados estatísticos que se encontram no Relatório da Divisão de Educação, anexo ao presente, servem como documento de grande valia para que se possa bem comparar a enorme soma de serviços prestados ao povo do Território, pela referida Divisão e de como se avolumam êsses serviços comparatiavmente aos que, antes, vinha tentando realizar o Estado de Mato Grosso, durante muitas décadas de anos.

As populações situadas ao longo da fronteira, antes do advento do Território, sempre fo-

ram atendidas com o máximo carinho pelo Serviço de Saúde da Comisão de Limites, sendo bem regular o movimento do pôsto médico, nas turmas de campo, em exames de doentes e até em pequenas intervenções cirúrgicas, distribuindo medicamentos gratuitamente. São trabalhos anônimos, sem alardes, prestados em pleno sertão, em regiões desertas, por isso mesmo mais valiosos e oportunos.

Feita a entrega dêsse Nosocômio por parte do Ministério da Educação e Saúde, o Estado, como não dispuzesse de meios suficientes para mantê-lo, outorgou poderes à "Sociedade Beneficente de Ponta Porã" para ter, sob sua direta, completa e exclusiva responsabilidade a administração do referido estabelecimento, subvencionando-a, para tal fim, com a ridícula importância de Cr$ 2.500,00 mensais, destinada às des-

HOSPITAL SANTA IZABEL, EM PONTA PORÃ.

O desenvolvimento hospitalar no Território foi outro ângulo do quadro médico-assistencial que mereceu particular atenção, não nos arreceiando em afirmar que, em tão pouco tempo, impossível seria, dentro dos recursos de que se dispunha, ir além do que foi feito.

Ao instalar-se o Território existia apenas um estabelecimento hospitalar, na cidade de Ponta Porã, doado que fôra ao Estado de Mato Grosso pelo Govêrno Federal, em 1942, para servir de abrigo aos pacientes portadores de Pênfigo Foliáceo, então muito comum, principalmente na zona da fronteira.

pesas de manutenção de tão importante setor de assistência sanitária.

Instalado, embora objetivando um fim específico, iniciou o Hospital, de logo, atividades mais complexas, de clínica geral, limitada no começo, em sua quase totalidade, a pobres e carentes de assistência médica integral. Sem dispôr, entretanto, de recursos mínimos para satisfazer às necessidades locais, diminuto foi, pois, o índice de assistência, jámais satisfazendo a maioria dos doentes, reduzidos, em face das condições evolutivas de cada caso, ao mais completo abandono pela falta de medicamento e alimenta-

AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL SANTA ISABEL — (PAVILHÃO PARA A APARELHAGEM DE RAIOS X).

AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL SANTA ISABEL — (PAVILHÃO DESTINADO ÀS IRMÃS DE CARIDADE).

MODERNA SALA DE OPERAÇÕES DO HOSPITAL SANTA ISABEL

ção adequada, faltas essas aliadas à desorganização do serviço interno, com pessoal reduzidíssimo e pessimamente remunerado, sem nenhum incentivo para levar avante tão meritório empreendimento.

Com verba que não ultrapassava a Cr$ 3.500,00 mensais, já incluida a subvenção acima citada, de nenhum modo poderia o Hospital de Ponta Porã enfrentar as responsabilidades de assistência na amplitude que se fazia mister, resultando disso o descrédito, o desleixo, atividades quase nulas e sem significação de cunho social, consequência lógica de uma política econômica desorientada, adotada pela administração estadual.

A administração Ramiro Noronha veio encontrar o Hospital em situação de relativo abandono, incorporando-o, de logo, ao controle da Divisão de Saúde, que, de início, cuidou de dotá-lo do indispensável, em material e pessoal, dando-lhe assistência econômica direta, de que tanto necessitava.

Na administração do Major Guiomard dos Santos, novos melhoramentos foram introduzidos nêsse nosocômio, inclusivè a aquisição de completa aparelhagem de Raios X, para a instalação da qual foi iniciada a construção de um pavilhão, ao mesmo tempo que outra dependência era construida, destinando-se à residência de enfermeiras, irmãs de caridade, que viriam, no ano em curso, de hospitais de São Paulo.

Ao assumirmos o Govêrno, voltamos nossas vistas para o Hospital "Santa Izabel", de Ponta Porã, ampliando as possibilidades assistenciais do referido nosocômio, para o que baixamos o necessário ato, subvencionando-o com a quantia de Cr$ 25.000,00, mensais, correndo essa despesa pela rubrica Serviços e Encargos, consignação I, subconsignação 01, inciso 03, item 40 do orçamento anual da União atribuido ao Território.

Com êsse auxílio mensal, tornaram-se possíveis novas e radicais modificações na administração interna, consideradas básicas pela Divisão de Saúde, assim especificadas no Relatório que nos foi apresentado pela Diretoria daquele importante setor de nossa administração, Dr. Silvio Grangeiro Ferreira de Almeida.

"a) — melhoria do padrão alimentar, com as variações específicas, sendo o quantitativo distribuido de conformidade rom as dietas pressitas pelos médicos;

b) — instalação de uma farmácia, com regular estoque para suprir as necessidades da distribuição interna, facultando ao doente o uso de medicamentos sem restrições de qualidades ou quantidade e receita os sob a orientação dos métodos da terapêutica moderna;

c) — aumento de servidores, em número suficiente para o regular desempenho funcional, atingindo a folha de pagamento do pessoal, lotado naquele mosocômio, a Cr$ 6.250,00, duas vêzes a importância que representava a verba de tôdas as despesas, ao tempo do Estado de Mato Grosso".

No intuito de facilitar as prescrições dietéticas e tanto quanto possível assegurar controle seguro nos gastos, evitando-se os desperdicios tão comuns nos estabelecimentos destinados à assistência aos indigentes, fizemos adotar as tabelas estabelecidas nos Hospitais Militares, obtendo-se ótimos resultados.

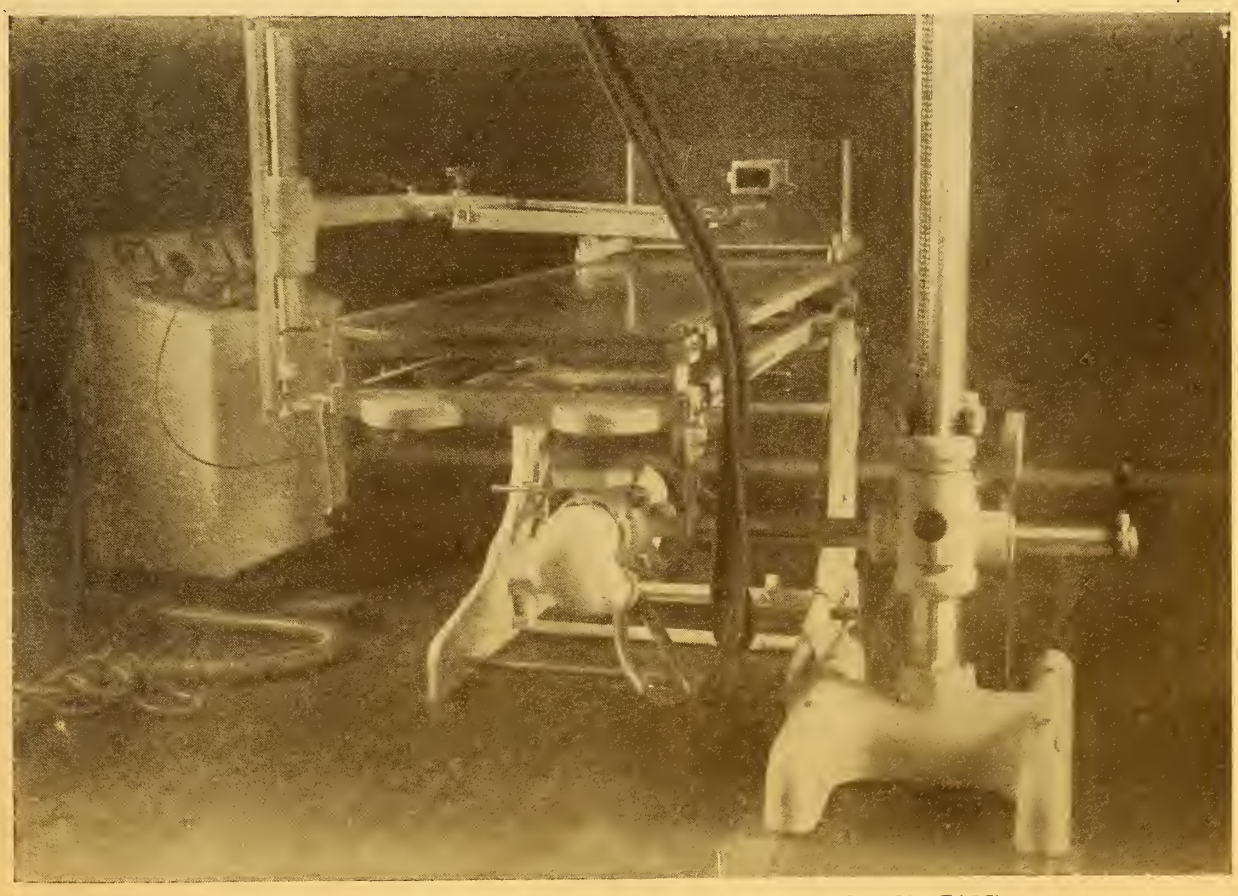
E' oportuno salientar que o Território mantinha de seu próprio quadro de funcionários, com exercício permanente no Hospital "Santa Izabel", exercício permanente no Hospita "Santa Izabel", nada menos que cinco médicos, sendo um cirurgião, um pediatra, um ortopedista, um obistetra e um clínico, que era o próprio Diretor, bem assim o administrador, o farmacêutico e o enfermeiro-chefe, despesa essa que atingia a mais de Cr$ 17.500,00 mensalmente.

Entre outras providências completivas da aparelhagem hospitalar, além de novas instalações, menciona o Diretor da Divisão de Saúde, mais as seguintes:

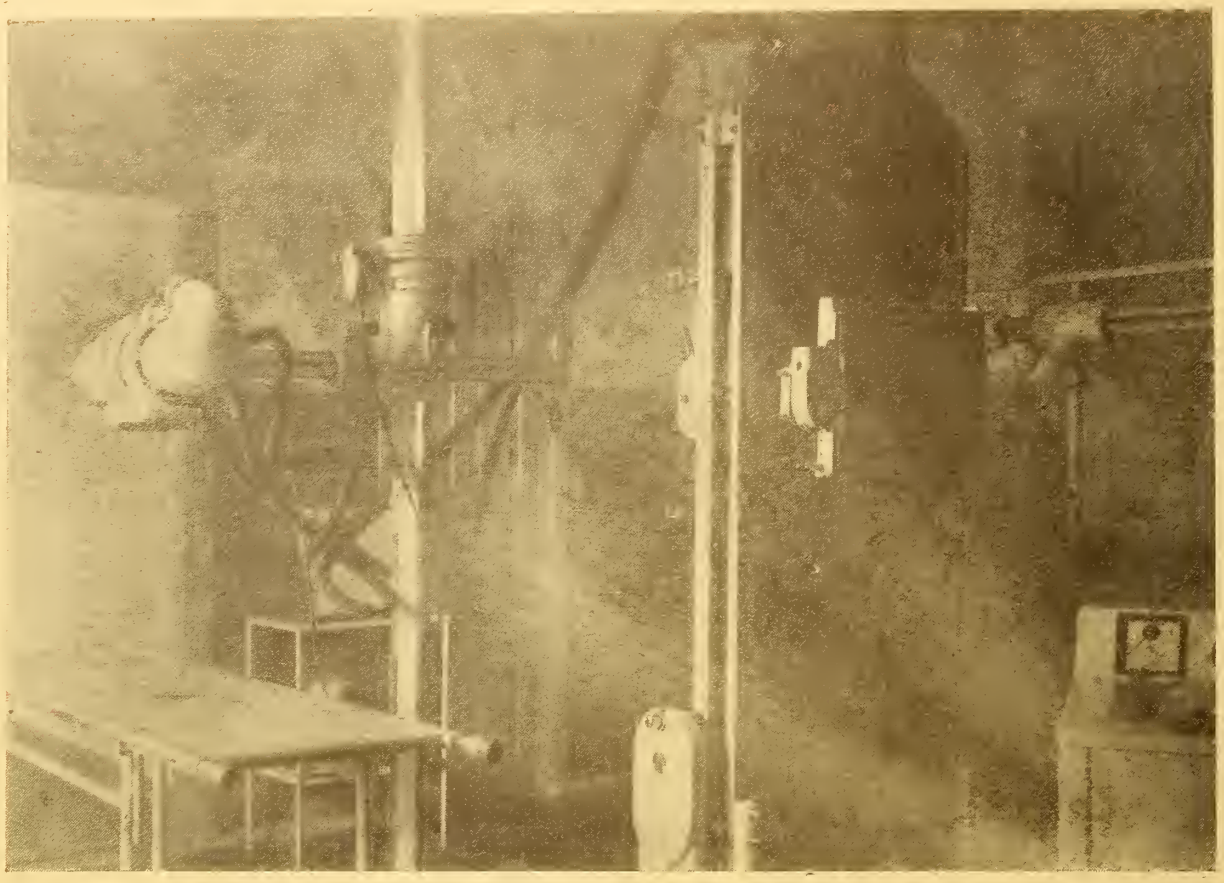
"a) — doação de uma caminhonete, para o serviço de socorros urgentes e transporte dos médicos;

b) — doação de um aparelho de raios X, pertencente à Divisão de Saúde, adquirido na administração Major José Guiomard dos Santos, no valor de Cr$ 86.000,00;

c) — ampliação das instalações, por meio de construções suplementares, destinadas à radiologia, fisioterapia e aposentos para enfermei-



MODERNA APARELHAGEM DE RAIOS X, NO HOSPITAL SANTA IZABEL.



OUTRO DETALHE DA SALA DE RADIOTERAPIA.

PARTE DO REFEITÓRIO DO HOSPITAL.

ras (irmãs de caridade) no valor de Cr$ 166.702,90;

d) — construção de um pavilhão para isolamento, anexo ao Hospital, na importância de Cr$ 169.000,00;

e) — construção da maternidade e bloco cirúrgico, anexos ao Hospital, obras já iniciadas, achando-se ultimadas as bases para a sua conclusão, por intermédio do Departamento Nacional da Criança".

São chocantes, pois, os contrastes entre as atuais condições do Hospital "Santa Izabel" e o que era, ao tempo da administração matogrossense. E' de receiar-se, em face das parcas rendas daquele Estado, volte tão modelar estabelecimento ao que era em passado pouco remoto, não sendo pessimismo tal previsão, ante o quadro desolador que já se esboçou, logo após a entrega que fizemos desse Nosocômio à "Sociedade Beneficente de Ponta Porã". As modificações imediatamente levadas a efeito, visando a compressão nos gastos em virtude de não dispôr senão de pequeno saldo da subvenção que lhe era atribuida pelo Govêrno territorial, são tão radicais que, ao mencioná-las aqui, o fazemos, Excelênsidade premente de que passe, o quanto antes, à administração federal, subordinado ao Ministério de Educação e Saúde, o Hospital a que nos vimos referindo.

A COZINHA DO HOSPITAL.

Enumeremos, pois, as modificaçáes já verificadas até a data de nossa partida de Ponta Porã, a 11 do mês em curso, após termos feito a entrega do Territário extinto, solenemente, à administração matogrossense:

a) — alta forçada a quase todos os doentes que se achavam nas enfermarias de indigentes, como medida de economia;

b) — redução do pessoal para os serviços internos, inclusive extinção dos cargos de administrador e farmaceutico;

c) — serviço de ambulatório reduzidíssimo, por falta de médicos e medicamentos;

INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DE ISOLAMENTO, ANEXO AO HOSPITAL SANTA IZABEL.

OUTRO DETALHE DA CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DE ISOLAMENTO PARA DOENÇAS CONTAGIOSAS.

INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DA MATERNIDADE E BLOCO CIRÚRGICO, ANEXO AO HOSPITAL.

d) — redução do quadro de médicos, passano de cinco a um, que é o próprio Diretor.

Esta situação tão caótica, Excelência, é uma das primeiras consequências da extinção do Território. O Hospital que tinha, como finalidade precípua, atender aos necessitados, dispondo para os que possam pagar suas diárias e, daí, as ca-se, de um momento para outro, em Hospital para os que possam pagar suas diárias e, daí, as transformações verificadas em sua organização interna. Qual o motivo dessa brusca modificação, prejudicialíssima à pobreza que sempre encontrou amparo naquele estabelecimento?... A falta de recursos, o desamparo em que, por certo, irá ficar por parte da administração matogrossense.

E' imperiosa, indispensável e inadiável, providência salvadora por parte do Govêrno Central, em prol do bem estar das classes menos favorecidas naquela região. O Hospital de "Santa Izabel", já agora em franca desorganização, é apenas o início de uma série de descalabros em tudo que se havia realizado na área do extinto Território e ainda é tempo de se salvar alguma cousa do naufrágio, providências que estão nas mãos de Vossa Excelência, sempre desperto e desejoso de trabalhar pelo bem do Brasil, onde a sua ação se faça necessária, como no caso presente.

A assistência à infância, que se fazia sentir ampla, tecnicamente orientada, como vimos, desenvolvia-se dia a dia, já se achando bem adiantadas as construções do pavilhão da maternidade, anexo ao Hospital e um posto de puericultura, na cidade de Ponta Porã, em colaboração com a Legião Brasileira de Assistência. Para isso, o Govêrno tomou as providências indicadas, doando, de início, um terreno no centro da cidade, no valor de Cr$ 40.000,00, e facilitando, pela Divisão de Obras, todos os serviços técnicos indispensáveis à realização de tão útil empreendimento. Nêsse posto, além da proteção à infância, prodigalizando-lhe os socorros indsipensáveis, visava-se ainda ministrar conselhos médicos às mães, de ordinário, pobres e ignorantes, bem assim facilitar-lhes recursos materiais, objetivando-se, com tais medidas, a higiene da primeira infância,

sôbre a qual repousa, certamente, o futuro do homem e da sociedade.

Os parques infantís para recreação ao ar livre, valiosos colaboradores da boa rigidez da criança, estavam, igualmente, no programa que nos traçamos executar de amparo à infância e, gradativamente, com as possibiidades econômicas que dispuzéssemos iríamos, cada ano, tornando em realidade essas construções, principalmente nos centros urbanos de maior densidade demográfica.

Entrosadas as duas Divisões, de Educação e Saúde, ambas orientadas na ante-visão do bem estar coletivo em dias não muito remotos, ressalta, insofismavelmente, o contraste da estrutura administrativa de duas épocas bem próximas: 1943 — Mato Grosso e 1946 — Território, de que é exemplo exuberane a linguagem muda dos números, com a qual encerraremos êste Capítulo, como fizemos antes, no setor de Educação.

Da eficiência e do êxito, dos recursos em pessoal e material de que dispunha a Divisão de Saúde, falam bem alto, pois, os seguintes dados estatísticos:

Pessoal — Mato Grosso — 1943

Médico	1
Auxiliar microscopista (prático)	1
Guardas sanitários	2

CONSTRUÇÃO DO POSTO DE PUERICULTURA, LAGE DE CONCRETO.

Vencimentos

	Cr$
Médico	1.000,00
Auxiliar microscopista	300,00
Guarda sanitário	240,00

Pessoal — Território — 1946

Médicos	12
Farmacêuticos	1
Laboratoristas	1
Prático de Laboratório	1

PARTE DO LABORATÓRIO DE ANÁLISE, DA DIVISÃO DE SAÚDE.

Auxiliares administrativos	5
Guardas sanitários	34
Atendentes	5
Serventes	5

Vencimentos

	Cr$
Médico Diretor da Divisão	6.000,00
Médico Diretor do Hospital	4.500,00
Médicos clínicos .... 3.900 00 e	4.500,00
Médicos operadores .. 3.900,00 e	4.500,00
Médicos chefes de posto	4.500,00
Médicos auxiliares	3.200,00
Laboratoristas	1.550,00
Farmacêuticos	1.550,00
Auxiliares. administrat. 1.250,00 e	3.900,00
Guardas sanitários ..... 850,00 a	1.000,00
Atendentes	900,00
Serventes ..... 750,00 a	900,00

A despesa da Divisão oscilava, em média, mensalmente, na seguinte base:

	Cr$
Pessoal	87.000,00
Material	60.000,00
Subvenções a hospitais	36.000,00
Diversos	5.000,00
SOMA	188.000,00,

ou seja, aproximadamente 1/6 da verba orçamentária para 1946: pessoal, material e serviços e encargos.

Além do Hospital "Santa Izabel", que passara a ser subvencionado a partir de maio do ano findo, com Cr$ 25.000,00, a que já fizemos menção, foram subvencionados os hospitais de Dourados e Bela Vista, cada um com Cr$ 5.000,00, e já se achavam em andamento os processos relacionados aos Hospitais de Miranda e Pôrto Murtinho. Forneceu-se, além disso, grande cópia de material a alguns dêsses estabelecimentos, de mneira que podessem, realmente, cumprir as suas finalidades.

A obra que se teve em mira levar a efeito no Território de Ponta Porã, no setor SAÚDE, vasta na proporção da área, e, sobretudo, da

enorme dispersão da população, não poderia ser, em pouco mais de dois anos de atividades, ponto de referência de uma administração mas, inegavelmente, guardadas as proporções e o meio ambiente, alguma cousa ficou em prol do bem estar do homem rural e indispensável se torna o prosseguimento metódico do programa traçado, colimando atingir os pequenos povoados do interior, os agrupamentos formados nos ervais, os roçados ribeirinhos, as fazendas de criação mais distantes, o homem isolado enfim, perdido no labirinto da selva ou do campo à espera que a ação do poder público se faça sentir homogênea em todo o Território Nacional, beneficiando a todos os brasileiros, onde quer que se encontrem, nas cidades ou no sertão.

VII — DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

Em administração eminentemente colonial como sóe ser a dos Territórios, impõe-se ao administrador, de par com a assistência educacional e sanitária ao indivíduo, preparar-lhe o ambiente e facilitar-lhe o indispensável ao seu bem estar, isto é, orientá-lo tecnicamente e auxiliá-lo materialmente no amanho da terra ou na criação dos rebanhos, no extrativismo ou na indústria. Não se compreende, em País de vasto recurso territorial como o nosso, qualquer programa de desenvolvomento da produção sem que, antes e concomitantemente, haja sido objeto de estudos e execução a facilidade de transportes, o fator homem alfabetizado e são, estudo dos aspectos geográficos onde se vai operar, instalação de campos experimentais e de fazendas-modelo para que, perfeitamente entrosados todos os fatores, se possa ter, após certo tempo, êxito seguro em tais emprendimentos.

Vimos, nos capítulos anteriores, quão sistemática foi a ação do Govêrno Territorial no que se relaciona ao transporte, educação e saúde, preliminares indispensáveis ao programa "desenvolvimento da produção", sôbre o qual trataremos, linhas a seguir.

O Território de Ponta Porã, não se pode negar, sobressaía-se aos demais que foram criados em 1943, não sòmente pela sua posição geográfica, indiscutivelmente invejavel, por si-

OFICIAIS DA MISSÃO BRASILEIRO-AMERICANA EM VISITA AO HOSPITAL.

tuá-lo a três dias de São Paulo e a quatro desta Capital, por via férrea, mas e principalmente, por se desenvolver no sentido dos meridianos, de NW para SE, apertado entre os rios Paraguai e Paraná, cujos principais afluentes, naquele trecho, cortam a região tendo suas nascentes no mesmo sistema orográfico ou seja, a serra de Amambaí, do rio Estrêla ao Iguatemí, nas respectivas cabeceiras, e a serra de Maracajú, dêste último ponto até o salto das Sete Quedas, no Rio Paraná.

Abarcando terras de duas vertentes, oferece fácies bem diferente em uma e outra: terras baixas e alagadiças às margens do Paraguai e de seus afluentes, com elevação muito acentuada já nas proxiimdades das nascentes, contrastando com as terras da bacia do Paraná, situadas em nivel mais alto, cuja cóta, pouco e pouco, suavemente, vai diminuindo em busca da calha do grande rio. Constituía-se, pois, o Território em causa, de região plana, que se prolonga desde o rio Paraguai até bem perto das nascentes de seus afluentes pela parte Oeste do Planalto, integrando-se da grande baixada do Sul e Oeste de Mato Grosso e chegando mesmo a alcançar vastos tratos inundáveis na época das cheias, não fugindo às nuances tão comuns ao falado pantanal do Paraguai, e da zona que podemos chamar de planalto, que se prolonga de Norte a Sul, nos limites com a República do Paraguai, mantendo a cóta de 600 a perto de 700 metros, para descambar-se, rumo Leste, já com pouco menos de 200 metros de altitude, à margem direita do rio Paraná.

Duas, portanto, as condições climáticas perfeitamente definidas; quente e úmido, com chuvas no verão, na planicie, e frio e seco, embora igualmente chuvoso no verão, na chapada. Na planície, a vegetação predominante na zona do pantanal, é a graminácea, enquanto que, às margens dos rios, aparecem os serrados e mesmo as matas, ao galgarem os cursos dágua a região não inundável. Como consequência lógica das inundações periódicas, o solo da planície, de formação aluvionar, renova-se cada ano, sempre fértil, a exemplo do Nilo, por verdadeira **colmatage** de sedimentos orgânicos, carreados pelas águas que se despencam do planalto por dentro da mataria virgem, quando não pela própria extravasão do grande Paraguai, a avançar quilômetros e quilômetros, planície a dentro, levando o humos, arrancado de regiões distantes. Retiradas as águas, o solo se apresenta umífero e areno-silicoso, revestindo-se de soberbas e excelentes pastagens, na qual se desenvolve a pecuária. O paludismo, entretanto, nessa região, se apresenta endêmico e o seu combate requer programa sério e atividade continuada, não prescindindo, mesmo, da engenharia sanitária, pela drenagem de grandes áreas. Daí o índice demográfico muito baixo que alí se observa em relação ao Planalto, a despeito de maior facilidade de transporte, com escoamento garantido por Pôrto Murtinho, onde tocam os navios do Lóide Brasileiro e os de certa Companhia Argentina e, em Pôrto Esperança, ponto de entroncamento da linha fluvial com a linha férrea, a Noroeste do Brasil. Na região de Pôrto Murtinho, a indústria de extração do tanino, da árvore denominada Quebracho, se acha muito bem organizada, funcionando normalmente duas Companhias, que exportam o produto diretamente para o exterior.

O angico também é explorado largamente na extração do tanino, aplicado na indústria de cortume, principalmente em Miranda.

A palmeira Carandá, tão abundante na reregião do pantanal ,oferece possibilidades indiscutíveis na indústria extrativa da cêra, como similar de Carnaúba do Nordeste. Tivemos ocasião de enviar a Vossa Excelência certa porção de cêra produzida pelo Carandá, classificada, como produto dos melhores, no gênero. Essa Indústria, entretanto, ainda não se acha organizada, resultante lógica, principalmente da dificuldade de transporte, problema que seria resolvido com a execução do plano rodoviário, assunto de que já nos ocupamos.

Na zona de Dourados, encontra-se em estado nativo, a laranja azeda, cuja exploração, hoje, se tornou muito desenvolvida — a indústria do "Petit Grain", a ponto de ter o Govêrno do Território de baixar normas para essa exploração, dentro dos seguintes dispositivos: a) conservação e replantio dos laranjais nativos, evitando o seu aniquilamento;

b) podar, obedecendo aos requisitos técnicos indispensáveis;

c) fiscalização por parte da Prefeitura de Dourados;

d) conservação de 20% das laranjeiras que estejam em plena frutificação, para disseminação da espécie;

e) fornecimento de mudas, toda a vez que houver solicitação;

f) tôdas as laranjeiras podadas só poderão ser novamente trabalhadas após quatro anos;

g) o corte deve ser feito sempre em sentido diagonal;

h) obedecer, quanto às demais árvores silvestres de área onde se encontrarem os laranjais, às prescrições do Código Florestal.

E' muito promissora essa indústria e, com o desenvolvimento que objetivávamos dar à agricultura, teriamos ensaios genéticos com essa planta cítrica, possibilitando a sua melhoria e consequente aumento da produção.

A agricultura, nesta vasta área do Território, não se apresenta digna de menção, porque descrientada, empírica, reduzida mesmo a pequenos roçados. A farinha de mandióca é, de todos os produtos agrícolas dessa zona, o que se apresenta com maior movimento no comércio.

A pecuária, mercê de boas pastagens, após as vazantes, oferece compensador rendimento aos fazendeiros, sem ter merecido, até a instalação do Território, qualquer assistência por parte dos poderes públicos. O gado era criado à solta, sem o processo das invernadas, não se cuidando de sua melhoria por meio do cruzamento, mesmo progressivo e as epizootias alastravam-se cada vez mais, até o momento em que a ação do Govêrno Territorial se fêz sentir, como trataremos adiante.

Na região da chapada o domínio dos campos é visivel, aqui e ali interrompido pelos ervais que aumentam gradativamente à proporção que se avança para o Sul, para predominarem mesmo, da margem direita do rio Dourados até os limites com o Paraguai, na serra de Maracajú. As margens dos rios Ivinheima, Brilhante, Vacaria, Dourados e Amambaí, nos baixos cursos, são de ordinário cobertas de matas e se apresentam ricas em humos, sobressaindo-se a região de Dourados, propriamente dita, uma das mais férteis do Brasil. De sólo agrícola muito profundo e com um clima ameno, dispondo de matas virgens em abundância, Dourados será, em futuro próximo, o celeiro não sómente de todo o Oeste e Sul matogrossense mas, se houver facilidade de transporte, abastecerá ainda grande parte de nosso País.

A agricultura ali, entretanto, a despeito de tamanha fertilidade do sólo, não tem tido o desenvolvimento que era de esperar, mercê do abandono em que sempre se encontrou o homem rural, por parte dos poderes públicos. Mesmo assim, o arroz, o milho, o feijão e a mandioca contribuem com regular parcela para a economia da região, sem falar em outras pequenas culturas, dia a dia ampliadas.

A batata tipo doce encontra terreno ideal ao seu cultivo, desenvolvendo-se muitissimo, de que é exemplo frizante o exemplar que remetemos a Vossa Excelência, pesando nada menos que 4.550 gramas. A produção da batata tipo inglêsa, por hectare, oferece igualmente rendimento invejavel e, por certo, com o amparo eficaz à lavoura, mórmente com a facilidade de transporte, bem promissora seria a cultura intensiva dessa solanácea.

Na região Norte do Território, no muncípio de Miranda, a cultura da cana de açúcar, de inicaitiva unicamente particular e sem nenhum incentivo por parte do Estado, tem tido regular desenvolvimento, achando-se em funcionamento, na cidade de igual nome, a Usina Santo Antônio, montada, senao com o máximo requerido pela técnica moderna, pelo menos com o suficiente para produzir mais de 7.000 sacos anuais, achando-se avaliada para o ano em curso, em perto de 480 toneladas, a presente safra. A produção da Usina, neste último triênio, foi a seguinte: 1945 — 5.088 sacos; 1946 — 5.243 e para 1947 — 8.000 sacos, como estimativa.

No último ano da guerra e no que se lhe seguiu, quando a falta de açúcar no Sul do País atingiu a proporções alarmantes, a Usina de Miranda, em colaboração com o Govêrno do Território, distribuiu a sua produção às prefeituras, por intermédio da Delegacia de Prêços e Defraudações, em cotas preestabelecidas pela administração territorial, de tal maneira que não houve, em rigor, falta absoluta do produto, e, sim, um racionamento às firmas estabelecidas em Ponta Porã e nas demais cidades do Território e o Instituto do Açucar e Alcool, em instruções que nos enviara, atribuira ao Território apenas o montante da produção de Miranda.

Mister tornou-se, então, entrarmos em entendimentos com a administração da Uzina, sendo oportuno salientar aqdi o elevado espírito de coaboração que norteou os proprietários daquele estabelelimento, sempre prontos em atender aos pedidos do Govêrno, inclusive quanto à limitação dos lucros, bem compreendendo a situação anormal que então predominava no País.

A região média e superior dos cursos dágua a que já nos referimos, oferece campos belíssimos, embora de pastagens inferiores aos da baixada, em virtude da pouca fertilidade do solo, ano a ano mais empobrecido de seus elementos nobres, resultante da queima periódica alí tão comum, sistema prejudicial sob qualquer aspecto e disseminado em nosso País de Norte a Sul, contribuindo muito para o dessecamento dos mananciais, o que importa dizer, para o despovoamento de consideráveis áreas do interior.

A pecuária, nessa zona, se desenvolve promissoramente e se avantaja, mesmo, sob o ponto de vista técnico, à zona da baixada. E' que, por iniciativa particular unicamente, alguns fazendeiros, dispondo de recursos suficientes, introduziram em suas fazendas diversos processos zootécnicos: preparo de invernadas, pastagens artificiais, melhoramento dos rebanhos por meio do cruzamento e da selecão, dando à criação bovina, principalmente para a exploração da função econômica de produção de carnes, orientação segura e metódica, embora não haja, ainda, a indústria saladeril, na região de que estamos falando, a não ser o de Pôrto Murtinho e este mesmo com sus atividades quase paralizadas, estando com a rídicula cota de 900 rezes para o ano findo, fixada pela Coordenação da Mobilização Econômica.

A exportacão de bois, entretanto, para serem abatidos em Campo Grande, São Paulo e Rio, é feita em grande escala, periódicamente, havendo municípios, como o de Maracajú, que têm por base de sua economia, apenas a pecuária. Para a praça de Campo Grande o transporte é feito pela estrada de ferro Noroeste do Brasil e para a de São Paulo, organizam-se manadas que, em viagens monótonas, através da ponte construida sôbre o rio Brilhante, atingem a margem direita do rio Paraná, em Pôrto 15, de onde seguem para Pôrto Epitácio, apanhando a ponta de trilhos de Sorocabana. Sòmente o município de Maracajú exporta, anualmente, cêrca de 40.000 bois, dos quais aproximadamente 20% seguem, via Campo Grande ou Caiuás, para Aquidauana, destinados ao saladeiro que alí se acha instalado.

O quadro abaixo dá, em números redondos, a estimativa da população bovina e equina, em todo o Território, até outubro de 1946.

Municípios	Áreas	Bovinos	Equinos
Maracajú	6.083	250.000	110.000
Bela Vista	11.437	160.000	120.000
Ponta Porã	24.581	116.000	50.000
Miranda	24.252	80.000	5.000
Pôrto Murtinho .	17.512	75.000	5.000
Noaque	4.771	55.000	4.700
Dourados	20.246	21.000	1.900
SOMA	108.882	757.000	296.600

A liderança do município de Bela Vista, quanto à criação de equinos, deve-se em grande parte, ao incentivo despertado pelos 10º e 11º Regimentos de Cavalaria, sediados nas cidades de Bela Vista e Ponta Porã, respectivamente, e que, ultimamente, passaram a adquirir grande parte de seus cavalos naquela região, facilitando ainda aos fazendeiros a cessão de reprodutores da Remonta, visando com isso melhorar, cada vez mais, o lastro existente.

Nas fazendas "Pacury" e "Santa Virginia", dos irmãos Heitor e Mário Mendes Gonçalves, a pecuária orienta-se sob processos zootécnicos os mais modernos, e belos espécimes de bovinos e equinos de puro sangue enfeitam invernadas de plantas forrageiras as mais apropriadas à região.

Em "Santa Virginia", há ainda particularidade interessante: a avicultura, que se apresenta, com predominância de pássaros de dezenas e dezenas de variedades e de tôdas as partes do mundo.

As demais espécies de gado criados nas diversas fazendas da baixada e do planalto, comportam-se com boa adaptação ao clima e aos demais fatores mesológicos, mas não têm tido o desenvolvimento que poderiam apresentar, de vez, que sòmente após o advento do Território, receberam os fazendeiros o influxo benéfico da assistência do poder público e consequente estímulo à melhoria de seus rebanhos. Essas espécies se acham representadas com os seguintes rebanhos:

Asininos	500
Muares	4.000
Suinos	63.000
Ovinos	44.000
Caprinos	13.000

Os municípios de Ponta Porã e Dourados são os maiores criadores de suinos, cabendo a Bela Vista a primazia na criação de ovinos.

Feita, em síntese, a descrição geral do quadro econômico na área do Território extinto, com

relação ao tamanho da terra e à criação de animais domésticos, passaremos a analisar o programa traçado pelo Govêrno, com o objetivo de modificar, em poucos anos, tudo o que até agora vinha sendo feito sob os mais retrógrados princípios agro-técnicos.

Instalada a Divisão de Produção, Terras e Colonização em princípios de 1946, foi homologado pelo meu antecessor, Major José Guiomard dos Santos, o acôrdo oriundo dos entendimentos feitos pelo Cel. Ramiro Noronha, então Governador, com a Inspetoria Regional de São Paulo, da Divisão de Defesa Sanitária Animal. Por êsse acôrdo, a Divisão de Defesa Sanitária Animal, do Ministério da Agricultura, através da sua Inspetoria em São Paulo, colaboraria com o Govêrno Territorial em tudo que se relacionasse com a melhoria dos rebanhos, principalmente no combate às zoonoses que, áquela época, se alastravam assustadorapente, recebendo para o completo êxito de sua missão, o auxílio material e pessoal de que necessitasse e dentro dos recursos orçamentários atribuidos na lei de meios da União, à nova unidade federativa.

De como se desenvolveu a ação cotidiana do Govêrno nêsse importante setor, fala eloquentemente o relatório apresentado pelo veterinário Aureo Lino da Silva, anexo por cópia, cabendo-nos aqui, unicamente, particularizar alguns ângulos do intricado problema para pôr em relevo que, em apenas pouco mais de um ano de atividades, (parte de 1945 e 1946) muito se fêz em prol da pecuária naquele imenso pedaço do nosso País.

Desenvolver a produção no setor pecuário, importa dizer: preparar o âmbinte criatório, dar combate sistemático às epizootias, criar estações de monta com reprodutores selecionados para certa e adredemente escolhida função econômica, modificar às pastagens, orientar os processos das invernadas, combater a criação extensiva, circunscrevê-la a polígonos estanques, instalar banheiros carapatecidas, facilitar o transporte para os mercados consumidores, etc.

Medida preliminar seria a criação de postos zootécnicos nos pontos chaves dos diversos municípios e para isso mister tornou-se o preparo de funcionários no próprio Território, o que foi

SERVIÇO DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL-LABORATÓRIO.
(Colaboração com o Ministério da Agricultura).

VACINAÇÃO CONTRA A AFTOSA, NO INTERIOR DO TERRITÓRIO.

GRANJA MODELO — "ASSIS BRASIL" — ENTRADA PRINCIPAL EM FASE FINAL DE CONSTRUÇÃO

feito na séde do Serviço, em Ponta Porã, sob a orientação direta do Dr. Aureo Lino da Silva.

Aparelhados tanto quanto possível, em face do limite de verbas de que então se dispunha, foram instalados postos em todos os municípios, cabendo aos respectivos encarregados, como missão precípua, executar o seguinte esquema:

a) cumprir o Regulamento do S.D.S.A., aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24.548, de 3-7-34;

f) proceder a vacinação anti-rábica, em cães, nas cidades do Território;

g) percorrer mensalmente 10 fazendas, dentro do respectivo Município, orientando os fazendeiros, vacinando, etc.

No entanto, em face da desigualdade na distribuição da população bovina e equina pelos municípios, em relação às respectivas áreas, como vimos, tornava-se exaustivo e mesmo difícil a inspeção sem os recursos para isso necessários, no

CASA DAS MÁQUINAS, EM CONSTRUÇÃO — GRANJA MODELO "ASSIS BRASIL"

b) distribuir aos fazendeiros, ao prêço do custo, artigos e produtos biológicos de uso veterinário, fazendo a vacinação gratuita nos rebanhos;

c) expedir certificados sanitários para embarque de animais e produtos de origem animal;

d) denunciar as epizootias, avisando imediatamente ao Veterinário, sôbre qualquer surto de que houvesse conhecimento;

e) colher material de animais suspeitos e remetê-lo ao Laboratório, na séde, para o necessário exame;

caso veículos motorizados, muito embora, em algumas vêzes, se tenha empregado até o caminhão, posto à disposiçbo daquele Serviço

Em Miranda, ponto de embarque de gado pela estrada de ferro, o posto funcionou, ainda, como controlador sanitário ampliando, de muito, as responsabiildades daquele Serviço.

O movimento de revenda e vacinação apresentou índice apreciável e que bem atesta a aceitação por parte dos fazendeiros, da orientação pública. Os quadros que se seguem oferecem dados impressionantes dêsse serviço:

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS PRODUTOS QUÍMICOS, BIOLÓGICOS E ARTIGOS DE USO VETERINÁRIO, REMETIDOS ÀS DEPENDÊNCIAS LOCALIZADAS EM BELA VISTA E PONTA PORÃ, TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, DURANTE O ANO DE 1945

Produtos Biológicos Químicos e Artigos Veterinários	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Agt.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Vacina c. carbúnculo sintomático — LBA.	—	—	—	—	—	1.000	—	4.000	—	2.400	—	8	7.400
Vacina c. carbúnculo sintomático — Manguinhos	1.000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8.000	9.000
Vacina c. carbúnculo hemático — I.B.A.	—	—	—	—	—	—	—	2.000	—	—	—	—	2.000
Vacina c. carbúnculo hemático — Manguinhos	—	—	—	—	2.000	—	—	—	—	—	—	2.000	4.000
Vacina contra cólera aviário	—	—	—	—	—	200	—	400	—	—	—	—	600
Vacina contra garrotilho	—	—	—	100	—	—	195	200	—	400	—	—	895
Bateriofago contra o garrotilho	200	—	—	—	—	—	145	100	60	400	—	—	905
Vac. contra a esperilose das aves	—	—	—	100	—	—	—	—	—	—	—	—	100
Vac. contra o epetelioma das aves	—	—	—	—	—	120	—	—	—	—	—	—	120
Sudcrina (Sangria branca)	4	—	—	16	—	—	20	14	20	40	—	100	214
Sulfanilamida	—	—	—	25	—	50	20	25	100	200	—	500	920
Antimorbina	—	—	—	10	—	—	—	—	—	—	—	—	10
Sôro contra a pneumo-enterite	—	—	—	20	—	—	50	15	150	—	—	—	235
Sôro contra o Garrotilho	—	—	—	10	—	—	—	25	50	150	—	—	235
Sôro anti-tetânico	—	—	—	20	—	—	20	20	—	10	—	—	70
Sôro anti-ofídico	—	—	—	20	—	—	—	—	20	—	—	100	140
Sôro anti-diftérico	—	—	—	—	—	20	25	25	—	25	—	—	95
Sôro contra o Hog-cólera	—	—	—	—	—	—	100	140	—	—	—	—	240
Sôro contra a pasteurelose	—	—	—	—	—	—	20	50	30	—	—	—	100
Vermetiazina comprimidos	—	—	—	200	—	—	—	200	—	—	—	—	400
Fenotiazina — gramas	—	—	—	—	—	—	—	—	2.000	—	—	10.000	12.000
Vacina anti-rábica	5.000	7.900	1.900	100	4.450	—	5.000	500	350	1.649	—	—	28.849
Bateriofago Curso Branco	—	—	—	—	—	—	—	5	—	—	—	500	505
Seringas de 20 CC de 68,00	—	—	—	—	—	—	8	10	—	—	—	—	18
Seringas de 20 CC de 65,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	40	40
Seringas de 20 CC de 95,00	—	—	—	—	—	—	—	10	—	—	—	20	30
Seringas de 20 CC de 56,00	—	—	—	—	—	—	—	—	20	—	—	—	20
Agulhas de 3. 00	—	—	—	—	—	12	36	24	12	—	—	360	444
Agulhas de 3,50	12	—	—	—	—	6	—	—	—	—	—	—	18
Vidros de 20 CC a 3,00	—	—	—	—	—	2	5	—	10	—	—	40	57
Vidros de 20 CC o 4,50	6	—	—	—	—	3	—	—	10	—	—	20	36
Embulos p/seringas de 20 CC	—	—	—	—	—	2	—	20	20	—	—	—	42
Pares de arruelas para seringas de 20 CC	—	—	—	—	—	3	—	20	20	—	—	—	43
Vac. contra a Penumo-enterite	—	—	—	—	—	—	—	400	—	—	—	1.800	2.200
Termometros para uso veterinário	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	10	13

Para o ano em curso, iríamos iniciar a compra de reprodutores, instalando pelo menos três estações de monta, nos municípios de Maracajú, Ponta Porã e Bela Vista. Concomitantemente, iniciariamos a instalação de uma fazenda modelo, em Nestor Cué, para entrar em pleno funcionamento até princípios de 1949. De par com essas providências, seriam preenchidos os claros do quadro de veterinários, de maneira que fosse pissível distribuí-los pelo interior, ampliando a assistência direta aos criadores. Na granja modelo já instalada em Ponta Porã, funcionaria a Seção do Fomento da Produção Animal, preparando campo experimental de plantas forrageiras as mais indicadas às condições climáticas locais, de maneira que se podesse melhorer ás pastagens, gradativamente.

Assim, pois, com o programa traçado e iniciada que fôra a sua execução, teriamos, dentro de poucos anos, cooperado eficazmente para o desenvolvimento da pecuária no Território, sob os mais modernos requisitos da zootécnia.

No que diz respeito à agricultura, próprìamente dita, releva notar a situação primária, isto é, a falta absoluta de orientação no pouco que havia em cultivar a terra, predominando o ex-

MOVIMENTO DE REVENDA DE PRODUTOS BIOLÓGICOS E ARTIGOS VETERINÁRIOS AOS SRS. CRIADORES

INSPETORIA REGIONAL DA D.D.S.A. — EM SÃO PAULO

DEPENDÊNCIA DE PONTA PORÃ

REVENDA DE PRODUTOS NOS MESES DE JANEIRO A OUTUBRO DE 1946

Produtos Biológicos, Químicos e Artigos Veterinários	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Agt.	Set.	Out.	Total
Vac. contra o Carbúunculo sintomático	1.336	—	3.300	7.050	3.202	1.000	—	—	350	1.170	17.408
Vac. contra o Carbúnculo hemático	100	—	—	270	—	—	—	—	—	—	270
Vac. contra o garrotilho	26	3	133	12	150	35	80	5	—	78	522
Vac. contra Pneumo-enterite	30	—	9	78	—	800	20	1.160	60	780	2.937
Vacina anti-rábica	—	2.180	—	1.540	—	—	1.900	100	3.880	1.090	10.690
Vacina contra cólera aviário	—	—	—	70	—	—	—	—	—	—	70
Vacina contra espiroquetose	—	—	—	60	—	—	—	—	—	—	60
Sôro anti-tetânico	5	4	1	2	—	25	—	—	—	12	49
Sôro anti-ofídico	—	—	—	—	—	5	1	7	5	21	39
Sôro contra Penumo-enterite	—	1	—	1	—	40	5	100	2	22	171
Sôro contra peste suina	—	—	16	—	—	20	—	—	—	2	38
Sôro contra Garrotilho	32	—	—	52	—	30	155	30	32	44	375
Sôro contra as pasteureloses	2	—	—	—	27	23	—	—	1	—	53
Sôro anti-digtérico	—	3	1	2	—	11	—	1	—	—	18
Bacteriófago contra Garrotilho	7	74	20	42	68	74	48	2	30	3	368
Sudorina	4	1	3	10	24	15	26	4	7	6	95
Cocoseptil (Sulfanilamida)	63	30	—	56	31	—	100	40	2	5	327
Antimorbina	—	—	—	—	—	—	—	—	—	34	34
Fenotiazina (Comprimidos)	—	—	40	—	—	—	—	—	—	25	65
Fenotiazina (Envelopes)	32	—	—	1	—	—	—	—	—	2	35
Fenotiazino (Gramas)	—	—	—	—	—	—	1.000	—	1.500	2.500	5.000
Seringas veterinárias, 20 cc., tipo Criador	—	—	—	—	—	—	1	2	—	5	8
Seringas veterinárias, 20 cc., tipo Roux	—	1	—	1	—	1	1	6	—	3	13
Vidros para Seringas de 20 cc.	—	1	—	—	1	1	4	—	1	7	15
Agulhas veterinárias	3	8	—	1	—	19	14	38	—	19	102
Sobresselentes de seringa veterinária	—	—	—	—	—	—	—	9	—	—	12
TOTAIS	1.640	2.306	3.523	9.248	3.505	2.102	3.355	1.504	5.870	5.828	38.879

trativismo — colher sem plantar — no caso presente, o desfolhamento periódico da erva-mate, sem dúvida alguma ainda o esteio econômico da região, cuja produção pode ser estimada em mais de 12.000.000 de quilos.

Em ambiente tão impróprio às atividades agrícolas sob bases técnicas, improdutivo seria, de logo, cuidar-se de instalações suntuosas, campos experimentais, etc., sem que antes se preparasse o fator homem, até então desajustado completamente, como alavanca proporcionadora do progresso, em colaboração com o poder público.

Objetivando êsse mister, criamos e instalamos a Granja Modelo "Assis Brasil", nas cercânias da cidade de Ponta Porã, cuja organização, em síntese, seria a seguinte:

I — Desenvolvimento da produção: vegetal e animal.

II — Cessão de material agrário pelo custo: a adolescentes desamparados.

III —Ensino prático-experimental: a agricultores e criadores.

Na parte da fitotecnia, teriamos ensaios das seguintes culturas: rizocultura, viticultura, silvicultura, horticultura, pomocultura e espécies forrageiras; na zootécnia, desenvolveriamos: apicultura, suinocultura, bovinocultura, piscicultura e avicultura.

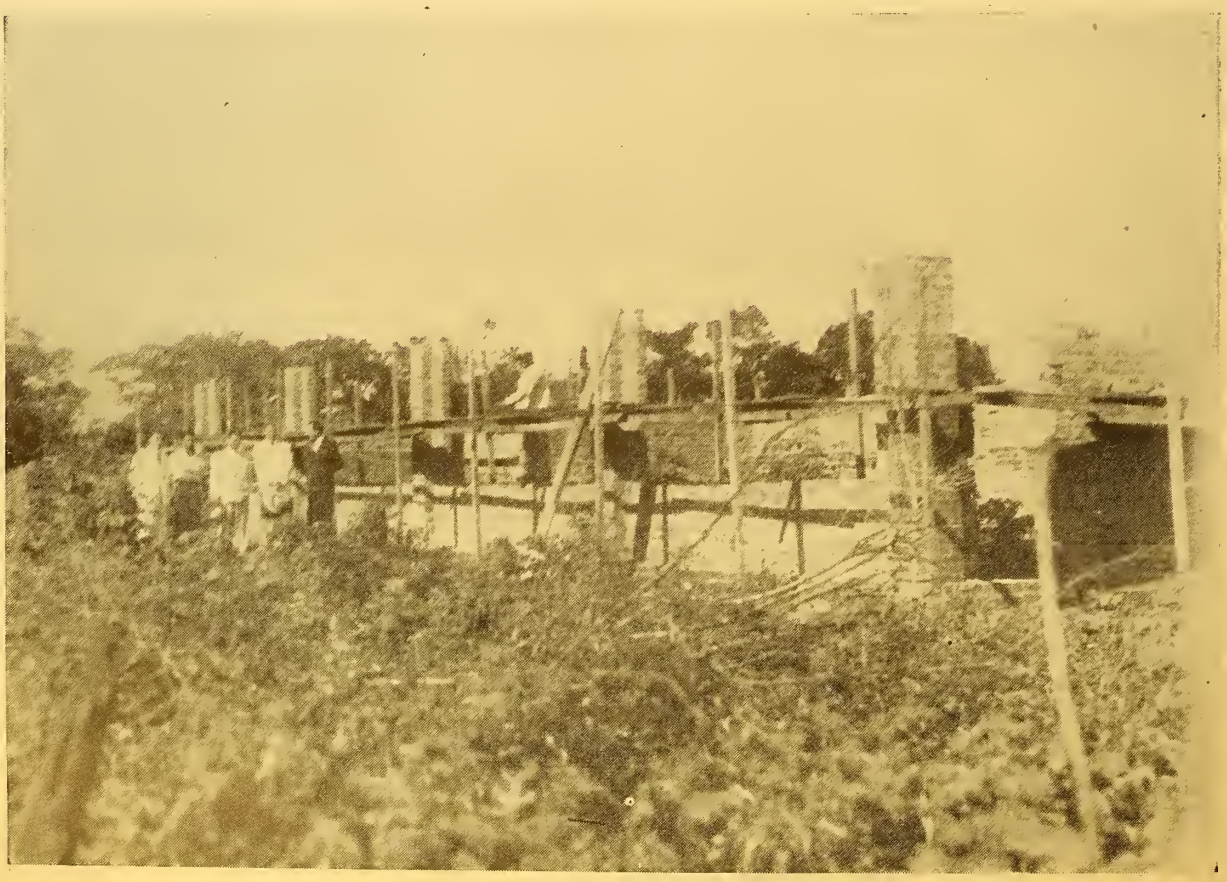
As diversas instalações a êsses ensaios, já se achavam em franca construção, conforme atestam as fotografias constantes dos albuns anexos.

A cessão de material agrário vinha sendo feita há alguns meses, bem assim veneno e má-

DETALHE DE UMA DAS CONSTRUÇÕES NA GRANJA MODELO.

A CASA DAS MÁQUINAS, NA GRANJA MODELO, APÓS TERMINADA A CONSTRUÇÃO.

CONSTRUÇÃO DE UM ESTÁBULO PARA ORDENHA — GRANJA MODELO "ASSIS BRASIL".



OUTRO DETALHE DA CONSTRUÇÃO DO ESTÁBULO.

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOENÇAS VERIFICADAS E VACINAÇÕES REALIZADAS NO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ N OANO DE (1945)

Funcionário	N.º de Propr.	Mês	Município	Doenças Verificadas	Vacinações realizadas por Servidores e Criadores
NILO PONCE DE ARRUDA	2 5	Janeiro "	Nioaque B. Vista	Pn. enterite dos bezerros, mal de cadeiras, raiva, garrotilho, carb. sintomatico, afteso e pseudo-raiva.	Contra raiva em 236 animais.
NILO PONCE DE ARRUDA	9	Fevereiro	B. Vista	Raiva, Pn. enterite dos bezerros, mal de cadeiras, pseudo-raiva, carbhemático e encefalite dos equídeos.	Contra raiva em 7.900 animais.
NILO PONCE DE ARRUDA	4	Março	B. Vista	Raiva, aftosa.	Contra raiva em 1.900 animais.
NILO PONCE DE ARRUDA	1	Abril	B. Vista	———	Contra o carb. sintomático 1.000 animais, garrotilho 200.
NILO PONCE DE ARRUDA ÁUREO LINO DA SILVA	5 6 4	Maio " "	P. Porã Maracajú Dourados	Carb. hemático, verminose em bovino, pn. enterite dos bezerros, garrotilho ,aftosa, carb. sintomático. berne e carrapato.	Contra garrotilho 39 animais, contra tétano 5 animais, contra raiva 4.450 animais, sôro anti-ofídico em 5 animais.
NILO PONCE DE ARRUDA	1	Junho	B. Vista	Carrotilho e tétano.	C/carb. hemático 550 animais, garrotilho 419 animais, contra tétano 15; sôro cúPn. enterite bez., 20; antiofídico 4 animais.
NILO PONCE DE ARRUDA	2	Julho	B. Vista	Aftosa, raiva, carb. sintomático.	Carb. sintomático 700 animais, garrotilho 163, espitelioma, 2, difteria 5 e anti-rábica 5.000 animais.
NILO PONCE DE ARRUDA	3	Agôsto	B. Vista	Carrotilho, raiva, cólera das aves, carb. sintomático e aftosa.	Carb. sintomático 10 animais, carb. hemático 400 garrotilho 155, anti-tétanico 3, sôro antiofídico 12, Pn, enterite 48, anti-difetérico 10, anti-rabica 500 e cól. aviário 200.
ÁUREO LINO DA SILVA	1	Agôsto	P. Porã	Aftosa, garrotinho, gasterofilose, mal de cadeiras, echincocose.	
NILO PONCE DE ARRUDA	7	Setembro	B. Vista	C. hemátáico, garrotilho e Pn. enterite bezerros, aftosa, verminose, raiva, mal de cadeiras e Carb. sintomático.	Carb. hemático 1000, garrotilho 86, anti-tetânico 1, sôro garrotilho 10, sôro pn. enterite 70, anti-rabica 300 animais.
ÁUREO LINO DA SILVA	1	Setembro	P. Porã	Diarréa bovina, cólera aviário, sarna, garrotinho ,aftosa, pn. enterite bezerros, raiva em cães, gasterofiloso, carb, hemático e onfalo-fiebite.	Vacinação anti-rábica em 253 cães.
ÁUREO LINO DA SILVA	11	Cutubro	P. Porã	Pulorose, aftosa, gastro enterite dos gatos, verminose, equina, pn. enterit edos bezerros, carb. sintomático, garrotinho, berne, carrapato, estafunurose, epitelioma aves, sarna.	Vermifugo em 47 cavalos, vac. anti-rábica, 150 animais, garrotilho e bacteriófago contra 9 garrotilho, carb. sintomático 370: enterite dos bezerros.

Funcionário	N.º de Propr.	Mês	Município	Doenças Verificadas	Vacinações realizadas por Servidores e Criadores
NILO PONCE DE ARRUDA	4	Outubro	B. Vista	Pn. enterite dos bezerros, aftosa, carb. sintomático, verminose.	Carb. hemático 750, garrotilho 278, sôro anti-ofídico 4, anti-tetânico 1, pn. enterite 10, vermifugo 12 e anti-diftérico 7.
ÁUREO LINO DA SILVA	1	Novembro	P. Porã	Carb. sintomático, garrotilho, raiva em cães, pn. enterite dos bezerros, aftosa, berne, carrapato, encefalomielite.	Carb. sintomático 250 animais, Pn. enterite 32, garrotilho 26, cólera aves 40; sôro Pnenterite 3, garrotilho 2, pasteureloese 5; bacteriofago contra curso branco 3 e garrotilho 28.
NILO PONCE DE ARRUDA	5	Novembro	B. Vista	Diarréa em bezerros, garrotilho, carb. hemático, pn. enterite bezerros, mal de cadeiras e aftosa e verminose.	Carb. sintomátáico 200, garrotilho 10, anti-ofídico 1, anti-tetânico 5, sôro contra garrotilho 21, Pn. enterite, 43, vermifugo 56.
ÁUREO LINO DA SILVA	1	Dezembro	P. Porã	Osteomalácia (mal das paletas); Piobacilose ,aftosa e cólera aviário.	Carb. sintomático 690 animais, Pn. enterite bezerros 174, cólera aviário 290, garrotilho 121, raiva 172 sôro contra pn. enterite 12, garrotilho 6, pasteurelose 7 e bacteriofagos contra curso branco 1, garrotilho 43.
MANOEL CAPILÉ NETINHO	3	Dezembro	Dourados	Aftosa, carb. sintomático.	
JOSÉ PINHEIRO SILVA	3	Dezembro	Miranda	Raiva, mal de cadeiras, carb. sintomático.	
TOTAL	79				

I. R. da D.D.S.A. em São Paulo e de janeiro de 1946.

BELISÁRIO A. F. TÁVORA
Inspetor-Chefe

quinas para extinção de formigas, pelo preço de custo, no Rio, acrescido apenas das despesas de fretes e despachos. O combate à formiga, aliás, vinha sendo feito por turmas da seção de fomento da produção vegetal, verificando-se ótimos resultados na cidade de Ponta Porã e seus arredores.

O ensino prático-experimental só seria instalado definitivamente em começos de 1948, quando tôdas as dependências técnicas da Granja Modelo já se achassem em franco funcionamento. E' que, assim, as aulas, eminentemente práticas, poderiam ser dadas com o máximo de aproveitamento e, até, com economia em pessoal para os trabalhos por demais variáveis, em qualquer dos setores fitotécnico e zotécnico.

Com rendas por demais reduzidas e limitadíssimo número de agrônomos, seria o preparo do homem rural e de menores órfãos e delinquentes, como feitores, aradores, tratoristas ou cultivadores, o caminho mais fácil para se chegar à mecanização da lavoura, combatendo aos poucos a rotina, de maneira que, concluida a aprendizagem, ao voltar o campesino à séde de suas atividades, levasse o conhecimento necessário para introduzir novos métodos no amanho da terra e preconizasse, com conciência, a vantagem do emprego das máquinas, que poderia adquirir com facilidade na seção a êsse fim destinada. Por certo não estávamos contando em obter êxito imediato com êsse sistema. No entanto, para que se possam combater os arcaicos processos de cul-

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOENÇAS VERIFICADAS E VACINAÇÕES REALIZADAS NO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ NO ANO DE 1946 (Exceto Nov. e Dezembro)

Funcionário	Propriedades visitadas	Município	Doenças Veriifcadas	Vacinações realizadas por Servidores e Criadores
AURELIO LINO (Veterin.) CLODOMIRO NOVAIS (Vac.) ORLANDO ESPINDOLA (Vac.)	48	Ponta Porã	Raiva, Mancha, Garrotilho, Diarréa dos Bezerros, aftosa, Piobacilose, Artritre septico-piêmica, Eimeriose, Berne, Osteomalácia (Peste das paletas, Verminose nos ovinos (papeiras), Estefanurose (Peste de cadeira nos suinos), Gasteorofilose, Sarna, cólera aviário, bouba (epitelioma contagioso), difteria aviária, Habronemose. Suspeitas de: Brucelose bovina, Tripanosomose equina (Mal de cadeiras dos equídeos), e Hog cholera.	Vacinação contra o Carbúnculo sintomático ("Mancha" 8.658 dóses; Vacinação contra o Garrotilho, 183 dóses; Vav. contra Diarréa dos Bezerros — 242; Vacina contra cólera aviário 45; Vacina anti-rábica em cães — 190 d.; Aplicação de sôros contro Tétano, ofídios, Diarréa, Garrotilho Peste suina, Pasteurelose: 5d.; 15d.; 41d.; 119d.; — 14d ; 4d.; respectivamente. Vermifugos — 1.574; Seringas veterinária 8; — Outros medicamentos — 115d.; Sobressalentes de seringas — 10.
NILO PONCE (Prático R.)	38	Bela Vista	Aftosa, Raiva, Carbunculo sintomático, Garrotilho Diarréa, Estrongilose e equina, Tripanosomose equina, Verminose nos ovinos (Papeira Sarna).	Vac. contra o Carb. sintomático 2.300; Vac. contra Garrotilho — 193; Vac. contra Diarréa — 1.080; Vac. Espiroquetose — 60; Vac. anti-rábica — 10.500 dóses bovinas; 5, 3, 50, 123, 20, 23, 4, 14 dóses de sôro contra Tétano, Ofídios, Diarréa, Garrotilho, Peste suina, Cólera e Difteria; Vermifugos — 2.500.
EVARISTO R. DA SILVA (Vac.)	67	Maracajú	Aftosa, Carbúnculo sintomático, Garrotilho, Pneumo-enterite dos bezerros, Tétano, Peste suina, Eimeriose, Artrite séptico-diêmica (Caruara), Epitelioma, contagioso, difteria, aviária, cólera aviário, Verminóse, Peste dos pulmões, Sarna, Gasterofilose, Estefanurose, Suspeita de: Brucelose bovina.	Vac. contra Varb. sintomático, 3.950; Vac. contra Garrotilho, 93; Vac. contra Diarréa, 1.020; Sôros contra Garrotilho, Tétano, Ofídios, Diarréa, Peste suina, Cólera, Difteria, respectivamente, 60, 39, 20, 80, 2, 22, 21 dóses. Seringas, 11; Vermifugos, 500 grs.; Sulfanilamida, 1.430 cc.; Sudorina 70 d.; Sobressalentes de Seringa, 15; Bacteriófago contra Garrotilho, 38 dóses.
MANUEL CAPILÉ NETINHO (Vac.)	46	Dourados	Aftosa, Carbúnculo, sintomático, Garrotilho, Pneumo-enterite, Pulcrose, Cólera aviário, Suspeita de: Hog cholera.	Vac. contra o Carbúculo, sin- 1.990; Vac. contra Garrotilho, 20d.; Vac. contra Diarréa, 280d.; contra Garrotilho, 5d.; Sôros contra Garrotilho, 26; Sôro contra Pasteurelose, 2d.; Sulfanilamida 200cc.; Seringa, 1; Outros medicamentos, 10.
JOSÉ PINHEIRO DA SILVA (Vac.)	7	Miranda	Aftosa, Carbúnculo sintomático, Pneumo-enterite dos bezerros, Garrotilho, Raiva, Carbúnculo hemático, Verminose, Intoxicação por plantas tóxicas, berne, Osteomalácia. Suspeita de Meningoencefalite equina e Triponosomose equina.	Vac. contra o Carbúnculo, sintomático, 300 dóses; Vac. contra Carb. hemático, 100 dóses; Vac. contra o Garrotilho, 33d.; Vac. contra a Diarréa, 5d.; Bact. Garrotilho, 31; Sôro contra Garrotilho, 35d.; Sôros contra Peste suina, Pasteureloses e Difteria, 6 dóses; Sulfanilamida, 60 cc., Seringa, 1.
TOTAL DE FAZENDAS VISITADAS	206		EXAMES REALIZADOS: Exploração clínica. Exames de féses. Exames de sangue. Exames histopatológicos. Tuberculinização e sôro, aglutinação da Brucelose.	Revenda de 38.954 unidades e artigos de uso veterinário, de Janeiro a Outubro de 1946.

tivar a terra, passados de geração a geração, sómente com a prática de novos processos e com exemplos das vantagens que oferecem, é que se póde conseguir alguma cousa de útil. E se o agricultor encontrava, de par com a assistência técnica posta gratuitamente à sua disposição, meios fáceis de adquirir máquinas baratas e escola gratuita para preparar os seus empregados no manejo dessas máquinas, recebendo ainda sementes selecionadas e instruções técnicas de como plantá-las, não se arreceiaria de experimentar, por certo, em sua propriedade, para obter aquilo que havia verificado na Granja. Assistido e orientado técnicamente, teria probabilidades de resultados satisfatórios e seria, daí por diante, o maior propagandista da medida governamental, no seio dos de sua classe. Desta maneira, aos poucos, a agricultura mecanizada teria tomado vulto para se fixar, depois, por meio das cooperativas, em bases econômicas bem sólidas, ampliando de muito as possibilidades do Território. A essa época, talvez por volta de 1949, os campos experimentais já estariam disseminados em várias zonas, constituindo um sistema de irradiação que abarcasse a área total do Território e variando em suas atiivdades, de acôrdo com as condições climáticas e agrológicas de cada município.

A execução dêste plano, seria impraticável?... Há nêle excesso de otimismo em face das condições atuais daquela região?... Poderia dispôr o Território de técnicos em número suficiente para tão vasta rêde de ação?...

Vimos que administrar requer solucionar uma série de problemas que se entrosam: educação, saúde, transporte, produção. Na razão direta, portanto, da solução dêsses problemas, estaria a execução do plano que idealizámos, concernente ao desenvolvimento da produção. Fator básico, entretanto, seria a colaboração do poder central, sintetizada em verbas orçamentárias suficientes a tais realizações e na cessão de técnicos do Ministério da Agricultura, em número reduzido embora, para dirigirem as principais seções da Divisão de Produção, Terras e Colonização.

Nêsse particular abrigávamos a máxima esperança de que Vossa Excelência, conhecedor que

A CONSTRUÇÃO DO ESTÁBULO — FASE DE COBERTURA.

O ESTÁBULO APÓS CONCLUIDA A CONSTRUÇÃO. — GRANJA MODELO "ASSIS BRASIL".

é dos problemas nacionais, estaria acorde em dar-nos os meios de que necessitássemos para levar ao terreno das realizações, o que fôra programado.

Somos uma Nação que se diz essencialmente agrícola e que, entretanto, ainda importa produtos de primeira necesidade, como a batata holandesa, por exemplo, que veio concorrer com a nacional, no prêço e na qualidade. Isto é exemplo frizante do quanto ainda teremos que fazer no setor da produção, até certo ponto prejudicada pelos arcaicos princípios burocráticos adotados na administração pública, aos quais não escapou o Ministério da Agricultura, hoje felizmente sob ação renovadora, orientando a sua política econômica, rumo ao campo, única solução aos problemas que nos afligem, quanto ao abastecimento da população.

Agrônomos e mais agrônomos serão necessários para a orientação técnica de nossa lavoura, espalhados Brasil afora, para que não percam, insensivelmente, nas seções de cunho burocrático do Ministério da Agricultura, o ardor trazido dos bancos escolares, de que resultaria prejuizo incalculável ao progresso econômico do País.

Precisamos produzir cada vez mais, amparando e incentivando a agricultura privada, com assistência técnica, relegando a segundo plano certas providências adiáveis, no setor da produção, para que possamos trazer, de uma vez para sempre, ao terreno das realizações, programas concretos, exequíveis, planejados para execução imediata, passando, sem fases intermediárias, da concatenação à ação, saindo, assim, do marasmo em que vínhamos vivendo: muita propaganda e pouca realização, agricultura no papel, apenas.

O êxodo que se vem verificando, nestes últimos anos, do homem rural para os centros urbanos, decorre justamente do desampro em que tem vivido, sobretudo sem assistência técnica à lavoura e muito menos o transporte necessário ao excesso de sua produção. E' mais uma fuga à miséria, do que simples procura do conforto citadino. Desajustado aos grandes meios, sem o cabedal necessário para encetar luta por demais desigual, longe de resolver o seu problema, em

AVIÁRIO PARA REPRODUÇÃO — GRANJA MODELO.

PEQUENOS AVIÁRIOS PARA POEIDEIRAS — GRANJA MODELO.

aumentar as dificuldades das populações urbanas, de que é exemplo insofismável a escassês de habitações nas capitais e principais cidades do País.

O programa traçado para o desenvolvimento da produção do Território, não se arrimava em diretrizes acadêmicas e muito menos ostentava complexas nuances em sua execução. Fácil, perfeitamente exequível, era mais um esbôço de ação em face das condições regionais, do que um programa de realizações, exclusivamente técnico. Executado que fosse, iria sendo ampliado na medida das possibilidades locais, dosando-se a produção na razão direta do consumo, e êste, por certo, ampliado na proporção do desenvolvimento das vias de comunicação. Extinto o Território, tudo voltou aos tempos de 1943 e por muitas dezenas de anos será utópico falar, alí, em agricultura racional.

TRIGO

As possibilidades agrícolas de Dourados são as mais promissoras e a cultura do trigo encontra ambiente apropriado, clima e solo, satisfatórias que têm sido as experiências alí levadas a efeito, nêsse sentido. Tivemos mesmo oportunidade de enviar a Vossa Excelência, por duas vêzes, certa porção de trigo colhido na colônia municipal instalada nas cercanias da cidade de Dourados, classificada como de ótima qualidade e comportando-se o seu ciclo vegetativo dentro dos limites estabelecidos pela técnica tritícula.

Em plena Assembléia Constituinte, tivemos ensejo de apresentar essas amostras, aos senhores deputados Silvestre Pericles de Góes Monteiro e Atalíba Nogueira, causando a melhor impressão.

Viável pois, sob tôdos os aspectos, a cultura do trigo em grande escala naquela região dêsde que se lhe assegurem os complementos indispensáveis — construções de moinhos facilidade de transporte e, antes de mais nada, instalação de campo experimental para selecionar variedades, sob meticuloso estudo agrológico, climático e sanitário, instalando-se igualmente laboratórios de análises e pesquisas no domínio de genética, de maneira que se possa obter segurança absoluta na escolha da variedade que melhor se aphesente no quadro higido-evolutivo dos ensaios realizados, de zona para zona.

Com verbas por demais reduzidas, limitadas a fins predeterminados na Lei de meios, não seria possível ao Govêrno do Território chamar a si, exclusivamente, a solução de tão complexo problema. No entanto, visámos, em face do êxito que se vinha obtendo com os ensaios da cultura do trigo, entrar em entendimentos com o Ministério da Agricultura, a fim de conjugarmos esforços no mesmo objetivo.

Com a execução gradativa do plano rodoviário, facilitando a ligação de Dourados diretamente com a Sorocabana, como vimos linhas antes, teriamos assegurada a exportação do trigo, dentro de dois anos, para as praças de São Paulo e Rio, podendo abastecer ainda a região centro-Oeste de Mato Grosso e tôda a área do Território extinto. A Usina Elétrica de Dourados, cuja inauguração estava prevista para maio do corrente ano, garantiria o funcionamento dos moinhos, o que importa dizer, o êxito da produção em grande escala da preciosa gramínea. As colônias agrícolas federal e municipal, já instaladas em Dourados, seriam o centro de irradiação da cultura intensiva do trigo, fornecendo sementes selecionadas, assistência técnica aos agricultores, auxílio mecânico nas colheitas, transporte para os moinhos, etc. Competiria ao Ministério da Agricultura, pois, a instalação do campo experimental, na própria colônia que alí mantém, aparelhando-o de tudo que fosse necessário para o completo êxito de tão importante programa.

O problema do trigo no Brasil não é insoluvel e requer apenas continuidade nas tentativas, método nas experimentações, com assistência técnica direta do Ministério da Agricultura, por intermédio de órgão especializado. O que se tem conseguido nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Sul de Minas, serve como prova indiscutivel de que poderemos produzir bom trigo e o suficiente para o nosso consumo interno, não nos devendo preocupar a idéia de virmos a exportar êsse produto, para o qual o próprio mercado nacional é por demais vasto e garantido.

Por volta de 1807, os açorianos que se tinham instalado no Rio Grande do Sul, conseguiram elevar a produção do trigo naquela região a tal ponto que chegamos a exportar para a metrópole, nada menos de 3.824.300 quilos dêsse cereal. No entanto, decorridos tantos anos, estamos produzindo apenas 245.000 toneladas,

CONSTRUÇÃO DE UM AÇUDE PARA PISCICULTURA — GRANJA MODELO.

DETALHE DO AÇUDE DEPOIS DE CONCLUIDO.

PARREIRAL — GRANJA MODELO "ASSIS BRASIL".

em área nunca superior a 200.000 hectares, quando ainda importamos nada menos que 800.000 toneladas ou seja, aproximadamente, 7,60% do valor total da importação do País.

CANA DE AÇUCAR

A cana de açucar é outra gramínea de grandes possibilidades na região de Dourados. Desenvolve-se admiravelmente e apresenta elevado índice de sacarose, mesmo em variedades não selecionadas. Não há, no entanto, até a presente data, orientação técnica nessa cultura e o controle por parte do Instituto do Açucar e Alcool, na fixação de cotas para a plantação de novos canaviais, por certo tem contribuido muito para o retardo do desenvolvimento dessa fonte de renda, tão promissora na região.

Em face da dificuldade de transporte em nosso País, mister seria liberdade na produção, para que cada região se bastasse a si própria de tudo que pudesse produzir e, quanto ao açucar, já vimos que a Usina de Miranda é insuficiente para garantir o abastecimento da população na área do Território extinto, quanto mais em tôdo o Estado de Mato Grosso.

Com o desenvolvimento da cultura da cana de açucar em Dourados, nova usina poderia ser instalada para abastecer tôdo o Sul e os Municípios de Campo Grande e Três Lagôas, ficando a produção da Usina de Santo Antônio, destinada unicamente aos Municípios do Norte. Ter-se-ia, assim, posto de lado a importação de açucar de Campos e mesmo de Pernambuco, tornando mais barato o produto pela extinção do frete.

Essas atividades econômicas no setor agrícola, desenvolver-se-iam como resultante lógica da assistência direta que o poder público daria à economia particular, visando com isso ampliar a economia pública. O imperativo geográfico da região, entretanto, com ausência de ligações rápidas do centro de irradiação, Cuiabá, com o resto do Estado, por certo retardará, de muito, a eclosão de novos métodos de trabalhar a terra, mesmo porque o fator homem continuará desassistido, isolado, sem a visão associativa que, sob a ação do Govêrno Central se vinha fazendo sentir amplamente.

Em pouco mais de dois anos de atividades no Território, onde tudo estava por ser feito, não poderia o Govêrno realizar milagres, até porque os recursos de que dispunha sempre foram exiguos para a efetivação do programa de cada exercício. Cada ângulo da administração, entretanto, seria focalizado em sequência contínua, na ordem de urgência, e a agricultura, por certo, haveria merecido estudos os mais acurados. Assim. instalada que fora a Granja Modelo, programar-se-ia a criação de estações experimentais em Dourados e em Miranda, objetivando-se primordialmente a triticultura, a viticultura e a rizicultura, bem assim ensaios do comportamento da cana P.O.J., em suas diversas variedades.

CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS

A conservação das nossas riquezas florestais é um dos pontos básicos da preservação dos cursos dágua e das reservas de essências úteis à medicina, à marcenaria e às construções civis.

Nêsse particular não se descurou a administração do Território e, asism, na Divisão de Produção, Terras e Colonização, cuidava-se de pôr em prática, em seus mínimos detalhes, o que estabelece o Código Florestal, para cumprimento do que seria criada a Guarda Florestal, com poucos homens embora, em virtude de situação econômica do País não comportar tais despesas, indispensáveis, aliás, como no caso em fóco.

Com a instalação da Usina, Serraria e Carpintaria, nas cercanias da cidade de Dourados e a possibilidade da construção do ramal ferroviário da Noroeste até aquela localidade, tornou-se mister a previsão na salvaguarda das matas ali existentes, para o que foi criado o Horto Florestal, instalado primitivamente nas proximidades da Usina, em áreas de diversos chacareiros, que deveriam ser desapropriadas para êsse fim.

Mediante entendimentos diretos entre o Govêrno e a administração da Colônia Agrícola Federal de Dourados, foi possível a escolha de novo local, onde deveriam ser plantados, em janeiro do ano em curso, nada menos de 30.000 pés de eucaliptos e 6.000 de sinamomos. No local primitivo, deixamos plantados para mais de 70.000 pés de eucaliptos, havendo muitas mu-

OUTRO DETALHE DO PARREIRAL.

das de outras essências em viveiros, afóra diversas sementeiras para experiência no comportamento de essência alienígenas.

Ao passarmos a administração do Território, fizemos entrega do Horto Florestal e do material alí existente à Prefeitura Dourados, que, por não dispôr de verbas, dificilmente poderá manter tão importante empreendimento.

INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL

A indústria extrativa mineral não se apresenta, no Território de que nos estamos ocupando, com índices dignos de menção. Os recursos locais, a densidade da população e a dificuldade de transporte são os principais fatores que respondem pelo estado embrionário dessa indústria, naquela região. Não houve mesmo, até hoje, nenhum estudo sério do fácies geológico daquele recanto de nosso País, mediante o qual fosse possível a análise de suas possibilidades minerais.

Abarcando duas regiões bem distintas no terreno da geologia — parte da planície do Paraguai e contrafortes do planalto brasileiro — oferece vastíssimo campo de pesquizas, reservando certamente surpresas agradáveis ao poder público, tão logo seja possível ao Departamento Nacional de Produção Mineral, iniciar o seu plano de exploração racional do sub-solo, em tôdos as quadrantes do Território Nacional.

No Norte do Território, nos municípios de Bela Vista e Miranda, se localizam ótimas pedreiras de calcáreo, cuja exploração vem obtendo os melhores resultados, abastecendo o comércio dêsse produto, em quase tôdas as cidades da região, com regular exportação para Campo Garnde.

O caolim, igualmente, aflora em quase todo o Território principalmente nos municípios de Ponta Porã, Bela Vista, Dourados e Maracajú, já se achando instaladas várias olarias, funciona na cidade de Ponta Porã, uma fábrica de mosaico.

Há, ainda, ocorrências de quartzo nas chapadas, na zona nordeste da serra de Amambaí e em diversos pontos da serra de Maracajú. Os garimpos de diamantes, entretanto, não se apresentam dignos de nota na região, embora haja probabilidades dessa indústria em diversos pequenos afluentes dos rios Dourados, Brilhante e Ivinheima.

Coordenados que se achavam todos os serviços administrativos no Território, equacionados e já em começo de solução muitos dos problemas eminentemente regionais, considerados em seus devidos têrmos os fatores mediante os quais as atividades particulares se entrosassem com as do Govêrno, por certo viável seria o progresso sempre crescente daquela faixa do solo Pátrio, a ponto de, em pouco mais de uma década talvez, tornar-se desnecessária a tutela da União, emancipando-se o Território para constituir-se em novo Estado — membro, irmanado aos demais no mesmo ritmo de trabalho, ordem e progresso, assegurando e ampliando a grandeza econômica e social da Federação Brasileira.

VIII — TERRAS — COLONIZAÇÃO

Na complexidade dos problemas que se apresentam à argúcia do administrador, desafiando-lhe a capacidade de trabalho e a tenacidade de iniciativas, põe-se em relevo, como fator máximo de fixação do homem rural, a colonização metódica, bem orientada, alicerçada, de preferência, com o imigrante nacional, o nordestino, por exemplo, para o que se impõe, no entanto, a distribuição equitativa das terras.

A crise da civilização moderna, que dia a dia se avoluma, com origem no conflito entre o capital e o trabalho, agravada por diversos outros fatores, dentre os quais não há que se despresar os de ordem econômica, moral e espiritual ,não atingirá, em nosso país, os paroxismos do materialismo moscovita se, ao homem do campo, principalmente, dermos terras para cultivar e morar com sua família, longe do bulício pecaminoso das grandes cidades, fora do ambiente contaminado e doentio dos centros muito populosos.

Na vastidão de nosso País, no entanto, mormente nos Estados onde a densidade por quilômetro quadrado atinge a mais de 15 indivíduos, não é tão fàcil, ao imigrante, dispôr de terras devolutas que lhe possibilitem vantagens em cultivá-las, por se acharem situadas em zonas distantes, sem transporte e, consequentemente, mercado consumidor.

Além disso, os latifúndios ainda predominam Brasil a fóra, numa média de 18.00 hectares para cada proprietário, o que importa dizer áreas inacessíveis ao pequeno agricultor, ao colono, enfim.

No Território agora extinto, para mais de 800.000 hectares se achavam entregues à Cia. Mate Laranjeira, por contrato firmado com o Estado de Mato Grosso, em data de 26 de outubro

de 1926, pelo qual se lhe dava o monopólio da extração da erva, por espaço de 10 anos, em tão vasta área, vedando-se ao pequeno agricultor apossar-se e trabalhar o mínimo trato de terra que fosse, dentro dêsse enorme polígono, a não ser que houvesse permissão expressa da Companhia.

Não há negar encômios aos dirigentes dessa emprêsa quanto à ação desbravadora e civilizadora que alí realizaram em época bastante recuada, quando se afiguravam como verdadeira incognita as possibilidades econômicas da região. Foi obra de grande alcance e por demais meritória para quantos mourejavam naquelas paragens, abrindo novos horizontes e caminhos novos aos que se destinavam à colheita do ouro-verde.

Hoje, entretanto, faz-se imprescindivel um novo reajustamento no extrativismo da erva-mate e, estamos certos, ante a visão do conjunto que os norteia, os dirigentes daquela importante Companhia bem capacitados se acham dessa necessidade.

A evolução político-social do mundo chegou até às nossas plagas e nova modalidade de colonização foi introduzida, objetivando dar, ao colono, não sómente o seu lote, mas, e sobretudo, o amparo social em tôdas as suas modalidades, inclusive pelo cooperativismo, conclamando a todos para esfôrço uno, valioso, que vise ao desenvolivmnto da economia pública e privada. Os núcleos e as colônias agrícolas, apesar de em reduzido número, já se estão desenvolvendo em diversas unidades da federação, representando o início de nova éra no amanho das terras nova esperança de povoamento dos grandes vasios que dificultam e retardam o progresso do País.

Para a zona de fronteira, entretanto, impunha-se legislação mais adequada, possibilitando, além da cultura dos lotes, a criação do gado, de modo que se dê ao colono e aos de sua família a posse efetiva de terras devolutas.

O Decreto-Lei n.o 7.916 de 30 de agôsto de 1945, embora não contenha, no seu todo, o conjunto de providências indispensáveis para que se verifique, na realidade, o povoamento da zona fronteiriça, demarca, entretanto, duas épocas distintas: a do latifúndio e a da pequena propriedade, indo ao encontro dos desejos de nossos humildes patrícios, párias que teem sido na vasti-

ARROZAL — GRANJA MODELO "ASSIS BRASIL".

COLHEITA DE BATATA — GRANJA MODELO.

dão da Pátria, não se lhes permitindo, até então, a não ser por somas cada vez mais elevadas ou sob condições vexatórias e humilhantes, que tivesse o seu sítio, a sua fazenda, o seu roçado, o seu teto.

E como povoar aquela região se o monopólio de alguns cerceava o direito de muitos?... Como criar núcleos agrícolas se as terras, sobretudo as mais férteis da região de Dourados e grande parte da Ponta Porã, se achavam sob o domínio absoluto da Companhia a que nos vimos de referir?...

De certo, ante a visão e sádio patriotismo de seus dinâmicos administradores, poderia o Govêrno conseguir permissão e mesmo cessão definitiva de grandes porções de terras na zona do arrendamento, para situar os colonos que viessem de outros Estados. No entanto, não fosse o dispositivo expresso do Decreto-Lei acima citado, tudo que se fizesse nêsse sentido, estaria nos limites do interêsse privado da referida Emprêsa e não sob os rigores das dispisições legais. Aliás em palestra que tivemos, certa vez, com o Cap Heitor Mendes Gonçalves, aventou-se a idéia de cessão dessas terras aos que, realmente, quisessem desenvolver a agricultura, permanecendo, no entanto, sob a jurisdição da Emprêsa, em tôda a sua plenitude, a exploração da erva, que poderia, também, ser elaborada por êsses agricultores, mas, nêsse particular, como fornecedores do produto à Companhia. Seria, talvez, uma solução provisória, visando conciliar interêsses duplos, da agricultura e da Companhia. Mas, em face da atual legislação que rege a espécie, mormente na faixa de fronteira, não há fugir à concessão dessas terras, sob as condições preestabelecidas pela lei.

Publicado o Decreto-Lei n.º 7.916, surgiram de logo os primeiros pedidos de **licenças de ocupação,** aos quais o Govêrno do Snr. Cel. Ramiro Noronha atendeu prontamente, para que despertasse, no seio do povo, a confiança tão necessária ao administrador, posto que não estivesse instalada a Divisão de Produção, Terras e Colonização, na qual fosse feito, a **priori,** o levantamento cadastral de tôdas as propriedade, medida que só teve início na administração Guiomard dos Santos, merecendo de nossa parte ca-

rinho especial e já se achando quase ultimada, quando da extinção do Território.

Publicados os requerimentos dos interessados no órgão oficial, começaram a aparecer os primeiros protestos, aos quais, entretanto, solicitou o Govêrno que juntassem os postulantes prova do alegado, isto é, documento hábil, de que, realmente, tinham direito sôbre as terras que vinham de ser concedidas.

A Cia. Mate Laranjeira, que maior número de protestos apresentara, argumentava, como direito líquido e certo sôbre essas terras, o contrato que anteriormente firmara com o Estado de Mato Grosso, e alegava ainda possuir uma carta do então Governador Noronha, que autorizava à referida Companhia a "prosseguir no serviço contratado de extração e exportação da erva-mate, até a data em que entrasse em vigor o futuro arrendamento"... que então estava sendo elaborado.

O contrato primitivo, celebrado com Mato Grosso, deixara de existir dêsde 26 de outubro de 1937, e o novo contrato, embora firmado a 12 de maio de 1939, ainda com o referido Estado, ficara, pelas leis então vigentes, na dependência de aprovação por parte do Conselho de Segurança Nacional, para que vigorasse. Como solução ao assunto, entretanto, foi publicada no "Diário Oficial" da União, de 1-2-941, a seguinte nota:

"O Presidente da República, em despacho de 2 de janeiro corrente, negou provimento à renovação do contrato de arrendamento de ervais do S. E. Matogrossense pela Mate Laranjeira S. A. Dividiu, outrossim, S. Excia. várias providências para solução cabal dos problemas de colonização nacional das fronteiras e extirpação dos latifúndios daquelas regiões. Em virtude dêsse ato presidencial, respeitando-se um período razoavel de transição, será realizado o regime de livre exploração dos ervais e se promoverá a colonização racional das terras. As vias de comunicações e dos logradouros, serão tornadas públicas, instalando-se igualmente, todos os serviços administrativos requeridos pelos núcleos de população existentes".

Êsse período de "razoavel transição" prolongou-se, pois, até agôsto de 1945, ou sejam mais de 4 anos, durante os quais a Cia. Mate Laranjeira continuou a usufruir tôdas as vantagens do contrato já de si caduco, pagando, igualmente, ao Estado de Mato Grosso, até a data da criação do Território e, após, à União, as cotas estipuladas nas cláusulas do referido contrato.

Onde pois, Excelência, o direito de protesto contra a expedição d **licenças de ocupação** de terras dentro do polígono estipulado pelo contrato em causa?... Poderá prevalecer o argumento que apresenta de que, em face da carta do Sr. Cel. Noronha fôra, revigorado o contrato em tôda a sua plenitude?... E, mesmo que assim o fosse, o valor jurídico que se podesse dar ao conteúdo da aludida carta, não teria desaparecido, automáticamente, com a publicação do despacho do Sr. Presidente da República, linhas atrás transcrito?...

O Relatório que estamos apresentando a Vossa Excelência, assim o julgamos, não pode deixar de lado assuntos que, certamente, interessam de perto à causa nacional, o progresso, enfim, daquela grande faixa fronteiriça, e, sob êsse prisma, ao tratarmos da colonização local, as considerações que aqui fazemos, não nos move qualquer outro propósito, senão o de salvaguardar o direito de centenas de pequenos proprietários, já receiosos que se acham de virem a ser preiudicados se questões posteriores foram suscitadas, com a intuição de tornar sem efeito, por êste ou aquêle motivo, as licencas de ocupação concedidas ao tempo da existência legal do Território, por Delegados diretos da União e em face do que prescreve o Decreto-Lei n.º 7.916, anteriormente referido, em número de quinhentos e noventa e nove.

Na realidade, Excelência, o assunto é dos mais graves, tanto mais quanto muitos dos possuidores dessas licenças já iniciaram a instalação de suas propriedades, construindo casas, cercados, etc. Releva notar, ainda, que diversos colonos paulistas, atraídos pela facilidade de adquirir terras, trouxeram suas famílias e já se acham instalados nas áreas que requereram, iniciando o amanho do solo e a criação de animais domésticos. Vários lotes já foram devidamente demarcados, após o preenchimento dos requisitos indispensáveis, de acôrdo com o Decreto n.º 93, de 3 de setembro do ano findo, do Govêrno do Território, baixado com o objetivo de evitar, tanto quanto possível, querelas e desentendimentos no seio da classe rural.

Prova indiscutivel de que falecia ao Govêrno atribuições para tomar em consideração os protestos apresentados pela Cia. Mate Laranjeira, em face de já se achar vencido o contrato que firmara em 1926, com o Estado de Mato Grosso, surge das novas bases que, já em nossa gestão, foram estabelecidas para um outro contrato, bases essas que se acham em estudos na

Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais. Estivesse em vigor o contrato de 1926, por que, então, se iria firmar novo compromisso sem qualquer característica de contrato aditivo?... Afora a carta que a Emprêsa apresenta como documento concludente de prorrogação do contrato, houve qualquer ato do poder público, dentro das normas jurídicas, pelo qual continuassem em pleno vigor as cláusulas contratuais entre Mato Grosso e a Companhia em causa?... Que seja de nosso conhecimento, nenhum ato do Govêrno Central, a não ser o despacho que fizemos transcrever, linhas antes.

Assim, pois, Excelência, não ferimos direitos, não ultrapassamos nossas atribuições ao concedermos licenças de ocupação devidamente requeridas. E nem se alegue que tais licenças foram concedidas a muitos servidores da nação, como se assoalha, sem jámais poderem explorar, pessoalmente, ditas terras. A lei, nêsse particular, é por demais clara, não deixando nenhuma dúvida a respeito, como se depreende do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 7.916, de 30 de agôsto de 1945. Tôdos os que requereram, apresentaram os documentos indispensáveis exigidos por êsse Decreto, inclusive a declaração de que se comprometiam a fixar residência nas terras requeridas e a dar início aos trabalhos agrícolas dentro de noventa dias a contar da localização, sob pena de caducidade da concessão. Ora, é óbvio que, não satisfeitas essas condições, caducas se achariam as licenças de ocupação dos faltosos. Ao Governador não era possível entretanto, a **priori**, indeferir requerimento devidamente instruido, dêsse ou daquele cidadão, tão sómente por ser funcionário público ou oficial do Exército, tanto mais que, pelo artigo 2.º do Decreto-Lei que vimos citando, seriam aplicados aos terrenos marginais e terras devolutas da União, os dispositivos dos Decretos-Leis ns. 2.490, de 16 de agôsto de 1940; 2.681, de 7 de outubro ainda de 1940 e 3.438, de 17 de junho de 1941, nos quais, em absoluto não se encontra qualquer ressalva a essa ou àquela classe de cidadãos, quanto à concessão de terras. Não há, também, nos Decretos-Leis ns. 1.164, de 18 de março de 1939; 1.968, de 17 de janeiro de 1940 e 2.610, de 20 de setembro do mesmo ano, nenhuma restrição nêsse sentido, que muito ao contrário, procura facilitar o máximo possível, a cessão dessas terras, com o objetivo de incrementar a colonização.

O sistema de colonização atualmente em vigor em nosso País, com base no Decreto-Lei n.º 2.681, de 7 de outubro de 1940, estabelece como área máxima para cada lote, 100 hectares, a não ser que haja, antes, autorização especial da Presidência da República. Trata-se, aí, de núcleos coloniais, isto é, reunião de pequenas propriedades rurais em zonas adredemente escolhidas e destinadas a certas culturas ou criação de animais domésticos de pequeno porte. O Decreto-Lei n.º 7.916, de 30 de agôsto de 1945, ampliou as possibilidades aquisitivas de terras devolutas e facilitou a instalação de fazendas, em áreas maiores, nunca excedendo a 2.000 hectares.

COLÔNIA AGRÍCOLA FEDERAL

O Govêrno Federal, bem compreendendo a necessidade de colonizar a fronteira, criou, pelo Decreto-Lei n.º 5.941, de 28 de outubro de 1943 a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, com área nunca inferior a 300.000 hectares, dividindo-a em lotes que oscilam de 20 a 30 hectares. Dispondo a Colônia de área relativamente considerável, que abrange zonas de matas e de campo aberto, julgamos que se os lotes fossem maiores, de 30 a 50 hectares, despertariam maior interêsse nos colonos e assim teriamos mais acentuada imigração. Realmente, em se tratando de lotes na zona de campo aberto, destinados à criação, consequentemente, não satisfazem, absolutamente, com área de 20 a 30 hectares, ao fim que se tem em vista.

Na Colônia Municipal de Dourados, instalada pela Prefeitura daquele município e assistida, em parte, pelo Território, dispondo de área muito menor que a Colônia Federal, os lotes atingem a 50 hectares, do que resultou maior procura pelos colonos vindos de São Paulo e de outros Estados.

A afluência de colonos, atraídos pela instalação dessas duas colônias e pela facilidade de conseguirem terras devolutas dentro da faixa de fronteira, foi considerável nos anos de 1945 e 1946, entrando em média para mais de 6.000 pessôas, anualmente, de que resultou o aumento da população do Território, hoje orçada em mais de 110.000 habitantes.

Na Colônia Federal, entretanto, dispondo de recursos suficientes, o rítmo dos trabalhos não se fazia sentir como seria de desejar, mormente quanto às construções de casas para os colonos, de que resultou, muitas vêzes, ficarem famílias inteiras expostas às intempéries, sob a copagem

das árvores, dias e semanas seguidas, à espera de que se lhes dsse o necessário abrigo. Providência preliminar deveria ter sido tomada pela administração da Colônia, fazendo construir em Dourados, um barracão, embora, à guiza de hospedaria para imigrantes, onde fossem abrigados os que chegavam em levas e mais levas, quase todos os dias.

Não dispondo o Govêrno do Território de verbas para realizar essa construção e não podendo deixar ao desamparo tantas famílias que se destinavam à Colônia Federal, recomendou ao prefeito de Dourados tomasse as providências compatíveis em tal emergência e entrou em entendimentos diretos com o Ministério da Agricultura, no sentido de ser sanada, de logo, essa irregularidade nos serviços de colonização a seu cargo. Infelizmente, não surtiram efeito os apelos da administração territorial ao referido Ministério e a situação pouco melhorou em face de não dispôr a Prefeitura de recursos suficientes para dar assistência a tanta gente, atenuando em parte a situação, instalando grande número de famílias, na Colônia Municipal.

A escolha da região não poderia ter sido mais feliz e apropriada para a instalação dessas duas colônias, mercê da fertilidade do solo e das condições climáticas, as mais favoráveis. Urge, entretanto, que novos rumos sejam dados aos trabalhos agrícolas, ampliando-se o número de técnicos, por demais limitado, de maneira que o colono receba, realmente, assistência integral em suas atividades. Do contrário resultará o descrédito, que aliás, já se nota com a diminuição ou quase paralização da entrada de novos colonos, para o que muito contribuiu, também, de maneira assustadora, a extinção do Território.

A Colônia Nacional de Dourados, Excelência, representará fator preponderante na economia do País e poderá irradiar, por muitos quilômetros, o incentivo ao amanho da terra, desde que instale, o quanto antes, campos experimentais, para que possa fornecer sementes selecionadas e ensinamentos técnicos a quem solicitar. A triticultura, como tivemos ocasião de nos referir linhas atrás, encontra naquela região ambiente propício e áreas consideráveis para se desenvolver. Seria indispensável, pois, que a administração da Colônia recebesse instruções especiais para instalar uma estação experimental, objetivando a escolha das variedades mais apropriadas ao solo e ao clima de Dourados, sabendo-se que o trigo, mais do que qualquer outra gramínea, requer ensaios continuados, mutáveis que são as condições hígidas de cada variedade, na razão direta dos fatores mesológicos, pois no Brasil podemos considerar o trigo como lavoura micro-clima, daí a importância da genética, no preparo da semente tipo, para cada zona.

A administração do Território, de par com a cessão de terras, estava procurando instalar núcleos agrícolas nos municípios de Dourados e Ponta Porã, dois dos quais, Caarapó e Caarapã, já se apresentavam bem promissores. O loteamento do último desses núcleos já estava quase ultimado, correndo tôdas as despesas por conta do Território, inclusive a administração, que estava a cargo de um agrônomo. Ao Norte da cidade de Ponta Porã, estava sendo loteado o núcleo de Itá, que por certo muito beneficiária a cidade, abastecendo-a de verduras, frutas e legumes. Nêsse núcleo, os lotes não ultrapassariam a 50 hectares, destinados que estavam apenas à lavoura. A Granja Modelo "Assis Brasil", já êste ano iniciaria o fornecimento de sementes selecionadas a êsses núcleos, dando-lhes ainda assistência técnica, cessão de máquinas agrícolas e extintores de formiga, ao prêço do custo, acrescido apenas do frete.

Cuidou-se, também, de tentar a instalação de uma colônia agrícola em Iporã, às margens do rio Paraná, com algumas famílias vindas de São Paulo, não se prosseguindo nêsse tentamen em virtude da insalubridade da região, por demais infestada de moquistos, graçando o paludismo ameaçadoramente. Além disso, a impraticabilidade de ligação com Ponta Porã, dificultava a administração, não sendo fácil, mesmo, manter-se a necessária fiscalização, fator indispensável para o êxito que se possa ter em tão importante empreendimento. Com o avançar da execução do Plano Rodoviário, visávamos, posteriormente, tentar a colonização das margens do Paraná, em outro local, em maior elevação do terreno, possivelmente em D. Carlos.

Impunha-se, entretanto, em se tratando de Nucleos ou de Colônias Agrícolas, preparar o ambiente indispensável à fixação do colono, sobretudo do imigrante estrangeiro que teremos, dentro em breve, certamente, a ampliar as nossas iniciativas no campo da agricultura. Por certo, agora mais do que nunca, se impõe escolha metódica, exame físico e moral do imigrante, não se esquecendo nunca da seleção dentro do pe-

ríodo ótimo no ciclo vital do individuo, levando ainda em consideração, aliás, em primeira plana, o seu País de origem, parecendo-nos ótimo imigrante, dentre outros, o italiano, quando afeito às lides do campo.

IMIGRAÇÃO

No Território já se cuidava do estudo de vasto programa de imigração, sendo elaborado de acôrdo com as exigências do Conselho Nacional de Imigração. Na Divisão de Produção, Terras e Colonização, tão logo estivessem preenchidos os seus claros com técnicos hábeis, iniciar-se-ia estudo agrológico indispensável, afim de serem escolhidos os locais destinados aos imigrantes que fossem encaminhados para aquela unidade. Ter-se-ia em consideração basialr, na escolha dos locais destinados a êsses imigrantes, evitar tanto quanto possível o enquistamento racial, de maneira que a assimilação se fizesse sentir gradativamente, sob a superioridade numérica do elemento nacional.

Na organização do programa que estava sendo elaborado, moldado, como dissemos, na legislação federal que rege a espécie, complementava-se o setor da colonização da seguinte maneira:

I — Estudo agrológico e climático da região;

II — Rêde rodoviária de ligação aos núcleos;

III — Postos de saúde (instalação);

IV — Escolas primárias e cursos para adultos;

V — Hospedaria para imigrantes;

VI — Instalação de núcleos coloniais, colônias agrícolas e núcleos agro-industriais;

VII — Instalação de armazens reembolsáveis, nos núcleos e colônias;

VIII — Organização de cooperativas rurais, de acôrdo com o que prescreve o decreto-lei n.º 5.893, de 19 de outubro de 1943;

IX — Serviço itinerante de assistência técnico-agro-pastoril.

A Divisão de Produção, Terras e Colonizações, pela sua seção competente, estava empenhada em ultimar, o quanto antes, o serviço de cadastragem de tôdas as propriedades já existentes no Território, tencionando ainda levantar a carta geral, em colaboração com o Serviço de Geografia e Estatística, para o que seriam determinadas nada menos de 20 posições astronômicas, nos lugares: Vila Amambaí, Vila Iguatemi, embocadoura do rio Amambaí, Pôrto Felicidade, Campanário, desembocadura do rio Ivinheima, cidade de Dourados, cidade de Maracajú, cidade de Bela Vista, Páo Alto, Salobea, Pôrto Esperança, cidade de Nioaque, barra do rio Miranda, rio Niutáca, rio Nioaque, próximo a Forquilha, rio Brilhante, nas proximidades do Pôrto Kiki, cabeceira do rio Brilhante e confluência do Ivinheima, sem falar em outros pontos que, com o decorrer dos trabalhos, certamente, viriam a interessar. Seriam utilizadas, também, muitas das estações já determinadas pela Comissão de Limites, ao longo da faixa lindeira com o Paraguai, inclusivè em pontos sôbre o rio de igual nome, com os quais completaríamos a rêde de posições astronômicas que serviriam para amarração das poligonais correspondentes aos diversos levantamentos.

Com essa providência, que teria início de execução possivelmente no corrente ano, todos os demais estudos necessários às instalações dos núcleos e colônias agrícolas tornar-se-iam fáceis, porque sôbre esta carta se projetariam outras, com os índices demográfico, nosográfico, fitológico, zoológico, agrológico e climático, mediante os quais, então, seria organizada a carta ecológica de cada município, medida indispensável, em se tratando do desenvolvimento da colonização.

Assim, pois, estariam, equacionados todos os problemas relacionados à colonização, providência que se impõe em nosso País, supervisonada, entretanto, sob condições tais, que o amparo ao imigrante nacional, de um para outro Estado, esteja em primeiro plano, estudando-se ainda meios adequados que possibilitem o povoamento racional dos grandes vazios que pontilham, aqui e alí, o Território de nossa Pátria, sem criar, como dissemos, quistos perigosos à segurança, e à formação étnica racional.

IX — OBRAS

No âmbito da administração, como órgão de planejamento e execução, investe-se de grandes responsabilidades e de parcela notável na difusão de realizações para o bem coletivo, a Divisão de Obras, repartição indispensável em qualquer ramo de atiivdade.

À proporção que nos afastamos dos grandes

centros, quando se nos é dado empregar o máximo de esforços e atuar em lugares distantes, surgem as dificuldades de tôda ordem, começando pela falta de transporte, para terminar na de técnicos especializados a êsse ou àquele setor do entrosamento administrativo.

No Território de Ponta Porã, estamos certo, todos os três Governadores que estiveram à frente da administração desde 1944 até a data de sua entrega a Mato Grosso, lutaram muitíssimo para conseguir o estritamente indispensável em técnicos, justificando-se, daí, não ter sido instalada, de imediato, a Divisão de Obras, medida que tivemos a felicidade de realizar, já em abril de 1946, pouco tempo depois de havermos tomado posse do cargo, conseguindo levar para dirigí-la o engenheiro civil Otávio Mendonça de Vasconcelos, portador de longa prática e de invulgares qualidades profissionais.

Instalada a Divisão, cuidou-se de aparelhá-la com o material necessário às suas peculiaridades, de maneira que, já em junho, se achavam em funcionamento as suas principais seções, não nos tendo sido possível, no entanto, preencher os cargos técnicos, embora houvessemos tentado conseguir pessoal hábil. Em face desta lacuna, o trabalho do Diretor tornou-se por demais exaustivo, para que pudesse levar avante todos os encargos correspondentes a sua Divisão, assim especiificados no art. 6.º, do Decreto-Lei n.º 7.771, de 23 de julho de 1945:

a) — traçar os planos e projetos das obras públicas a serem executadas no Território, promovendo o seu reajustamento às condições vigentes;

b) — executar, diretamente, as obras necessárias ao desenvolvimnto do Território, tais como rodovias, limpeza de rios, portos, aeroportos e edifícios públicos, conservá-los e fiscalizar a sua construção, quando atribuida a terceiros, mediante contrato;

c) — administrar diretamente serviços de natureza industrial e fiscalizá-los quando concedidos ou arrendados;

d) — favorecer à iniciativa privada auxiliando a realização das obras que concorram para a melhoria das condições de vida da população, especialmente no conforto e higiene das habitações;

e) — tomar tôdas as medidas relativas ao planejamento, execução e conservação das obras do Território e bem assim a conveniente utilização do material existente.

Embora por demais complexos êsses encargos, ante a dificuldade, como dissemos, de se conseguir técnicos para as diversas seções, foi valiossíssimo e volumoso o trabalho realizado pela Divisão, desde a revisão dos contratos e de tôdas as obras que se achavam em execução, como pon-as obras que se achavam em execução, como pondios públicos, usina e serraria de Dourados, estudo do Plano de Obras e Equipamento, do Plano Rodoviário e Plano Urbanístico, — até a realização de novas obras, incluindo-se nestas últimas, a estrada de rodagem Ponta Porã-Amambaí e a Granja Modelo.

De par com êsses serviços, poude ainda a Divisão de Obras, por intermédio de seu próprio Diretor, cooperar com a Diretoria de Aeronáutica Civil, tomando a seu cargo dirigir e fiscalizar os trabalhos de ampliação do aeroporto de Ponta Porã, cujos serviços acabam de ser ultimados, satisfatoriamente Pelo Decreto-Lei n.º 9.135, de 5 de abril de 1946, coube à Divisão de Obras, a seguinte organização:

I — Diretoria;
II — Secretaria;
III — Seção de Obras;
IV — Seção de Viação;
V — Seção de máquinas, oficinas e transportes.

A seção de transporte vinha funcionando, antes da instalação da Divisão de Obras, subordinada à Divisão de Segurança e Guarda. O serviço realizado por essa Seção, foi dos mais valiosos, abarcando o seguinte esquema:

a) — transporte de carga geral do Território, da ponta de trilhos da Noroeste, em Maracajú, até Ponta Porã e Dourados;

b) — transporte de material para as obras em diversas partes do Território;

c) — transporte de guardas pelo interior, no combate ao banditismo e repressão ao contrabando;

d) — transporte diário dentro de Ponta Porã;

e) — transporte de víveres, principalmente açúcar e trigo, destinados ao abastecimento da população, quando da crise máxima de tais produtos;

f) — transporte de funcionários pelo interior do Território, em serviços de inspeção médica ou escolar;

g) — transporte de material para os postos de guardas, escolas e postos de saúde;

h) — transporte de presos, a serviço da Justiça.

Nas viagens de Ponta Porã e Maracajú, quando iam buscar carga pertencente ao Território, eram os nossos veículos postos à disposição dos particulares, assim o solicitassem, auxiliando-se o comércio no transporte da erva-mate ou de outros produtos da região, mediante contribuição módica e que se destinava à compra de peças e reparos do material rodante de que se dispunha, com grande economia da verba de material e possibilidade de outras aquisições.

O Plano de Obras e Equipamento, de que já nos ocupamos em capítulo especial, sómente em 1946 teve início de execução, dentro, propriamente, do programa traçado. Antes, desde 1945, várias obras foram realizadas, e iniciadas outras, indispensáveis ao bom andamento da administração, correndo tais despesas por conta da verba destinada a obras, indiscriminadamente, para o referido exercício, e que sòmente em princípios de janeiro do ano findo, foi recebida no Tesouro, pelo meu antecessor, Major Guiomard dos Santos.

Essa protelação na entrega do quantitativo em aprêço, desorientou e prejudicou mesmo a boa marcha dos serviços, dando margem a que muitas obras iniciadas sofressem paralizações temporárias, retardando, consequentemente, a utilização que delas necessitavam com certa urgência, o Govêrno e o público, sobretudo em relação às pontes, para encurtar distâncias, entre Ponta Porã e diversos lugares do interior.

Vários fatores agravavam a situação no que diz respeito a obras, salientando-se dentre todos a dificldade de transporte para material adquirido em São Paulo e a falta de pessoal, principalmente operários especializados. Mesmo assim, guardadas as devidas proporções em fare do meio em que se estava operando, muito se fêz em prol do bem público, não tendo havido solução de continuidade com as substituições de governadores, no setor de obras públicas.

O quadro que se segue, corrobora eloquentemente com o que vimos de afirmar e deixa bem patente aos que se detiverem em sua análise, trabalho alí desenvolvido, em pouco mais de dois anos, multiforme, sob todos os aspectos, abranmicas as mais rígidas, de que são documento indiscutivel as cifras de cada obra, levadas a efeito em época das mais difíceis, quando o País se libertava da mais terrível de tôdas as guerras de que nos fala a história, o que importa dizer, quando o custo das utilidades ascendiam a números astronômicos imprevisiveis e a mão de obra, quase desaparecida, encarecia na razão direta da distância dos grandes centros, pela falta de concorrentes.

Vejamos, ainda, como foram iniciadas e ultimadas essas obras, no curto período de fins de 1944 a 31 de dezembro de 1946, nas gestões dos três governadores que estiveram à frente da administração do Território, demonstrando os números constantes do quadro, de maneira a mais expressiva, não ter havido qualquer solução de continuidade, da primeira à última das três administrações:

Administradores	Adquiridas	Iniciadas	Concluidas	Deixadas em construção	Tempo de administração
Cel. Ramiro Noronha	—	23	11	13	13 meses
Maj. Guiomard Santos	1	16	14	12	3 meses
Dr. José Alves Albuquerque ...	1	20	24	8	10 meses
Soma	2	49	49	9	(As 9 ficaram por concluir).

O material utilizado na construção das pontes que constam do quadro discriminativo antes transcrito, foi de primeira qualidade, empregando-se madeira de lei, principalmente a aroeira, com amarração de ferro, processo que oferece a máxima segurança e durabilidade por muitos anos.

Quadro demonstrativo das Obras iniciadas, concluídas e por concluir no Território Federal de Ponta Porã, no período de fins de 1944 a 31 de Dezembro de 1945

	Especificação da Obra	Prêço da Obra	Despesa Realizada	Administração Territorial — Período — 1945-46									Observações
				Cel. Ramiro Noronha			Maj. J. G. Santos			Dr. J. A. Aubuquerque			
				Iniciada	Concluida	Deixada em construção	Iniciada	Concluida	Deixada em construção	Iniciada	Concluida	Deixada em construção	
1	Aterro nos rios Peroba e Santa Maria	101.225,00	101.225,00	sim	—	sim	—	sim	—	—	—	—	Contrato liquidado
2	Estrada de Rodagem do Rio Sta. Maria a Maracajú (raspagem)	164.457,80	164.457,80	sim	—	sim	—	sim	—	—	—	—	Contrato liquidado
3	Estrada de Dourados e Potreiro-Guassu (raspagem)	137.579,30	137.579,30	sim	—	sim	—	sim	—	—	—	—	Contrato liquidado
4	Pontes, boeiros e pontilhões nos rios: Santa Maria, Tapeirinha, Floresta e Cachoeira ..	83.473,80	83.473,80	sim	sim	—	—	—	—	—	—	—	Contrato liquidado
5	Prédio de Picadinha em Dourados (escola) ..	149.464,20	149.464,20	sim	—	sim	—	sim	—	—	—	—	Contrato liquidado
6	Prédio da cadeia pública de Maracajú	155.937,80	155.937,80	sim	—	sim	—	sim	—	—	—	—	Contrato liquidado
7	Ponte sôbre o rio Brilhante, entre Dourados e Caiuás	187.871,20	187.871,20	sim	—	sim	—	sim	—	—	—	—	Contrato liquidado
8	Depósito de material em Maracajú	91.456,70	91.456,70	sim	sim	—	—	—	—	—	—	—	Contrato liquidado
9	Estrada de Dourados a Pôrto Sousa (raspagem)	48.510,00	48.510,00	sim	sim	—	—	—	—	—	—	—	Contrato liquidado
10	Ponte sôbre o rio Dourados no Passos de Tocarra	274.809,20	274.809,20	sim	sim	—	—	—	—	—	—	—	Contrato liquidado
11	Casa do professor na Colônia Penzo	74.931,60	74.931,60	sim	—	sim	—	sim	—	—	—	—	Contrato liquidado
12	Prédio para escola — Colônia Penzo	197.765,40	197.765,40	sim	—	sim	—	sim	—	—	—	—	Contrato liquidado
13	Ponte sôbre o rio Dourado sem Pôrto Sousa ..	210.129,50	210.129,50	—	—	—	sim	—	sim	—	sim	—	Contrato liquidado
14	Ponte sôbre o rio brilhante entre Maracajú e Caiuás	169.321,60	169.321,60	—	—	—	sim	—	sim	—	sim	—	Contrato liquidado
15	Casa para residência do encarregado da usina de Dourados	40.000,00	40.000,00	sim	sim	—	—	—	—	—	—	—	Administração
16	Ampliações e adaptações gerais no prédio da Guarda Territorial	450.000,00	450.000,00	sim	—	sim	—	—	sim	—	sim	—	Administração — Duas partes distintas: prédio e ampliações laterais
17	Aterro de acesso à Ponte sôbre o rio Brilhante	16.216,70	16.216,70	—	—	—	sim	—	sim	—	sim	—	Contrato liquidado
18	Aumento do hospital Santa Izabel — Dois pavilhões	169.000,00	169.000,00	—	—	—	sim	—	sim	—	sim	—	Contrato liquidado
19	Prédio de madeira onde funciona o curso Normal	90.000,00	90.000,00	sim	—	sim	—	sim	—	—	—	—	Administração — A conclusão corresponde a adaptações
20	Pontilhões de acesso	5.800,00	5.800,00	—	—	—	sim	sim	—	—	—	—	Empreitada
21	Escola pública de Ervania (Maracajú)	135.857,00	135.857,00	—	—	—	sim	—	sim	—	sim	—	Contrato liquidado
22	Reconstrução da estrada de Nioaque a Maracajú	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	—	—	—	—	—	—	Administração pela Prefeitura
23	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
24	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
25	Remodelação completa da cadeia pública em suas dependências internas	11.130,00	11.130,00	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	Miranda	[illegible]	[illegible]	sim	sim	—	—	—	—	—	—	—	Administração pela Prefeitura
25	Remodelação completa da cadeia pública em suas dependências internas	11.130,00	11.130,00	—	—	—	sim	—	sim	—	sim	—	Administrativamente
26	Melhoramentos no prédio do hospital de Miranda	19.491,50	19.491,50	sim	sim	—	—	—	—	—	—	—	Administração pela Prefeitura
27	Reparos na estrada de rodagem de Bela Vista a Ponta Porã (trecho da Serra)	39.080,00	39.080,00	—	—	—	sim	—	sim	—	sim	—	Administração pela Prefeitura
28	Reparos na estrada de rodagem de Bela Vista a Ponta Porã (trecho do campo)	41.810,00	41.810,00	—	—	—	sim	—	sim	—	sim	—	Administração Diretoria de Obras
29	Estrada do Solidonio (Preefitura Ponta Porã)	19.032,00	19.032,00	sim	sim	—	—	—	—	—	—	—	Administração pela Prefeitura
30	Reparos na estrada de Campanário	8.923,00	8.923,00	sim	sim	—	—	—	—	—	—	—	Administração pela Prefeitura
31	Adaptações no prédio da Delegacia de Polícia — Ponta Porã	6.000,00	6.000,00	—	—	—	sim	—	sim	—	sim	—	Administração Diretoria de Obras
32	Garagem de Madeira na Delegacia de Polícia	15.000,00	15.000,00	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Administração Diretoria de Obras
33	Construção de um coreto e ajardinamento da Praça General Dutra	76.000,00	76.000,00	—	—	—	sim	sim	—	—	—	—	Administração pela Prefeitura
34	Usina, serraria, capintaria e oficina mecânica de Dourados	5.034.496,80	3.691.233,50	sim	—	sim	—	—	sim	—	—	sim	Administração Diretoria de Obras e contraro
35	Reparos Gerais na estrada de Ponta Porã a Dourados	78.956,00	78.956,00	—	—	—	sim	—	sim	—	sim	—	Administração Diretoria de Obras
36	Estrada de rodagem de Ponta Porã e Amambaí	2.700.000,00	168.000,00	—	—	—	—	—	—	sim	—	sim	Empreitada — Acôrdo Departamento Nacional de Estradas
37	Ponte de madeira sôbre o rio Paripocu	107.931,50	107.931,50	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Administração Prefeitura Bela Vista
38	Granja Modêlo "Assis Brasil" (aviários, estábulos, açude e gramados)	890.000,00	302.166,00	—	—	—	—	—	—	sim	—	sim	Administração da Divisão de Obras (Pediu-se para passar ao M. da Agricultura)
39	Encascalhamento da estrada de Ponta Porã a Maracajú (pequeno trecho) 15 Kms.	2.400.000,00	210.000,00	—	—	—	sim	—	sim	—	—	—	Administração — Foi parada por falta de verba e porque o Exército havia iniciado contrato partindo Maracajú
40	Aumento do Grupo Escolar "Mendes Gonçalves"	274.000,00	274.000,00	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Contrato — Fiscolização Diretoria de Obras
41	Pavilhão de isolamento — Hospital Santa Izabel	169.000,00	169.000,00	—	—	—	—	—	—	sim	—	sim	Contrato — Focalização Diretoria de Obras
42	Ponte sôbre o rio Verde — Ponta Porã	37.569,00	37.569,00	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Administração pela Prefeitura P. Porã
43	Reparos na ponte sôbre o rio Amambaí	4.625,00	4.625,00	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Administração pela Prefeitura P. Porã
44	Reparos completos na ponte sôbre o rio Emboscada	19.541,00	19.541,00	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Administração pela Prefeitura P. Porã
45	Reparos completos na ponte sôbre o rio Panduí	20.148,00	20.148,00	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Administração pela Prefeitura P. Porã
46	Construção de uma ponte sôbre o rio Guaviral	50.000,00	50.000,00	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Administração pela Prefeitura B. Vista
47	Pontilhão de madeira sôbre o Rio Capeí	9.000,00	9.000,00	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Administração pela Prefeitura B. Vista
48	Pôsto de Puericultura Ponta Porã	218.000,00	87.184,20	—	—	—	—	—	—	sim	—	sim	Administração — Legião Brasileira de Assistência
49	Pavilhão da Maternidade Hospital Santa Izabel	620.000,00	94.000,00	—	—	—	—	—	—	sim	—	sim	Administração empreitada (Departamento Nacional da Criança)
50	Escola de Santa Luzia (madeira)	37.000,00	37.000,00	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Contrato — Fiscalização Diretoria Obras
51	Escola de Jaguaperú — Dourados	50.000,00	44.005,20	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Divisão de Obras — Acôrdo Ministério Educação
52	Escola de Vila Juquita (Maracajú)	50.000,00	28.596,00	—	—	—	—	—	—	sim	—	sim	Divisão de Obras — Acôrdo Ministério Educação
53	Escola Nunca-Te-Vi (B. Vista)	50.000,00	24.424,00	—	—	—	—	—	—	sim	—	sim	Divisão de Obras — Acôrdo Ministério Educação
54	Escola de Iguatemi (Ponta Porã)	50.000,00	50.000,00	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Contrato — Fiscalização Diretoria de Obras
55	Prédio para a sede do Govêrno	140.000,00	140.000,00	—	—	—	—	—	—	sim	—	—	(Aquisição de particular)
56	Prédio para residência do Governador	149.080,00	149.080,00	—	—	—	sim	—	—	—	—	—	(Aquisição de particular)
57	Ampliação e adaptações do prédio para sede do Govêrno	25.000,00	25.000,00	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Divisão de Obras
58	Reparos gerais na estrada de Maracajú a Dourados	16.100,00	16.100,00	—	—	—	sim	—	sim	—	sim	—	Empreitada — Fiscalização Diretoria Obras
59	Estrada de acesso à ponte sôbre o rio Brilhante, Maracjú e Cainaes	75.000,00	75.000,00	—	—	—	sim	sim	—	—	—	—	Empreitada — Fiscalização Govêrno
60	Abertura de picada larga, no Núcleo Agrícola de Caarapã	12.000,00	12.000,00	sim	—	sim	—	sim	—	—	—	—	Empreitada
	TOTAL	16.593.638,10	9.230.750,00										

Quadro demonstrativo das Obras iniciadas, concluídas e por concluir no Território Federal de Ponta Porã, no período de fins de 1944 a 31 de Dezembro de 1945

	Especificação da Obra	Preço da Obra	Despesa Realizada	Administração Territorial — Período — 1945-46									Observações
				Cel. Ramiro Noronha			Maj. J. G. Santos			Dr. J. A. Aubuquerque			
				Iniciada	Concluida	Deixada em construção	Iniciada	Concluida	Deixada em construção	Iniciada	Concluida	Deixada em construção	
1	Aterro nos rios Peroba e Santa Maria	101.225,00	101.225,00	sim	—	sim	—	sim	—	—	—	—	Contrato liquidado
2	Estrada de Rodagem do Rio Sta. Maria a Maracajú (raspagem)	164.457,80	164.457,80	sim	—	sim	—	sim	—	—	—	—	Contrato liquidado
3	Estrada de Dourados e Potreiro-Guassu (raspagem)	137.579,30	137.579,30	sim	—	sim	—	sim	—	—	—	—	Contrato liquidado
4	Pontes, boeiros e pontilhões nos rios: Santa Maria, Tapeirinha, Floresta e Cachoeira	83.473,80	83.473,80	sim	sim	—	—	—	—	—	—	—	Contrato liquidado
5	Prédio de Picadinha em Dourados (escola)	149.464,20	149.464,20	sim	—	sim	—	sim	—	—	—	—	Contrato liquidado
6	Prédio da cadeia pública de Maracajú	155.937,80	155.937,80	sim	—	sim	—	sim	—	—	—	—	Contrato liquidado
7	Ponte sôbre o rio Brilhante, entre Dourados e Caiuás	187.871,20	187.871,20	sim	—	sim	—	sim	—	—	—	—	Contrato liquidado
8	Depósito de material em Maracajú	91.456,70	91.456,70	sim	sim	—	—	—	—	—	—	—	Contrato liquidado
9	Estrada de Dourados a Pôrto Sousa (raspagem)	48.510,00	48.510,00	sim	sim	—	—	—	—	—	—	—	Contrato liquidado
10	Ponte sôbre o rio Dourados no Passos de Tocarra	274.809,20	274.809,20	sim	sim	—	—	—	—	—	—	—	Contrato liquidado
11	Casa do professor na Colônia Penzo	74.931,60	74.931,60	sim	—	sim	—	sim	—	—	—	—	Contrato liquidado
12	Prédio para escola — Colônia Penzo	197.765,40	197.765,40	sim	—	sim	—	sim	—	—	—	—	Contrato liquidado
13	Ponte sôbre o rio Dourado sem Pôrto Sousa	210.129,50	210.129,50	—	—	—	sim	—	sim	—	sim	—	Contrato liquidado
14	Ponte sôbre o rio brilhante entre Maracajú e Caiuás	169.321,60	169.321,60	—	—	—	sim	—	sim	—	sim	—	Contrato liquidado
15	Casa para residência do encarregado da usina de Dourados	40.000,00	40.000,00	sim	sim	—	—	—	—	—	—	—	Administração
16	Ampliações e adaptações gerais no prédio da Guarda Territorial	450.000,00	450.000,00	sim	—	sim	—	—	sim	—	sim	—	Administração — Duas partes distintas: prédio, e ampliações laterais
17	Aterro de acesso à Ponte sôbre o rio Brilhante	16.216,70	16.216,70	—	—	—	sim	—	sim	—	sim	—	Contrato liquidado
18	Aumento do hospital Santa Izabel — Dois pavilhões	169.000,00	169.000,00	—	—	—	sim	—	sim	—	sim	—	Contrato liquidado
19	Prédio de madeira onde funciona o curso Normal	90.000,00	90.000,00	sim	—	sim	—	sim	—	—	—	—	Administração — A conclusão corresponde a adaptações
20	Pontilhões de acesso	5.800,00	5.800,00	—	—	—	sim	sim	—	—	—	—	Empreitada
21	Escola pública de Ervania (Maracajú)	135.857,00	135.857,00	—	—	—	sim	—	sim	—	sim	—	Contrato liquidado
22	Reconstrução da estrada de Nioaque a Maracajú	40.000,00	40.000,00	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible] pela Prefeitura
[illegible]	[illegible] da cadeia pública em	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	Administração pela Prefeitura
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	sim	[illegible]	Administrativamente

24	Miranda			sim	sim	—	—	—	—	—	—	—	Administração pela Prefeitura
25	Remodelação completa da cadeia pública em suas dependências internas	11.130,00	11.130,00	—	—	—	sim	—	sim	—	sim	—	Administrativamente
26	Melhoramentos no prédio do hospital de Miranda	19.491,50	19.491,50	sim	sim	—	—	—	—	—	—	—	Administração pela Prefeitura
27	Reparos na estrada de rodagem de Bela Vista a Ponta Porã (trecho da Serra)	39.080,00	39.080,00	—	—	—	sim	—	sim	—	sim	—	Administração pela Prefeitura
28	Reparos na estrada de rodagem de Bela Vista a Ponta Porã (trecho do campo)	41.810,00	41.810,00	—	—	—	sim	—	sim	—	sim	—	Administração Diretoria de Obras
29	Estrada do Solidonio (Preefitura Ponta Porã) .	19.032,00	19.032,00	sim	sim	—	—	—	—	—	—	—	Administração pela Prefeitura
30	Reparos na estrada de Campanário	8.923,00	8.923,00	sim	sim	—	—	—	—	—	—	—	Administração pela Prefeitura
31	Adaptações no prédio da Delegacia de Polícia — Ponta Porã	6.000,00	6.000,00	—	—	—	sim	—	sim	—	sim	—	Administração Diretoria de Obras
32	Garagem de Madeira na Delegacia de Polícia .	15.000,00	15.000,00	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Administração Diretoria de Obras
33	Construção de um coreto e ajardinamento da Praça General Dutra	76.000,00	76.000,00	—	—	—	sim	sim	—	—	—	—	Administração pela Prefeitura
34	Usina, serraria, capintaria e oficina mecânica de Dourados	5.034.496,80	3.691.233,50	sim	—	sim	—	—	sim	—	—	sim	Administração Diretoria de Obras e contraro-
35	Reparos Gerais na estrada de Ponta Porã a Dourados	78.956,00	78.956,00	—	—	—	sim	—	sim	—	sim	—	Administração Diretoria de Obras
36	Estrada de rodagem de Ponta Porã e Amambaí	2.700.000,00	168.000,00	—	—	—	—	—	—	sim	—	sim	Empreitada — Acôrdo Departamento Nacional de Estradas
37	Ponte de madeira sôbre o rio Paripocu	107.931,50	107.931,50	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Administração Prefeitura Bela Vista
38	Granja Modêlo "Assis Brasil" (aviários, estábulos, açude e gramados)	890.000,00	302.166,00	—	—	—	—	—	—	sim	—	sim	Administração da Divisão de Obras (Pediu-se para passar ao M. da Agricultura)
39	Encascalhamento da estrada de Ponta Porã a Maracajú (pequeno trecho) 15 Kms.	2.400.000,00	210.000,00	—	—	—	sim	—	sim	—	—	—	Administração — Foi parada por falta de verba e porque o Exército havia iniciado contrato partindo Maracajú
40	Aumento do Grupo Escolar "Mendes Gonçalves"	274.000,00	274.000,00	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Contrato — Fiscolização Diretoria de Obras
41	Pavilhão de isolamento — Hospital Santa Izabel	169.000,00	169.000,00	—	—	—	—	—	—	sim	—	sim	Contrato — Focalização Diretoria de Obras
42	Ponte sôbre o rio Verde — Ponta Porã	37.569,00	37.569,00	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Administração pela Prefeitura P. Porã
43	Reparos na ponte sôbre o rio Amambaí	4.625,00	4.625,00	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Administração pela Prefeitura P. Porã
44	Reparos completos na ponte sôbre o rio Emboscada	19.541,00	19.541,00	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Administração pela Prefeitura P. Porã
45	Reparos completos na ponte sôbre o rio Panduí	20.148,00	20.148,00	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Administração pela Prefeitura P. Porã
46	Construção de uma ponte sôbre o rio Guaviral	50.000,00	50.000,00	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Administração pela Prefeitura B. Vista
47	Pontilhão de madeira sôbre o Rio Capeí	9.000,00	9.000,00	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Administração pela Prefeitura B. Vista
48	Pôsto de Puericultura Ponta Porã	218.000,00	87.184,20	—	—	—	—	—	—	sim	—	sim	Administração — Legião Brasileira de Assistência
49	Pavilhão da Maternidade Hospital Santa Izabel	620.000,00	94.000,00	—	—	—	—	—	—	sim	—	sim	Administração empreitada (Departamento Nacional da Criança)
50	Escola de Santa Luzia (madeira)	37.000,00	37.000,00	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Contrato — Fiscalização Diretoria Obras
51	Escola de Jaguaperú — Dourados	50.000,00	44.005,20	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Divisão de Obras — Acôrdo Ministério Educação
52	Escola de Vila Juquita (Maracajú)	50.000,00	28.596,00	—	—	—	—	—	—	sim	—	sim	Divisão de Obras — Acôrdo Ministério Educação
53	Escola Nunca-Te-Vi (B. Vista)	50.000,00	24.424,00	—	—	—	—	—	—	sim	—	sim	Divisão de Obras — Acôrdo Ministério Educação
54	Escola de Iguatemi (Ponta Porã)	50.000,00	50.000,00	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Contrato — Fiscalização Diretoria de Obras
55	Prédio para a sede do Govêrno	140.000,00	140.000,00	—	—	—	—	—	—	sim	—	—	(Aquisição de particular)
56	Prédio para residência do Governador	149.080,00	149.080,00	—	—	—	sim	—	—	—	—	—	(Aquisição de particular)
57	Ampliação e adaptações do prédio para sede do Govêrno	25.000,00	25.000,00	—	—	—	—	—	—	sim	sim	—	Divisão de Obras
58	Reparos gerais na estrada de Maracajú a Dourados	16.100,00	16.100,00	—	—	—	sim	—	sim	—	sim	—	Empreitada — Fiscalização Diretoria Obras
59	Estrada de acesso à ponte sôbre o rio Brilhante, Maracjú e Cainaes	75.000,00	75.000,00	—	—	—	sim	sim	—	—	—	—	Empreitada — Fiscalização Govêrno
60	Abertura de picada larga, no Núcleo Agrícola de Caarapã	12.000,00	12.000,00	sim	—	sim	—	sim	—	—	—	—	Empreitada
	TOTAL	16.593.638,10	9.230.750,00										

USINA TÉRMO-ELÉTRICA DE DOURADOS — PAVILHÃO DA SERRARIA E CARPINTARIA.

O PAVILHÃO DA SERRARIA DE DOURADOS, VISTO DE FRENTE.

O MESMO PAVILHÃO. VISTA DE LADO

ESTA CALDEIRA TORNOU-SE CÉLEBRE: EXTINTO O TERRITÓRIO, ACHAVA-SE ELA AINDA EM MARACAJÚ, PONTA DE TRILHOS DA NOROESTE, ESPERANDO TRANSPORTE PARA DOURADOS. O POVO, COM RECEIO DE QUE FOSSE DADO OUTRO DESTINO À CALDEIRA, FOI BUSCÁ-LA, PARA O QUE REUNIU EM UM SÓ, DOIS CAMINHÕES E A CALDEIRA CHEGOU AO SEU DESTINO — A USINA DE DOURADOS.

Os prédios de alvenaria, são sólidos, de linhas arquitetônicas sóbrias, construídos em lugares aprazíveis e traçados de acôrdo com o fim a que foram destinados.

A ampliação da Divisão de Segurança e Guarda foi providência indispensável, iniciada na administração do Sr. Cel. Ramiro Noronha, com posteriores modificações introduzidas na administração do Sr. Major José Guiomar dos Santos e ultimadas em nossa gestão. O prédio em apreço, construido que fôra ainda ao tempo de Mato Grosso, para servir como Delegacia de Polícia daquele Estado, não oferecia comodidade para aquartelar a Guarda Territorial, muito menos para a instalação da Divisão, Delegacia especial, depósito de material e armamento, cadeias e serviço de rádio. Daí, pois, a necessidade de sua ampliação.

Ao assumir o Govêrno o nosso antecessor, Major Guiomar dos Santos, notou, entretanto, que não ficaria bem o funcionamento da Escola Normal, internato e externato, em uma das alas do prédio em causa, como havia sido determinado pela administração anterior, em virtude de sua proximidade ao quartel. Assim, pois, deu nova orientação a êsse serviço, adaptando um prédio de madeira para a referida escola. Continuando com a construção dessas adaptações, aproveitamos a referida ala para a Séde do Serviço de Administração Geral, e ultimando ainda as ampliações laterais do prédio principal, iniciados na administração anterior.

De tôdas as obras constantes do quadro acima transcrito, merece referência especial a Usina Elétrica, Serraria, Carpintaria e Oficina Mecânica de Dourados, conjunto que ascende a Cr$ 5.034.496,80, na previsão total do orçamento que foi rigorosamente levantado pela Divisão de Obras, recentemente, já se achando realizada a despesa de Cr$ 3.691.233,50, na qual se inclue a aquisição de tôdas as máquinas, caldeiras e grande cópia de material em depósito, inclusivè 1.200 sacos de cimento para a conclusão da obra. A importância de Cr$ 1.343.263,30, que completa a estimativa orçamentária, desdobra-se da seguinte maneira: Cr$ 876.370,00, para ultimação de todos os serviços, administrativamente, como transporte de areia, cascalho, madeira, pedra e mão de obra, inclusive pedreiros, carpinteiros, marceneiros, mecânicos, maquinistas, ajustadores e engenheiros encarregados da montagem de máquinas, juntando-se ainda o pagamento do engenheiro encarregado por parte da Prefeitura de Dourados; Cr$ 466.893,30, para pagamento à firma Bromberg, de acôrdo com a cláusula 8.ª do Contrato firmado em data de 12 de novembro de 1945 e cláusula 4.ª e 3.ª dos contratos aditivos, da mesma data e ano,

Vejamos, separadamente, o aparelhamento de cada parte do conjunto:

I — Usina Termo-Elétrica

A Usina funcionará em prédio de 10 x 20m., construção de estrutura de concreto armado e paredes de alvenaria de tijolos, com a armação do telhado de estrutura metálica e a cobertura com telhas de eternite. Compor-se-á das seguintes máquinas:

1 — caldeira multitubular, tipo Babicok Wilcox, de construção nacional, com 180 m2 de superfície de aquecimento, pressão até a 140 libras de 350 H.P. e 212 K.V.A.

1 — gerador de corrente alternada, marca Henry Rogers Sons, de 170 K.V. e 212 K.V.A.

1 — máquina a vapor, tipo marítima.

1 — bomba centrífuga, que elevará a água de córrego próximo, onde será construida barragem para reservatório que abastecerá a caldeira.

A fornalha é do tipo econômico, ligada por um conduto à chaminé, de alvenaria de tijolos, com 30 metros de altura.

II — Sub-estação

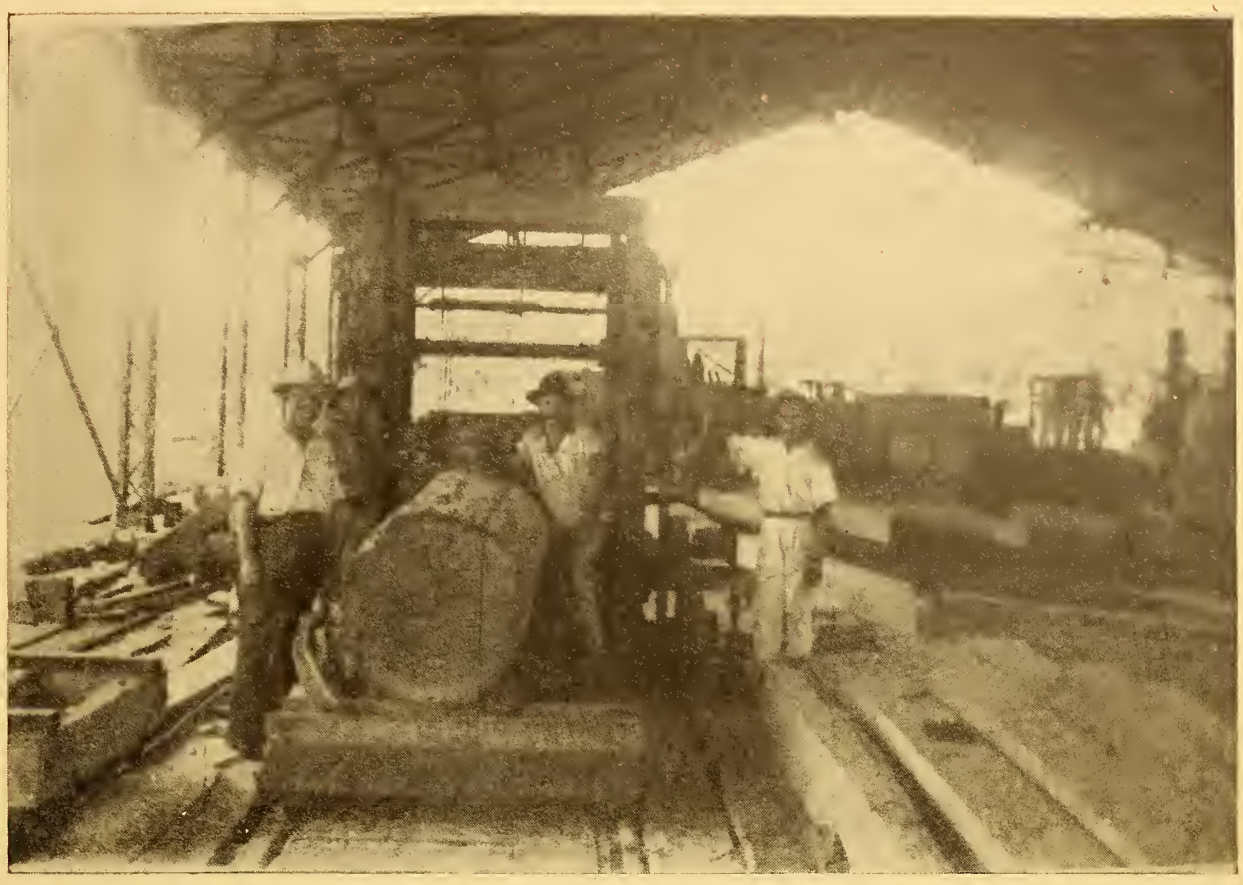
A construção da sub-estação, no perimetro urbano, seria iniciada em janeiro do ano em curso, em local apropriado, em alvenaria de tijolos e de cobertura com telhas planas, destinando-se à instalação do tansformador, de 6.000 x 380 x 220.

A corrente de alta que sair da Usina será de 6.000 volts e no transformador reduzir-se-á a 220 volts.

III — Serraria

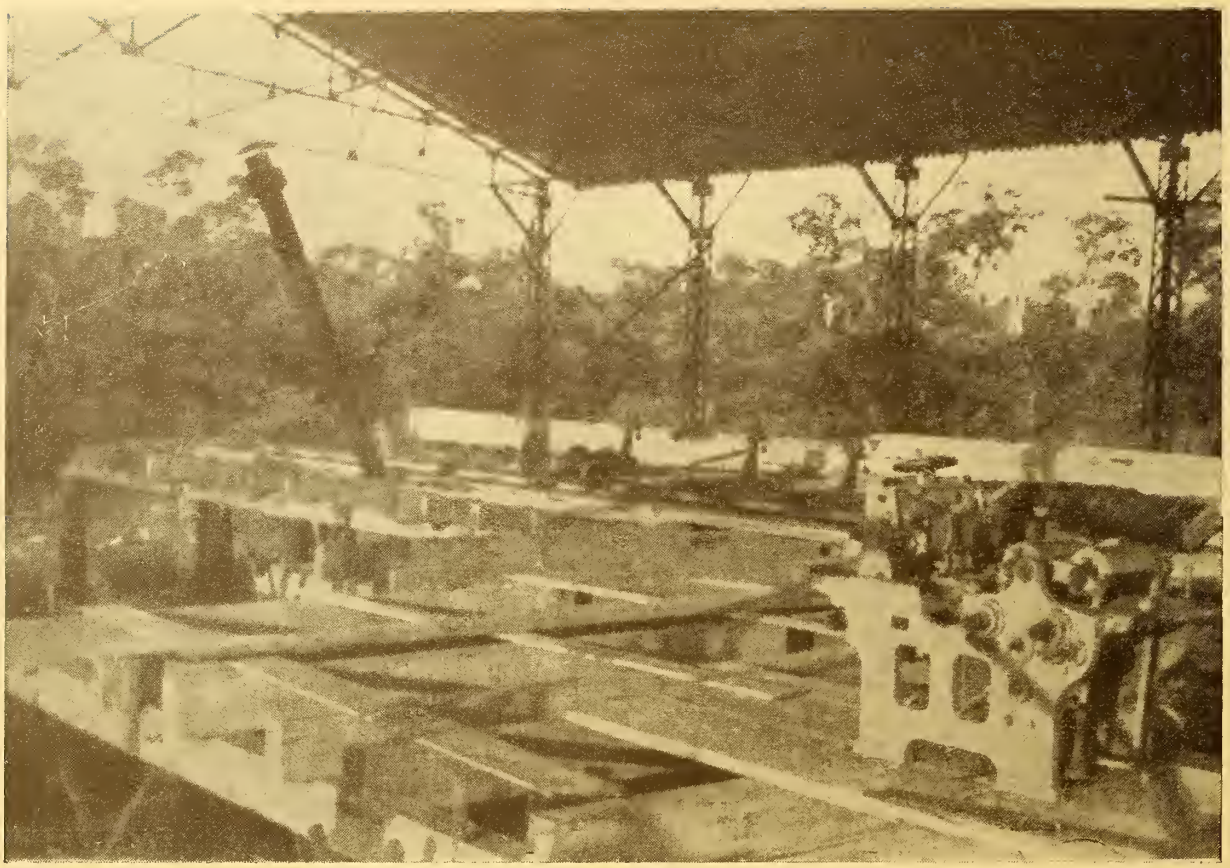
O prédio onde se acha instalada a Serraria é construido de estrutura de concreto armado, com cobertura de estrutura metálica e telhas de eternite, medindo 22 x 68 m.

As máquinas destinadas à serraria são as seguintes:

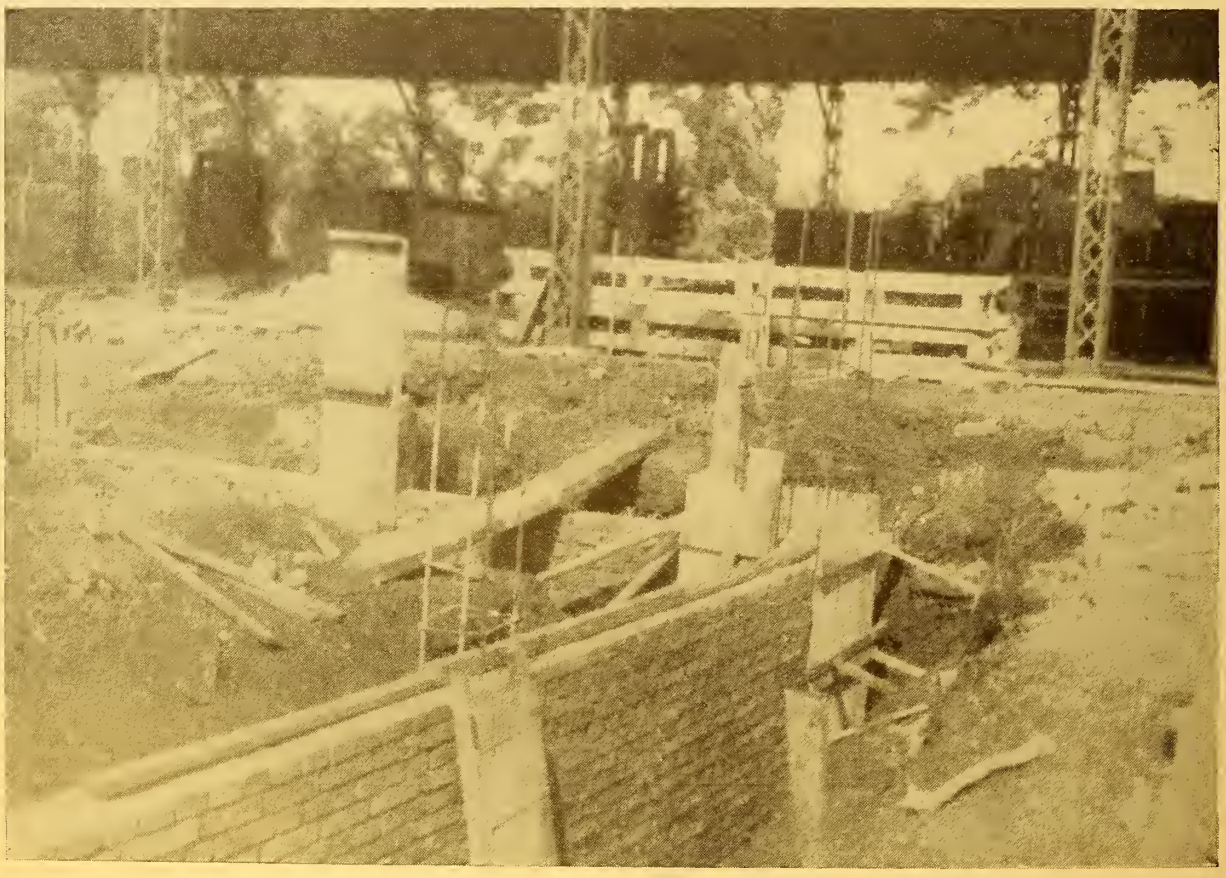


A SERRARIA EM PLENO FUNCIONAMENTO, DANDO PROVA INDISCUTIVEL DE PROGRESSO NA REGIÃO.

OUTRO DETALHE DA SERRARIA, TIRADO POR OCASIÃO DA VISITA DO SECRETÁRIO GERAL ÀS OBRAS DA USINA.



DETALHE DA MONTAGEM DE MÁQUINAS NA SERRARIA



O PAVILHÃO DA USINA TERMO-ELÉTRICA, EM CONSTRUÇÃO, AO LADO DA SERRARIA.

1 — serra vertical Esterer Ag. Seting Bayern.
1 — serra americana.
1 — serra francêsa.
1 — plaina de quatro facas.
3 — serras circulares.
1 — motor trifásico de 60 H.P. — A.E.G.

A produção da serraria está prevista para 25 metros cúbicos de madeira, diariamente, já se achando em pleno funcionamento duas das serras mencionadas, a americana e a vertical, no preparo de todo o madeiramento necessário ao piso do próprio prédio da serraria.

IV — **Carpintaria**

A carpintaria funcionará no mesmo prédio onde se acha em instalação a serraria e disporá do seguinte material:

1 — tupia com mesa de 100 x 90, acoplada com motor trifásico, de 220 volts.
1 — tupia universal.
1 — furadeira com motor trifásico de 220 volts.
1 — serra de fita, modêlo B.P. 8.ºg-1.600, de construção aperfeiçoada.
1 — desempenadeira.
1 — desengrossadeira.

A finalidade precípua da carpintaria seria a de fornecer, para tôdas as obras do Govêrno, portais, janelas e os móveis necessários às diversas repartições, de que resultaria, por certo, grande economia, em trabalho de tão grande vulto, como seria a execução do Plano de Obras e Equipamento. A serraria, por sua vez, prepararia todo o madeiramento destinado aos prédios escolares, postos de saúde, de guarda, sedes de Divisões e Serviços, podendo, ainda, fornecer tábuas, ripas, caibros e pranchões aos particulares, por prêços razoáveis.

V — **Oficina mecânica**

Com a oficina mecânica funcionaria, também, a seção de ferraria, em prédio de 8 x 15 metros, construido em alvenaria de tijolos, coberto com telhas de eternite.

Neste prédio, seriam instaladas as seguintes máquinas:

1 — Torno mecânico de precisão, acoplado com motor trifásico de 2 H.P., com todos os pertences.
1 — plaina de ferro.
diversas furadeiras.
1 — tesoura para ferro.
aparelhos de solda elétrica e a oxigênio e todos os demais pertences.

Além das máquinas acima referidas, já se encontra no local da obra todo a material necessário à completa montagem das diversas partes do conjunto, inclusivè transformadores, chaves automáticas, quadros de comando, isoladores, fio de cobre para a rêde elétrica e grande parte dos postes de aroeira, distribuidos pelos diversos pontos da cidade, onde serão localizados.

As obras do conjunto da Usina termo-elétrico, foram paralizadas no seguinte estado: a) **serraria** — o prédio já construido, faltando terminar o assoalho e ainda por montar diversos máquinas; b) **usina elétrica** — o prédio se encontra no respaldo do pizo e com alguns paineis já levantados e com diversas escavações para a fundação dos blocos das máquinas; c) **carpintaria** — funcionará, como dissemos, no próprio prédio da serraria, na parte dos fundos, faltando o pizo; d) **oficina mecânica** — o prédio se acha na fase de cobertura; e) **sub-estação** — ainda não foi iniciada a sua construção.

Logo após a extinção do Território, enviamos ao Snr. Ministro da Justiça, o despacho que se segue, visando, com essa providência, evitar a paralização de tão importante obra.

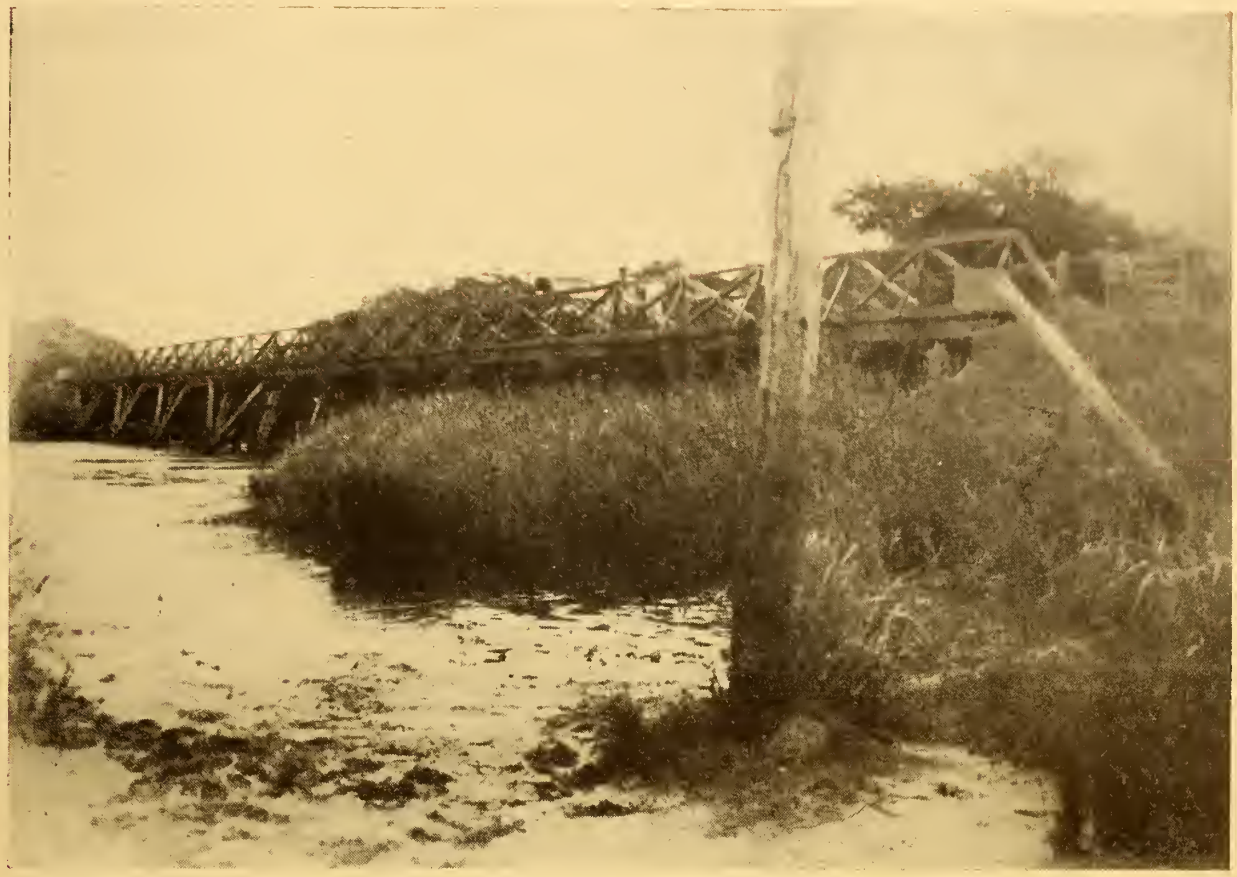
"Aguardando instruções a que vossa Excelência fez referência seu telegrama n.º MG 6070 dia 24-10-946 vg cabe-me vir relatar-lhe Govêrno Território vinha realizando construção Usina Termo Elétrica vg Serraria vg Carpintaria e Oficina Mecânica na cidade Dourados vg empreendimento de vulto e no qual União já dispendeu para mais três milhões de cruzeiros vg estando obras em andamento vg com orçamento previsto até ultimação serviço em um milhão e duzentos e oito mil e quinhentos noventa e três cruzeiros e trinta centavos vg cuja importância se acha nome Govêrno extinto Território vg no Banco do Brasil pt Estando instalação restante máquinas dita usina vg a cargo Firma Bromberg & Cia. mediante contrato assinado em 12-11-945 vg cuja última prestação só será paga após final serviços vg e correndo até agora administração tão importante obra vg por conta Território vg venho solicitar Vossa Excelência vg como única solução para que tais obras não venham a paralizar vg de que resultaria enorme prejuizo nação vg pois construção já com dois têrços ultimados e total máquinas adquiridas vg seja referida importância um milhão duzentos e oito mil e quinhentos noventa e três cruzeiros

e trinta centavos depositada Banco em conta especial vg como empenho para fim determinado término ditas obras vg ficando Administração a cargo Prefeitura Dourados vg que daria documento necessário vg juntamente com o de depósito Banco vg para figurarem ajuste contas terei apresentar tribunal contas pt Esclareço Vossa Excelência população Dourados encara construção usina como melhoramento máximo aquela região vg e que asseguraria incremento indústrias vg não escondendo seu receio de que vg se essa importância fôr recolhida ao Tesouro vg fiquem obras paradas indefinidamente vg pois Mato Grosso jámais poderá fazer face montante despesas acima referidas e todas máquinas vg caldeiras vg demais material alí se encontram vg ficariam entregues às intemperies vg resultando vg como dissemos vg enorme prejuizo ao País pt Acresce ainda circunstância de que pessoal habilitado alí está trabalhando vg uma vez paralizada construção vg desperçar-se-ia e muito difícil seria vg de futuro vg mesmo que novamente houvesse verba vg recrutar outros técnicos e operários vg nas condições dos que atualmente alí se encontram em trabalho pt Nessas circunstâncias vg Excelência vg encareço em nome povo Dourados me seja concedida autorização acima solicitada vg pedindo venia para que o assunto tenha a mais pronta solução vg uma vez apenas aguardo instruções finais ficou enviar-me vg para paralizar todas atividades Administração e regressar essa Capital vg que espero com ansiedade vg em face meu estado saúde nada satisfatório pt Atenciosas Saudações **Dr. José Alves de Albuquerque** — Governador".

Infelizmente não recebemos nenhuma instrução de Sua Excelência, neste sentido, em virtude do que fomos obrigados a paralizar a obra, em data de 31 de dezembro do ano findo. Enviamos, então, novo expediente ao Ministério, particularizando, municiosamente, o estado em que se achavam tais obras e externando a nossa opinião de como lhe dar andamento, isto é, reforçando o pedido que havíamos feito no telegrama que vimos de transcrever.

O Secretário Geral, que aqui se achava a serviço, tomou a iniciativa de acompanhar o andamento do expediente, do Gabinete à Divisão de Obras do Ministério, alí explicando, detalhadamente, ao respectivo Diretor, o estado das obras, ficando assentado, posteriormente, em reunião realizada no Gabinete, com a presença dos Drs Floriano Reis e Arquimedes Lima representando o Estado de Mato Grosso, bem assim do Chefe da Firma Bromberg, encarregada da instalação das máquinas, que essas obras seriam continuadas nas bases que havíamos sugerido e sob a fiscalização de um engenheiro da Prefeitura de Dourados, ficando o saldo de que ainda dispunhamos para a

CASA DE RESIDÊNCIA DO ADMINISTRADOR DAS OBRAS. TOROS DE ARUEIRA PARA A SERRARIA.



PONTE SÔBRE O RIO DOURADOS, NO PASSO DE TORRACA.

conclusão dêsse serviço, de Cr$ 1.343.263,30, à disposição daquela Prefeitura, em conta especial no Banco do Brasil. Assim, pois, é de prever-se que, dentro de pouca semanas, sejam reiniciados os trabalhos, após a estagnação de mais de dois meses, de que resultou sérios prejuizos, dos quais o principal foi a debandada dos operários e dos técnicos que alí se achavam.

Dentre as obras paralizadas a 31 de dezembro e que constam do quadro geral antes transcrito, se acham duas escolas primárias das que deviam ser construidas em virtude do acôrdo firmado entre o Govêrno do Território e o Ministério da Educação, em data de 18 de junho de 1946, a que fizemos menção no Capítulo sôbre o ensino.

Como conseqüência dêsse acôrdo, deveriam ser construidas 9 escolas, à razão de Cr$ ..... 50.000,00 por prédio, com a importância total de Cr$ 450 000,00, distribuida ao Território em três cotas de Cr$ 150.000,00 cada uma e para serem entregues de conformidade com as cláusulas do contrato.

Os lugares escolhidos, para a construção dêsses estabelecimentos, foram os seguintes: no Município de Ponta Porã — 3 escolas, em Antonio João, Paranhos e Iguatemi, na fronteira com o Paraguai; no Município de Bela Vista, a escola seria instalada em "Nunca Te Ví"; quanto ao Município de Pôrto Murtinho, fôra escolhida a foz do rio Apa, em plena fronteira; para o Município de Miranda, a escolha recaiu no lugar Agachi; a escola destinada ao Município de Nioaque, seria construida no local denominado "Posses"; destinada ao Município de Dourados, foi construida na zona rural, pouco além da Usina Elétrica, em Jaguaperú, e quanto ao Município de Maracajú, foi escolhido o local "Vila Juquita".

Recebida a primeira cota, em agôsto, foram iniciadas as construções das escolas de Jaguaperú, Vila Iguatemi, Vila Juquita e Nunca Te Vi, tendo sido ultimadas as duas primeiras, com a despesa de Cr$ 44.005,20 e Cr$ 50.000,00, respectivamente, sendo que a última, além da sala de aula, tem a residência do profesor no mesmo prédio. Ficaram por ser ultimadas, por falta de verba, as escolas de Maracajú e Bela

Vista, já em fase de respaldo para início da cobertura, com a despesa de Cr$ 28.596,00 e Cr$ 24.424,00 respectivamente. As fotografias constantes dos albuns que acompanham êste Relatório, esclarecem, em seus pormenores, a marcha de tais construções.

Na oportunidade devida e na base do estabelecimento na cláusula duodécima do acôrdo firmado com o Ministério da Educação, solicitamos fosse posta à disposição do Govêrno a segunda cota, providência que não chegou a ser posta em prática, apesar dos reiterados pedidos que fizemos, como se depreende do telegrama abaixo transcrito:

"Doutor Murillo Braga — Diretor I. N. E. P. Ministério Educação (Aos cuidados Snr. Itagiba Nogueira). Rio — D. F. — 11.11-46. Peço presado amigo fineza responder meu 27/M.E. vg de 22 outubro findo vg no qual acusava recebimento seu telegrama 233 vg e solicitava instruções para passar responsabilidade construção escolas a cada Prefeitura onde tais prédios estivessem sendo construidos e pedia também fineza, remessa segunda cota numerário vg isso acôrdo seu telegrama que dizia estar referida cota nossa disposição pt Cordiais Saudações **Valério Caldas Magalhães** — Secretário Geral".

Ao findar o exercício financeiro de 1946, quando apenas aguardávamos a Comissão que deveria ir de Mato Grosso para receber os encargos da administração de Ponta Porã, sugeriu-se ao Ministério em causa, que consignasse às Prefeituras contemplaads com as 9 escolas as quantias destinadas a cada uma, dando atribuições a essas comunas para realizarem tão importante empreendimento. Neste sentido, foi enviado o despacho do teor seguinte:

"Doutor Murilo Braga — Diretor I. N. E. P. Ministério Educação (aos cuidados Snr. Itagiba Nogueira) Rio — D. F. 31/M. E. — 12-11-46. Renovando pedido constante meus rádios de números 27 e 30 de acôrdo parte final seu telegrama número 233 vg venho silicitar-lhe apressar remessa segunda cota numerário construção escolas vg pois trabalhos já além possibilidade primeira cota enviada pt Encareço vg igualmente vg necessidade autorização para Governador vg momento passagem administração a Mato Grosso vg passar verbas respectivas as prefeituras onde tais escolas estejam sendo construidas vg pois assim não haverá clução continuidade êsse serviço pt. Devo esclarecer vg visando bem estar essa região e seu povo vg torna-se indispensável estudo fórmula posibilisdade Mato Grosso manter pelo menos 184 escolas estão em funcionamento vg pois suas rendas não satisfazem tais compromissos a não ser haja

PONTE SÔBRE O RIO CACHOEIRA.

CONSTRUÇÃO DA PONTE SÔBRE O RIO DOURADOS, EM PÔRTO SOUZA.

auxílio por parte poder central e seria desolador ensino faixa fronteira vg se tais escolas fossem fechadas logo após entrega administração vg que será feita dentro um mês vg no máximo pt Cordiais Saudações — **Valério Caldas Magalhães** — Secretário Geral".

Até a data de encerrarmos o prosente Relatório, não havia sido dada solução ao caso, estando o processo em estudos na Consultoria Jurídica do Ministério da Educação, há mais de um mês, continuando as obras paralizadas e sujeitas à inclemência do tempo. Releva salientar a necessidade dessas construções, mórmente as destinadas à região fronteiriça, onde nossos pequenos patrícios, como tivemos oportunidade de salientar, voltarão, por certo, a frequentar as escolas paraguais, tal como se verificava antes da criação do Território, se não houver, a tempo, providências satisfatórias para que o ensino não sofra qualquer solução de continuidade na região.

Dentre as obras relacionadas no quadro geral que fizemos incluir neste Relatório, páginas antes, merece especial destaque, em setor dos mais importantes para o progresso da zona ervateira, a estrada de rodagem de Ponta Porã até Amambai e dêste ponto, com prolongamentos ao longo da fronteira, buscando Paranhos, de acôrdo com o que se acha programado no Plano Rodoviário.

Paralizada que foi a 31 de dezembro, com pouco mais de 12 quilômetros já concluidos, impõe-se a sua continuação, para o que mistér se torna sejam realizados entendimentos entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Estado de Mato Grosso, em bases mais amplas do que as constantes do acôrdo firmado com o Govêrno do Território, a 12 de julho de 1946 e anexo por cópia, isto é, possibilitando a necessária verba, para essa conclusão, que fôra orçada em aproximadamente Cr$ 2.532.000,00, a partir do último quilômetro já em trânsito, até a vila de Amambaí, inclusivè as obras de arte.

Para a execução dessa estrada, havíamos recebido, como auxílio do Departamento em apreço, as primeiras cotas correspondentes aos segundo e terceiro trimestres de 1946, na quantia de Cr$ 396.468,50, em data de 13 de agôsto daquele ano. Para o ano em curso, entretanto, fizemos incluir na proposta orçamentária a verba

indispensável a êsse empreendimento e ao início de outras estradas, conforme explanamos exoustivamente no capítulo destinado ao Plano Rodoviário em causa. Extinto o Território e não dispondo Mato Grosso de recursos suficientes para continuar com tais serviços, resta ao Govêrno Federal, ao nosso ver, chamar a si a responsabilidade da execução do programa traçado, até por que naquelas afastadas regiões, a estrada representa fator máximo de progresso, de civilização e de segurança nacional.

Ao assumirmos o Govêrno do Território, procurámos, de logo, na análise do Plano de Obras e Equipamento, destacar as obras inadiáveis para o bem público, principalmente as relacionadas com a saúde, educação e transporte. Visávamos com esta providência inicial, equacionar o nosso programa dentro das possibilidades orçamentárias, a partir de 1947, bem compreendendo as sérias dificuldades em que se acha o Govêrno de Vossa Excelência, às voltas com a crise econômica por que passa o País.

No plano quinquenal, entretanto, não se achava incluida a ponte sôbre o rio Miranda, em frente à cidade do mesmo nome e que representa, para a população laboriosa daquele município, realização das mais valiosas, sonho de muitos anos.

Havia, entretanto, a administração do Sr. Cel. Ramiro Noronha, programado tão importante construção, para o que foram feitos estudos de levantamento do local escolhido, pelo arquiteto João Tolentino de Carvalho, que apresentou a respectiva planta, custando o seu serviço a quantia de Cr$ 52.500,00.

Não constando do Plano de Obras, como vimos, impossível seria a sua realização, no vulto em que fôra projetada e que, aliás, seria o ideal, tôda em cimento armado e orçando aproximadamente em Cr$ 3.500.000,00.

Desejosos que estavamos de levar avante tão útil empreendimento, demos instruções à Divisão de Obras para realizar novo estudo, que possibilitasse a referida construção, mesmo em madeira, o que foi feito, conforme planta anexa ao Relatório daquela Divisão.

Por que verba, entretanto, poderia ser levada a efeito tão importante obra?... Ser-nos-ia possível pedir naquela oportunidade, a abertura de um crédito especial, quando a câmara se achava reunida em preparo da nossa carta magna?...

Havia uma possibilidade, sim: o saldo do Plano de Obras e Equipamentos, destinado ao ano de 1945, e que fôra consignado, no orçamento, indiscriminadamente.

Mas os mirandenses não estavam com sorte e, justamente quando iniciávamos a aquisição do material para darmos o início às obras, foi extinto o Território.

Solicitado bastas vezes pela população de Miranda para que intercedéssemos junto a Vossa Excelência, no sentido de permitir o início da construção da ponte, o fizemos por intermédio do Sr. Ministro da Justiça, em despacho do seguinte teor:

"Senhor Doutor Benedito da Costa Neto — Ministro Justiça. Rio DF. 91/MJ. 20-11-46. Em face telegrama Vossa Excelência datado 28 setembro vg que mandava não ser iniciada nenhuma obra nova após extinção Território vg venho fazer seguinte consulta dpts se ponte de madeira sôbre rio Miranda vg com projetos estudados e aprovados vg contrato firmado com construtor e madeiramento já tirado em parte vg bem assim material necessário dita obra já encomandado vg pode continuar construção vg cuja verba se encontra Banco Brasil vg Planos de Obras 1945 vg saldos a pagar vg uma vez se trata empreendimento máxmia necessidade região vg ansiosamente esperado povo vg que ficará decepcionado caso obra não tenha andamento pt Pederia Vossa Excelência resposta urgente fim apressar trabalhos vg que passariam após entrega do Território a Mato Grosso vg a administração Prefeitura Miranda vg com fiscalização engenheiro respectivo pt Atenciosas saudações **Dr. José Alves Albuquerque** Governador".

Em resposta, foi-nos endereçado o seguinte expediente:

"Dr. José Alves Albuquerque — Ponta Porã — G/7192 — 19-12-46 Referencia — rádio 92 vg de acôrdo circular setembro obra será sustada iniciando-se inventário bens devido imperativos constitucionais pt Aguardo ainda remessa inventário imóveis pt Relativamente Usina Dourados vg espero detalhes Sds. **Benedito Costa Neto** — Ministério Justiça".

Mesmo assim, Excelência, não esmorecemos e, balanceadas as disponibilidades do saldo em apreço, endereçamos ao Ministério novo expediente, no qual abordávamos a questão com dados positivos, como fizéramos em relação à Usina de Dourados.

Submetido o expediente à consideração da Divisão de Obras daquele Ministério, opinou a mesma pela realização da obra, dentro dos recursos especificados, isto é, de Cr$ 370.704,10, cuja execução ficaria a cargo da Prefeitura de Miranda, depositada a importância acima referida, em conta especial no Banco do Brasil.

.. INÍCIO DO ASSOALHAMENTO DA PONTE EM PÔRTO SOUZA.

O SECRETÁRIO GERAL EM INSPEÇÃO AO SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE PONTES.

Receiosos, no entanto, de que a despesa com esta obras se eleve além da quantia disponivel, em virtude do encarecimento do material e da mão de obra, deixamos aqui o nosso veemente apêlo a Vossa Excelência, para que seja consignado, no orçamento do próximo exercício, o numerário suficiente ao término de tão importante melhoramento para a cidade de Miranda.

Outra importante obra paralizada a 31 de dezembro, foi a Granja Modelo "Assis Brasil", a respeito da qual já falámos detidamente no Capítulo sôbre o desenvolvimento da produção.

Como dissemos, na ocasião oportuna enviamos longo expediente a Vossa Excelência, pelo qual aventávamos a possibilidade de ser entregue ao Ministério da Agricultura o estabelecimento a que estamos aludindo, no qual passaria a funcionar, com relativa economia para os cofres públicos, o Serviço de Defesa Sanitária Animal, instalado em próprio alugado, que não satisfaz às necessidades daquele Serviço.

As despesas com a instalação total da Granja Modelo, com exceção da compra de animais de raça, estavam orçadas em Cr$ 890.000,00, dispondo o Govêrno, no exercício findo, na verba Serviços e Encargos, (Desenvolvimento da Pro-

A PONTE BRANCA, EM PÔRTO SOUZA, VISTA DO ALTO.

dução), apenas da quantia de Cr$ 500.000,00, que não poderia ser invertida, na sua totalidade sòmente na Granja, por ter que atender a outros encargos na mesma rubrica.

Na seriação de urgência dos trabalhos a serem realizados na Granja, foram iniciados e concluidos os seguintes:

		Cr$
1	— estábulo de alvenaria, coberto de telhas	87.000,00
1	— aviário grande, para 500 poedeiras e com dependência para 4 chocadeiras	49.903,60
3	— galinheiros pequenos, de alvenaria, cobertos de telhas	26.073,00
1	— prédio de alvenaria, coberto de telhas, para depósito das máquinas agrícolas	49.912,00
4.474	— metros de aramado, com estacas de aroeira, em volta da área da Granja, roçados, preparo do terreno	73.360,00
1	— açude para criação de peixes	10.730,00
	— aramado e estaqueamento de um parreiral	5.188,60
	— Soma	302.166,60
	— máquinas agrícolas, já adquiridas	71.019,40
		373.186,00

Vejamos as construções que ainda seriam levadas a efeito:

		Cr$
1	— prédio para a sede da administração	250.000,00
1	— aviário grande para 500 poedeiras e com dependência para chocadeiras	50.000,00
3	— galinheiros pequenos	27.000,00
2	— viveiros médios	16.000,00
1	— prédio para residência do capataz	50.000,00
	— subdivisões internas, cercados	23.410,00
	— preparo de invernadas para vasas de leite	20.300,00
	— plantio de árvores frutíferas	25.000,00
	— preparo de hortas, sementeiras e viveiros de mudas	16.000,00
	— barragem para o aproveitamento de uma queda dágua de 3 metros de altura, destinada à irrigação artificial	9.500,00
	— compra de arados de disco e outras máquinas necessárias	23.350,00
	— compra de inseticidas, etc.	4.254,00
	— Soma	516.814,00
	— Total orçamentário	890.000,00

No ano em curso, esperávamos terminar tôdas estas obras, instalando, na própria Granja, as seções de produção animal e vegetal. No próprio prédio destinado à administração, seria instalada, provisoriamente, a escola prática, assunto de que tratámos no capítulo "Desenvolvimento da Produção"

— x —

Das obras deixadas em andamento, há outra que merece referência especial, por tratar-se de empreendimento de cunho eminentemente social: o pavilhão da maternidade, anexo ao Hospital e sôbre o qual falámos, ligeiramente, quando abordamos a questão da saúde pública.

Para a construção deste pavilhão havíamos recebido apenas a quantia de Cr$ 100.000,00, embora saibamos que se encontra, na Delegacia Fiscal de Cuiabá, outro crédito para o mesmo fim, de Cr$ 90.000,00. Solicitámos, por diversas vêzes, à referida Delegacia que nos fizesse entrega do aludido crédito, por intermédio da mesa de rendas de Ponta Porã, sem termos obtido resposta satisfatória. Para o ano em curso, já havia sido prevista pelo Departamento Nacional da criança, mais a quantia de Cr$ 100.000,00, que não chegou a ser entregue. Assim, pois, quase esgotada a primeira parcela recebida, da qual já foram gastos Cr$ 94.000,00, é indispensavel que o Departamento Nacional da Criança consigne novo crédito, em parcelas anuais para serem distribuidas à própria Prefeitura de Ponta Porã, que poderá continuar a construção dentro dos projetos aprovados por aquele Departamento e cujo orçamento levantado na Diretoria de Obras, atinge a cifra de Cr$ 620.000,00.

E' desnecessário salientar a importância desta obra, tanto mais quanto, no mesmo pavilhão, ficará instalado o bloco cirúrgico do Hospital, como consta da planta anexa ao Relatório da Divisão de Obras, que a êste acompanha.

A proposta orçomentária para o ano de 1946, estimava, para a execução do Plano de Obras e Equipamento, a quantia de Cr$ 26.403.300,00, a qual, após os estudos feitos na Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda e depois do parecer do DASP, ficou reduzida a Cr$ ..... 18.703.300,00. Na organização final do orçamento, entretanto, ainda houve nova redução, sendo consignada apenas a cifra de Cr$ ..... 7.700.000,00, diminuida posteriormente, em face da compressão nas despasas segundo instruções diretamente baixadas por Vossa Excelência, a Cr$ 3.826.791,60, quantia que só nos foi entregue em data de 22 de agôsto daquele ano,

pouco antes da extinção do Território, como tivemos ocasião de frizar, em capítulo anterior.

Em virtude de tantos cortes, foi-nos indispensável realizar novo reajustamento no programa de construções para 1946 e, assim, dentro do esquema de realizações, com plantas e orçamentos, detalhadamente levados a efeito e já aprovados pelo DASP, tencionavamos iniciar, logo após o recebimento da verba, as construções, abaixo mencionadas, distribuidas pelas seguintes localidades:

	Cr$
Ponta Porã	
1 — Pôsto de Higiene n.º 1	470.878,00
Hervânia	
1 — Quartel para 18 homens	349.585,90
Calcínia	
1 — Sub-Prefeitura	229.445,00
Pôrto Esperança	
1 — Quartel para 18 homens	349.585,90
1 — Sub-Prefeitura	229.445,00
Maracajú	
2 — Escolas de uma sala de aula	309.194,60
1 — Pôsto de higiene n.º 2	156.918,90
Bela Vista	
1 — Pôsto de higiene n.º 2	156.918,90
Pôrto Murtinho	
1 — Pôsto de higiene n.º 2	156.918,90
Niaque	
1 — Pôsto de higiene n.º 2	156.918,90
Miranda	
1 — Pôsto de higiene n.º 2	156.918,90
Amambaí	
1 — Sub-Preefitura	229.445,00
1 — Pôsto de higiene n.º 2	156.918,90
1 — Quartel para 18 homens	349.585,90
Dourados	
1 — Escola de uma sala de aula	154.597,30
Soma	613.276,00

Resultaria um saldo de .... 213.515,60, com o qual se faria frente ao aumento das utilidades, levando-se em conta a época em que foi realizado o orçamento, em fins de 1945.

Tratando-se de obras das mais úteis para as localidades referidas, seria lastimoso que, desde já, ficassem elas privadas de tão importantes melhoramentos, tanto mais quanto a verba para essas construções se acha no Banco do Brasil, em conta especial.

Em face das instruções que recebemos do Sr. Ministro da Justiça ,contidas em telegrama de 28 de setembro de 1946, para que nenhuma despesa com novas obras fosse levada a efeito, em consequência da extinção do Território, suspendemos tôdas as iniciativas que já haviam sido tomadas para o início de tais construções, o que de logo causou grande desapontamento no seio do povo, ansioso que estava por tão necessários benefícios.

Sugerimos então, a Vossa Excelência, em ofício de n.º 15/PR, de 6 de outubro do ano findo, que a verba em causa, fosse distribuida às prefeituras contempladas com tais obras, cuja execução seria devidamente fiscalizada pelo Govêrno da União. Seria uma solução, Excelência, para que os prejuizos resultantes da extinção do Território não se fizessem sentir tão acentuadamente como se verificou, e que levaria às populações beneficiadas, um pouco de conforto moral, prova indiscutivel da assistência por parte do Poder Público.

— x —

X — SEGURANÇA

Missão das mais importantes, cometidas à administração dos Territórios Federais na ação civilizadora de incorporação às atividades nacionais da região fronteiriça, coube à Divisão de Segurança e Guarda, com atribuições perfeitamente definidas no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 7.771, de 23 de julho de 1944, que estabelecia como finalidades da Divisão:

I — ter a seu cargo os serviços de polícia judiciária e administrativa, preventiva e repressiva;

II — manter a órdem e a tranquilidade públicas no Território;

III — garantir o exercício dos direitos individuais, conferidos pela Constituição e leis vigentes;

IV — cooperar, por intermédio da Guarda Territorial, na execução dos programas de obras públicas da administração territorial;

V — colaborar com as autoridades federais incumbidas da vigilância da faixa da fronteira.

INÍCIO DO STRABALHOS DE AMPLIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR "MENDES GONÇALVES".

DETALHE DOS TRABALHOS DE AMPLIAÇÃO.

Mister tornou-se, ao ser estruturada a Divisão, dar-lhe amplitude sôbre cada uma de suas finalidades precípuas, de maneira que a sua ação se fizesse sentir em três setores bem distintos: a) ordem e segurança; b) repressão ao contrabando e ao banditismo; c) execução das providências emanadas do poder judiciário. Vejamos, discriminadamente, o funcionamento da Divisão, por seus setores:

a) — **Organização.**

A Divisão de Segurança e guarda constituía-se da Divisão de Segurança, propriamente dita, e da Guarda Territorial, corporação civil destinada à manutenção da ordem.

Cabia à Divisão supervisionar os seguintes serviços, consoante disposição do Govêrno Territorial; a) administração da Penitenciária; b) aprovisionamento, compreendendo o almoxarifado, armazem reembolsável, cozinha e rancho; c) rádios; d) identificação; e) gabinete médico-legal; f) guarda; g) patrulhamento em lanchas; h) música; i) delegacias; j) transportes; k) subdelegacias; e, finalmente, a respectiva Diretoria, compreendendo: Secretaria, Arquivo, Tesouraria, Desenho, Delegacias Especial e Auxiliar.

b) — **Delegacia Especial**

Diretamente ligada à Diretoria da Divisão de Segurança, a Delegacia Especial tinha como finalidade precípua a corregedoria policial do Território, sendo suas as seguintes atribdições:

1.° — controlar a ação funcional da Divisão de Segurança e Guarda, quanto ocorrer, relativamente à ordem pública no Território;

2.° — participar ao Diretor da Divisão de Segurança e Guarda, quanto ocorrer, relativamente à ordem pública no Território;

3.° — determinar sôbre a estação do logar de serviço das autoridades policiais;

4.° — requisitar a Guarda Territorial para manter a órdem, prender os criminosos e efetuar diligências;

5.° — remeter, até 15 de fevereiro, ao Diretor da Divisão, relatório circunstanciado do ano anterior, alvitrando as medidas necessárias à regularidade do serviço policial.

AS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO GRUPO, EM FRANCO ANDAMENTO.

O PRÉDIO ONDE FUNCIONAVA A DIVISÃO DE SEGURANÇA E GUARDA, EM FASE FINAL DE AMPLIAÇÃO.

Logo após a sua instalação e tendo em vista que a Delegacia Auxiliar até então se achava vacante, grande foi o volume de trabalho desenvolvido pela Delegacia Especial, notadamente na movimentação de enorme quantidade de inquéritos policiais, que se encontravam parados e foram, em seguida a acurado estudo e preenchimento das formalidades processuais, encaminhados ao judiciário.

c) — **Delegacia Auxiliar.**

Instalada esta, foi convidado para ocupá-la, o Cap. reformado Benedito Paula Corrêa, da Polícia do Estado de Mato Grosso, que por longos anos, ao tempo da jurisdição do referido Estado naquela região, exercera o cargo de Delegado de Polícia, em Ponta Porã.

Seu relatório sôbre o serviço policial do Território, ao assumir o novo cargo de Delegado Auxiliar, é uma peça das mais eloquentes, não nos furtando ao prazer, de transcrever seus principais trechos, sobremodo elucidativos da transição operada com o regime administrativo Territorial, naquele pedaço do nosso Brasil.

Ei-los:

"Como é do conhecimento público, exercí durante 8 ano e meses, sem interrupção, o cargo de Delegado de Polícia desta cidade e Município, sómente me afastando com transferência para idêntico cargo na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, em virtude do Decreto da criação deste Território, tendo-me ausentado apenas 2 anos e meses. Por consequência, posso com a devida vênia, fazer uma demonstração do que era esta faixa fronteiriça, quando ligada àquele Estado e bem assim o desenvolvimento que encontrei, quando Território.

Cadeia Pública — Não existia êste prédio; os presos civis, uns setenciados e outros por setenciar, alguns elementos perigosos, eram recolhidos ao xadrez das praças do Destacamento, o qual nenhuma segurança oferecia para os mesmos. No decorrer do ano, o referido xadrez permanecia sempre com maior número de presos do que o de tôdas as praças do Destacamento. A Prefeitura sómente fornecia pensão aos presos reconhecidamente indigentes, mesmo após insistentes pedidos da Delegacia de Polícia, chegando ao ponto de, em várias ocasiões, os mesmos, forçados pela fome, tentarem revoltar-se contra a Guarda, sendo preciso, para acalmá-los, mandar fornecer, por conta dos próprios vencimentos do Delegado, alimentação aos mesmos,

até que, por interferência do M.M. Juiz de Direito da Comarca, fossem resolvidas essas tristes ocorrências.

Sofriam os infelizes detentos, com resignação, a falta de higiene e de conforto na prisão, pois até querozene para a iluminação do xadrez era comprado com o dinheiro da carceragem.

Após a criação do Território, foi mandada adaptar aoi mesmo xadrez uma acomodação para os detentos, os quais se acham hoje em dia, bem confortados, existindo camas, colchões, etc. As prisões são visitadas diáriamente por um médico da Saúde, o qual lhes proporciona tôdos os recursos sanitários, sendo os mesmos alimentados por conta do Território, com uma diária de SEIS CRUZEIROS (Cr$ 6,00), perfazendo a média mensal de QUATRO MIL CRUZEIROS (Cr$ 4.000,00) e ainda percebendo vantagens pecuniárias, quando trabalham".

Prossegue o Sr. Delegado Auxiliar:

"**Destacamento Policial e seu Policiamento** — O efetivo do Destacamento Policial de Mato Grosso, nesta localidade, sempre foi de 7 homens, sendo 1 sargento, 1 cabo e 5 soldados, número deficientíssimo, que mal chegava para a Guarda do Quartel, ficando a cidade e os demais serviços, por fôrça maior, em completo abandono. A cidade permanecia inteiramente sem policiamento e ficaria entregue aos desocupados, se não mantivesse o 11.º Regimento de Cavalaria, uma guarda diária, na linha divisória, a qual mantinha certa moral sôbre os turbulentos. A longa zona de fronteira deste País com a República do Paraguai, de extensão de cêrca de 143 léguas, achava-se entregue aos malfeitores, do lado do Brasil, o que não acontecia do lado do Paraguai, que, embora seja uma República pobre, sempre manteve em cada ponto povoado de sua fronteira, ao lado de uma escola, uma **comissaria**, com seu Destacamento Policial.

Não obstante isto, grandes latrocínios se davam, do lado do Paraguai, sôbre a linha divisória, e seus criminosos autores, prevalecendo-se da facilidade em transpôr a fronteiras, passavam para o nosso País e ficavam a vagar livre e impunemente, afrontando as autoridades do País vizinho, as quais, perdendo o devido controle e esquecidas de suas responsabilidades, transpunham, armadas, as nossas divisas, em perseguição a tais criminosos, chegando ao ponto de, em completo desrespeito à Soberania Nacional, assestarem Metralhadoras, na linha divisória, assassinando Guardas Federais, em seu posto de repressão ao contrabando, apreendendo partidas de gado de propriedade de brasileiros indefesos, e cometendo os mais degradantes absurdos, dentro de nosso País. A Delegacia de Polícia, para poder perseguir os grupos de bandoleiros e atender a outras anormalidades de graves consequências, frequentemente surgidas na campanha, tinha que solicitar o auxílio da Fôrça Federal e, outras vêzes, de elementos civís, sendo sempre atendida, graças à cordialidade que sempre soubera manter a autoridade policial, com os diversos Comandos do 11.º R. C., e de sua briosa oficialidade, e bem assim com a amizade que tinha com os ordeiros elementos civís.

O PRÉDIO DA DIVISÃO DE SEGURANÇA E GUARDA, DEPOIS DE CONCLUIDOS OS TRABALHOS DE AMPLIAÇÃO.

POSTO MÉDICO DA GUARDA. NA FOTOGRAFIA, O GOVERNADOR DO TERRITÓRIO, DR. JOSÉ ALVES DE ALBUQUERQUE, ACOMPANHADO DO GOVERNADOR DO TERRITÓRIO DO ACRE, MAJOR JOSÉ GUIOMARD DOS SANTOS.

PARLATÓRIO DA CADEIA PÚBLICA, EM PONTA PORÃ.

Ao assumir novamente o cargo de Delegado de Polícia, agora em pleno Território, constatei uma melhora consideravel, principalmente no que se refere à repressão aos criminosos e contraventores. A ordem pública vem sendo mantida, tanto nas cidades como no interior do Território. Os habitantes acham-se tranquilos, e, em consequência da segurança e respeito, grande número de pessoas de outras localidades residentes fóra do Território, afluem ao mesmo, à procura de trabalho, dispostos mesmo ao emprêgo de capitais.

Dispõe o Território de Inspetorias e Guardas suficientes para a manutenção da ordem, distribuidos nos pontos principais do interior, resultando de tal medida, maior garantia para seus habitantes, em consequência da presença da autoridade, possibilitando o aumento da renda de erva e assegurando, aos proprietários a posse e a disposição de seus bens.

Situação da Justiça — Não obstante os rigores da nova lei do juri, os jurados obsolviam os réus confessos da prática de homicídios e de outros crimes, e negavam displiscentemente o primeiro quesito do questionário processual: "O REU NÃO MATOU"!... contrariando, assim, muitas vêzes, até os próprios advogados dos réus, que, mais escrupulosos, reconheciam os crimes dos seus constituintes, embora servindo-se de outros recursos de fato, para sua defesa. Assim, eram os criminosos, limpos de culpas e de penas, postos em liberdade, voltando a viver na sociedade, por tê-los reconhecido o juri, como bons elementos sociais. Os detentos, pela certeza que tinham de sua próxima liberdade, sofriam com resignação, a falta de higiene e de conforto na prisão, nunca se registrando fuga de preso, porque tinham êles a certeza da próxima liberdade, visto conhecerem a facilidade com que o Juri os absolvia. Os advogados conseguiam habeas-corpus e a Justiça revogava prisões preventivas.

Bandoleirismo — Era frequente perambularem os bandoleiros pelos Municípios, cometendo constantes assaltos, assassínios, defloramentos, estupros e outros crimes e depredações. A polícia, além de impotente para enfrentar êsses fascínoras, não dispunha de meios de transporte. O Estado apenas consignava uma verba anual de 3.200 cruzeiros para o custeio de serviços de transportes. Com a criação do Território, tal estado de coisas melhorou e no corrente ano, apenas surgiram 2 grupos de bandoleiros, na longínqua zona entre os Municípios de Pôrto Murtinho e Bela Vista, tendo a autoridade competente, em seguida, feito transportar fôrça da Guarda Territorial ao local, conseguindo dar combate a êsses perigosos grupos, resultando prisões de uns e suicídios de outros".

AS DELEGACIAS DE POLÍCIA

Com o advento do Território, foi criada, em cada Município, uma Delegacia de Polícia, sete ao todo, além da Delegacia Especial e da Delegacia Auxiliar, instaladas, como vimos na Capital.

Essas Delegacias, foram instaladas em cada séde de Município. Dadas as enormes extensões destes, criaram-se 18 Sub-Delegacias, distribuidas pelas seguintes localidades: Cabeceira do Ápa, Guia Lopes da Laguna, Calcínia, Boqueirão, Pôrto Esperança, Ervânia, Caarapó, Vila Juti, Passo de Dourados, Lagunita, Rio Verde, Paranhos, Vila Iguatemi, Antonio João, Campanário, Vila Amambaí e Sanga Puitã.

Além das Sub-Delegacias de Polícia, existiam ainda, colaborando na rêde policial, diversos destacamentos e postos da Guarda Territorial, distribuidos em pontos chaves, como particularizaremos no quadro a seguir:

DIMINUIÇÃO DA CRIMINALIDADE

Montado e em funcionamento o serviço policial mencionado, em pouco tempo, com as necessárias medidas preventivas e de segurança, foi possível diminuir consideravelmente o índice criminal na região, sobremodo assustador ao tempo da administração matogrossense.

O homem rural, àquela época, confiava sómente em sua própria arma, como elemento de defesa, pelo que, em sua maioria, fazia de suas fazendas verdadeiros arsenais. A ação de Guarda, entretanto, em pouco tempo, conseguiu estabelecer, no seio da população, um clima de confiança assás promissor, desaparecendo, então, o deprimente espetáculo dos revólveres à cintura, em qualquer das cidades do Território.

A repressão ao contrabando, prática criminosa muitíssimo disseminada na faixa fronteiriça, mereceu cuidados especiais das autoridades policiais e nêsse particular a ação da Guarda se fez sentir das mais fecundas, moralizadora dos bons costumes, coibindo ao máximo contravenção tão prejudicial à nossa economia.

Inúmeras diligências obtiveram pleno êxito, apreendendo artefatos de borracha e policiando a linha de fronteira nos locais chaves, o que possibilitou, como tivemos ocasião de nos referir no início dêste Relatório, amplitude de renda oriunda da exportação, aumentada que foi sem que, na mesma proporção, houvesse crescido a produção.

A Comissão dos Acôrdos de Washington, por intermédio da Secretaria Geral, orientava a ação repressora ao contrabando, enviando instruções, preestabelecendo cotas, estipulando limites no consumo interno e, sobretudo, quanto à exportação. Não há negar encômios à ação desenvolvida pela Guarda, justamente em zona desprovida de policiamento aduaneiro, por demais limitado aos centros urbanos, assunto dos mais importantes e que já mereceu referência de nosas

RELAÇÃO DO EFETIVO DA GUARDA TERRITORIAL, COM DISCRIMINAÇÃO DOS DESTACAMENTOS E POSTOS — ANO DE 1946

Municípios		Destacamentos e Postos	Inspetores	Guardas	Soma	Observações
	1	Séde	7	97	104	Criado em 1945
	2	Séde-Posto de Patrulha	2	17	19	" " 1945
	3	Sanga Puitã	—	5	5	" " 1945
	4	Rincão de Julho	—	2	2	" " 1946
MUNICÍPIO	5	Campanário	—	5	5	" " 1945
	6	Vila Amambaí	1	8	9	" " 1946
DE	7	Antonio João	1	7	8	" " 1945
	8	Vila Iguatemí	—	3	3	" " 1945
PONTA PORÃ	9	Paranhos	—	10	10	" " 1946
	10	Cabeceira do Ápa	1	5	6	" " 1945
	11	Colonia Penzo	—	9	9	" " 1946
	12	Porteira Ortiz	—	—	—	" " 1946
	13	Santo Tomaz	—	—	—	" " 1946
	14	Corralito	—	3	3	" " 1946
	15	Rio Verde	—	2	2	" " 1946
	16	Lagunita	—	3	3	" " 1946
	17	Dourados	1	9	10	" " 1944
	18	Passo de Dourados	—	5	5	" " 1945
	19	Vila Juti-Sta. Luiza	1	7	8	" " 1944
MUNICÍPIO	20	Pôrto Felicidade	—	—	—	" " 1945
DE	21	Carapã	—	4	4	" " 1946
	22	Caá-rapó	—	3	3	" " 1946
DOURADOS	23	Petreirito	—	—	—	" " 1945
	24	Picadinha	—	2	2	" " 1945
	25	Guassú	—	2	2	" " 1946
	26	Carumbé	—	3	3	" " 1946
MUNICÍPIO	27	Maracajú	1	10	11	" " 1944
DE MARACAJÚ	28	Ervânia (Vista Alegre)	—	5	5	" " 1945
MUNICÍPIO	29	Nioaque	1	6	7	" " 1944
DE	30	Boqueirão	—	2	2	" " 1945
NIOAQUE	31	Guia Lopes da Laguna	—	2	2	" " 1945
MUNICÍPIO	32	Miranda	1	12	13	" " 1944
DE	33	Calcinia (Bonito)	1	5	6	" " 1944
MIRANDA	34	Pôrto Esperança	1	4	5	" " 1944
MUNICÍPIO	35	Bela Vista	1	17	18	" " 1944
DE B. VISTA	36	Nunca Te Vi	—	—	—	" " 1946
MUNICÍPIO	37	Pôrto Murtinho	1	7	8	" " 1944
DE PÔRTO	38	Perdido	—	3	3	" " 1945
MURTINHO	39	Pulador	—	—	—	" " 1946
		GRANDE TOTAL	21	284	305	

RESUMO

Municípios	Total dos Postos	Inspetores	Guardas
Ponta Porã	16	12	176
Dourados	10	2	35
Maracajú	2	1	15
Nioaque	3	1	10
Miranda	3	3	21
Bela Vista	2	1	17
P. Murtinho	3	1	10
Soma	39	21	284

DORMITÓRIO DOS PRESOS.

GABINETE SANITÁRIO DOS PRESOS.

DETALHE DE UM DOS DORMITÓRIOS DA GUARDA TERRITORIAL

A GUARDA TERRITORIAL DESFILANDO EM UMA DAS RUAS DE PONTA PORÃ.

parte, em outro capítulo do presente documento, largamente desenvolvido em um dos anexos ao Relatório da Secretaria Geral.

As cadeias públicas do Território, como muito bem salienta o Delegado Auxiliar em seu Relatório, não ofereciam, quando da administração matogrossense, nenhuma segurança e não passavam mesmo de simples alojamentos, em comum com as praças de polícia. Em Ponta Porã, centro de maior irradiação e o mais populoso da região, a cadeia pública foi completamente transformada e os presos passaram a ter relativo conforto, com dormitórios arejados, higiênicos e bem iluminados a luz elétrica.

A alimentação dos presos, um dos problemas sérios, anteriormente, por não disporem de verbas as delegacias de polícia, passou a ser fornecida com método, bem preparada, servida em confortáveis refeitórios, ultrapassando a Cr$ 15.000,00 mensais a despesa do Território em tôdas as cadeias, sòmente com a manutenção dos detentos.

O regime penitenciário, agrícola, seria o ideal para a reclusão de todos os sentenciados e nêsse particular fazia parte de nosso programa a construção de moderno estabelecimento, nas cercanias de Ponta Porã, em área que possibilitasse o desenvolvimento da agricultura, com instalação de hortas, pomares, arrozais, etc., e uma seção de avicultura. Para os sentenciados casados, seriam construidas pequenas casinhas, de maneira que a sociabilidade existisse na penitenciária, inclusivè com a instalação de cinema educativo, procurando-se, tanto quanto possível, a recuperação, para a vida social comum dos que, jogados pelo destino, por desajustados, fossem ter à penitenciária rural.

As despesas com a segurança, Divisão, Guarda Territorial, Delegacias Auxiliar e Especial, Delegacias de Polícia, sub-delegacias e cadeias, verba pessoal, orçava, mensalmente em mais de Cr$ 400.000,00, durante o ano de 1946, ou seja, mais de 48% da dotação e as correspondentes a material, se elevaram a mais de Cr$ 195.000,00 por mês, inclusivè alimentação de guardas e presos, isto é, aproximadamente 38% do crédito concedido no orçamento da União, ao Território. Em 1945, essas despesas atingiram em média mensal: pessoal — Cr$ 239.000,00, em números redondos, correspondentes a 56% da verba,

SÉDE DO DESTACAMENTO DA GUARDA E CADEIA PÚBLICA, EM MARACAJÚ

TRISTE RECORDAÇÃO DOS TEMPOS DOS SILVINO JAQUES, BAIANINHOS E OUTROS BANDOLEIROS QUE INFESTAVAM A REGIÃO, ANTES DA CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO. AI, UMA FAMÍLIA INTEIRA, CHACINADA.

em seu total e material — Cr$ 336.000,00, arredondadamente, com a percentagem de nada menos de 68%. Vale a pena, notar, entretanto, que nêsse ano foi feita a aquisição de armamento e munição, bem assim fardamento e demais material necessário à instalação da Divisão, o que bem justifica o aumento da despesa sôbre o exercício de 1946. Acresce ainda a circunstância de que, extinto o Território, foram suspensas diversas encomendas de material e as despesas foram sendo diminuidas, gradativamente, inclusivè em pessoal, com a redução do efetivo da Guarda, de 311 homens, em setembro, para 250 em dezembro.

Vejamos, em ligeira análise, os vencimentos do pessoal encarregado da Segurança, no quadro de servidores do Território:

		Padrão	Cr
	Diretor da Divisão	O.	6.000,00
	Delegado especial	L	3.900,00
	Delegado auxiliar	J.	2.700,00
	Delegado de Polícia	H.	1.950,00
	Médico da Guarda	L.	3.900,00
*	Méstre da Banda de Música	G.	1.650,00
	Rádio Inspetor	I.	3.900,00
	Sub-deelgado polícia	F.	1.400,00
*	Sub-comandante Guarda	K.	3.300,00
*	Aprovisionador da Guarda	G.	1.650,00
	Comandante da Guarda	M.	4.500,00
*	Aux. técnico de rádio	J.	2.700,00
	Aux. técnico de rádio	I.	2.250,00
*	Chefe técnico Of. rádio	K.	3.300,00
*	Chefe gabinete médico legal	L.	3.900,00
	Chef serv. identificação	J	2.700,00
*	Comandante de lancha de patrulhamento	I.	2.250,00
	Contra mestre da banda	F.	1.400,00
	Guarda territorial 1.ª Classe	VII	1.050,00
	Guarda territorial 2.ª Classe	IV	900,00
	Guarda territorial 3.ª Classe	I	750,00
	Inspector da Guarda 1.ª Classe	XIV	1.400,00
	Inspetor da Guarda 2.ª Classe	XIII	1.350,00
	Inspetor da Guarda 3.ª Classe	XII	1.300,00
	Investigador	VII	1.050,00
*	Musica da Guarda de 1.ª Classe	IX	1.150,00
	Idem, idem, de 2.ª Classe	VI	1.000,00
	Idem, idem, de 3.ª Classe	IV	900,00
*	Telegrafista auxiliar	I	750,00

Nota * Os cargos e funções assinalados, não se achavam, ainda, preenchidos, porque sòmente para o ano em curso, havia sido pedida a verba necessária, em virtude da

recente aprovação do Quadro dos servidores do Território. A banda de musica, ainda estava em organização, funcionando com pequeno número de figuras. O serviço de rádio funcionaria já no ano em curso, subordinado à Divisão de Segurança e Guarda. O pessoal destinado aos trabalhos burocráticos desdobrava-se em auxiliares de escritório, escriturários, contadores, oficiais administrativos, dactilógrafos, almoxarifes e tesoureiros, cujos padrões constam dos anexos ao Relatório do Serviço de Administração Geral, bem assim a respectiva lotação.:

Nota =vinham percebendo sómente Cr$ 5.250,00, como padrão N, em face de não haver verba, para a dotação do Quadro em 1946.

— x —

XI — GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

O "Serviço de Geografia e Estatística", órgão regional do sistema estatístico-geográfico nacional, instalado sómente em março de 1945, embora desde o início do Território estivesse previsto na sua organização administrativa, prestou valiosa colaboração ao Govêrno, apesar das dificuldades que teve de enfrentar, notadamente, pela deficiência em pessoal.

O que foram os seus primeiros passos, em março de 1945, com os problemas de instalação-material permanente e pessoal sobretudo êste, verdadeiramente angustiante naquelas regiões, onde a carência de servidores, habilitados, ainda mais se acentuava com a instalação e funcionamento dos outros órgãos administrativos, diz muito bem o relatório do respectivo Diretor, trabalho êsse anexo ao presente.

Diminuida, aos poucos, essa situação, já em 1946 o "Serviço de Geografia e Estatística" realizava trabalho ordenado e eficiente, levando a efeito tôdas as tarefas específicas que lhe eram inerentes, e auxiliando o Govêrno local, na solução de diversos problemas em tão útil setor.

Sua finalidade — A organização do Serviço de Geografia e Estatística, foi determinada pelo Decreto-lei n.º 7.771, a que já nos referimos, assim estipulando o artigo 10.º: "O Serviço de Geografia e Estatística, tem por fonalidade a coleta, crítica, apuração e elaboração, análise e divulgação dos dados estatísticos e geográfico de interêsse para o Território".

O REPRESENTANTE DA ORDEM, NAQUELA ÉPOCA, SEM RECURSOS EM HOMENS E EM MATERIAL PARA REPRIMIR, SEVERAMENTE, O BANDITISMO, APENAS CONSTATA E ANOTA MAIS UM CRIME.

ASSIM ERA A VIDA, OU MELHOR, A MORTE, ANTES DA CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO
VOLTAREMOS A ESSA SITUAÇÃO, NOVAMENTE?... O TEMPO O DIRÁ.

De acôrdo com o sistema estatístico-brasileiro, cumpria ainda a êsse órgão, ao lado da Inspetoria, executar as Campanhas Nacionais de Estatística constantes dos cadernos **A** e **B-1**, formulários da série B-2.00, cadernos **C** e **D** e demais inquéritos permanentes das repartições centrais federais, como sejam registro industrial, registro civil (casamentos, nascimentos e óbitos), gado abatido, estatística educacional (ensino primário geral), custo de vida, dados médico-sanitários (assistência com o seu internamento), etc., conforme quadro anexo:

A respeito desses questionários, esclarece o Diretor do Serviço, em seu Relatório:

"Para alguns dêsses inquéritos as condições locais exigiam providências especiais, que, lamentavelmente, não puderam ser satisfeitas na íntegra.

O registro civil, por exemplo, sofreu, desde logo, com o ato motivado pela não instalação imediata dos serviços de estatística, porque, sendo um continuador dos recenseamentos, carece de assistência permanente, de controle ininterrupto e de propaganda constante e intensiva e ainda, se desdobrando em períodos mais curtos de coleta, o que, por sua vez, exige material copioso e inexistente.

O da produção agro-pecuária — caderno D — por outro lado, é, sem dúvida, o mais difícil inquérito da estatística nacional, para isso concorrendo fatores vários e de diversas ordens.

As grandes extensões territoriais, a hostilidade do elemento informativo, por desconfiança e por incompetência, a falta completa de registros ou anotações, quer quanto às plantações, quer quanto aos rebanhos, as dificuldades enormes de comunicações e de transportes, constituem obstáculos senão intransponíveis, pelo menos que requerem medidas preparatórias, tôdas elas afanosas e demoradas; muita propaganda, trabalho de catequese e de confiança, criação de comissões de informantes desinteressados, serviço de difusão de certos conhecimentos gerais, necessários ao bom entendimento do que se quer obter, etc.

O fator tempo, porém é o mais importante e valioso de tôdos os citados, máximè numa extensa região como esta para a qual o decurso de menos de dois anos pouco representa.

Noutros campos de investigações, entretanto, ótimos resultados se vinham obtendo. Assim foi com a Estatística Educacional, que se levou a efeito em 1945 e no ano findo estava em vias de conclusão, com elementos seguros, sendo fruto do Convênio firmado entre o S.G.E. e a Divisão de Educação, em abril de 1945, e fielmente, cumprido.

O Registro industrial atingiu também à elevada cifra de 556 industriais inscritos, nele se incluindo 1510 ervateiros

TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ
SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

DADOS SÔBRE OS INQUÉRITOS CUJOS FORMULÁRIOS FORAM CRITICADOS E APURADOS PELO S. G. E.

	Nome do Inquérito	Órgão a que Pertence	Número de Questionários			
			Lançados		Coletados	
			1945	1946	1945	1946
1	Caderno A — Campanha Nacional de Estatística (1) ..	I.B.G.E.	7	7	7	2
2	Caderno B — Campanha Nacional de Estatística (2) ..	I.B.G.E.	7	7	7	2
3	Caderno D — Inquérito Agro-Pecuário	I.B.G.E.	56	56	54	30
4	Formulários da série B — 2.00 — Campanha Nacional de Esatística	I.B.G.E.	3	4	3	—
	B — 2.01 — Cooperativas		—	—	—	—
	B — 2.13 — Estabelecimentos de diversões		9	12	4	6
	B — 2.16 — Imprensa periódica		3	4	1	4
	B — 2.17 — Meios de hospedagem		41	40	14	8
	B — 2.19 — Cemitérios públicos municipais		—	21	—	21
	B — 2.42 — Organisações trabalhistas		—	4	—	2
	B — 2.31 — 1 Emprêsas telefônicas (dados gerais da emprêsa)		1	2	1	2
	B — 2.31 — 2 Emprêsas telefônicas (dados municipais)		1	2	1	2
	B — 2.36 — 1 Culto católico (dados sôbre grandes circunscrições)		1	2	1	2
	B — 2.36 — 2 Culto católico (dados sôbre paróquias)		—	2	—	2
	B — 2.37 — Custo protestante		—	14	—	3
5	**Registro Industrial**	S.E.P.T.	—	—	—	—
	Questionário Grande	S.E.P.	—	27	—	13
	Questionário Pequeno	S.E.E.P.	29	27	29	16
6	**Estatística Educacional**	S.E.E.S.	544	720	544	645
	Formulário A — Caracterização geral do estabelecimento		—	—	—	—
	Formulário C — Pessoal docente e movimento didático do ensino primário infantil		102	330	102	—
	Formulário D — Pessoal docente e movimento didático do ensino primário fundamental		3	8	3	—
	Formulário E — Pessoal docente e movimento didático do ensino primário complementar		102	240	102	—
	Formulário F — Pessoal docente e movimento didático do ensino primário supletivo		—	8	—	—
7	Gado abatido — (Nas sedes municipais e distritais para consumo público e próprio)	S.E.P.	—	10	—	—
8	**Custo da Vida**	S.E.P.T.	192	234	192	112
	Consumo		—	—	—	—
	Preços no Comércio Varegista e Atacadista das capitais		84	84	79	38
	Salário e domicílio		24	12	24	8
9	Estatística Médico Sanitária — movimento de hospitais, casas de saúde e ambulatórios	S.E.E.S.	14	28	14	5
10	**Registro Civil**	S.E.D.M.P.	—	18	—	10
	Nascimentos		—	—	—	—
	Casamentos		—	152	—	13
	Óbitos		—	152	—	13
11	Hipotecas	S.E.E.F.	—	152	—	13
12	Transmissão de imóveis	S.E.E.F.	—	28	—	28
13	Consumo de combustíveis e lubrificantes líquidos	S.G.E.	—	28	—	28
14	Produção de consumo de gêneros alimentícios	S.G.E.	—	7	—	7
15	Principais culturas feitas, área cultivada, safra e valor da produção do Território	S.G.E.	—	7	—	7
16	Automóveis e outras espécies de veículos	I.B.G.E.	—	7	—	4
17	Veículos existentes no Território	S.G.E.	—	7	—	7
18	Abastecimento d'água	S.E.E.S.	—	7	—	3
19	Iluminação pública e domiciliária	S.E.E.S.	—	18	—	—
20	Culto católico	S.E.E.S.	—	15	—	15
21	Movimento de hoteis e pensões	S.E.D.M.P.	—	—	3	7
22	Inquérito da pesca	S.E.P.	—	—	—	15
23	Informações gerais para o Boletim Estatístico	I.B.G.E.	—	21	—	13
			—	3	—	3

ABREVIAÇÕES: —

S.G.E. — Serviço de Geografia e Estatística.
S.E.P.T. — Serviço de Estatística da Providência e do Trabalho (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio).
S.E.P. — Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura).
S.E.E.S. — Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação e Saúde).
S.E.D.M.P. — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça e Negócios Interiores).
I.B.G.E. — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
S.E.E.F. — Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda).

ou industriais da erva mate, afora ainda os do Município de Dourados.

As Campanhas pròpriamente ditas, mesmo essas, levando-se em conta as proporções das pesquisas e a pouca prática dos Agentes, quase todos recem-admitidos, acusam boa percentagem de informes corretos e precisos.

A Estatística Militar não foi descurada, muito embora não tenha sido possível dar-lhe a atenção merecida, pelas deficiências já apontadas. Apesar disso, diversas solicitações da 9.ª Região Militar foram atendidas. Estava em vias de competa organização o seu arquivo, com o material que já havia sido pedido".

No setor geográfico — Como o estatístico, o sistema geográfico brasileiro é centralizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com obediência às normas gerais do Conselho Nacional de Geografia e de seu Diretório Geral.

Lutando com a sua natural complexidade, agravada com a falta, a princípio ,de material de gabinete, de campo e a de pessoal técnico para a execução de suas tarefas, êsse setor pouco se desenvolveu no exercício de 1945, não obstnte os esforços dispendidos pelo diretor do Serviço, funcionário do corpo técnico do I.B.G.E.

No ano de 1946, suprida em parte a falta de material de gabinete, com o fornecimento de pranchetas, material de expediente e desenho, tintas. pantógrafo, etc., realizou o Serviço alguns trabalhos de cartografia e desenho, conforme quadro abaixo transcrito.

Assim foi que, tomando como base os mapas fornecidos pelo Conselho Nacional de Geografia e os antigos mapas Municipais, confeccionou o Serviço muitos outros, com as retificações de nomes, de limites inter-estaduais, intermunicipais e inter-distritais, de localização de acidentes geográficos, etc., mantendo ainda o serviço de revisão permanente.

De acôrdo com o Conselho Nacional de Geografia, foi feita a revisão toponímica, tendo sido mudados os nomes dos antigos distritos de Santa Luzia no município de Dourados, para Juti; de Vista Alegre, em Maracajú, para Ervânia; de Bonito, em Miranda, para Rincão Bonito; de União, em Ponta Porã, para Amambaí.

Outras alterações, tendo em vista o quadro da nova Divisão Territorial, judiciária e administrativa do Território, trabalho também realizado pelo Serviço, foram levadas a efeito na toponímia da unidade que vem de ser extinta.

Trabalhos — Além das suas tarefas específicas, o Serviço de Geografia e Estatística levou a efeito mais as seguintes, de grande relevância para a administração: estudos sôbre as vias de comunicações e os meios de transportes, com sugestões ao Govêrno; plano de imigração para colonizar as fazendas, desprovidas, quase tôdas, de braços, trabalho êsse elaborado de acôrdo com as eixgências do Conselho Nacional de Imigração; levantamento geral dos cartórios e seu histórico, para efeito do disposto no art. 156, § 3.º do Decreto-lei n.º 6.887, de 21 de setembro de 1944.

Foram cometidos ainda ao Diretor do Serviço, Dr. Arlindo Carvalho de Souza, diversos encargos em outros setores na execução dos quais sempre se houve a contento.

XI — ADMINISTRAÇÃO

a) Secretaria Geral.

A organização administrativa dos Territórios foi estabelecida pelos decretos-leis de ns. 5.839 e 7.771, datados, respectivamente, de 21 de setembro de 1943 e 22 de julho de 1945.

Preceituava o artigo 3.º, § 2.º do primeiro dos decretos-leis citados, que o Governador seria auxiliado por um Secretário Geral, de nomeação do Presidente da República, e que o substituiria nos seus impedimentos, sem que, entretanto, ficassem perfeitamente esclarecidas as atribuições dêsse auxiliar, em relação ao conjunto da administração territorial. Auxiliaria o Governador, sim, mas sem ter a seu cargo, preestabelecidas, as obrigações e responsabilidades nêsse auxílio, dentro, por certo, de limites fixos e de maneira que podesse, a qualquer momento, substituir o Governador, estando perfeitamente a par do entrosamento da máquina administrativa.

Dêsse lapso na legislação em causa, resultou para o Secretário Geral situação pouco saliente na administração territorial, passando mesmo a segundo plano e sem ter o indispensável estímulo, que se traduz pela noção exata das perrogativas do cargo, em tôda a extensão de sua responsabilidade. Variava, pois, a atuação do Secretário Geral na razão direta dos encargos que lhe eram cometidos pelo Governador, as mais das vêzes simplesmente burocráticos — preparo de correspondência, arquivo, recebimento e encaminhamento de expediente, serviço de publicidade, etc.

Em Ponta Porã, por exemplo, o primeiro Secretário Geral nomeado, não chegou a instalar

TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ

SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PEDIDOS FEITOS AO S. G. E.

DATA	PROCEDÊNCIA	ASSUNTO	SOLUÇÃO Atendido Sim	Não
6- 9-44	Cuiabá — Mt.	Departamento Estadual de Estatística — Solicita dados sôbre a Estatística Educacional	sim	—
9-10-44	Cuiabá — Mt.	Departamento Estadual de Estatística — Pede relação de escolas particulares com internamento	sim	—
28-10-44	Cuiabá — Mt.	Departamento Estadual de Estatística — Pede relação de escolas municipais nos municípios respectivos	sim	—
16-11-44	Rio — D. F.	Departamento Nacional da Criança — Pede número de médicos e as suas especialidades, nos municípios do Território	sim	—
7- 2-45	Belo Horizonte — Mg.	A Tenório de Albuquerque pede dados sôbre o Território	sim	—
10- 3-45	Rio — D. F.	Instituto Bioquímico — Pede exemplar da nova Divisão Territorial, Administrativa e Judiciária do Território	sim	—
28- 4-45	Rio — D. F.	Secretaria Geral do I. B. G. E. — Pede quadro e emprêsas de navegação	sim	—
1- 6-45	Ponta Porã — T. F.	Divisão de Saúde — Pede população das sedes municipais e n.º de prédio	sim	—
3- 8-45	Rio — D. F.	Conselho Nacional de Geografia — Pede informes sôbre a denominação vila de Caracol, por não figurar no mapa	sim	—
18- 8-45	Rio — D. F.	Secretaria Geral do I. B. G. E. — Pede Estatística do Ensino Primário no Território	sim	—
20- 8-45	Ponta Porã — T. F.	Juizo Eleitoral — Solicita n.º de pessôas alfabetizadas na Com. de Ponta Porã	sim	—
4-10-45	Fortaleza — Ca.	Departamento Estadual de Estatística — Pede o Dec. que fixou o quadro da Divisão Territorial e Judiciária do Território	sim	—
9-10-45	Ponta Porã — T. F.	11.º R. C. I. — Pede relação de localidades que mudaram do nome	sim	—
10-10-45	Pôrto Alegre —R.G.S.	Livraria o Globo — Pede relação de localidades do Território	sim	—
25-10-45	Ponta Porã — T. F.	Agência do Banco do Brasil S/A. — Pede dados sôbre produção importação e Exportação do município de Ponta Porã	sim	—
13-11-45	Rio — D. F.	Departamento Nacional do Café — Pede exportação mensal de café no Território	sim	—
7- 1-46	Campo Grande — Mt.	Serviço de Febre Amarela — Pede relação de localidades que tomaram outros nomes	sim	—
8- 1-46	Rio — D. F.	Confederação Nac. de Indústrias — Pede publicações dos trabalhos editados por êste Serviço	(1)	não
11- 2-46	Rio — D. F.	Serviço de Estatística Demográfica Moral e Política — Pede relação completa dos cartórios de Registro Civil nos respectivos municípios e distritos	sim	—
13- 2-46	Ponta Porã — T. F.	Cabinete do Governador — Pede apanhado geral de tudo quanto se tenha feito no S. G. E.	sim	—
12- 3-46	Ponta Porã — T. F.	Cabinete do Governador — Pede quadro de consumo, combustíveis e lubrificantes líquidos	sim	—
23- 4-46	Rio — D. F.	Secretaria Geral do I. B. G. E. — Pede que se faça intercâmbio de trabalhos com Portugal	(1)	não
28- 4-46	Campo Grande — Mt.	Pôsto de Febre Amarela — Pede n.º e data do Dec. que mudou no nome Patrimônio da União	sim	—
4- 5-46	Cuiabá — Mt.	Departamento Estadual de Estatística — Pede dados sôbre unidades escolares ano 1943	sim	—
4- 5-46	Rio — D. F.	Secretaria Geral do I. B. G. E. — Pede estimativa de população desta União Federativa	sim	—
15- 5-46	Rio — D. F.	Secretaria Geral do I. B. G. E. — Pede relação de Pôrtos do Território	sim	—
7- 6-46	Rio — D. F.	Secretaria Geral do I. B. G. E. — Pede fotografias e revistas mandadas editar por ocasião do dia do Estatístico	(1)	não
7- 6-46	Rio — D. F.	Estado Maior do Exército — Pede exemplares da Carta do Território	(2)	não
8- 6-46	Ponta Porã — T. F.	Prefeitura Municipal e P. Porã — Pede novo quadro Territorial	sim	—
10- 6-46	Rio — D. F.	Serviço de Estatística da Educação e Saúde — Pede dados sôbre a Estatística Educacional	sim	—
14- 6-46	Rio — D. F.	Secretaria Geral do I. B. G. E. — Pede para a biblioteca do Congresso de Washington publicações feitas por êste serviço	(1)	não

DATA	PROCEDÊNCIA	ASSUNTO	SOLUÇÃO Atendido Sim	Não
20- 6-46	Rio — D. F.	Serviço de Estatística da Produção — Pede preço de vários gêneros	sim	—
24- 6-46	Pôrto Alegre — R.G.S.	Livraria do Globo — Pede população do Território discriminadamente por distrito	sim	—
10- 7-46	Rio — D. F.	Departamento Nacional de Saúde —Pede endereço de todos os órgãos de imprensa do Território	sim	—
13- 7-46	Campo Grande — Mt.	9.ª Região Militar (Reservado)	sim	—
27- 7-46	Rio — D. F.	Politica Central — Pede número de cinemas existentes no Território até 31-12-45	sim	—
31- 7-46	Pôrto Alegre — R.G.S.	Departamento de Estudos e Pesquisas Econômicas — Pede publicações feitas, por êste Serviço	(1)	não
15- 8-46	Campo Grande — Mt.	9.ª Região Militar — (Reservado)	sim	—
22- 8-46	Ponta Porã — T. F.	Gabinete do Governador — Pede principais culturas feitas no municipio	sim	—
27- 8-46	Rio — D. F.	Secretaria Geral do I. B. G. E. — Pede relação de casas de diversões existentes no Território no ano de 1944	sim	—
3- 9-46	Campo Grande — Mt.	9.ª Região Militar — Pede n.º de veículos existentes no Território	sim	—
4-10-46	Fortaleza — Ca.	Departamento Estadual de Estatística — Pede decreto que fixou quadro da Divisão Territorial	sim	—
14-10-46	Rio — D. F.	Representação Rubens Franklin — Pede relação de municipios e respectivos distritos	sim	—

(1) — O Serviço não fês publicar nenhum trabalho.
(2) — Não foi levantada a carta do Território.

a sua Secretaria e, exonerando-se posteriormente, foi substituido, em caracter interino, pelo próprio Diretor da Divisão de Segurança e Guarda, Major Respício do Espírito Santo, que, assoberbado om os serviços da sua Divisão, não teve oportunidade de organizar a Secretaria Geral, mesmo porque, pelo dispositivo do Decreto-Lei que vimos de citar, pouca coisa lhe competiria fazer como Secretário. Daí ter permanecido na séde de sua própria Divisão, de onde atendia, tambem, aos assuntos que lhe eram distribuidos pelo Governador Noronha, atinentes à Secretaria Geral.

Dessa situação anormal resultava para o Governador trabalho por demais exaustivo no estudo geral dos problemas da administração e na coordenação e orientação de tôdas as Divisões e Serviços, uma vez que não tinha a quem delegar tais poderes, dentro, rigorosamente, da organização estabelecida pelo Decreto-lei n.º 5.839, de que nos vimos ocupando.

Fazia-se mistér nova legislação a êsse respeito e o Decreto-Lei n.º 7.771, sanando lacuna tão prejudicial, a que já fizemos alusão, estabelecia em seu artigo 38.:

"A Secretaria Geral tem por finalidade:

I — auxiliar o Governador no exame de assuntos relativos à administração e na coordenação e orientação das atividades das Divisões e Serviços do Território;

II — coordenar e controlar as atividades administrativas das municipalidades especialmente quanto à execução orçamentária;

III — opinar nos assuntos de natureza jurídica;

IV — promover a divulgação dos atos oficiais e das informações que interessarem ao Território".

Criados os Territórios em 13 de setembro de 1943, pelo Decreto-Lei n.º 5.812, sòmente em julho de 1945 eram, finalmente, dadas atribuições ao Secretário Geral, compatíveis com a sua elevada função, tratando-se, sobretudo, do substituto eventual do Governador.

Dessas atribuições duas ressaltam em importância, por isso que possibilitaram ao Secretário Geral conhecimento perfeito de todos os meandros da administração e deram ao Governador ensêjo de supervisionar a cousa pública com maior amplitude, sem ser forçado a descer aos mínimos detalhes, isto é, não necessitando mais, com pre-

juizo dos estudos sempre imprescindíveis dos complexos problemas que se apresentavam, de intervir, constantemente, na execução dos programas já traçados e aprovados: a coordenação e orientação das atividades dos demais órgãos do Govêrno, e o controle às atividades administrativas dos municípios, mórmente quanto à execução da lei de meios. O Secretário Geral, investido dessas prerrogativas, passou a ser, nos Territórios, elemento controlador e orientador de tôdas as atividades, prestando ao Governador os informes sôbre qualquer setor da administração, a qualquer momento, ao mesmo tempo em seus impedimentos, sem solução de continuidade na marcha dos serviços, por estar perfeitamente a par dos programas traçados e do andamento de sua execução.

Ao assumir o Govêrno o meu antecessor, Major José Guiomard dos Santos, tratou logo de instalar a Secretaria Geral, dentro das atribuições previstas pelo Decreto-Lei n.º 7.771, propondo ao Sr. Presidente da República a nomeação do Dr. Valério Caldas de Magalhães, cujo ato foi lavrado em data de 26 de novembro daquele ano.

Tomando posse do cargo em data de 5 de dezembro, entrou em exercício pleno a 13 do mesmo mês, iniciando logo os trabalhos preliminares para a instalação do importante órgão que lhe fôra confiado pelo Govêrno, o qual passou a funcionar normalmente a partir daquela data.

De par com os trabalhos que lhe competiam diretamente, foram cometidos ao Secretário Geral mais os seguintes encargos, dos quais se desincumbiu plenamente:

a) presidir a Comissão nomeada pelo Decreto n.º 15, de 24 de dezembro de 1945, encarregada de organizar o Quadro de funcionários do Território e Tabela de extra-numerários;

b) organizar o arquivo geral do Govêrno;

c) organizar, em colaboração com o Serviço de Administração Geral, a organização dos ajustes de contas da administração do Sr. Cel. Ramiro Noronha, relativos aos anos de 1944 e 1945 e do ajuste de contas da administração do Major José Guiomard dos Santos, correspondente ao final do exercício dêste último ano;

d) acompanhar, no Rio de Janeiro, junto ao DASP, o estudo do Quadro de Funcionários do Território, até a sua final aprovação pelo Govêrno da União, o que foi feito satisfatòriamente;

e) cooperar com o Serviço de Administração Geral, no preparo da proposta orçamentária para o ano de 1947, defendendo-a, posteriormente, na Divisão de Orçamento do DASP.

f) representar o Govêrno do Território junto ao Ministério da Educação e Saúde, firmando acôrdo com o mesmo, em data de 18 de junho de 1946, para cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 9.256 de 18 de maio de 1946, que estabelece auxílio federal para construções de escolas primárias rurais;

g) organizar o Plano Rodoviário do Território, apresentando memorial, como representante do Govêrno, ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagens, com o qual assinou acôrdo, em data de 12 de junho de 1946, para ser dado ao Território, trimestralmente, a cota do auxílio do Fundo Rodoviário, destinada à construção da estrada prevista no referido Plano, ligando Ponta Porã à povoação de Amambaí;

h) representar o Govêrno na Conferência Inter-Americana Regional de Engenharia Sanitária, levado a efeito nesta Capital;

i) entender-se com o Ministério da Agricultura, a respeito da instalação de uma hospedaria para imigrantes, em Dourados, e do fornecimento de material agrícola para revenda, bem assim de mudas celecionados para a Granja Modelo;

j) conseguir, do Departamento Nacional da Criança, a verba necessária para a construção de pavilhão da Maternidade, anexo ao Hospital Santa Izabel, em Ponta Porã;

k) conseguir, da Legião Brasileira de Assistência, as plantas e a verba necessária para a construção do posto de Puericultura, na cidade de Ponta Porã;

l) providenciar o recebimento, no Rio, inclusivè concessão de isenção de direitos de exportação e demais taxas, de 21 estações emissoras-receptoras de rádio-telegrafia e fonía, encomendadas à América do Norte, por intermédio da firma R.C.A. Vidtor S. A.;

m) tomar diversas providências, junto ao Ministério da Justiça e Negóuios Interiores;

n) programar as atividades no setor "Desenvolvimento da Produção", cuja Divisão sòmente foi instalada em 2 de janeiro de 1946;

o) ter entendimentos, nesta Capital, com Vossa Exrelência, a respeito da entrega do Território ao Estado de Mato Grosso;

p) estudo minucioso, com o Diretor de

Obras, do Plano Urbanístico e do Plano Quinquenal, bem assim exame acurado de todos os contratos anteriormente firmados modificando uns e atualizando outros, de acôrdo com as necessidades do serviço e, também, levando em conta as dotações orçamentárias.

O Secretário Geral prestou ao Governador colaboração valiosíssima na administração interna, percorrendo diversos municípios, visitando as prefeituras, as obras em realização pelo interior, aquí e alí modificando a orientação de certos serviços, sanando falhas e tomando providências indispensáveis à boa marcha dos trabalhos, coordenando e orientando as Divisões e Serviços sem interferência direta nos misteres de cada Diretoria, dando-lhes mesmo a mais ampla liberdade de ação. E nêsse particular oportuna se tornou, ainda, a atuação da Secretaria Geral, em supervionar o funcionamento dos diversos órgãos componentes da administração territorial, por situar-lhes os limites de ação, evitando os choques antes tão comuns, verdadeiros conflitos de jurisdição, oriundos às mais das vêzes da falta de orientação uniforme, isto é, da distribuição real, efetiva, a cada Diretor, das prerrogativas e responsabilidades de sua Divisão ou Serviço.

O Secretário Geral tinha ainda a seu cargo a representação da Comissão de Controle dos Acôrdos de Washington, em toda a área do Território, sôbre cujas atividades assim se manifesta em seu circunstanciado relatório:

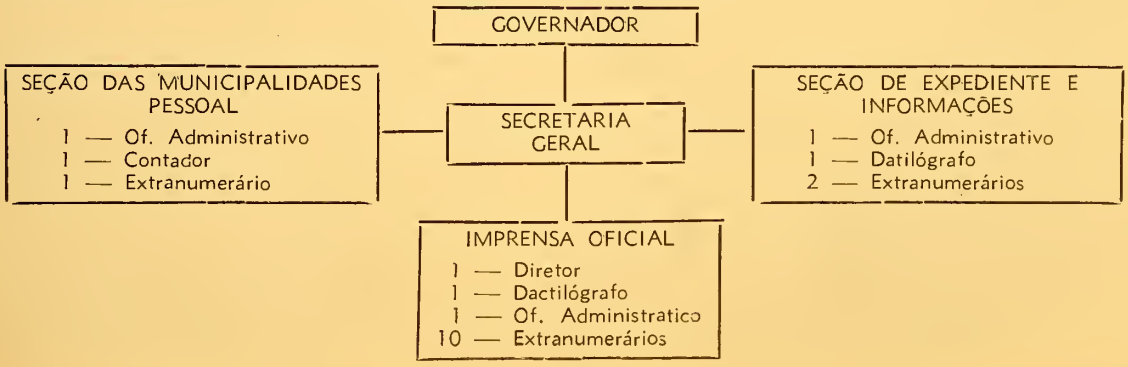
"Representação da Comissão dos Acôrdos de Washington — A Comissão mixta Brasileiro-Americana, encarregada da execução dos acôrdos firmados em Washington, relacionados a diversas atividades comuns aos dois países, mórmente em face da guerra, havia credenciado aos secretários dos Estados e dos Territórios, para, na região de cada unidade, agirem como seus representantes, muito especialmente na aplicação dos dispositivos e instruções coibitivas ao contrabando da borracha e de seus artefatos, normalizando ainda o consumo interno, dentro dos limites prefixados a cada zona, por cotas variáveis, de acôrdo com a disponibilidade do mercado e na razão direta das necessidades regionais.

Em Ponta Porã, pois, além dos nossos trabalhos na Secretaria Geral, coube-nos tal mistér, para o qual não dispunhamos de auxiliares, o que importa dizer, maiores foram as nossas responsabilidades e encargos. Acresce ainda a ciscunstância especial de termos que atuar em plena linha de fronteira, completamente aberta, por 427 quilômetros de linha seca e 710 de linha molhada, no percurso correspondente ao Território, sem a aparelhagem indispensável que possibilitava fiscalização real, efetiva e estável em tôda a sua amplitude.

O auxílio da Guarda Territorial, entretanto, foi dos mais proveitosos e como consequência lógica da instalação de diversos postos ao longo da fronteira, e no interior, conforme quadro a seguir, é-nos possível consignar aqui, e o fazemos com o máximo prazer, ter havido grande redução do contrabando, de que resultou, não temos dúvida em afirmar, o aumento da produção da erva, isto é, da renda oriunda da exportação deste produto que passou a sair de nosso País após as formalidades legais e não como se fazia antes, em grandes parte, através da fronteira paraguaia, chegando à Argentina como se fosse produção daquele País amigo, aumentando-lhe, portanto, a produção. E' de justiça salientarmos que a ação repressora ao contrabando de pneumáticos e da erva para o Paraguai, tivera início sob a atuação fecunda do Sr. Major Respício do Espírito Santo, à frente da Secretaria Geral na administração do Cel. Ramiro Noronha, cabendo-nos apenas continuar as providências já tomadas, não deixando que a vigilância na fronteira sofresse qualquer solução de continuidade.

Vários foram os entendimentos que tivemos, via rádio e pessoalmente, com o Sr. Major Hoche Monteiro Aché, Assistente Técnico Militar da Comissão de Controle dos Acôrdos de Washington, e a quem consignamos os nossos agradecimentos pela maneira altamente patriótica com que nos orientou na missão que nos fôra confiada, de salvaguardar os interêsses do País, em plena região fronteiriça, o que fizemos dentro das possibilidades de que dispunhamos e na proporção da viabiildade de proviências tais em região ainda deserta em grande parte e de difícil acesso, por falta de transporte".

Os serviços internos da Secretaria Geral, em face do Decreto-Lei n.º 9.135, de 5 de abril de 1946, e do Decreto n.º 47, de 19 de junho do mesmo ano, êste último do Govêrno Territorial, resumia-se nas seções constantes do seguinte organograma:



A respeito do funcionamento dessas seções, é-nos oportuno transcrever o seguinte tópico do Relatório que nos foi apresentado pelo Secretário Geral:

"As atribuições de cada uma das seções acima especificadas, seriam estabelecidas no Regimento Interno da Secretaria Geral, que se achava em preparo pela Comissão para êste fim nomeada, quando da extinção do Território. Estariam assim distribuidas:

I — **Imprensa Oficial:**

a) — impressão do "Diário Oficial";

b) — publicação de todos os atos oficiais do Govêrno, das municipalidades, do Judiciário e das fôrças armadas;

c) — pautação e encadernação;

d) — publicação periódica de folhetos, contendo os atos do Govêrno, de interêsse público.

II — **Seção das municipalidades: receita e despesa:**

a) — recebimento e exame dos balancetes mensais das prefeituras;

b) — colheita de dados relativos aos municípios para o relatório anual do Governador;

c) — arquivo e fichário de todos os papeis relacionados com os municípios;

d) — estudo das possibilidades econômicas de cada município, sugerindo ao Govêrno providências julgadas necessárias para o desenvolvimento mineral, agro-pastoril ou industrial da região;.

e) — remessa de dados estatísticos ao Serviço de Geografia e Estatística, com o qual cooperaria.

III — **Seção de expediente e informações:**

a) — confecção de todo o expediente da Secretaria;

b) — preparo de processos em geral;

c) — informações minuciosas às partes e ao público;

d) — arquivo da Secretaria Geral e respectivo fichário;

e) — preparo do expediente para ser dado à publicidade.

Publicado que foi o Decreto-Lei n.º 9.135, no "Diário Oficial" n.º 68, de 27 de abril, entrámos em entendimentos com o Serviço de Administração Geral, a respeito da lotação de pessoal para os diversos órgãos da Administração, tendo Vossa Excelência, por Decreto de 46, de 12 de junho do ano findo, posto em execução essa providência.

Em face da insuficiência de verba, entretanto, não foi possível ser efetivida, na realidade, a lotação em seu total, continuando a Secretaria Geral a funcionar completamente desfalcada, com apenas uma datilógrafa e um auxiliar-arquivista, recaindo sôbre o Secretário, todo o pêso das duas últimas seções acima especificadas. Mesmo assim, examinámos os balancetes mensais das prefeituras e realizámos diversas viagens pelo interior, não sómente cumprindo o que nos fôra estabelecido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 7.771, a que já fizemos menção, como também examinando a escrita das prefeituras, naquilo que nos competia e orientando o serviço interno de cada uma, sempre que solicitado, pois os nossos afazeres, por demais árduos, não nos permitiram visitar a tôdas as comunas, como era de nosso desejo e obrigação de fazê-lo.

Consultoria Jurídica — O estudo dos processos para que pudessemos opinar nos assuntos de natureza jurídica, atribuição que nos fôra imposta pelo n.º III do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 7.771, requeria a máxima atenção de nossa parte e nos roubava tempo precioso para que nos dedicássemos à administração, pròpriamente, percorrendo, com mais assiduidade o interior, nas inspeções tão necessárias às obras escolas, postos e demais serviços que se achavam em execução, cumprindo eficazmente, então, o estabelecido nos números I e II artigo 3.º linhas acima citado.

Com a instalação da Consultoria Jurídica, anexa à Secretaria Ceral, de acôrdo com o Decreto n.º 48, de 19 de junho do ano recem-findo, passamos o estudo de tais processos ao respectivo titular, Dr. Luiz da Costa Gomes, jurista abalizado e que se houve com muita elegância e invulgar discernimento em seu importante mister.

O exame de processos que passaram pela Secretaria Geral, sobretudo os relacionados à concessão de terras, ultrapassa a casa do milhar, o que bem demonstra o acúmulo de trabalho que nos fôra cometido. E' de justiça deixarmos aqui patente a valiosa colaboração que sempre encontramos no Gabinete, por parte do Dr. Mario Cavalcante, a quem avocamos, por diversas vêzes, o exame de muitos processos, antes da instalação da consultoria jurídica.

Com a expedição das **licenças de ocupação**, estipuladas pelo Decreto-Lei n.º 7.916, de 30 de agôsto de 1945, tornou-se anda mais intenso o serviço do Consutor Jurídico, compulsando e dando parecer em mais de 500 processos de protestos apresentandos por terceiros, principalmente pela Cia. Mate Laranjeira, contra a maioria das licenças expedias. Embora estudados pela consultoria jurídica, todos êles passavam pela Secretaria Geral, no encaminhamento de praxe a Vossa Excelência, o que só se verificava após ligeiro exame, de nossa parte".

O Govêrno do Território, em face da situação alarmante em que se achavam as populações do interior, principalmente, pela falta de gêneros de primeira necessidade, resultante da crise ocasionada pela Guerra, criou a Delegacia de Preços e Defraudações, por Decreto de n.º 16, datado de 31 de dezembro de 1945 e anexo por cópia. De como funcionou o referido órgão, consta do Relatório do Diretor do Serviço de Geografia e Estatística, em seus detalhes, relatando-nos o Secretário Geral, em síntese, o seguinte:

"**Delegacia de Preços e Defraudações:** — Passamos, em ligeira análise, revista às atividades desenvolvidas na Secretaria Geral, sem nos determos, alongadamente, em qualquer dos setores abordados, e deixando mesmo de focalizar outros assuntos correlatos, em face da premência de prazo que nos foi disponível para elaborar êste documento: menos de uma semana.

Faz-se mister, entretanto, aligeiradamente, embora, registremos aqui providência das mais acertadas, levada a efeito pelo Govêrno territorial, em prol da população laboriosa e hospitaleira que, naquelas longínquas paragens, de-

marca, pela língua e sob inaudito sacrifício, as fronteiras da Pátria extremecida.

Trata-se da criação da Delegacia de Preços e Defraudações, junto à Secretaria Geral, e com jurisdição em tôda a área do extinto Território, com a finalidade precípua de defender a economia popular, combatendo o câmbio negro, nefasta consequência da guerra e que até hoje, por motivos diversos, complacência ou displiscência das autoridades encarregadas de coibir tão pecaminoso comércio, tem encontrado clima propício ao seu desenvolvimento no território nacional.

Em Ponta Porã, a ação dêsse órgão fiscalizando diretamente a entrada e saída dos gêneros de 1.ª necessidade e os tabelando convenientemente, divulgando, ainda, por todos os meios ao seu alcance, os respectivos preços das utilidades, dentro de pouco tempo foi possível debelar a carência dos produtos básicos da alimentação, no comércio, bem assim refreiar a elevação desordenada do preço de cada artigo.

Visando ainda à defesa da bolsa do povo, contra possíveis explorações, deliberou a Delegacia de Preços e Defraudações e levou a efeito a compra e venda dos produtos mais carentes, como o açúcar e a farinha de trigo, fazendo desaparecer, assim, o intermediário e, consequentemente, barateando o preço de tais gêneros.

No sentido de onerar o menos possível os produtos citados, providenciou-se o respectivo transporte em caminhões do Território, com ponto de partida em Maracajú, término do ramal em construção da via férrea Campo Grande-Ponta Porã. A distribuição, devidamente racionada, era feita por intermédio das prefeituras, ao comércio de cada localidade. Merece salientar que a da farinha de trigo, era feita diretamente às padarias, por cotas proporcionais ao consumo mínimo da população.

Essas providências foram mantidas por longo tempo, posto que não do agrado de todos, até quando, liberados os produtos e debelada a crise, voltaram a ser vendidos diretamente pelo comércio, sem nenhuma interferência do Govêrno.

Merece referência especial a colaboração que encontrámos nessa emergência, por parte dos dirigentes da Usina Santo Antônio, em Miranda, cuja produção de açúcar, em 1946, foi tôda distribuida pela Delegacia, por cotas proporcionais à população de cada município, talvez com prejuizos quanto à maior cotação, se fosse permitida, na ocasião, a exportação, para fóra do Território, pela referida Usina.

A Delegacia de Preços e Defraudações esteve a cargo do Diretor do Serviço de Geografia e Estatística, Dr. Arlindo Carvalho de Souza, dadas as afinidades entre os dois órgãos, sendos seus auxiliares, servidores de outras repartições, pelo que não houve acréscimo de despesa com o seu funcionamento.

Mantivemos, com a Diretoria daquele órgão, a mais estreita colaboração, supervisionando-a em seu funcionamento normal e tudo facilitando para que o êxito de suas atividades em prol do bem público, fosse real e plenamente alcançado.

E' de máxima justiça salientarmos a valiosissima colaboração que nos foi prestada, nessa oportunidade, pela Associação Comercial de Ponta Porã, e por grande parte do comércio das cidades-sédes dos municípios, conscios que estavam da hora terrível por que tdos passávamos, ante o desequilíbrio econômico e social ocasionado pela tremenda hecatombe que foi a segunda guerra mundial".

As atividades desenvolvidas pelo Secretário Geral, nas substituições ao Governador: — Quando das viagens que tivemos de realizar a esta Capital, no intuito de solucionar diversos assuntos nos Ministérios, relacionados à administração do Território, coube ao Secretário Geral substituir-nos, o que fêz em duas oportunidades, nas quais se houve de maneira plenamente satisfatória revelando mesmo qualidades pouco vulgares de administrador conciente e meticuloso. São de seu Relatório os seguintes tópicos:

"Na qualidade de Secretário Geral e em face do que estabelece o artigo 3.º, parágrafo 2.º do Decreto-Lei n.º 5.839 de 21 de setembro de 1943, coube-nos substituir o governador por duas vêzes, nos períodos de 24 de dezembro de 1945 a 15 de março de 1946 e de 23 de Julho a 14 de setembro do mesmo ano.

Orientando a nossa administração dentro dos programas traçados pelo então Governador Major José Guiomard dos Santos e por Vossa Excelência, mantivemos o mesmo rítmo de trabalho na execução dêsses programas e não poupámos esforços para corresponder a confiança do Govêrno, encaminhando a nossa política administrativa sob a égide da mais rigorosa vigilância em todos os setores responsáveis pela boa marcha dos trabalhos, pautando a nossa conduta, na antevisão do progresso do País, compenetrado de que, justamente em regiões afastadas e de expressão negativa até hoje no concerto unânime de produtibilidade econômica e social das demais unidades federativas, maiores são as responsabilidades dos governantes, mórmente nas fronteiras, onde ainda têm sôbre sí a manutenção de sadía política internacional".

No relatório em aprêço, há dados interessantes que comprovam o quanto foi realizado pelo Secretário Geral na ausência do Governador, bastando citar dentre tais dados, os seguintes: criação de 66 escolas de Ensino Primário; início de diversas obras; criação de Cursos Populares Noturnos; criação do Serviço Aéreo Territorial; regulamentação dos serviços de demarcação dos lotes concedidos pelo Govêrno, por licença de ocupação a colonos, e diversas instruções conduzentes à normalização dos trabalhos internos em diversos órgãos da administração territorial.

Providências tomadas na Capital Federal — pelo Secretário, por delegação: — Nem sempre é possível aos governadores dos Territórios deslocarem-se a esta Capital, quando surgem problemas que requerem soluções imediatas, dependentes de diversos órgãos federais aqui sediados. Em tais circunstâncias, delegamos poderes ao

Secretário Geral que, aqui, encontrando sempre a melhor boa vontade por parte das autoridades às quais estavam subordinados os assuntos dependentes de solução, poude ultimá-los a contento, conforme relata, resumidamente embora, em seu Relatório, nos seguintes períodos:

"Durante o ano de nossas atividades em Ponta Porã, tivemos que vir a esta Capital, a serviço, por três vêzes, como esplanaremos a seguir: Da primeira, coube-nos trazer o Quadro de Pessoal do Território e, aqui, no Dasp, defender a sua organização, até tê-lo aprovado pelo Exmo. Snr. Presidente da República, por Decreto-Lei de n.º 9.135, de abril de 1946. Outros encargos, junto aos ministérios, nos haviam sido confiados por Vossa Excelência, dos quais nos desincumbimos com pleno êxito.

Na segunda viagem, trouxemos por missão: a) defender, no Dasp, a proposta orçamentária para 1947, da qual fomos portador; b) firmar acôrdo com o Ministério da Educação e Saúde, em cumprimento ao disposto pelo Decreto-Lei n.º 9.256 de 18 de maio de 1946, que estabelece auxílio para a construção de prédios destinados a escolas de ensino primário, o que fizemos em data de 18 de junho; c) apresentar o Plano Rodoviário do Território ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, defendendo-o até a sua aprovação, o que conseguimos e sem qualquer restrição ou modificação; d) firmar acôrdo com o referido Departamento, para que fosse dada ,ao Território, trimestralmente, a cota de auxílio do Fundo Rodoviário Nacional, destinada à construção da estrada de Ponta Porã-Amambaí, prevista no Plano citado, o que foi feito em data de 15 de agôsto do ano findo; e) ter entendimentos com o Ministério da Agricultura, a respeito de diversos assuntos, inclusivè no que se refere à construção de uma hospedaria para imigrantes, em Dourados e ao fornecimento de máquinas para revenda e mudas selecionadas para a Granja Modelo; f) conseguir, do Departamento Nacional da Criança, a verba necessájria para a construção do Pavilhão da Maternidade, e isso obtivemos, em parte, para o início das obras; g) tratar, na Legião Brasileira de Assistência, sôbre a construção do Posto de Puericultura, o que foi resolvido, em definitivo; h) providenciar junto ao Ministério da Fazenda, quanto à retirada de estações de rádio dos armazens alfandegados, mediante a isenção e direitos de importação, o que também foi resolvio a contento.

Em nossa terceira viagem, foi-nos dada, por Vossa Excelência, missão mais melindrosa: ter entendimentos diretos com o Sr. Presidente da República, visando apressar a ida da comissão matogrossense, afim de receber os encargos da administração, em face da extinção do Território. É que, Excelência, já nos achávamos no dealbar de 1946, o que significava, fim do exercício financeiro, não sendo possivel permanecer sem solução o impasse resultante do ato de extinção, votado já então há mais de dois meses, sem que Mato Grosso houvesse tomado qualquer providência para ir assumir a responsabilidade da região, em todos os setores administrativos. Alí nos achávamos, essa a verdade, como autoridades de fato, à frente da administração pública e resolvendo os problemas que se apresentavam, como se ainda estivesse o Território em pleno esplendor de sua vida legal.

Que nos restava fazer, em tal emergência? Que providência poderia Vossa Excelência tomar senão a que tomou, não deixando que aquela ubérrima e belíssima região se transformasse em terra de ninguém?...

Felizmente encontrámos aqui ambiente favorável e, por parte de administração matogrossense, outra não era a feição de encarar o problema. Argumentava, entretanto, a interventoria do grande Estado do Oeste nacional, não lhe ter sido posisvel, antes, assumir a administração da unidade extinta, por falta de lei especial, dando nova organização administrativa e judiciária, nos moldes da legislação estadual, cujo projeto já havia sido apresentado à aprovação do Govêrno da União.

Poucos dias após a nossa chegada a esta Capital, era aprovada a lei em aprêço, justamente quando, a chamado do Exmo. Sr. Presidente da República, se deslocara de Cuiabá para o Rio o Sr. João Marcelo Moreira, Interventor em Mato Grosso.

Em audiência particular, que tivemos com o Chefe do Govêrno, foi-nos possivel explicar-lhe a situação real em que Vossa Excelência se encontrava em Ponta Porã, mantendo os serviços julgados indispensáveis ao bem público, à ordem e à fiscalização na fronteira, sem que, após encerrado o exercício financeiro, houvesse qualquer numerário para fazer face a tais despesas".

Imprensa Oficial — Das seções subordinadas à Secretaria Geral, ocupava lugar de destaque a Imprensa Oficial, destinada à impressão do órgão noticioso dos atos governamentais e aos demais serviços de impressão e encadernação, do material indispensável às repartições do Território.

Oportuno se torna transcrever aqui alguns trechos do Relatório da Secretaria Geral, a respeito da organização e funcionamento da Imprensa, assim redigidos:

"Sobremodo importante a ação da imprensa na vida dos povos, não há fugir ao poder público tê-la bem organizada e melhor orientada, como veículo de difusão dos atos oficiais de interêsse coletivo, espelho onde se refletem as atividades administrativas em sequência contínua, permitindo a tôdos o exame e a fiscalização da marcha dos negocios públicos, a execução, enfim, dos programas traçados.

Fator de orientação e propaganda, órgão de divulgação de tôdas as normas através das quais se processa o entrosamento da máquina administrativa, mereceu logo, na fase inicial de instalação do Govêrno territorial, ao tempo da administração do Sr. Cel. Noronha, cuidados especiais, surgindo a 13 de maio de 1945 o primeiro número da "Gazeta Oficial", jornal moderno, bem impresso, de ótima feição e que, além da publicação dos atos oficiais, servia ainda de veículo das noticias locais, de cunho social.

Com a organização gradativa das diversas Divisões e Serviços, o noticiário oficial tomou vulto, ampliou-se de muito e o espaço do órgão do Govêrno, tornou-se exíguo por demais, razão por que nova feição foi dada ao jornal, a partir de janeiro de 1946, transformando-se em órgão exclusivamente de divulgação dos atos oficiais do Govêrno, das prefeituras, do Judiciário e das classes armadas sediadas no Território, medida aliás perfeitamente acorde com o

IMPRENSA OFICIAL — OFICINA GRÁFICA.

estabelecido nos nros. VII e VIII da Áta das conclusões aprovadas pelos Diretores das imprensas oficiais do Brasil, em reuniões levadas a efeito nesta Capital, nos dias 10, 11 e 12 do mês de maio de 1943.

A denominação do jornal, ainda de acôrdo com o que ficou estabelecido na Áta que vimos de fazer referência, em seu n.º XI, pasosu a ser "Diário Oficial", a partir de 11 de maio de 1946, muito embora a sua circulação fosse, àquela época, bi-semanal, nada importando essa circunstância, uma vez que, na realidade, o órgão registrava, diáriamente, os atos emanados do Govêrno e das demais autoridades judiciárias e administrativas.

Muito embora o órgão oficial estivesse em circulação efetiva desde 13 de maio de 1945, não se achava ,em rigor, devidamente instituido, tanto assim que se tornou indispensável providência preliminar, qual a de sua criação por áto oficial, conforme consta do decreto n.º 35, de 10 de maio de 1946, que assim dispunha:

"Decreto n.º 35 de 10 de maio de 1946.

O Governador do Território Federal de Ponta Porã, de acôrdo com o item V, do artigo 4.º do Decreto-lei n.º 5.839, de 21 de setembro de 1943.

DECRETA:

Art. 1.º — Com o objetivo de realizar a divulgação de atos oficiais, fica criada a Imprensa Oficial deste Território.

Art. 2.º — A divulgação se fará por meio do órgão oficial, existente desde 13 de maio de 1945.

Art. 3.º — Serão observadas na I. O. as conclusões aprovadas na Primeira Reunião dos Diretores das Imprensas Oficiais do Brasil, que teve lugar na Capital da República, aos 13 de maio de 1943.

Art. 4.º — A I. O. será administrada por um Diretor, padrão M, cargo isolado de provimento em comissão, ficando classificada na Secretaria Geral, de acôrdo com a distribuição das diversas seções, conforme consta do Quadro Único de Pessoal do Território, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9.135, de 5-4-1946.

Art. 5.º — Ao diretor da I. O. cabe baixar as instruções necessárias ao seu regular funcionamento.

Art. 6.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponta Porã, 10 de maio de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

A organização interna da Imprensa Oficial, como se depreende do artigo 5.º do Decreto acima transcrito, competia ao respectivo Diretor, e o seu regimento, moldado nessa organização, seria aprovado, finalmente, pela Comissão nomeada por decreto n.º 15 de 24 de dezembro de 1946. O funcionamento da Imprensa, entretanto, processou-se dentro das normas compatíveis a tão importante serviço, isto, é, o órgão oficial circulou sempre com a máxima regularidade, embora muitas dificuldades tivessem de ser contornadas pela abnegação do pessoal lotado naquela seção da Secretaria Geral".

. . . . . .

. . . . . .

"Ao assumirmos a Secretaria Geral, em uma de nossas visitas à Imprensa, constantámos, ante a explicação que nos foi dada pelo seu Diretor, Dr. Wilson Dias de Pinho e pelo que obeservamos, que se impunha modificação radical no aparelhamento daquele órgão, deficiente aos encargos que, dia a dia, tomavam vulto, com o serviço de publicações avulsas e impressos das Divisões e Serviços.

Programamos então, com aquele Diretor, atuação ampla, visando dotar a Imprensa do material realmente necessário, ao seu perfeito funcionamento, inclusive de máquinas modernas, tipos novos e instrumentos diversos, de maneira que fosse posivel transferir àquela Seção, tôdos os serviços de impressão, pautação e encadernação das diversas repartições do Território, de que resultaria enorme economia aos cofres públicos e presteza nos fornecimentos.

De logo, foi providênciada a aquisição de tipos e instrumento de maior urgência, dentro dos limites orçamentários de que se podia dispor, no momento. No ano em curso, conforme entendimentos que haviamos tido com Vossa Excelência, completaríamos o aparelhamento daquele importante setor da administração, dentro do programa adredemente traçado, inclusive a ampliação do prédio onde se achava instalado.

A título informativo, transcrevemos, a seguir, o movimento financeiro da Imprensa Oficial, no ano de 1946, pelo qual se verifica a situação lisonjeira que apresentava aquela seção, possibilitando mesmo, logo que se achasse devidamente aparelhada, regular fonte de renda para os cofres públicos, cobrindo tôdas as próprias despesas com pessoal e material. É de ver-se que os serviços realizados para as diversas repartições e a publicação do Diário Oficial, são aí computados como **valor estimativo**, apenas para a estatística interna, — sem que houvesse, na realidade, movimentação de numerário".

BALANÇO RELATIVO DO ANO DE 1946

VALOR ESTIMATIVO DOS SERVIÇOS DE OBRAS, CLASSIFICADOS POR REPARTIÇÕES

	Cr$
Serviço de Administração Geral	4.668,60
Palácio do Govêrno	1.705,00
Divisão de Educação	1.270,00
Divisão de Saúde	526,00
Divisão de Segurança e Guarda	5.029,00
Curso Normal Regional	649,00
Prefeitura Municipal	386,00
Serviço de Geogr. e Estatística	1.000,00
Seção de Terras e Colonização	3.840,00
Legião Brasileira	30,00
Serviço eleitoral	1.155,50
Hospital Sta. Izabel	1.640,00
Aéreo Clube	260,00
Clube Gremio Luz e Recreio	400,00
Soma	22.559,10

VALOR ESTIMATIVO DA PUBLICIDADE

	Cr$	Cr$	Cr$
Janeiro	25.200,00		
Fevereiro	24.000,00		
Março	25.200,00		
Abril	15.400,00		
Maio	12.000,00		
Junho	15.100,00		
Julho	13.200,00		
Agosto	20.400,00		
Setembro	13.200,00		
Outubro	12.000,00		
Soma		175.700,00	

RENDA LIQUIDA RECOLHIDA À TESOURARIA DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

	Cr$	Cr$	Cr$
Janeiro	570,00		
Fevereiro	250,00		
Março	1.267,00		
Maio	2.000,00		
Setembro	375,00		
Outubro	3.898,50		
Soma		8.360,50	
Soma Total			206.619,60

DESPESAS MENSAIS

	Cr$	Cr$	Cr$
Janeiro	20.478,00		
Fevereiro	19.931,70		
Março	20.298,00		
Abril	15.756,00		
Maio	17.132,00		
Junho	14.574,20		
Julho	12.387,30		
Agosto	11.601,70		
Setembro	11.641,00		
Outubro	14.559,70		
Soma			158.359,60
Saldo			48.260,00

DESPESA DA BIBLIOTECA

"MACHADO DE ASSIS"	411,00
Saldo	47.849,00

Os Municípios do Território — Outro aspecto interessante do Relatório a que vimos nos reportando é o relativo aos municípios, assunto palpitante e que reclama, não há negar, estudo meticuloso, sobretudo quanto ao regime tribu-

tário, para que tenha solução a mais indicada em face da precária situação em que se encontram. Vejamos como se manifesta o Secretário Geral, a êste respeito:

"Unidade básica da formação político-administrativa do País, o município representa papel importante na vida nacional, como unidade-celular mínima, partícula do todo, mas reunindo em si os mesmos elementos indispensáveis ao bem estar da coletividade, formadores da nacionalidade, sobretudo quando harmônicos entre si: os poderes executivo, legislativo e judiciário, alicerce que se constituem do regime democrático, único compativel com a formação cristã do nosso povo e sob o qual os povos livres poderão pensar e agir com liberdade de ação, em ambiente de paz e harmonia, num mundo livre.

A organização municipal no Território de Ponta Porã não fugia à regra comum, nos últimos 9 anos, ao resto do País, isto é, o poder executivo emanado diretamente do Governador, por simples ato de nomeação do prefeito que, entre outras faculdades, tinha e tem ainda a de legislar, de acôrdo com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1939 e artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 5.839, de 21 de setembro de 1943, sendo interessante notar que, em virtude do estabelecido no n.º II do referido artigo, era facultado aos prefeitos a expedição de decretos-leis, o que não acontecia com os governadores dos Territórios, que apenas podiam baixar decretos, como se infere do artigo 4.º, n.º VII, do mesmo decreto-lei acima citado.

O Território de Ponta Porã, pelo Decreto-Lei n.º 6.549, de 31 de maio de 1944, ficou dividido em sete municípios com as denominações de Pôrto Murtinho, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Miranda, Nioaque e Maracajú. O primeiro constituido da área de que realmente era formado ao tempo de Mato Grosso e mais uma parte do município de Corumbá; os três seguintes, com as mesmas áreas dos municípios de igual nome, que pertenciam ao citado Estado, e os três últimos, formados por partes dos municípios com o mesmo nome, quando administração matogrossense.

As condições geográficas nessas unidades, variam muitíssimo e, com elas, o clima e a salubridade. Os municípios situados no planalto constituido pelas serras de Amambaí e Maracajú, oferecem clima ameno e solo de ordinário muito mais fértil que certas regiões da baixada, predominando, na cobertura vegetal a erva-mate, — **ilex-paraguaiensis**, cujo extrativismo ainda é a principal fonte de renda da região.

Na zona da baixada, às margens dos rios, o solo, embora não se apresente homogêneo e humífero, sofre modificações periódicas, especialmente na parte alagadiça — o célebre pantanal enriquecendo-se, em face da sedimentação carreada pelas águas — verdadeira colmatage — com excelente camada de terra fertilíssima, rica sobretudo em matéria orgânica, o que possibilita verdejantes passagens, onde a pecuária se desenvolve promissora.

Na região de maiores cotas, sobretudo no Município de Maracajú, a pecuária representa fator básico na economia regional e se apresenta sob métodos zootécnicos, senão satisfatória, pelo menos não tanto rotineira como se verifica na zona do pantanal.

No Município de Ponta Porã, embora com pastagens naturais muito inferiores às da baixada, nota-se, por parte de alguns fazendeiros, superior visão na indústria pastoril, com o combate sistemático à rotina, emprêgo dos métodos mais modernos em zootécnia, já preparando invernadas, estábulos, ambiente criatório, enfim, já melhorando os rebanhos por meio do cruzamento, com reprodutores escolhidos para a função econômica apropriada ao mercado mais vantajoso.

Em Bela Vista, a criação de equinos toma vulto e não são poucos os animais alí escolhidos pelo nosso Exército, para os Regimentos de Cavalaria sediados em Ponta Porã e naquela cidade.

Em rigor, as possibilidades econômicas de cada município estão bem distribuidas e dentre elas, na região de Dourados, sobretudo, a agricultura será a báse sólida sôbre que se edificará o progresso daquele rico pedaço de nosso País.

A respeito da riqueza mineral, pouco se póde falar, de vez que não houve, ainda, até a presente data, estudo geológico bem orientado e sob bases técnicas.

Os estados do sub-sólo são por demais complexos e aquí e alí, de uma região para outra, precisam, às vêzes, de mudança na orientação. Além disso, os fatores primordiais para a indústria mineral — a densidade demográfica e a facilidade de transporte — ainda não se recomendam vantajosos, na região. O transporte, principalmente, ainda é uma incógnita em nosso País, quanto mais no extremo Oeste matogrossense, onde tudo espera a ação do Govêrno.

Há, em certas regiões, principalmente nos municípios de Bela Vista e Miranda, afloramentos de calcáreo, já em franco aproveitamento. O diamante ocorre em rios cujo leito ou cabeceiras, se encontram em conglomeradas do cambriano ou em solo aluvionar, nas baixadas, por sedimentação. Por certo, em se tratando da exploração do subsolo, muita surpresa aguardará ao mineralogista e ao geólogo, a analisar aquela zona, tão logo possa o Ministério da Agricultura levar a bom têrmo os estudos indispensáveis, pela sua Divisão da Produção Mineral, em todo o Brasil.

As Prefeituras que constituiam o Território, apesar das possibilidades de que dispõem, sobretudo as de maior área, não teem tido o progresso que realmente era de desejar, na proporção de seus recursos naturais. As rendas são mínimas e nenhuma delas alcançou, em sua receita anual, cifra superior a Cr$ 400.000,00, como facilmente se depreende do Quadro que se segue:

TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ

SECRETARÍA GERAL

Quadro demonstrativo da situação demográfica, territorial e econômica dos sete municípios que constituiam o Território

PONTA PORÃ

Área (em quilometros)	24.581
População	36.200
Pecuária:	
Bovinos	116.000
Equinos	50.000
Suinos	20.500
Ovinos	3.900
Caprinos	1.000

Agricultura:	
Erva mate	Sim
Cana de açucar	Sim
Cereais	Sim
Mandioca	Sim
Leguminosas	——
Quebracho	——
RENDA EM 1946	350.000,00

A erva é a sua principal renda.

DOURADOS

Área (em quilometros)	20.246
População	22.100
Pecuária:	
Bovinos	21.000
Equinos	1.900
Suinos	14.200
Ovinos	2.000
Caprinos	850
Agricultura:	
Erva mate	Sim
Cana de açucar	Sim
Cereais	Sim
Mandioca	Sim
Leguminosas	Sim
Quebracho	——
RENDA EM 1946	106.000,00

Inclusive o trigo, que oferece ótimas possibilidades. Produz ainda regular quantidade de herva mate.

BELA VISTA

Área (em quilometros)	11.437
População	16.270
Pecuária:	
Bovinos	160.000
Equinos	120.000
Suinos	7.700
Ovinos	20.500
Caprinos	1.800
Agricultura:	
Erva mate	——
Cana de açucar	Sim
Cereais	Sim
Mandioca	Sim
Leguminosas	——
Quebracho	——
RENDA EM 1946	252.300,00

Grande criação de equinos e ovinos

PORTO MURTINHO

Área (em quilometros)	17.512
População	8.060
Pecuária:	
Bovinos	75.000
Equinos	5.000
Suinos	8.100
Ovinos	14.000
Caprinos	2.700
Agricultura:	
Erva mate	——
Cana de açucar	——
Cereais	Sim
Mandioca	Sim
Leguminosas	——
Quebracho	Sim
RENDA EM 1946	124.845,20

O quebracho é a sua principal fonte de renda.

MIRANDA

Área (em quilometros)	24.252
População	12.750
Pecuária:	
Bovinos	80.000
Equinos	5.000
Suinos	9.800
Ovinos	16.000
Caprinos	3.500
Agricultura:	
Erva mate	——
Cana de açucar	Sim
Cereais	Sim
Mandioca	Sim
Leguminosas	Sim
Quebracho	——
RENDA EM 1946	222.700,00

Possue uma Usina de açucar com capacidade para atingir a 12.000 sacos.

NIOAQUE

Área (em quilometros)	4.771
População	5.050
Pecuária:	
Bovinos	55.000
Equinos	4.700
Suinos	3.900
Ovinos	2.400
Caprinos	450
Agricultura:	
Erva mate	——
Cana de açucar	——
Cereais	Sim
Mandioca	Sim
Leguminosas	Sim
Quebracho	——
RENDA EM 1946	81.000,00

A pecuária tem regular desenvolvimento, com relação à área.

MARACAJÚ

Área (em quilometros)	6.083
População	6.750
Pecuária:	
Bovinos	250.000
Equinos	110.000
Suinos	10.200
Ovinos	1.500
Caprinos	600

O GOVERNADOR REUNE, EM PONTA PORÃ, TODOS OS PREFEITOS PARA ELABORAÇÃO E DISCUSSÃO DOS CÓDICOS TRIBUTÁRIOS DAS MUNICIPALIDADES DO TERRITÓRIO.

Agricultura:	
Erva mate	Sim
Cana de açucar	Sim
Cereais	Sim
Mandioca	Sim
Leguminosas	——
Quebracho	——
RENDA EM 1946	126.615,40

A erva, é produzida em pequena quantidade. Exporta anualmente, perto de 40.000 bois.

SOMA

Área (em quilometros)	108.882
População	107.180
Pecuária:	
Bovinos	757.000
Equinos	296.600
Suinos	74.400
Ovinos	60.300
Caprinos	10.900
RENDA EM 1946	1.263.460,60

Notamos, todavia, como fator predominante de tão pequena arrecadação, o arcaico sistema tributário, sem qualquer evolução durante duas décadas, havendo incidências reduzidas em certas fontes de produção, outras mesmo sem qualquer taxação municipal, como a extração da erva, por exemplo, e a indústria pastoril.

Visando ampliar as possibilidades econômicas dos municípios, foi convocada, por Vossa Excelência, uma reunião de tôdos os prefeitos, em Ponta Porã, realizada durante os dias 20 a 22 do mês de maio do ano findo e na qual foi amplamente debatido o assunto, organizando-se o código Tributário do munícipio de Ponta Porã, nos moldes da legislação federal então vigente, o qual, uma vez aprovado pela Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, para onde fôra enviado, serviria de modelo à confecção os estatutos de meios das demais municipalidades.

Em face do que estabelece a atual Constituição Brasileira, voltam os municípios à situação de destaque, como células que são da vida nacional e as suas rendas, por certo, serão ampliadas de muito, possibilitando realizações em prol do bem público, do povo que alí tudo espera, porque pouco ou nada tem aurido de benefícios do Govêrno municipal. E, no entanto, diga-se a verdade, os prefeitos, em sua quase totalidade, são diligentes, probos, bem intencionados; presos à rotina, entretanto, porque jungidos às verbas reduzidíssimas que mal bastam ao pagamento do funcionalismo e à limpeza de ruas das sédes municipais. Esta, a verdade. Encontramos sempre, em todos, a melhor e mais leal colaboração e aqui lhes patenteamos os nossos agradecimentos sinceros.

Com o Território, a situação econômica das municipalidades havia melhorado e a tendência era, cada vez mais

para grandes realizações, pois que certos encargos onerosos haviam sido transferidos da órbida administrativa municipal para a administraçbo territorial, dos quais citamos, por principais, o ensino e o saneamento.

. . . . . .

. . . . . .

"No intuito de facilitar o serviço urbano e o transporte interno, nos municípios, foram adquiridos e entregues às Prefeituras, os seguintes veículos:

PREFEITURA DE PORTO MURTINHO: — Caminhão n.º 3, Ford, 6 cilindros, tipo 1942, motor serie 10 T 7006-rodado: aro dianteiro 20 e aro trazeiro 18-valor de aquisição Cr$ 58.000,00. —

PREFEITURA DE BELA VISTA: — Caminhão n.º 5, Ford V8-1945-tipo 158, motor serie 99 T 637505-aro dianteiro 20 e aro trazeiro 18, valor da aquisição Cr$ . . . . . 56.500,00. —

PREFEITURA DE NIOAQUE: — Caminhão n.º 6, Ford V8-1945-tipo 158, motor serie 99 T 637525 rodado: aro dianteiro 20 e aro trazeiro 18, valor da aquisição Cr$ 56.500,00

PREFEITURA DE DOURADOS: — Caminhão n.º 7, Ford V8 tipo 158, motor serie 99 T 647156 rodado: aro dianteiro 20 e aro trazeiro 18 - valor da aquisição Cr$ 56.500,00.

PREFEITURA DE MIRANDA: — Caminhão n.º 9, Ford V8 1945 - tipo 158, motor serie 99 T 637596 rodado: aro dianteiro 20 e aro trazeiro 18 - valor da aquisição Cr$ 56.500,00. —

PREFEITURA DE MARACAJÚ: — Caminhão n.º 15, Ford V8, tipo 158, motor serie 99 T 778583 rodado: aro dianteiro 20 e aro trazeiro 18 - valor da aquisição Cr$ . . . . 55.000,00. —

PREFEITURA DE PONTA PORÃ: — Caminhão n.º 14, Ford V8 - tipo 158, motor serie 99 T 637567 rodado: aro dianteiro 20 e aro trazeiro 18 - valor da aquisição Cr$ . . . . 56.500,00. —

Caminhão n.º 19, Ford, V8 — tipo 158, motor serie 99 T 778618 radado: aro dianteiro 20 e aro trazeiro 18 valor da aquisição Cr$ 55.000,00. —

Com essa providência, prestou o Govêrno colaboração valiosíssima às comunas, tanto mais quanto, à falta de veículos, mesmo particulares, é por demais acentuada na região, não seria possivel, a qaulquer das municipalidades, com a ridícula renda de que dispõe, fazer tão útil aquisição.

Auguramos às Prefeituras, dentro do regime democrático em que novamente estamos vivendo, quando — no horizonte do futuro da Pátria — um novo sol se levanta a lhe vivificar as energias latentes, possam realizar programa mais vasto e bem organizado, sobretudo desenvolvendo o ber estar do povo, para o que mister se torna, a qualquer administrador, equacionar o seu programa, em tres binômios:

O GOVERNADOR EM UMA DE SUAS VISITAS AO INTERIOR. AQUI EM MURTINHO, EM FRENTE AO QUARTEL DA GUARNIÇÃO FEDERAL.

EM MURTINHO, NA SEDE DA FLORESTAL S. A. — VÊ-SE A LOCOMOTIVA QUE FAZIA O SERVIÇO DE TRANSPORTE DO QUEBRADO.

educação e saúde; transporte e produção; segurança e justiça".

B — Serviço de Administração Geral

Na organização administrativa dos Territórios, como órgão centralizador dos encargos diretamente ligados a pessoal, material e finanças, merece especial destaque o Serviço de Administração Geral, cujas atribuições, das mais complexas, foram perfeitamente definidas no artigo 9.º, do Decreto-lei n.º 7.771, de 23 e julho de 1945, que assim dispõe: "O Serviço de Administração Geral tem por finalidade a orientação, execução, fiscalização e coordenação das atividades de administração geral do Govêrno, como tais entendidas as de pessoal, material, elaboração orçamentária, contabilidade, tesouraria, comunicações e documentação".

De como se processou no Território a instalação deste órgão vital para a administração pública e da maneira pela qual lhe foram atribuidos, a pouco e pouco, os encargos determinados no artigo que vimos de citar, esclarece o seu dinâmico Diretor, Dr. João da Silva Ramos, no Relatório que apesentou, do qual, por oportuno, transcrevemos o seguinte tópico:

"Criado o Território Federal de Ponta Porã, em 13 de setembro de 1943, dois anos se pasasram nos quais progressivamente se foram implantando, na administração territorial, métodos de trabalho modernos e adequados à formação de um organismo administrativo capaz de levar avante os empreendimentos, necessários a atender e prover efetivamente às necessidades da sua população de 120.000 habitantes, até então apenas em parte assistida pelas autoridades estaduais. Problemas de colonização, educação e saúde, de viação e obras públicas, de segurança, principalmente no que concerne à segurança pessoal, de urbanismo, de assistência econômica e social ao trabalhador, desafiaram, nesse período de dois anos, a bôa vontade, a eficiência e a capacidade dos responsáveis pela administração territorial, bem como de seus servidores. Ao fim de tal período, por assim dizer experimental, em que as dificuldades foram superadas e em que se instalaram os principais serviços, foi possivel dar uma feição mais nítida à administração do Território e o Decreto-lei n.º 7.771, de 23 de julho de 1945, veio especificar os seus órgãos componentes e fixar-lhes a competência. Nesta oportunidade, seguindo-se os ensinamentos dos mestres da administração pública e aproveitando-se a farta experiência de vários govêrnos es-

trangeiros e do próprio Govêrno Federal, achou-se conveniente, dentro da estrutura administrativa, criar órgãos especialmente destinados às atividades de administração geral, isto é, às atividades meios essenciais à consecução dos serviços de saúde, de educação, de colonização, etc. (atividades fins). Um dêsses órgãos de administração geral, que o Decreto-lei n.º 7.771, instituiu, foi o Serviço de Administração Geral.

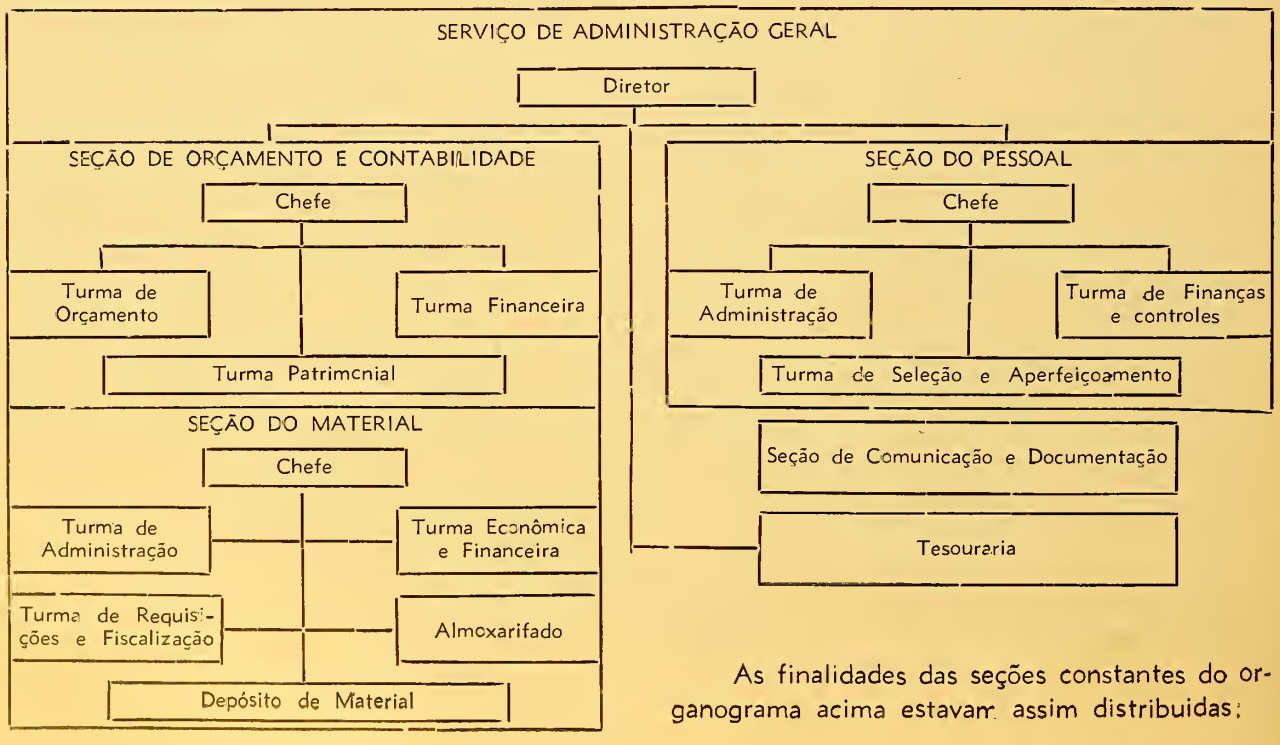
Desta fórma foi possível centralizar e sistematizar atividades comuns aos vários órgãos do Território, às quais, até então eram dispersamente exercidas, em cada um desses, com prejuizo para as suas funções específicas. Cada repartição territorial, além de suas atividades próprias (por exemplo as de educação, saúde, segurança, etc.), ainda cuidava das questões pertinentes ao seu próprio pessoal (processos de nomeação e admissão, promoção, folhas de pagamento etc.) e ao material que consumia (compra, recebimento direto, guarda, controle, estatística). Isto, por um lado, sobrecarregava os órgãos de administração específica e prejudicava o exercício de suas atividades próprias. E, de outro lado, deixando-se a critério de cada um a maneira de realizar os trabalhos de administração geral, êstes não eram levados avante de modo uniforme, nem tão pouco se executavam (porque não entregues aos cuidados de especialistas em administração geral dentro dos preceitos técnicos aconselhados pela moderna ciencia administrativa.

Criado que foi o Serviço de Administração Geral ,esas atividades, até então dispersamente exercidas pelos mais órgãos, se foram nele integrando e se achavam já centralizadas quando foi extinto o Território, em virtude do art. 8.º das disposições transitórias, da Constituição de 18 de setembro de 1946. (Essa integração das atividades do Serviço só se completou em abril de 1946, de forma que apenas a partir desta data, o órgão pasou a ter pleno funcionamento. Assim, muitas das estatísticas adiante apresentadas, exclusivamente abrangem o período maio-setembro deste ano)".

Realmente, impunha-se transferir ao Serviço de Administração os encargos que por lei lhe competiam e dessa providência — levada a efeito de janeiro a abril do ano findo, gradativamente, para que se não verificasse paralização brusca nas atividades administrativas relacionadas a pessoal e material até então subordinadas, na quase totalidade às Divisões e Serviços — só vantagens foram colhidas, metodizando-se o serviço burocrático, condensando-se atividades afins, exercendo-se maior controle nos gastos, elevando-se outrossim, o índice de rendimento dos órgãos que, além de suas atribuições específicas, ainda dispersavam atividades em serviço que lhes não poderia competir por sua própria natureza.

A estruturação interna do Serviço de Administração Geral constaria do respectivo Regimento, cujo projeto já se achava organizado, afim de ser submetido ao exame da Comissão nomeada para êste fim, por decreto de n.º 15, de 24 de dezembro de 1945.

As sub-divisões internas dêsse importante órgão, já se achavam, entretanto, perfeitamente organizadas, como especifica em suas minúcias o Relatório a que estamos nos referindo, sendo oportuno a transcrição do esquema da estruturação do Serviço, o qual particulariza, em linhas gerais, cada uma das sub-divisões e o conjunto do entrosamento de tôdas elas.



As finalidades das seções constantes do organograma acima estavam assim distribuidas:

I — Seção de orçamento e contabilidade

a) — organização da proposta orcamentária
b) — coordenação e fiscalização das verbas
c) — controle da execução do orçamento
d) — controle dos serviços de contabilidade e de escrituração do Território

Pessoal lotado nesta seção:

1 — dactilógrafo
4 — contadores
3 — escriturários
1 — estatístico-auxiliar
2 — oficiais administrativos.

II — Seção do pessoal:

a) — coordenação sistemática de todos os assuntos relacionados a pessoal, inclusive legislação
b) — execução e fiscalização das medidas de carater administrativos, econômico e financeiro, relativas aos servidores do Território
c) — propor tôdas as medidas necessárias à boa marcha do serviço, com relação ao pessoal, inclusive quanto à movimentação nos quadros, organização de listas de promoções, etc.
d) — publicar, anualmente, o almanaque do pessoal.

Pessoal lotado nesta seção

1 — arquivista
1 — contador
1 — dactilógrafo
3 — escriturários
1 — estatístico-auxiliar
2 — oficiais administrativos.

III — Seção do material

a) — organização das concorrências públicas para compra de material
b) — escrituração e organização de fichários
c) — organização do registro de fornecedores-cadastro
d) — fiscalização e controle do material nos depósitos e na aplicação em obras, etc.
e) — organizar e manter em perfeita ordem o inventário, para ser enviado, anualmente, ao Dominio da União.

Pessoal lotado nesta seção:

1 — arquivista
4 — armoxarifes
2 — contadores
1 — dactilógrafo
3 — escriturários
1 — estatístico-auxiliar
1 — oficial administrativo

IV — Seção de documentação

a) — receber, registrar, distribuir, expedir e guardar a correspondência oficial e papeis relativos às atividades do S. A. G.
b) — atender ao público em seus pedidos de informações, bem como orientá-lo no modo de apresentar suas solicitações, sugestões e reclamações.
c) — coligir dados, ordenar, classificar, guardar e conservar, os textos e documentos, obras e estudos referentes aos diversos aspectos do Território, dando à publicidade o que fosse de interesse do público, principalmente.

Pessoal lotado nesta seção

2 — arquivistas
1 — bibliotecário
3 — dactilógrafos
2 — escriturários
1 — estatístico auxiliar.

V — Tesouraria

a) — arrecadação e guarda dos valores pertencentes ao Território
b) — responsabilidade dos valores caucionados
c) — pagamento das despesas devidamente autorizadas
d) — fornecimento de dados à Seção da Contabilidade.

Pessoal lotado na tesouraria:

1 — tesoureiro geral
1 — tesoureiro
2 — tesoureiros auxiliares.

A lotação do pessoal constante das diversas seções do Serviço de Administração Geral fôra feita tão sómente em face do estabelecido pelo Decreto n.º 46, de 12 de julho de 1946, sem terem sido, na realidade, preenchidos todos os claros, não sómente por falta de verba, como também pela dificuldade de pessoal habilitado para tais funções. Gradativamente, seriam realizados concursos, providência já iniciada, aliás com êxito, para o que foram instituidos cursos de preparação de candidatos, orientados por funcionários do Território, objetivando a aquisição de sevidores realmente capazes para o exercício dos encargos que lhes fossem atribuidos. Assim, sem qualquer onus para o Govêrno, funcionou o Curso de Preparação de Candidatos aos concursos de escriturário, auxiliar de escritório, dactilógrafos e sub-inspetor da Divisão de Segurança e Guarda, iniciando-se o seu funcionamento a 6 de maio do ano findo. Sôbre os concursos realizados para preenchimentos dos cargos de carreira e de extranumerários, assim se manifesta o Diretor do S.A. Geral em seu relatório:

"Aprovado que foi o Quadro do Território, pelo Decreto-Lei n.º 9.135, de 5 de abril de 1946, e baixada a tabela numérica de mensalistas, pelo decreto n.º 47, de 19 de junho, tratou-se logo de implantar na administração territorial o sistema do mérito, preenchendo-se os cargos e funções mediante a prestação de concursos de titulos e provas.

Assim, baixaram-se as instruções para a realização de dievrsos dêles e abriram-se as inscrições. Foi boa a afluência de candidatos e os resultados obtidos, em parte devidos à orientação seguida, de instalar cursos de preparação, vieram confirmar uma vez mais a superioridade do provimento mediante o exame de capacidade.

Naturalmente, abriram-se desde logo as inscrições para concursos e provas destinados ao provimento dos cargos em que a falta de servidores se fazia mais sentida e pretendia-se, de futuro, abrir inscrições para outros. Agrônomo fitotecnista, escriturário, sub-inspetor, dactilógrafo, almoxarife, e auxiliares de escritório, eis o de que se cogitou no início. Destes concursos três chegaram a realizar-se (Agrônomo-fitotecnista, escriturário e sub-inspetor) e outros três já se achavam com as inscrições encerradas e em andamento, quando a extinção do Território paralizou a movimentação dos mesmos. No quadro a seguir se apresentam os principais dados pertinentes aos concursos realizados e em realização":

CONCURSOS E PROVAS DE HABITAÇÃO

Concurso e provas	Espécie	N.º de inscritos	Data da realização	Data de homologação	N.º de aprovados	N.º de Nomeados
Agrônômo Fitotécnista	Títulos	1	23-5-46	24-5-46	1	1
Escriturário	Provas	34	17 e 18-6-46	26-6-46	26	19
Sub-Inspetor	Provas	22	15-7-46	17-7-46	13	13
Dactilógrafo	Provas	12	—	—	—	—
Almoxarife	Provas	13	—	—	—	—
Auxiliar de Escritório	Provas	16	—	—	—	—

As licenças e justificativas de faltas do pessoal, por motivo de moléstia, só eram concedidas aos servidores depois de devidamente procedido o exame de saúde, na Diretoria respectiva, correndo o processamento na seção de pessoal do S. A. Geral, onde eram feitas as anotações nos assentamentos individuais.

A ficha financeira de cada funcionário era devidamente anotada de acôrdo com o Boletim de frequência, enviado obrigatoriamente pelo órgão onde estivesse lotado, possibilitando perfeito controle e servindo, igualmente, para o registro na ficha de merecimento, indispensável ao critério das promoções.

O entrosamento das seções que compreendiam o Serviço de Administração Geral, era feito por intermédio da Secretaria daquele órgão, que funcionava diretamente ligada ao respectivo Diretor.

O Diretor do Serviço de Administração Geral, ao particularizar em seu bem elaborado Re-

latório, a marcha dos serviços que superintendia pelas diversas seções, assim se manifesta:

"Mantém a Secção do Pessoal um fichário (em livros classificadores) que contém as "Fichas de Assentamentos Individuáis," nos moldes das pastas de assentamentos usadas no serviço público federal. Quando a Seção do Pessoal se instalou, em maio, as repartições do Território não tinham êsse serviço, ou pelo menos não tinham atualizados, exceto a Divisão de Educação. Foi necessário fazer um completo levantamento, tanto mais trabalhoso quanto numerosos eram os elementos necessários em relação a cada servidor. Ao fina', cerca de 800 folhas de assentamentos individuais foram elaboradas e, no momento, acha-se devidamente cadastrado todo o pessoal do Território.

A Seção do Pessoal há muito encomendara à Imprensa Nacional as pastas de assentamentos Individuais, mas, atrazendo-se o fornecimento, foram mimeografados os modelos. Claro que havia intuito de, posteriormente, transcrevê-los para as pastas impressas, o que se não fará, naturalmente, em face da extinção do Território.

Além das fichas de assentamentos individuais, a Seção do Pessoal mantém para cada servidor o "Boletim de Frequência". Êste é individual e contém colunas apropriadas para que se anotem, de janeiro a dezembro; as faltas (abonadas, justificadas e injustificadas), as licenças e os dias de efetivo exercício em cada mês. Além disso, há um espaço apropriado para observações. Cerca de oitocentas fichas foram preparadas e são permanentemente atualizadas.

Finalmente, para cada funcionário, é usada uma "Ficha Financeira" em que, além da caracterização do servidor, existem, para lançamentos durante um ano, espaços destinados a tôdas as vantagens (vencimento, diárias, serviço extraordinário), descontos, comissões, consignações em folha, etc. Como as fichas de assentamentos individuais e como os boletins de frequência, também são cerca de oitocentas as fichas financeiras, que mensalmente se atualizam.

DEMONSTRAÇÃO DO TOTAL DE FOLHAS DE PAGAMENTO CONFECIONADAS PELA SECÇÃO DO PESSOAL, NO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 1946

JANEIRO

Mensalistas	21
Diaristas	6
Diárias fora da sede	—
Ajuda de custo	—
Gratificação	—
Auxílio para diferença de caixa	1
Serviços extraordinários	—
Total	19

FEVEREIRO

Mensalistas	10
Diaristas	9
Diárias fora da sede	—
Ajuda de custo	—
Auxílio para diferença de caixa	1
Serviços extraordinários	—
Gratificação	—
Total	20

MARÇO

Mensalistas	13
Diaristas	11
Diárias fora da sede	1
Ajuda de custo	1
Auxílio para diferença de caixa	1
Serviços extraordinários	—
Gratificação	—
Total	27

ABRIL

Mensalistas	30
Diaristas	12
Diárias fora da sede	3
Gratificação	1
Gratificação	1
Auxílio para diferença de caixa	1
Serviços extraordinários	—
Total	48

MAIO

Mensalistas	21
Diaristas	15
Diárias fora da sede	5
Ajuda de custo	1
Gratificação	2
Auxílio para diferença de caixa	1
Serviços extraordinários	1
Total	46

JUNHO

Mensalistas	23
Diaristas	16
Diárias fora da sede	6
Ajuda de custo	—
Gratificação	2
Auxílio para diferença de caixa	1
Serviços extraordinários	—
Total	48

JULHO

Mensalistas	22
Diaristas	16
Diárias fora da sede	—
Ajuda de custo	—
Gratificação	3
Auxílio para diferença de caixa	1
Serviços extraordinários	1
Total	43

ACOSTO

Mensalistas	19
Diaristas	13
Ajuda de custo	—
Gratificação	1
Auxílio para diferença de caixa	1
Diárias fora da sede	1
Serviços extraordinários	—
Diárias fora da sede	1
Total	35

SETEMBRO

Mensalistas	13
Diaristas	15
Diárias fora da sede	4
Ajuda de custo	—
Gratificação	1
Auxílio para diferença de caixa	1
Serviço extraordinário	—
Total	34

OUTUBRO

Mensalistas	23
Diaristas	19
Diárias fora da sede	10
Ajuda de custo	1
Gratificação	3
Auxílio para diferença de caixa	1
Serviços extraordinários	1
Total	58

NOVEMBRO

Mensalistas	18
Diaristas	23
Diárias fora da sede	10
Ajuda de custo	3
Gratificação	3
Auxílio para diferença de caixa	1
Serviços extraordinários	—
Total	58

DEZEMBRO

Mensalistas	15
Diaristas	7
Diárias fora da sede	8
Ajuda de custo	—
Gratificação	1
Auxílio para diferença de caixa	1
Serviços extraordinários	1
Total	33
Total Geral	149
Total de fôlhas confeccionadas (quatrocentos e sessenta e nove)	469

Êste quadro, desdobrando-se em cifras, quanto às despesas com pessoal no ano findo, apresenta-se bastante elucidativo, razão por que o faremos transcrever, na página a seguir. É mister deixar aqui bem claro que, em face do aumento de vencimentos de todos os servidores da União, concedido pelo Decreto-Lei n.º 8.512, de 31 de dezembro de 1945, a depesa com pessoal quase que duplicou, embora não estivesse lotado o Quadro de Servidores, aprovado pelo Govêrno da União, pelo Decreto-Lei n.º 9.135, de 5 de abril de 1946.

Na confecção do quadro em aprêço, observou-se o máximo rigor quanto às necessidades do serviço, dentro dos limites das possibilidades financeiras do Govêrno, levando-se em conta, ainda, o padrão de vida da região, as especializações profisisonais indispensáveis ao desenvolvimento das atividades administrativas em tôdos os setores e, ademais, a situação geográfica especialíssima da sede da administração, juntamente na linha de fronteira.

Sôbre a organização dos mapas de controle financeiro das despesas relacionadas ao pessoal, esclarece o Diretor do S. A. G.:

"Em ficha feita originariamente para a Seção de Orçamento e Contabilidade, mas também usada pela Seção do Pessoal, são lançados, um a um, os gastos com o pagamento do pessoal, baseando-se êsses lançamentos nas folhas de pagamento preparadas pela Seção. Deduzidas essas despesas do crédito total de pessoal, é possivel assinalar, após cada lançamento, o saldo total disponível. Além das colunas próprias para o crédito total, valor das despesas e valor dos saldos, ainda contém a ficha coluna para a data do lançamento histórico (espécie da despesa feita, número, data do empenho e duas outras colunas não usadas pela Seção do Pessoal.

Além desta ficha geral correspondente a toda a verba, fazem-se fichas isoladas por repartições, nas quais se vai

lançando cada um dos gastos da repartição, numa coluna, e os totais acumulados dêsses gastos, noutra coluna (a ficha impressa é a mesma), usando-se, porém, menos colunas)".

DEMONSTRAÇÃO DAS DESPESAS REALIZADAS PELA VERBA 1 — PESSOAL — DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1946

MESES

ESPÉCIE E REPARTIÇÃO

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

VENCIMENTOS

Janeiro	44.410,00
Fevereiro	45.846,00
Março	49.563,80
Abril	46.026,60
Maio	49.150,00
Junho	47.319,10
Julho	47.186,70
Agôsto	49.292,30
Setembro	45.213,50
Outubro	48.322,40
Novembro	49.196,00
Dezembro	36.960,80
Total Geral	558.487,20

AJUDA DE CUSTO

Janeiro	5.250,00
Fevereiro	—
Maio	—
Abril	600,00
Maio	—
Junho	—
Julho	—
Agôsto	—
Setembro	—
Outubro	—
Novembro	—
Dezembro	27.700,00
Total Geral	53.350,00

DIÁRIAS

Janeiro	3.000,00
Fevereiro	1.410,00
Março	—
Abril	75,00
Maio	—
Junho	—
Julho	—
Agôsto	—
Setembro	2.675,00
Outubro	—
Novembro	—
Dezembro	2.360,00
Total Geral	9.520,00

SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

Janeiro	—
Fevereiro	—
Março	—
Abril	1.773,30
Maio	—
Junho	—
Julho	3.008,70
Agôsto	—
Setembro	—
Outubro	—
Novembro	—
Dezembro	6.876,80
Total Geral	11.658,80

AUXÍLIOS PARA DIFERENÇA DE CAIXA

Janeiro	100,00
Fevereiro	100,00
Março	100,00
Abril	100,00
Maio	100,00
Junho	100,00
Julho	100,00
Agôsto	100,00
Setembro	100,00
Outubro	75,00
Novembro	100,00
Dezembro	100,00
Total Geral	1.175,00

SOMA

Janeiro	52.760,00
Fevereiro	47.356,00
Março	49.663,80
Abril	48.574,90
Maio	49.250,00
Junho	47.419,10
Julho	50.295,40
Agôsto	49.392,30
Setembro	47.988,50
Outubro	48.397,40
Novembro	49.296,00
Dezembro	73.997,60
Total Geral	614.391,00

SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

VENCIMENTOS

Janeiro	8.090,20
Fevereiro	9.430,20
Março	9.432,00
Abril	9.500,00
Maio	9.427,30
Junho	9.500,00
Julho	8.534,90
Agôsto	8.988,50

Setembro	8.983,30
Outubro	8.732,50
Novembro	8.150,00
Dezembro	3.545,00
Total Geral	107.383,90

AJUDA DE CUSTO

Janeiro	—
Fevereiro	—
Março	—
Abril	—
Maio	—
Junho	—
Julho	—
Agôsto	—
Setembro	—
Outubro	—
Novembro	—
Dezembro	5.250,00
Total Geral	5.250,00

DIÁRIAS

Janeiro	300,00
Fevereiro	—
Março	—
Abril	—
Maio	—
Junho	—
Julho	—
Agôsto	—
Setembro	—
Outubro	—
Novembro	—
Dezembro	—
Total Geral	300,00

SOMA

Janeiro	8.390,20
Fevereiro	9.430,20
Março	9.432,00
Abril	9.500,00
Maio	9.427,30
Junho	9.500,00
Julho	8.354,90
Agôsto	8.988,50
Setembro	8.983,30
Outubro	8.732,50
Novembro	8.150,00
Dezembro	8.795,00
Total Geral	107.683,90

DIVISÃO DE SAÚDE

VENCIMENTOS

Janeiro	77.626,00
Fevereiro	76.258,00
Março	79.360,00
Abril	90.049,80
Maio	87.735,10
Junho	88.493,10
Julho	84.931,30
Agôsto	87.841,70
Setembro	82.794,20
Outubro	86.279,00
Novembro	84.250,00
Dezembro	61.563,00
Total Geral	987.181,20

DIÁRIAS

Janeiro	2.811,00
Fevereiro	—
Março	—
Abril	—
Maio	—
Julho	—
Julho	—
Agôsto	—
Setembro	1.680,00
Outubro	—
Novembro	—
Dezembro	5.250,00
Total Geral	9.741,00

SERVIÇOS PRESTADOS

Janeiro	—
Fevereiro	—
Março	677,40
Abril	750,00
Maio	750,00
Junho	—
Julho	—
Agôsto	—
Setembro	—
Outubro	796,00
Novembro	297,00
Dezembro	—
Total Geral	3.270,40

SOMA

Janeiro	80.437,00
Fevereiro	76.258,00
Março	80.037,40
Abril	90.799,80
Maio	88.485,10
Junho	88.493,10
Julho	84.931,30
Agôsto	87.841,70
Setembro	84.474,20
Outubro	87.075,00
Novembro	84.547,00
Dezembro	66.813,00
Total Geral	1.000.192,60

DIVISÃO DE OBRAS

VENCIMENTOS

Janeiro	—
Fevereiro	780,00
Março	2.900,00
Abril	4.565,00
Maio	7.266,00
Junho	11.809,90
Julho	9.000,00
Agôsto	12.378,90
Setembro	12.343,10
Outubro	12.792,90
Novembro	11.897,90
Dezembro	11.700,00
Total Geral	97.433,70

SOMA

Janeiro	—
Fevereiro	780,00
Março	2.900,00
Abril	4.565,00
Maio	7.266,00
Junho	11.809,90
Julho	9.000,00
Agôsto	12.378,90
Setembro	12.343,10
Outubro	12.792,90
Novembro	11.897,90
Dezembro	11.700,00
Total Geral	97.433,70

DIVISÃO DE PROD. TER. COL.

VENCIMENTOS

Janeiro	46.482,50
Fevereiro	37.173,50
Março	50.469,60
Abril	48.786,50
Maio	56.395,90
Junho	52.148,10
Julho	45.691,60
Agôsto	39.163,60
Setembro	38.105,00
Outubro	30.074,20
Novembro	25.141,60
Dezembro	8.572,40
Total Geral	478.204,50

DIÁRIAS

Janeiro	100,00
Fevereiro	440,00
Março	245,00
Abril	72,00
Maio	325,00
Junho	—
Julho	—
Agôsto	325,00
Setembro	—
Outubro	1.560,00
Novembro	—
Dezembro	—
Total Geral	3.067,00

SERVIÇOS PRESTADOS

Janeiro	—
Fevereiro	—
Março	4.500,00
Abril	4.500,00
Maio	—
Junho	—
Julho	—
Agôsto	—
Setembro	—
Outubro	—
Novembro	—
Dezembro	—
Total Geral	9.000,00

SOMA

Janeiro	46.582,50
Fevereiro	37.613,50
Março	55.214,60
Abril	53.358,50
Maio	56.720,90
Janeiro	52.148,10
Julho	45.691,60
Setembro	38.105,00
Agôsto	39.488,60
Outubro	31.634,20
Novembro	25.141,60
Dezembro	8.572,40
Total Geral	490.271,50

DIVISÃO DE SEGURANÇA E GUARDA

VENCIMENTOS

Janeiro	450.900,00
Fevereiro	446.182,60
Março	438.381,70
Abril	492.393,30
Maio	447.090,00
Junho	358.607,50
Julho	359.417,70
Agôsto	364.558,90
Setembro	370.441,60
Outubro	367.484,00
Novembro	358.400,00
Dezembro	319.860,90
Total Geral	4.773.718,20

AJUDA DE CUSTO

Janeiro	—
Fevereiro	—
Março	—
Abril	—
Maio	1.500,00
Junho	—
Julho	—
Agôsto	—
Setembro	—
Outubro	7.800,00
Novembro	—
Dezembro	—
Total Geral	9.300,00

DIÁRIAS

Janeiro	180,00
Fevereiro	180,00
Março	275,00
Abril	120,00
Maio	—
Junho	1.020,00
Julho	—
Agôsto	—
Setembro	4.080,00
Outubro	6.415,00
Novembro	3.855,00
Dezembro	17.380,00

SERVIÇOS PRESTADOS

Janeiro	500,00
Fevereiro	1.625,00
Março	—
Abril	—
Maio	—
Junho	—
Julho	—
Agôsto	—
Setembro	—
Outubro	—
Novembro	6.000,00
Dezembro	—
Total Geral	8.125,00

GRATIFICAÇÃO

Janeiro	—
Fevereiro	—
Março	—
Abril	—
Maio	2.100,00
Junho	1.350,00
Julho	1.350,00
Agôsto	1.350,00
Setembro	1.350,00
Outubro	1.350,00
Novembro	1.350,00
Dezembro	1.350,00
Total Geral	11.550,00

SOMA

Janeiro	451.580,00
Fevereiro	447.987,60
Março	438.656,70
Abril	492.513,30
Maio	450.690,00
Junho	360.977,50
Julho	360.767,70
Agôsto	365.908,90
Setembro	375.871,60
Outubro	383.049,00
Novembro	369.605,00
Dezembro	322.465,90
Total Geral	4.820.073,20

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

VENCIMENTOS

Janeiro	181.287,90
Fevereiro	180.838,60
Março	186.608,40
Abril	185.086,40
Maio	188.890,90
Junho	195.953,20
Julho	164.927,80
Agôsto	154.019,10
Setembro	157.145,70
Outubro	164.275,00
Novembro	152.113,60
Dezembro	131.724,70
Total Geral	2.042.871,30

DIÁRIAS

Janeiro	480,00
Fevereiro	—
Março	—
Abril	—
Maio	—
Junho	—
Julho	—
Agôsto	11.080,00
Setembro	—
Outubro	1.100,00
Novembro	3.440,00
Dezembro	14.624,00
Total Geral	30.724,00

GRATIFICAÇÃO

Janeiro	—
Fevereiro	150,00
Março	300,00
Abril	300,00
Maio	1.350,00
Junho	1.200,00
Julho	1.550,00
Agôsto	1.550,00

Setembro	1.550,00
Outubro	4.700,00
Novembro	7.100,00
Dezembro	3.200,00
Total Geral	22.950,00

SOMA

Janeiro	181.767,90
Fevereiro	180.988,60
Março	186.908,40
Abril	185.386,40
Maio	190.240,90
Junho	197.153,20
Julho	166.477,80
Agôsto	166.649,10
Setembro	158.695,70
Outubro	170.075,00
Novembro	162.653,60
Dezembro	149.548,70
Total Geral	2.096.545,30

SECRETARIA GERAL

VENCIMENTOS

Janeiro	32.100,00
Fevereiro	32.843,40
Março	33.680,70
Abril	32.983,70
Maio	32.655,80
Junho	34.289,80
Julho	35.450,00
Agôsto	34.304,90
Setembro	34.455,20
Outubro	34.191,00
Novembro	24.206,60
Dezembro	21.875,00
Total Geral	383.036,10

DIÁRIAS

Janeiro	1.465,00
Fevereiro	—
Março	1.480,00
Abril	2.240,00
Maio	—
Junho	—
Julho	—
Agôsto	—
Setembro	1.400,00
Outubro	—
Novembro	720,00
Dezembro	—
Total Geral	7.305,00

SERVIÇOS PRESTADOS

Janeiro	1.300,00
Fevereiro	3.600,00
Março	3.450,00
Abril	—
Maio	—
Junho	—
Julho	—
Agôsto	514,00
Setembro	—
Outubro	323,30
Novembro	—
Dezembro	1.258,00
Total Geral	10.445,30

AJUDA DE CUSTO

Janeiro	—
Fevereiro	—
Março	—
Abril	6.750,00
Maio	—
Junho	—
Julho	—
Agôsto	—
Setembro	—
Outubro	—
Novembro	—
Dezembro	—
Tital Geral	6.750,00

SOMA

Janeiro	34.865,00
Fevereiro	36.443,40
Março	38.610,70
Abril	41.973,70
Maio	32.655,80
Junho	34.289,80
Julho	35.450,00
Agôsto	34.818,90
Setembro	35.855,20
Outubro	34.514,30
Novembro	24.926,60
Dezembro	23.133,00
Total Geral	407.536,40

GABINETE DO GOVERNADOR

VENCIMENTOS

Janeiro	10.000,00
Fevereiro	15.000,00
Março	15.750,00
Abril	15.750,00
Maio	16.750,00
Junho	16.750,00
Julho	15.032,20
Agôsto	15.697,30
Setembro	14.543,70
Outubro	14.188,80
Novembro	14.612,10
Dezembro	13.645,00
Total Geral	177.719,10

DIÁRIAS

Janeiro	—
Fevereiro	—
Março	—
Abril	—
Maio	—
Junho	—
Julho	—
Agôsto	—
Setembro	4.080,00
Outubro	—
Novembro	—
Dezembro	—
Total Geral	4.080,00

AJUDA DE CUSTO

Janeiro	9.500,00
Fevereiro	5.000,00
Março	1.500,00
Abril	1.500,00
Maio	1.000,00
Junho	1.000,00
Julho	1.500,00
Agôsto	850,00
Setembro	2.350,00
Outubro	3.000,00
Novembro	7.800,00
Dezembro	800,00
Total Geral	35.800,00

SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

Janeiro	408,00
Fevereiro	—
Março	—
Abril	—
Maio	—
Junho	—
Julho	—
Agôsto	—
Setembro	—
Outubro	—
Novembro	—
Dezembro	—
Total Geral	408,00

SOMA

Janeiro	19.908,00
Fevereiro	20.000,00
Março	17.250,00
Abril	17.250,00
Maio	17.750,00
Junho	17.750,00
Julho	16.532,20
Agôsto	16.547,30
Setembro	20.973,70
Outubro	17.188,80
Novembro	22.412,10
Total Geral	218.007,10

PESSOAL DE MT. A DISPOSIÇÃO DO TERRITORIO

VENCIMENTOS

Janeiro	10.400,00
Fevereiro	10.400,00
Março	10.400,00
Abril	4.655.00
Maio	3.000,00
Junho	3.000,00
Julho	3.000,00
Agôsto	3.000,00
Setembro	3.000,00
Outubro	3.000,00
Novembro	3.000,00
Dezembro	1.936,00
Total Geral	58.801,00

DIÁRIAS

Janeiro	88,00
Fevereiro	—
Março	—
Abril	486,50
Maio	—
Junho	—
Julho	—
Agôsto	—
Setembro	—
Outubro	—
Novembro	—
Dezembro	—
Total Geral	574,50

SOMA

Janeiro	10.488,00
Fevereiro	10.400,00
Março	10.400,00
Abril	5.151,50
Maio	3.000,00
Junho	3.000,00
Julho	3.000,00
Agôsto	3.000,00
Setembro	3.000,00
Outubro	3.000,00
Novembro	3.000,00
Dezembro	1.936,00
Total Geral	59.375,50

TOTAL POR MÊS

Janeiro	886.778,60
Fevereiro	867,257,30
Março	889.073,60
Abril	949.073,10
Maio	905.486,00
Junho	822.540,70
Julho	780.500,90
Agôsto	785.014,20

Setembro	786.290,30
Outubro	796.459,10
Novembro	761.629,80
Dezembro	681.406,60
Total Geral	9.911.510,20

A Seção do Pessoal mantinha, devidamente catalogadas, várias séries de elementos indispensáveis ao seu arquivo, dentre os quais citamos:

a) — decretos e portarias do Govêrno do Território, desde o ano de 1944;

b) — portarias dos diretores das Divisões e Serviços;

c) — fichas de inscrições dos servidores do Território, no IPASE;

d) — documentos pessoais dos servidores, temporáriamente retidos pela administração;

e) — livro de inscrições em concursos;

f) — folhas de pagamento já liquidadas;

g) — coleções dos diários oficiais dos Govêrnos Federal e Territorial;

h) — clasisficadores contendo cópias de todo o expediente da seção;

i) — livro de portarias internas do S. A. Geral.

A seção se achava aparelhada, ainda, para fornecer qualquer informação, com rapidez, relativas aos servidores, desde a data da instalação do Território.

b) **Seção do Material** — O controle de material constituia o principal objetivo da Seção, para o que fôra organizado moderno sistema de escrituração, por fichários, controlados pelo livro carga, no qual era lançado o material logo após ser entregue pelos fornecedores. A escrituração deste livro era feita em oito colunas, para os seguintes lançamentos: a) mês, b) dia, c) n.º de ordem; d) n.º do documento (termo de responsabilidade, assinado pelo diretor da repartição a que se destinava o material), e) histórico (descrição do material, espécie, etc.), f) estado de conservação, g) valor de aquisição, na data da entrada, h) valor na data da saida.

O fornecimento de material às diversas repartições do Território, só se fazia mediante pedido, em fórmula padronizada, devidamente autorizado pelo Governador ou pelo Secretário Geral. A entrega era feita, então, mediante nota de fornecimento, na qual constava: a) classificação do material, b) unidade e quantidade, c) preço unitário e preço total, d) n.º do pedido e sua origem. A nota em apreço era confeccionada em quatro vias, assim distribuidas: a primeira, ao recibo passado pela repartição que recebesse o material; a segunda, ao transportador do material; a terceira, à repartição de destino e a quarta, ficava arquivada na seção, como documento de controle, até a devolução da primeira via, com o competente recibo. Recebida esta, eram feitos os lançamentos, quer no fichário de estoque, quer no mapa do movimento do material, anotando-se, no verso da referida via, que os lançamentos foram feitos e sómente após essas anotações, eram arquivadas. Para o material permanente, além das notas de fornecimento, era ainda firmado, pela repartição que recebia o objeto permanente, termo de responsabilidade, no qual constava o estado de conservação do material, a época de sua aquisição, o valor, o numério de formação e demais características, etc.

O movimento de aquisição e fornecimento de material era controlado pelo mapa mensal, que continha o nome da repartição para a qual fora adquirido, fatura, fornecedor, classificação, unidade e quantidade fornecida, preços unitário e total. O controle financeiro era feito também por mapas, com dados extraidos dos fichários. Nessas fichas, eram lançados os empenhos correspondentes ao material encomendado, sendo feito o abatimento correspondente a cada empenho, no ato do recebimento do material ou quando a encomenda fosse anulada, o que possibilitava o controle, após cada lançamento, do saldo total disponível.

O Govêrno, visando amparar as iniciativas particulares, diante da crise resultante da guerra e a dificuldade da aquisição de certas utilidades, facilitou aos que estivessem realizando construções, evitando o abuso do câmbio negro, o fornecimento de cimento, pelo preço do custo, acrescido apenas das despesas com o transporte. Adqoiriu novas partidas para as obras públicas e, assim, manteve o estoque sempre renovado, de maneira que, em rigor, no ápice da crise, não se sentiu falta absoluta de tão útil produto e as obras da administração jamais tiveram qualquer solução de continuidade, ficando em depósito, para as obras da Usina de Dourados, para mais de 1.100 sacos de cimento.

As despesas com aquisição de material no ano findo, realizadas pela respectiva seção, estão discriminadas, mês a mês, da seguinte maneira:

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS FORNECIMENTOS FEITOS PELA SECÇÃO DO MATERIAL ÀS DIVERSAS REPARTIÇÕES DO TERRITÓRIO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1946

REPARTIÇÕES

DIVISÃO DE SAÚDE

Janeiro	9.078,60
Fevereiro	15.612,70
Março	15.612,70
Abril	39.296,60
Maio	21.748,30
Junho	8.010,00
Julho	17.532,00
Agôsto	10.539,00
Setembro	7.105,80
Outubro	6.110,00
Novembro	955,00
Dezembro	—
Total	151.508,70

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Janeiro	13.999,60
Fevereiro	2.825,00
Março	22.411,80
Abril	4.118,40
Maio	9.172,00
Junho	7.955,20
Julho	3.059,00
Agôsto	13.553,00
Setembro	13.481,50
Outubro	200,00
Novembro	889,00
Dezembro	—
Total	91.664,50

SERV. GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Janeiro	6.845,00
Fevereiro	108,00
Março	5.557,20
Abril	—
Maio	182,00
Junho	574,50
Julho	129,00
Agôsto	500,00
Setembro	13,00
Outubro	—
Novembro	—
Dezembro	—
Total	13.908,70

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

Janeiro	220,00
Fevereiro	1.129,50
Março	3.300,00
Abril	9.202,00
Maio	1.162,40
Junho	2.737,00
Agôsto	899,00
Setembro	3.000,00
Outubro	946,00
Novembro	460,00
Dezembro	170,00
Total	26.029,90

SECRETARIA GERAL

Janeiro	35.193,00
Fevereiro	22.578,00
Março	9.023,40
Abril	5.968,00
Maio	1.945,40
Junho	3.299,50
Agôsto	14.231,00
Setembro	6.757,50
Outubro	3.620,00
Novembro	628,00
Dezembro	1.966,00
Total	113.373,30

DIV. PROD. TER. E COLONIZAÇÃO

Janeiro	3.320,00
Fevereiro	3.470,00
Março	4.246,80
Abril	10.026,50
Maio	1.447,40
Junho	3.681,50
Julho	3.310,00
Agôsto	43.099,00
Setembro	3.112,20
Outubro	1.200,00
Novembro	2.434,00
Dezembro	35,00
Total	79.382,40

DIVISÃO DE SEGURANÇA E GUARDA

Janeiro	91.781,90
Fevereiro	62.344,00
Março	80.501,60
Abril	32.270,90
Maio	48.663,70
Junho	15.240,00
Julho	40.837,50
Agôsto	27.875,20
Setembro	51.712,80
Outubro	8.772,40
Novembro	40.175,00
Dezembro	20.631,00
Total	520.806,50

DIVISÃO DE OBRAS

Janeiro	8.840,00
Fevereiro	—
Março	—

Abril	—
Maio	—
Junho	3.611,00
Julho	6.083,90
Agôsto	6.992,80
Setembro	8.621,00
Outubro	3.688,50
Novembro	25.581,00
Dezembro	—
Total	63.418,20

TOTAIS

Janeiro	169.278,10
Fevereiro	108.097,70
Março	140.561,50
Abril	100.882,40
Maio	48.321,20
Junho	49.972,70
Julho	77.045,90
Agôsto	117.689,00
Setembro	93.803,80
Outubro	24.536,90
Novembro	71.122,00
Dezembro	22.802,00
Total Geral	1.060,092,20

OBSERVAÇÃO: — As despesas acima referidas, dizem respeito apenas ao material fornecido diretamente pelo Serviço de Material às Divisões e Serviços

c) **Seção de contabilidade** — De todos os órgãos do Serviço de Administração Geral foi o que primeiramente entrou em função no Território, mesmo antes da estruturação do Serviço. O seu funcionamento, em rigor, obedecia às normas estabelecidas pelo Código de Contabilidade Pública , havendo, no sistema contábil própriamente dito, pequenas diferenças, adaptações, apenas, às peculiaridades da administração territorial, mais simples e com volume de contas bem menor que os órgãos federais. Não se justificavam, portanto, certos procedimentos detalhados, que exigiam, entretanto, processos mais sintéticos: Os livros usados nessas seção, julgados indispensáveis aos diversos serviços de escrituração, estavam assim catalogados: a) diário; b) caixa geral; c) contas diversas; d) contas correntes bancárias; e e) razão.

De como se processava a escrituração dêsses livros, dá-nos interessantes pormenores o Diretor do S. A. G., em seu Relatório, cujo tópico transcrevemos a seguir:

"No Diário e no Caixa Geral são lançadas tôdas as operações, dentro do sistema de partidas dobradas comumente adotado nos serviços de contabilidade. Ainda se observa, na escrituração dêsses dois livros, a distribuição das importâncias pelas Verbas em que se enquadram as despesas.

O livro de Contas Diversas é escriturado sob os seguintes títulos:

a) Adiantamentos a agentes pagadores;
b) Adiantamentos em conta corrente;
c) Depósitos de diversas origens;

No Conta corrente bancário registra-se o movimento
No conta corrente bancário registra-se o movimento dos depósitos do Território nas agências do Banco do Brasil em Ponta Porã, São Paulo, Distrito Federal e Campo Grande.

Finalmente, no Razão, faz-se a escrita sintética de tôdos êstes lançamentos que figuram nos livros precedentes.

Fichas de controle do movimento das verbas

Para dada Verba — Pessoal, Material, Serviços e Encargos e Obras, — é preparada uma "ficha de controle do movimento da Verba", na qual se lançam os seguintes dados:

a) número e data da partida no Caixa Geral;
b) total do crédito orçamentário;
c) espécie da despesa (histórico);
d) valor da despesa;
e) anulação da despesa (em casos de devolução) e estornos (em caso de se transferir, mediante lei federal, da verba para outra, alguma importânciacia);
e) saldo da verba.

Por êste processo, fazendo-se os lançamentos em ordem cronológica e em cada caso, calculando-se o saldo, é perfeitamente possivel verificar-se, a qualquer momento, a importância disponível, de forma que assim se torne mais fácil o planejamento do trabalho.

Neste caso, porém, o que se considera é a Verba em seu total, isto é, o montante da dotação concedida na rubrica ao Território, pelo Orçamento Federal. Não se consideram as parcelas distribuidas a cada Divisão ou Serviço pelo próprio Govêrno Territorial. Mas essa distribuição é efetivamente feita, tôdo ano, após a aprovação da lei de meios, em que se consignam as quantias globais de que pode o Território dispor. Isto por que, embora as importâncias que figuram na lei de meios sejam globais, baseiam-se na proposta orçamentária do Território, que se constitue de parcelas bem discriminadas, e assim se prepara uma distribuição de créditos pelos vários órgãos, não obstante tal discriminação não tenha carater obrigatório e possa ser durante o exercício, alterada, na hipótese de que circunstâncias supervenientes indiquem a necessidade de aumentar os quantitativos de uma Divisão, mediante a redução das disponibilidades de outra.

Por êsse motivo, além da ficha de controle de tôda a Verba, prepára-se, ainda, para cada Divisão, uma ficha idêntica, mas já neste caso não considerando as Verbas, sómente, e sim também a unidade administrativa. O sistema de escrituração da ficha e o modelo usado, são os mesmos acima descritos. Ressalve-se entretanto, que se não incluem nesta escrituração, por unidades administrativas,

as despesas de Obras e as de Serviços e Encargos, que, pela sua natureza, não se podem com precisão discriminar pelas repartições.

Balanços mensais — Mensalmente são preparados balanços da despesa contabilizada. Êsses balanços, organizados de acôrdo com as normas gerais de contabilidade pública e mediante o jogo de todos os livros usados para a escrita contábil, diferem, entretanto, em parte, do aspecto formal apresentado pelos balanços da União, pelo fato de que, em vez de se tomarem, como base para os títulos da despesa, as verbas, consignações e sub-consignações, apresentam-se as contas sob títulos que são os nomes de unidades administrativas.

Êsse sistema oferece a vantagem de se conhecerem os gastos segundo as finalidades do Govêrno (saúde, educação, segurança, instrução, etc.), em vez de segundo os meios usados (material, pessoal, etc.)".

O regime orçamentário no Território, mediante a apresentação de propostas anuais ao Govêrno da União, só entrou em vigor a partir de 1945, moldando-se no então vigente para o Território do Acre. Criados os Territórios em 1943, constou de logo, no orçamento do Ministério da Justiça, a dotação de Cr$ 40.000.000,00, da qual seriam destacadas certas parcelas para a instalação das novas unidades. Dêsses destaques, tornados sem aplicação em parte, foram abertos créditos adicionais, de montantes equivalentes e para o ano de 1944, dos quais apenas os territórios de Amapá e Guaporé chegaram a receber a cota que lhes cabia, por terem iniciado as suas atividade de instalação, no começo do referido ano.

O orçamento da União para o ano de 1944, voltou a consignar os Cr$ 40.000.000,00, para os Territórios criados, cuja distribuição seria feita mediante destaque, cabendo a Ponta Porã a quantia de Cr$ 10.000.000,00, destinada à instalação da administração, o que foi feito em fins daquele ano.

A partir do orçamento para 1945, como dissemos, os créditos destinados aos territórios foram concedidos em quantias globais, correspondentes aos grandes títulos da despesa, com exceção dos cargos de Governador e Secretário Geral, pertencentes ao Quadro do Ministério da Justiça, com os vencimentos correspondentes pagos pela dotação pessoal daquele Ministério.

Registrados os créditos orçamentários e adicionais no Tribunal de Contas, eram distribuidos ao Tesouro Nacional, logo após publicada a necessária autorização e postos à disposição do Governador, no Banco do Brasil.

A elaboração de propostas orcamentárias só se verificou a partir do exercício de 1945, pois que para o ano de 1944, como vimos, o que houve foi apenas o destaque da quantia destinada à instalação. As propostas orçamentárias eram elaboradas sob as diretrizes pocessuais adotadas pelas repartições públicas federais, usando-se o mesmo sistema de discriminação das consignações e justificação de cada ítem. Os quadros que se seguem particularizam por consignação, o montante de cada proposta e a quantia realmente concedida no orçamento, que não foi, em rigor, a recebida, como veremos em outro quadro, páginas adiante.

MAPA DEMONSTRATIVO CORRESPONDENTE ÀS QUANTIAS DAS PROPOSTAS DO GOVÊRNO E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

1945

IMPORTÂNCIAS SOLICITADAS PELO GOVÊRNO NO TERRITÓRIO

PESSOAL	
a) Dotação Orçamentária	7.764.000,00
b) Crédito aberto para cobrir o aumento de vencimentos e salários decretado em novembro de 1945	—
MATERIAL	5.623.000,00
Serviços e Encargos	
a) Acidentes do Trabalho	50.000,00
b) Instituições educacionais, sociais e beneficientes	500.000,00
c) Desenvolvimento da produção	500.000,00
d) Recepções, excursões, hospedagens e homenagens	30.000,00
e) Reprodutores e material para revenda a agricultura e criadores	100.000,00
f) Salários a penitenciários, internados e educandos	10.000,00
OBRAS	13.050.000,00
TOTAL	27.627.000,00

IMPORTÂNCIAS SOLICITADAS NO ORÇAMENTO E CRÉDITOS ADICIONAIS

PESSOAL	
a) Dotação Orçamentária	5.109.000,00
b) Crédito aberto para cobrir o aumento de vencimentos e salários decretado em novembro de 1945 ..	489.322,00
MATERIAL	6.167.000,00

Serviços de Encargos

a) Acidentes do Trabalho	50.000,00
b) Instituições educacionais, sociais e beneficientes	500.000,00
c) Desenvilvimento da produção	500.000,00
d) Recepções, excursões, hospedagens e homenagens	30.000,00
e) Reprodutores e material para revenda a agricultores e criadores	100.000,00
f) Salários a penitenciários, internados e educandos	10.000,00
OBRAS	7.500.000,00
TOTAL	20.455.322,00

DIFERENÇA EM RELAÇÃO ÀS RESPOSTAS

para +

PESSOAL

a) Dotação Orçamentária	—
b) Crédito aberto para cobrir o aumento de vencimentos e salários decretado em novembro de 1945	489.322,00
MATERIAL	544.000,00

Serviços de Encargos

a) Acidentes do Trabalho	—
b) Instituições educacionais, sociais e beneficientes	—
c) Desenvolvimento da produção	—
d) Recepções, excursões, hospedagens e homenagens	—
e) Reprotudores e material para revenda a agricultores e criadores	—
f) Salários ae penitenciários, internados e educandos	—
OBRAS	—
TOTAL	1.033.322,00

Para —

PESSOAL

a) Dotação Orçamentária	2.655.000,00
b) Crédito aberto para cobrir o aumento de vencimentos e salários decretado em novembro de 1945	—
MATERIAL	—

Serviços de Encargos

a) Acidentes do Trabalho	—
b) Instituições educacionais, sociais e beneficientes	—
c) Desenvolvimento da produção	—
d) Recepções, excursões, hospedagens e homenagens	—
e) Reprotudores e material para revenda a agricultores e criadores	—
f) Salários ae penitenciários, internados e educandos	—
OBRAS	5.550.000,00
TOTAL	8.205.000,00

Saldo para —

PESSOAL

a) Dotação Orçamentária	—
b) Crédito aberto para cobrir o aumento de vencimentos e salários decretado em novembro de 1945	—
MATERIAL	—

Serviços de Encargos

a) Acidentes do Trabalho	—
b) Instituições educacionais, sociais e beneficientes	—
c) Desenvolvimento da produção	—
d) Recepções, excursões, hospedagens e homenagens	—
e) Reprotudores e material para revenda a agricultores e criadores	—
f) Salários ae penitenciários, internados e educandos	—
CBRAS	7.171.678,00
TOTAL	7.171.678,00

1946

IMPORTÂNCIAS SOLICITADAS PELO GOVÊRNO DO TERRITÓRIO

PESSOAL

a) Dotação Orçamentária	11.731.400,00
b) Crédito suplementar aberto pelo Decreto-lei	6.238.500,00
MATERIAL	7.266.000,00

SERVIÇOS E ENCARGOS

a) Acidentes do trabalho	50.000,00
b) Instituições educacionais, sociais e beneficentes	500.000,00
c) Desenvolvimento da produção	500.000,00
d) Recepções, excursões, hospedagens e homenagens	30.000,00
e) Reprodutores e material para revenda a agricultores e criadores	200.000,00
f) Salários a presos, internados e educandos	20.000,00

OBRAS

a) Plano de Obras e Equipamentos	26.403.300,00
TOTAL	52.939.200,00

IMPORTÂNCIAS CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO E CRÉDITOS ADICIONAIS

PESSOAL	
a) Dotação Orçamentária	5.109.000,00
b) Crédito suplementar aberto pelo Decrto-lei	5.109.000,00
MATERIAL	6.167.000,00
SERVIÇOS E ENCARGOS	
a) Acidentes do trabalho	50.000,00
b) Instituições educacionais, sociais e beneficentes	500.000,00
c) Desenvolvimento da produção	500.000,00
d) Recepções, excursões, hospedagens e homenagens	30.000,00
e) Reprodutores e material para revenda a agricultores e criadores	100.000,00
f) Salários a presos, internados e educandos	10.000,00
OBRAS	
a) Plano de Obras e Equipamentos	7.700.000,00
TOTAL	25.275.000,00

Quantia Recebida

PESSOAL	
a) Dotação Orçamentária	5.109.000,00
b) Crédito suplementar aberto pelo Decrto-lei	5.109.000,00
MATERIAL	6.167.000,00
SERVIÇOS E ENCARGOS	
a) Acidentes do trabalho	—
b) Instituições educacionais, sociais e beneficentes	—
c) Desenvolvimento da produção	—
d) Recepções, excursões, hospedagens e homenagens	—
e) Reprodutores e material para revenda a agricultores e criadores	100.000,00
f) Salários a presos, internados e educandos	10.000,00
OBRAS	
a) Plano de Obras e Equipamentos	3.826.791,60
TOTAL	20.321.791,60

Para —

PESSOAL	
a) Dotação Orçamentária	6.622.400,00
b) Crédito suplementar aberto pelo Decreto-lei	1.129.500,00
MATERIAL	1.099.000,00
SERVIÇOS E ENCARGOS	
a) Acidentes do trabalho	—
b) Instituições educacionais, sociais e beneficentes	—
c) Desenvolvimento da produção	—
d) Recepções, excursões, hospedagens e da a agricultores e criadores	100.000,00
e) Reprodutores e material para revenda a agricultores e criadores	100.000,00
f) Salários a presos, internados e educandos	10.000,00
OBRAS	
a) Plano de Obras e Equipamentos	22.576.508,40
TOTAL	31.537.408,40

Saldo para —

PESSOAL	
a) Dotação Orçamentária	6.622.400,00
b) Crédito suplementar aberto pelo Decreto-lei	1.129.500,00
MATERIAL	1.099.000,00
SERVIÇOS E ENCARGOS	
a) Acidentes do trabalho	—
b) Instituições educacionais, sociais e beneficentes	—
c) Desenvolvimento da produção	—
d) Recepções, excursões, hospedagens e homenagens	—
e) Reprodutores e material para revenvenda a agricultores e criadores	100.000,00
f) Salários a presos, internados e educandos	10.000,00
OBRAS	
a) Plano de Obras e Equipamentos	22.576.508,40
TOTAL	31.537.408,40

NOTA — Como se vê, na Verba Plano de Obras, além do corte orçamentário houve ainda diminuição na quantia que devia ser paga, por medida de economia no total de Cr$ 3.873.208,40.

Apesar da meticulosidade com que eram feitas as propostas orçamentárias do Território, equacionados os serviços para cada ano dentro do máximo rigor e na seriação de urgência, procu-

rando ajustar as realizações aos limites exiquíveis de cada dotação na disponibilidade possivel do erário da União, muitos foram os cortes impostos para 1945 e 1946, dos quais não poucos os prejuizos resultantes para a boa marcha do serviço que se havia programado.

Em fase inicial de atividades, quando maiores portanto as despesas que se ajustam como verdadeiro lastro para os anos futuros, isto é, constituindo ealizações oriundas desses gastos o arcabouço do edifício administrativo, não se justificam, e maneira alguma, os cortes sistemáticos em verbas básicas, como a destinada ao Plano de Obras, por exemplo, e sôbre cujo assunto já nos ocupámos em capítulo anterior.

As propostas orçamentárias para 1945 e 1946 estipulavam, para tal verba, Cr$ ..... 13.050.000,00 e Cr$ 26.403.300,00, respectivamente, e as dotações orçamentárias prefixaram: Cr$ 7.500.000,00 e Cr$ 7.700.000,00 ou sejam cortes de Cr$ 5.550.000,00 e Cr$ 18.703.300,000, num montante de Cr$..... 24.253.300,00, isto é, aproximadamente 62% do total das duas propostas, o que importa dizer, diminuição no programa de realizações, na mesma proporção, sendo de notar que, a rigor, a previsão de obras não pode ser cortada a grosso modo, em qualquer percentagem, pois há construções que ou são feitas no seu montante ou não são feitas. De que serve, por exemplo, deixar-se a verba para a continuação de um certo trecho de estrada, quando se haja cortado a verba para uma parte indispensável ao transporte do primeiro para o segundo trecho da rodovia, inclusive das próprias máquinas?...

Particularidade interessante se verifica com referência à proposta orçamentária, na verba pessoal, para 1946. O Govêrno do Território estimou em Cr$ 11.731.400,00 a sua previsão e os cortes atingiram a nada menos de Cr$ .... 6.622.400,00, isto é, perto de 57% da quantia pedida. Mais tarde, em face do aumento verificado, justamente em dezembro de 1945, foi indispensável a abertura de um crédito adicional de Cr$ 5.109.000,00, ou sejam — somadas as duas quantias (crédito orçamentário e crédito adicional) — apenas Cr$ 1.413.400,00 para menos da verba total pedida na proposta.

Em relação aos cortes nas outras verbas e quanto às quantias realmente recebidas, que falem os números, por demais expressivos:

DEMONSTRAÇÃO GERAL DO MOVIMENTO DE TODAS AS VERBAS ATRIBUÍDAS AO TERRITÓRIO, NO ORÇAMENTO DA UNIÃO, NO PERÍODO DE 1944 A 1946, COM ESPECIFICAÇÃO DOS SALDOS EM SEUS TOTAIS

EXERCÍCIOS 1944

Proposta Orçamentária do Govêrno	
CRÉDITOS:	
Orçamentários	10.000.000,00
Adicionais	—
Soma	10.000.000,00
Corte Posterior (Plano de Obras)	—
Quantias Recebidas	10.000.000,00
DIFERENÇA:	
Para menos	—
Saldo restos a pagar, vindo de 1945	—
Soma da Disponibilidade para 1946	—
Recolhidos	115,70
Despesa Realizada	—
Restos a pagar para 1947	—

Não houve proposta orçamentária. A Verba foi entregue como destaque, para a instalação do Território.

EXERCÍCIOS 1945

Proposta Orçamentária do Govêrno	27.627.000,00
CRÉDITOS:	
Orçamentários	19.966.000,00
Adicionais	489.322,00
Soma	20.455.322,00
Corte Posterior (Plano de Obras)	—
Quantias Recebidas	20.455,322,00
DIFERENÇA:	
Para menos	7.171.678,00
Saldo restos a pagar, vindo de 1945	—
Soma da Disponibilidade para 1946	—
Recolhidos	189.471,80
Despesa Realizada	14.513.675,30
Restos a pagar para 1947	—

O saldo do Plano de Obras de 1945, passou para 1946. Restos a pagar (obras em construção).

EXERCÍCIO 1946

Proposta Orçamentária do Govêrno	52.939.200,00
CRÉDITOS:	
Orçamentários	20.166.000,00
Adicionais	5.109.000,00
Soma	25.275.000,00
Corte Posterior (Plano de Obras)	3.873.208,40
Quantias Recebidas	21.401.791,60

DIFERENÇA:

Para menos	31.537.408,40
Saldo restos a pagar, vindo de 1945	5.752.174,90
Soma da Disponibilidade para 1946	27.153.966,50
Recolhidos	6.377.740,30
Despesa Realizada	19.060.366,30
Restos a pagar para 1947	1.715.859,90

O saldo do Plano de Obras, 1945, Restos a Pagar, passou ainda para 1947, conclusão da Usina de Dourados e Ponte sôbre o rio Miranda.

SOMA

Proposta Orçamnetária do Govêrno	80.566.200,00

CRÉDITOS:

Orçamentários	50.132.000,00
Adicionais	5.598.322,00
Soma	55.730.322,00
Corte Posterior (Plano de Obras)	51.857.113,60

DIFERANÇA

Para menos	38.709.086,40
Saldo restos a pagar, vindo de 1945	5.752.174,90
Soma da Disponibilidade para 1946	27.153.966,50
Recolhidos	6.567.327,80
Despesa Realizada	43.573.925,90
Restos a pagar para 1947	1.715.859,90

A receita global está majorada, sôbre os créditos recebidos em 1946, da quantia do Plano de Obras de 1945, Cr$ 5.752.174,90, dos quais foram gastos Cr$ 4.036.315,00, com obras e material para obras.

NOTA: — Nos totais dos créditos orçamentários e adicionais, e nas despesas realizadas, estão englobadas as diversas verbas: Pessoal, Material, Serviços e Encargos e Plano de Obras, desdobradas em outros mapas, em páginas adiante. Além da quantia de Cr$ 6.567.327,80, de recolhimentos nos três anos, houve o saldo de Cr$ ..... 1.715.859,90, restos a pagar vindo de 1945 e que se destina a ultimar obras, em 1947, Usina de Dourados e construção da ponte sôbre o rio Miranda ,como consta de observação ao lado.

Na análise do quadro que vimos de transcrever, evidencia-se: a) se não tivesse havido cortes vultosos nas propostas orçamentárias, o Govêrno do Território teria tido, para a execução do programa traçado, inclusive a verba destinada à instalação nada menos de Cr$ 90.566.200,00, quantia aliás citada pelos que apregoam improdutiva a administração, na proporção de tão grande soma; b) na realidade foi recebida apenas a quantia de Cr$ 51.857.113,60 — mais de 40% de corte, inclusive tôdas as verbas e até mesmo os créditos adicionais; c) a despesa não ultrapassou a Cr$ 43.573.725,90 d) além do corte de Cr$ 18.703.300,00 constante do quadro orçamentário para 1946, na verba Plano de Obras, ainda houve um corte de nada menos que Cr$ 3.873.208,40, na ocasião da entrega do numerário ao Govêrno e sôbre o qual já falámos no capítulo "Obras"; e) o corte total, portanto, em 1946, na verba em causa, a principal delas, elevou-se a Cr$ 22.576.548,40, aliás, o que vem a ser, aproximadamente, 85% da quantia total que havia sido solicitada para a realização do Plano de Obras, no referido exercício. Que ficou, pois?... Quase nada.

Recebidas as dotações orçamentárias, o Serviço de Administração Geral, pela Seção de Contabilidade, organizava a distribuição dos créditos pelas Divisões e Serviços do Território, de acôrdo com as propostas ou previsões anteriormente organizadas. Sôbre o assunto, é oportuno transcrevermos aqui algumas considerações do Diretor daquele órgão, assim especificadas em seu Relatório:

"Para 1946, nova proposta foi elaborada, e, ainda neste exercício, não obstante o acurado estudo que procedeu às estimativas, as dotações foram em seu total reduzidas de Cr$ 27.664.200,00, isto é, metade do solicitado, apenas, embora cada item da despesa proposta, se apresentasse meticulosamente justificado.

Só na parte de Obras, como se vê no quadro a seguir, obteve o Território quase Cr$ 20.000.000,00 a menos do que seria essencial para realizar um programa mínimo, capaz de satisfazer às imediatas necessidades da região, e que constava, principalmente, da construção de vias de comunicações (estradas e pontes), bem como da remodelação de prédios onde funcionam os serviços públicos. Também as outras verbas — Pessoal, Material e Serviços e Encargos — sofreram grandes reduções, embora, em nenhum desses casos, tão consideráveis. A maior foi a da Verba Pessoal, superior a Cr$ 6.000.000,00.

Estes cortes impostos à proposta orçamentária muito vieram prejudicar os serviços, porquanto se achava o govêrno do Território justamente nessa fase inicial de prestação de serviços, em que os investimentos de dinheiro se tornam mais necessários. Claro que, em períodos posteriores, de simples manutenção dos serviços, certas economias poderiam ser feitas sem atingir tão a fundo os interesses da região".

Para efeito de estatística, fazemos inserir, a seguir, sem comentários, os quadros da distribuição dos créditos a cada repartição, nas verbas pessoal e material, relativos aos anos de 1945 e 1946, bem assim um quadro resumo, dos dois exercícios. No que se refere às verbas para o Plano de Obras, por abarcarem atividades predeterminadas, não houve a distribuição pelos diversos órgãos e, sim, de acôrdo com o orçamento de cada obra ou equipamento.

Despesa realizada — Fácil a verificação da despesa realmente foi efetuada nos dois exercícios e parte de 1944, pela análise do quadro geral a que já fizemos referência, em página anterior. No entanto, por interessante, apresentando dados estatísticos os mais eloquentes de como se realizou o emprego dos dinheiros públicos, foram organizados os quadros discriminados na página a seguir.

Quanto às despesas efetuadas com as dotações correspondentes a obras e equipamentos, o quadro abaixo é bem uma síntese da sua aplicação e dispensa maiores comentários:

Exercícios	Total dos Créditos	Despesas Realizadas	Saldos
1945	7.500.000,00	1.747.825,10 4.036.315,00*	1.715.859,90
1946	7.700.000,00	————**	7.700.000,00

(*) Gasto em 1946 por conta do saldo do exercício anterior.

(**) Por determinação presidencial, apenas parte dessa importância foi posta à disposição do Território e, extinto o mesmo, não se chegou a empreender o programa de obras planejado, não havendo pois despesas.

A verba Serviços e Encargos foi distribuida diretamente pela Seção de Contabilidade, em pagamento parcial, após a devida autorização do Governador, em cada caso. Como dados elucidativos, reunimos, em dois quadros, o movimento total nesta verba, durante os anos de 1945 e 1946.

VERBA PESSOAL

1945

REPARTIÇÕES

GRÉDITOS DISTRIBUÍDOS

Gabinete do Governador	127.020,00
Divisão de Saúde	408.519,60
Div. de Prod., Terras e Colonização	103.203,90
Divisão de Obras	4.530,00
Divisão de Educação	953.984,30
Divisão de Segurança e Guarda	2.873.319,60
Serviço de Administração Geral	584.509,90
Serviço de Geografia e Estatística	53.912,70
TOTAL	5.109.000,00

DESPESA REALIZADA

Gabinete do Governador	127.020,00
Divisão de Saúde	408.519,60
Div. de Prod., Terras e Colonização	103.203,90
Divisão de Obras	4.530,00
Divisão de Educação	953.984,30
Divisão de Segurança e Guarda	2.868.226,20
Serviço de Administração Geral	584.509,90
Serviço de Geografia e Estatística	53.912,70
TOTAL	5.103.906,40

SALDOS

Gabinete do Governador	——
Divisão de Saúde	——
Div. de Prod., Terras e Colonização	——
Divisão de Obras	——
Divisão de Educação	——
Divisão de Segurança e Guarda	5.093,40
Divisão de Administração Geral	——
Serviço de Geografia e Estatística	——
TOTAL	5.093.40

PERCENTAGENS

Gabinete do Governador	2,50 %
Divisão de Saúde	8,00 %
Div. de Prod., Terras e Colonização	2,00 %
Divisão de Obras	0,10 %
Divisão de Educação	18,60 %
Divisão de Segurança e Guarda	56,20 %
Serviço de Administração Geral	11,50 %
Serviço de Geografia e Estatística	1,10 %
TOTAL	100,00 %

1946

GRÉDITOS DISTRIBUÍDOS

Secretaria Geral	463.101,60
Serviço de Administração Geral	704.229,90
Serviço de Geografia e Estatística	117.057,20
Gabinete do Governador	226.408,00
Div. de Prod., Terras e Colonização	502.194,20
Divisão de Obras	99.428,00
Divisão de Educação	2.159.234,30
Divisão de Saúde	1.018.723,30
Divisão de Segurança e Guarda	4.927.623,50
TOTAL	10.218.000,00

DESPESA REALIZADA

Secretaria Geral	407.536,40
Serviço de Administração Geral	673.536,50
Serviço de Geografia e Estatística	107.683,90
Gabinete do Governador	218.007,10
Div. de Prod., Terras e Colonização	490.271,50
Divisão de Obras	97.433,70
Divisão de Educação	2.096.545,30
Divisão de Saúde	1.000.192,60
Divisão de Segurança e Gurada	4.820.073,20
TOTAL	9.911.510,20

SALDOS

Secretaria Geral	55.565,20
Serviço rde Administração Geral	30.463,40
Serviço de Geografia e Estatística	9.373,30
Gabinete do Governador	8.400,90
Div. de Prod., Terras e Colonização	11.922,70
Divisão de Obras	1.994,30
Divisão de Educação	62.689,00
Divisão de Saúde	18.530,70
Divisão de Segurança e Guarda	107.550,30
TOTAL	306.489,80

PERCENTAGENS

Secretaria Geral	4,10 %
Serviço de Administração Geral	6,80 %
Serviço de Geografia e Estatística	1,10 %
Gabinete do Governador	2,20 %
Div. de Prod., Terras e Colonização	4,90 %
Divisão de Obras	1,00 %
Divisão de Educação	21,20 %
Divisão de Saúde	10,10 %
Divisão de Segurança e Guarda	48,60 %
TOTAL	100,00 %

VERBA MATERIAL

1945

REPARTIÇÕES

CRÉDITOS DISTRIBUÍDOS

Gabinete do Governador	85.202,00
Divisão de Saúde	437.602,80
Div. de Prod. Terras e Colonização	251.697,20
Divisão de Obras	9.900,00
Divisão de Educação	275.242,90
Divisão de Segurança e Guarda	4.319.851,10
Serviço de Administração Geral	769.526,00
Serviço de Geografia Estatística	17.978,00
TOTAL	6.167.000,00

DESPESA REALIZADA

Gabinete do Governador	85.202,00
Divisão de Saúde	437.602,80
Div. de Prod. Terras e Colonização	251.697,20
Divisão de Obras	9.900,00
Divisão de Educação	275.242,90
Divisão de Segurança e Guarda	4.042.178,10
Serviço de Administração Geral	769.526,00
Serviço de Geografia Estatística	17.978,00
TOTAL	5.889.327,00

SALDO

Gabinete do Governador	——
Divisão de Saúde	——
Div. de Prod., Terras e Colonização	——
Divisão de Obras	——
Divisão de Educação	——
Divisão de Segurança e Guarda	277.673,00
Serviço de Administração Geral	——
Serviço de Geografia e Estatística	——
TOTAL	277.673,00

PERCENTAGENS

Gabinete do Governador	1,40 %
Divisão de Saúde	7,40 %
Div. de Prod., Terras e Colonização	4,30 %
Divisão de Obras	0,20 %
Divisão de Educação	4,70 %
Divisão de Segurança e Guarda	68,60 %
Serviço de Administração Geral	13,10 %
Serviço de Geografia e Estatística	0,30 %
TOTAL	100,00 %

Os gastos de Material da Secretaria Geral foram levados à conta do Gabinete do Governador, visto a identidade entre êsses dois órgãos, bem como o funcionamento muito entrosado de ambos, e que dificultaria a discriminação do material fornecido a ambos.

1946

CRÉDITOS DISTRIBUÍDOS

Gabinete do Governador	224.000,00
Secretaria Geral	263.000,00
Divisão de Saúde	575.000,00
Div. de Prod., Terras e Colonização	230.000,00
Divisão de Obras	156.000,00
Divisão de Educação	737.000,00
Divisão de Segurança e Guarda	3.802.000,00
Serviço de Administração Geral	500.000,00
Serviço de Geografia e Estatística	80.000,00
TOTAL	6.167.000,00

DESPESA REALIZADA

Gabinete do Governador	124.711,60
Secretaria Geral	222.169,20
Divisão de Saúde	344.348,20
Div. de Prod., Terras e Colonização	164.995,70
Divisão de Obras	149.285,10
Divisão de Educação	251.307,90
Divisão de Segurança e Guarda	2.345.409,40
Serviço de Administração Geral	372.696,60
Serviço de Geografia e Estatística	7.578,40
TOTAL	3.982.502,10

SALDOS

Gabinete do Governador	99.288,40
Secretaria Geral	40.850,80
Divisão de Saúde	230.651,80
Div. de Prod., Terras e Colonização	65.004,30
Divisão de Obras	6.714,90
Divisão de Educação	85.692,10
Divisão de Segurança e Guarda	1.456.590,60

Serviço de Administração Geral	127.303,40
Serviço de Geografia e Estatística ..	72.421,60
TOTAL	2.184.497,90

vernador foi levado à conta da Secretaria Geral. A explicação já foi dada anteriormente: — tratando-se de dois órgãos que funcionam entrosados, seria difícil descriminar o material que se destina a um e que se destina a outro).

CRÉDITOS DISTRIBUIDOS AS REPARTIÇÕES EM 1945 - 46

(PESSOAL E MATERIAL)

REPARTIÇÕES	Créditos distribuídos em 1945/6 PESSOAL E MATERIAL	créditos distribuídos % sôbre o total dos
Gabinete do Governador	666.222,00	2,40 %
Secretaria Geral	413.000,00	1,50 %
Divisão de Saúde	2.451.122,40	8,90 %
Div. de Prod. Terras e Colonização	1.264.901,10	4,60 %
Divisão de Obras	314.430,00	1,10 %
Divisão de Educação	3.496.227,20	12,60 %
Div. Segurança e Guarda	16.225.170,70	58,70 %
Serviço de Administração Geral	2.414.035,90	8,70 %
Serviço de Estatística	415.890,70	1,50 %
TOTAL	27.661.000,00	100,00 %

PERCENTAGENS

Gabinete do Governador	3,10 %
Secretaria Gearl	5,60 %
Divisão de Saúde	8,70 %
Div. de Prod., Terras e Colonização	4,10 %
Divisão de Obras	3,70 %
Divisão de Educação	6,30 %
Divisão de Segurança e Guarda	58,90 %
Serviço de Administração Geral ..	9,40 %
Serviço de Geografia e Estatística ..	0,20 %
TOTAL	100,00 %

Numerosas encomendas já feitas foram suspensas em virtude da extinção do Território. Além disso, a maior parte das compras anuais não haviam sido feitas, ainda, em virtude de faltarem quase quatro meses para o término do exercício, por um lado, e de se haver paralizado muitos serviços doutro lado. Esta a razão de ser tão pequeno, em relação ao total dos créditos, o total das despesas realizadas, que figura no quadro acima e que é a soma das importâncias correspondentes ao material fornecido as repartições. (Ao contrário do modo pelo qual se procedeu no ano anterior, todo o material fornecido ao Gabinete do Go-

OBSERVAÇÃO — Pelo quadro acima vê-se que a mais vultosa dotação foi destinada à Divisão de Segurança e Guarda. Efetivamente, 58% de todos os créditos de Pessoal e Material se destinaram aos trabalhos de policiamento, ao passo que, logo a seguir, em ordem decrescente, aparecem as atividades ducacionais com 12% do total dos créditos distribuidos e, em números reais, cêrca e Cr$ 3.500.000,00, destinados à manutenção das escolas e pagamento de professôres, em contraposição aos Cr$ 16.200.000,00 destinados a armamento, uniformes, material de expediente, etc., e pagamento de remuneração do pessoal da Divisão de Segurança e Guarda. Pode-se, aliás, explicar essa despesa relativamente grande com os serviços policiais pela fato de compreender o Território uma zona de fronteira em que até então a segurança pública não fôra devidamente cuidada. Em ordem decrescente de gastos vem a Divisão de Saúde, o Serviço de Adiministração Geral e a Divisão de Produção, Terras e Colonização. A seguir, os outros órgãos, com quantitativos menores.

VERBA SERVIÇOS E ENCARGOS

1945

SUBCONSIGNAÇÕES

CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

Acidentes do trabalho	50.000,00
Subvenções	500.000,00
Desenvolvimento da produção	500.000,00
Recepções, excursões, hospedagens e homenagens	30.000,00
Reprodutores e material para revenda agricultores e criadores	100.000,00
Salários a presos, internados e educandos	10.000,00
TOTAL	1.190.000,00

DESPESAS REALIZADAS

Acidentes do trabalho	——
Subvenções	500.000,00
Desenvolvimento da produção	497.827,40
Recepções, excursões, hospedagens e homenagens	29.505,60
Reprodutores e material para revenda a agricultura e criadores	53.000,00
Salários a presos, internados e educandos	9.560,00
TOTAL	1.089.893,00

SALDOS

Acidentes do trabalho	50.000,00
Subvenções	——
Desenvolvimento da produção	2.172,60
Recepções, excursões, hospedagens e homenagens	494,40
Reprodutores e material para revenda a agricultura e criadores	47.000,00
Salários a presos, internados e educandos	440,00
TOTAL	100.107,00

1946

CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

Acidentes do trabalho	50.000,00
Subvenções	500.000,00
Desenvolvimento da Produção	500.000,00
Recepções, excursões, hospedagens e homenagens	30.000,00
Reprodutores e material para revenda a agricutores e criadores	100.000,00
Salários a presos, internados e educandos	10.000,00
TOTAL	1.190.000,00

DESPESAS REALIZADAS

Acidente do trabalho	——
Subvenções	271.740,50
Desenvolvimento da Produção	418.789,00
Recepções, excursões, hospedagens e homenagens	25.660,00
Reprodutores e material para revenda a agricultores e criadores	27.590,00
Salários a presos, internados e educandos	10.000,00
TOTAL	753.779,50

SALDOS

Acidentes do trabalho	50.000,00
Subvenções	228.259,50
Desenvolvimento da Produção	81.211,00
Recepções, excursões, hospedagens e homenagens	4.340,00
Reprodutores e material para revenda a agricultores e criadores	72.410,00
Salários a presos, internados e educandos	——
TOTAL	36.220,50

Dessas subconsignações cumpre examinar especialmente a de Subvenções. A seguir, aparece uma relação de tôdas as concedidas, em 1945 e 1946, especificando-se, em cada, a importância, o beneficiário e a finalidade.

Além das dotações orçamentárias, o Território foi contemplado com os seguintes auxílios, num total de Cr$ 631.000,00, assim discriminado:

Exercício	Importância	Finalidade
1944	85.145,40	Execução do Plano Rodoviário Nacional
1946	396.468,50	Execução do Plano Rodoviário Nacional
1946	150.000,00	Construção de Escolas Primárias

"As duas importâncias destinadas à execução do Plano Rodoviário Nacional correspondem às cotas partes do imposto único sôbre gazolina, arrecadado pelo Conselho Nacional do Petróleo, e às quais fazem jús os Estados, Municípios e Territórios.

A parcela de Cr$ 85.140,40, corespondente ao exercício de 1944, sómente foi recebida em novembro dêsse ano, ao tempo em que era Governador o Coronel Ramiro Noronha, e em seu nome. Substituido o Governador, não foi transferida a importância para o nome de seu sucessor e até hoje permanece sem aplicação.

A importância de Cr$ 396.468,50, relativa ao exercício de 1946 (em 1945 nenhum auxilio foi concedido), apenas a recebeu o Território em 13 de agosto deste ano.

A execução dos trabalhos já se iniciou e várias partes

dessa importância estão gastas ou comprometidas. Esses trabalhos obedecem todos ao acordo firmado entre o Govêrno do Território e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, acôrdo êsse publicado no "Diário Oficial" do Território a 17-8-46.

Também a parcela de Cr$ 150.000,00, concedida, pelo Ministério da Educação, já começou a ser aplicada, na construção de nove escolas, conforme convênio assinado entre aquele órgão e o Território. Essa quantia corresponde à primeira das três prestações do auxilio total concedido, ao todo de Cr$ 450.000,00. As demais prestações até agora não se receberam". (Relatório do S. A. Geral).

XIII — Poder Judiciário

Coroando a obra saneadora realizada pela Divisão de Segurança e Guarda, o Poder Judiciário Federal, ali servido por ilustre plêiade de juizes havia se imposto ao espírito público, em face das atividades de logo desenvolvidas, decisivas para o clima de segurança que se passou a desfrutar no Território.

Diminuido significativamente o índice da criminalidade naquela região, dantes assolada por um banditismo resistente a tôdas as medidas repressoras do Estado de Mato Grosso, os criminosos entregues à ação moralizadora da Justiça foram devidamente processados e julgados, dentro dos prazos da lei.

Árduo trabalho realizou o Poder Judiciário, nos primeiros meses de suas atividades, logo a seguir à fase de sua instalação, com o julgamento de dezenas de processos, na sua maioria referentes a crime de morte, amontoados então nos cartórios, sem qualquer solução.

Para facilitar a sua ação, sobremodo saneadora e em cujo sucesso tinha o máximo interêsse a administração do Território, por diversas vêzes, além de se lhe ter fornecido, em todos os municípios, instalação condigna, destinou-se-lhe farto material de expediente, bem assim servidores, como escriturários e datilógrafos, para que prestassem valiosa colaboração nos trabalhos forenses.

Nada foi poupado, por parte do Govêrno do Território, em qualquer das três administrações que possuiu, ao Poder Judiciário. De concerto com a assistência material que lhe foi prestada, não lhe faltaram também, em todos os momentos, o prestígio e o apoio moral do Govêrno, o mesmo se registrando — o que frizamos com prazer — das autoridades judiciárias para com as administrativas.

Com essa colaboração sadia levada a efeito em clima de compreensão mútua e que só benefícios trouxera para o bom funcionamento dos dois poderes, foi possivel, em pouco tempo, transformar completamente os costumes locais, cuja influência se fêz sentir em tôdas as camadas sociais.

E dessa coordenação de idéias, na solução de problemas comuns, com as autoridades judiciárias, foi possivel ao Govêrno promver os estudos e elaborar o projeto da nova divisão judiciária e administrativa do Território, projeto êsse convertido finalmente em lei por Vossa Excelência em data de 12 de março do ano findo. (Decreto-Lei n.º 9.055).

É fácil calcular, por conseguinte, o que será, para aquela região, o desaparecimento da justiça federal, a cujos serviços se deve, em grande parte, o clima de confiança, de segurança e de respeito que se chegou a experimentar no Território. Não é que, com a Justiça Estadual, seja impossível a manutenção dêsse ambiente, servida que é, também, por competentes, esforçados e não menos integros magistrados. Porém, sem falar no aspecto material e no nivel da remuneração paga à magistratura matogrossense, não será viável a êsse Estado manter, como já o demonstrou, a organização judiciária que possuia o Território, constante de seis comarcas, seis termos e 18 distritos, como explanamos, detalhadamente, no quadro a seguir. Voltará aquela região a ter, unicamente, duas comarcas: as de Ponta Porã e Maracajú, passando os demais Municípios, de grandes áreas e, consequentemente, a longas distâncias, uns dos outros, a simples termos judiciários, organização sobremodo prejudicial à boa marcha dos trabalhos, quando não incapaz de atingir aos seus nobilitantes fins.

XIV — Politica Internacional — Intercâmbio na fronteira com o Paraguai

A politica internacional do Brasil sempre se fêz sentir com base nos sadios princípios de fraternidade universal, resolvendo tôdas as questões de seus limites, desde os tempos coloniais até nossos dias, por tratados verdadeiramente bilaterias, isto é, estudados e resolvidos os interesses mútuos, respeitando-se, a **priori**, o **uti possidetis de fato**, tradicional orientação do Itamarati. E onde não foi possivel entendimento recí-

ANEXO N. DO DECRETO-LEI N. 9.055 DE 12 DE MARÇO DE 1946

Quadro da divisão territorial administrativa e judiciária do Território Federal de Ponta-Porã, para o período de 1945 a 1948

CIRCUNSCRIÇÕES EXCLUSIVAMENTE JUDICIÁRIAS				CIRCUNSCRIÇÕES EXCLUSIVAMENTE ADMINISTRATIVAS		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTANEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS		Sêdes das Circunscrições		
Comarcas		Têrmos		Municípios		Distrito				
Núm. de ordem	Nomes	Núm. de ordem	Nomes	Núm. de ordem	Nomes	Núm. de ordem	Nomes	Núm. de ordem	Nomes	Categoria
1	Bela-Vista ..	1	Bela-Vista ..	1	Bela-Vista ..	1	Bela-Vista	1	Belo-Vista	Cidade
						2	Caracol	2	Caracol	Vila
2	Dourados (1) .	2	Dourados (2)	2	Dourados ...	3	Dourados	3	Dourados	Cidade
						4	Juti (ex-Sta. Luzia) ...	4	Juti (ex-Santa Luzia)	Vila
3	Maracajú (3)	3	Maracajú (4)	3	Maracajú ...	5	Maracajú	5	Maracajú	Capital
						6	Ervânia (ex-Vista Alegra)	6	Ervânia (ex-Vista Alegre)	Vila
				4	Nioaque (5) .	7	Nioaque	7	Nioaque	Cidade
						8	Guia Lopes da Laguna (6)	8	Guia Lopes da Laguna (ex-Pov. Guia Lopes)	Vila
4	Miranda	4	Miranda	5	Miranda ...	9	Miranda	9	Miranda	Cidade
						10	Pôrto Esperança	10	Pôrto Esperança	Vila
						11	Rincão Bonito (ex-Bonito)	11	Rincão Bonito (ex-Bonito)	Vila
5	Ponta-Porã .	5	Ponta-Porã .	6	Ponta-Porã .	12	Ponta Porã	12	Ponta Porã	Cidade
						13	Amambai (ex-Patrimônio União	13	Amambaí (ex-Patrimônio União) .	Vila
						14	Antônio-João	14	Antônio-João	Vila
						15	Bocajá (ex-Laguna) (7)	15	Bocajá (ex-Pov. Pedro Segundo) (7)	Vila
						16	Cabeceira do Adá	16	Cabeceira do Apá	Vila
						17	Igatemi (8)	17	Igatemi (8) (ex-Pov. Sacaron) .	Vila
6	P. Murtinho .	5	P. Murtinho .	7	P. Murtinho .	18	Pôrto Murtinho	18	Pôrto Murtinho	Cidade

(1) — Criada com o município de Dourados do têrmo e comarca de Ponta-Porã. (2) — Criado com o município de Dourados do têrmo e comarca de Ponta-Porã. (3) — Criada com o têrmo de Maracajú, da comarca de Campo Grande, do Estado de Mato Grosso. (4) — Adquiriu o município de Nioaque do têrmo de Aquidauana. (5) — Transferido do têrmo de Aquidauana, do Estado de Mato Grosso. (6) — Criado com séde na povoação Guia Lopes e com terras do distrito séde do município de Nioaque. (7) — Transferência da séde, da vila de Lagunita que foi rebaixada à povoado, para o povoado de Pedro Segundo, que foi elevado à vila. (8) — Criado com séde no povoado de Sacaron e com terras dos distritos de Amambaí ex-Patrimônio-União e Antônio-João, do Município de Ponta-Porã.

proco, buscou-se a arbitragem, nem sempre favorável ao nosso País, como no caso da questão Pirara, com a Inglaterra, sem que, entretanto, houvesse qualquer atitude pouco elegante, no irrestrito acatamento à solução arbitral.

Nos assuntos comerciais, políticos e diplomáticos, a linha de conduta do Brasil, junto às nações amigas, tem sido firme, de orientação segura, alicerçada na antevisão do bem estar dos povos, sob paz perene, justa, dignificante. E até onde os brios nacionais não cheguem a ser atingidos em cheio, temos, por vêzes, contemporizado e a nossa historia diplomática é tôda uma sequência de lances memoráveis, de renúncia e de concórdia no derimir questiúnculas que poderiam ocasionar possíveis conflitos.

Não nos seria possivel, pois, em face de tais ensinamentos, seguir outra trilha senão a que palmilhamos, fomentando. na região fronteiriça que nos foi entregue pela confiança de Vossa Excelência, fraternal e sadio intercâmbio com os nossos irmãos paraguaios, com êles estudando e solucionando todos os casos comuns a ambos os paíse.

A política de aproximação que, sobretudo nos últimos tempos, vem sendo ampliada pelo Itamaratí, nos convênios, nas reuniões e no intercâmbio cultural, social, comercial e político, faz-se efetiva, real, despida das roupagens convencionais, justamente na linha da fronteira, onde o trato diuturno possibilita maior sociabilidade através do conhecimento mútuo, pedra angular da fraternidade sincera.

No abraço amistoso entre os dois povos, que se prolonga por mais de 1.345,6 quilômetros de fronteira, da Baia Negra à foz do Iguassú,

O POVO DE PONTA PORÃ VIBROU QUANDO DA ELEVAÇÃO DA CIDADE À CATEGORIA DE CAPITAL DO TERRITÓRIO.

cabia ao Govêrno do Território de Ponta Porã, no longo percurso de 1.137,2 quilômetros, de sua jurisdição, até o salto das sete quedas, no Paraná, maior responsabilidade em manter, inalteráveis, as relações efetivas na fronteira, encontrando sempre, neste mister, colaboração leal por parte das autoridades do País vizinho, principalmente dos Delegados do Govêrno de Assunção, no Departamento de Amamabí.

É oportuno salientar, Excelência, que a criação dêsse Departamento deve-se a mais um gesto de cortesia e compreensão do Govêrno paraguaio, visando dar à região fronteiriça com o nosso País predicamento semelhante, administrativamente, ao que fôra estabelecido, com a criação do Território de Ponta Porã, promovendo, assim, providências imediatas, identidade de ação e coordenação mútua dos problemas comuns à faixa de limites.

Com essa resolução, foi possivel manter-se entendimentos mais intensos e efetivos, tomando-se providências imediatas, de lado a lado quando se fazia necessária a atuação em conjunto, de autoridades brasileiras e paraguaias, sobretudo no combate ao banditismo, tão comum na faixa lindeira, numa profundidade de uns 100 quilômetros para ambos os países. Antes da instalação do Departamento de Amambaí, época em que as autoridades de Pedro Juan Caballero não dispunham de prerrogativas tão amplas, os bandoleiros escapavam facilmente à ação da Guarda Territorial, internando-se no país vizinho, certos de que, alí, estariam seguros. Passados alguns dias ou mesmo semanas, voltavam a atuar, roubando, depredando, matando para regressar, após, ao refúgio certo, onde a punição jamais os poderia atingir.

Com a Delegação do Govêrno de Assunção, sediada em Pedro Juan Caballero, bem em frente à Ponta Porã, novos rumos foram dados à repressão ao banditismo, agindo as autoridades com um só objetivo, perfeitamente acordes, ao longo da linha de limites, em um e outro território. Acossados os bandoleiros do lado brasileiro, ao transporem a linha de limites, viam-se perseguidos pela polícia paraguaia, até serem, finalmen-

te, presos e processados. Em circunstância inversa, a Guarda Territorial, ao ser avisada de qualquer incursão na fronteira, saía em campo, atava os grupos destemidamente, com o máximo ardor e aprisionava quantos fosse possivel. Dessa forma o êxito alcançado foi completo, assegurando às populações da região tranquilidade jamais conhecida, possibilitando-lhes trabalho continuado e produtivo.

Com relação ao intercâmbio social, salientava-se a máxima cordialidade entre as duas populações, principalmente nas cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, sédes das duas unidades administrativas. Em uma e outra, embora com características próprias, notava-se intenso, realçante mesmo, o sentimento de amizade internacional, comungando os dois povos, mútuamente, os momentos de alegria ou de tristeza, unidos no prazer como na dor. Edificante sôbre tôdos os pontos essa identidade de vistas, aproximação cada vez mais sincera entre brasileiros e paraguaios e em cenário justamente onde, há quase oito décadas, se desenrolara a mais terrível hecatombe de que nos fala a história do continente sul-americano.

Muitas foram as medidas, Escelência, que tomámos em comum com o Govêrno de Amambaí, algumas das quais, aliás, chegaram a ser concretizadas. Outras, equacionadas que foram, seriam submetidas, posteriormente, ao exame dos dois Govêrnos, por escaparem ao âmbito da administração local. Dentre elas, sobressaía-se novo convênio fiscal, favorecendo o intercâmbio comercial ao longo da fronteira, de gêneros de primeira necessidade, beneficiando assim, diretamente, as populações das cidades e povoados que se confrontam na linha de limites.

A repressão ao contrabando havia entrado, também, nas cogitações dos dois govêrnos alí sediados, acordes na adoção de providências mútuas, sob a mesma orientação adotada quanto ao combate aos bandoleiros. Por certo, não se alcançou, de pronto, o êxito almejado; mas o programa fôra traçado e a sua execução, ainda que demorada, seria coroada de ótimos resultados.

E de como se houve a administração nesse

BRASILEIROS E PARAGUAIOS FESTEJAM, IRMANADOS PELO MESMO IDEAL DE PROGRESSO DA ZONA FRONTEIRIÇA, O ACONTECIMENTO.

ÊSSE MARCO MONUMENTAL, SITUADO AO NORTE DAS CIDADES DE PONTA PORÃ, BRASILEIRA E PEDRO JUAN CABALLERO, PARAGUAIA, ANTES DE SEPARAR UNE OS DOIS PAISES, APENAS FIXANDO JURISDIÇÕES. VÊ-SE O GOVERNADOR, ACOMPANHADO DE REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, POR OCASIÃO DA ENTREGA DO TERRITÓRIO EXTINTO, A MATO GROSSO.

particular, ciosa que se achava de sua missão coadjutora da política de boa vizinhança do Govêrno Central, é prova indiscutível a transcrição que se segue, pela qual se verifica até que ponto poude atingir o Govêrno Territorial, no mister de concretizar, na fronteira, o que a ação de nossa diplomacia coordenou nos tratados.

"Troca de ideias entre o Senhor Dr. Valério Caldas de Magalhães, Governador Substituto do Território Federal de Ponta Porã, e o Senhor Tenente Coronel Alberto Meyer, Delegado do Governador do Paraguai no Departamento de Amambaí, sôbre medidas comuns aos dois Territórios, a serem realizadas em conjunto.

I — Praça Internacional — Convieram em apresentar sugestão aos Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países, visando a construção de uma Praça Internacional, na parte mais larga da atual Avenida Internacional, praça essa que servirá como ponto de reunião e veículo de aproximação entre os dois povos. — Julgaram conveniente a organização de um ante-projeto, para estudos.

II — Combinaram, no caso de vir a ser construída a "Praça Internacional", fosse organizada uma Biblioteca Internacional Brasil-Paraguai, cujo prédio seria edificado, com motivos arquitetónicos os mais modernos, na referida Praca.

III — Convieram na necessidade que há, para o desenvolvimento agro-pecuário da região, na instalação de uma Escola Prática de Agricultura, em Ponta Porã, com matrículas comuns, a Brasileiros e Paraguaios.

IV — Julgaram ser conveniente um estudo sôbre a possibilidade de ampliação da Usina Elétrica de Ponta Porã, de maneira que possa servir à iluminação da cidade de Pedro Juan Caballero, para o que, se necessário, poder-se-ia ouvir os Govêrnos dos dois países. Ficou assentado ser feito, antes, um projeto desta instalação.

V — Acordaram na necessidade que há de ser estudada a possibilidade de trânsito livre entre as duas cidades, sobretudo no que concerne a materiais de construção, com o fim de facilitar as edificações em ambas as localidades.

VI — Concordaram ser imprescindível incentivar, concretizando, a fiscalização ao longo da faixa fronteiriça, de maneira que possa haver repressão ao contrabando e aos crimes, com a consequente captura dos culpados, em um ou outro Território.

VII — Ficaram acordes ser meritório que as duas administrações facilitem e auxiliem a "associação Estudantil Brasileiro-Paraguaia", se necessário até criando bolsas de ensino, nas duas capitais, do Rio de Janeiro ou de Assunção.

VIII — Acharam ser indispensável um estudo de estabilização, nas duas cidades, das moédas dos dois países, com publicidade do câmbio oficial, visando, com isso, evitar o abuso dos especuladores.

IX — Com o fim de facilitar o trânsito entre as duas cidades, acordaram na urgência de serem abertas mais duas ruas, pelo menos, transversais ao eixo principal da atual "Avenida Internacional".

X — Estiveram unânimes, ainda, em que venha a ser prestado auxílio técnico, por parte da Seção competente do Território de Ponta Porã, aos trabalhos que, em breve, serão realizados em Pedro Juan Caballero, visando o aproveitamento da lagôa existente naquela localidade, de maneira a transformá-la em um ponto de recreio das famílias das duas cidades.

XI — Manifestaram-se de pleno acôrdo em que haja, para possibilitar um desenvolvimento seguro das lides agrícolas nos dois Territórios, permuta de mudas e sementes selecionadas, fornecidas pelo campo experimental a ser instalado, brevemente, pelo Território de Ponta Porã, e por idêntico serviço, do Paraguai.

XII — Ficou assentado, igualmente, estender aos chacareiros situados nas circunvizinhanças de Pedro Juan Caballero, a ação do Serviço de assistência Técnica à Agricultura e à Pecuária, recentemente criado pelo Território de Ponta Porã, inclusive quanto ao combate à saúva".

Nessa associação de ideias e de atividades, nos estudos mútuos de problemas comuns aos dois países na faixa lindeira, onde os convênios estabeleceram o término das respectivas jurisdições, mais e mais se irmanavam os dois povos, esquecendo para sempre o passado, trabalhando cegos pelo progresso no presente, edificando, sôbre alicerces sólidos, a grandeza do porvir, olhos fitos no horizonte sem núvens do destino que lhes espera, de harmonia e de compreensão, de colaboração e de paz, dentro do mais sadio panamericanismo e na mais lídima concórdia internacional.

FRONTEIRA COM A REPÚBLICA DO PARAGUAI

RELAÇÃO DAS EXTENSÕES DOS DIFERENTES TRECHOS DA FRONTEIRA

		Kms.	
RIO PARANÁ			
Da foz do Rio Iguassú, até em frente à 5.ª quéda do Salto das Sete quédas		.208.4	(1)
ARROIO ESTRÊLA			
Sangão do Estrêla	0.4		
Arroio Estrêla	115.0	115.4	(1)
RIO PARAGUAI			
Da barra do Apa à entrada ou desaguadouro da Baía Negra ..		265.0	(3)
RIO APA			
Da bôca do Estrêla à sua barra ..		327.7	(2)
Fronteira Fluvial — quilometragem		918.5	
SERRA DE MARACAJÚ			
Da 5.ª quéda do Salto das Sete Quédas até o marco da cabeceira do rio Ibicuí	184.5		(4)
Do marco do Ibicuí ao marco da cabeceira do rio Igatemi	79.2	263.7	(5)
CORDILHEIRA DO AMAMBAÍ			
Do marco do Iguatemi ao marco da cabeceira do Arroio Estrêla ..		163.4	
Fronteira Seca — quilometragem		427.1	
EXTENSÃO TOTAL		1345.6	

(1) — Dados extraídos do Relatório do Barão de Maracajú, de 15 de Fevereiro — de 1875, publicado no Relatório do Ministério das Relações Exteriores do mesmo ano.

(2) — Medida tomada na planta original da Comissão Mixta Brasileiro-Paraguaia, de julho de 1873, na escala de 1:50.000.

(3) — Medida tomada na carta do Rio Paraguai, levantada pelo Ten. J. C. Horta Barbosa, na escala de 1:50.000 — em 1916.

(4) — Comissão de Limites Setor Sul — 1936.

(5) — Comissão de Limites 2.ª Divisão (Poligonal de marcos) — 1946.

O IMPONENTE SALTO DAS SETE QUEDAS, LIMITE NATURAL ENTRE O BRASIL E O PARAGUAI.

QUANTA FÔRÇA **IN NATURA** A ESPERA DE SER APROVEITADA COMO FATOR DE PROGRESSO, NAS USINAS E NAS FÁBRICAS.

RESUMO DA FRONTEIRA COM O TERRITÓRIO DE PONTA PORÃ

Fronteira Seca	427.1
Arroio Estrela	115.4
Rio Apa	329.7
Rio Paraguai	265.0
Soma	1.137,2

XV — Visitantes ilustres

Durante o ano em que estivemos à frente do Govêrno Territorial, registramos, com prazer, as seguintes visitas à cidade de Ponta Porã e alguns pontos do interior do Território:

General Francisco Gil Castelo Branco, acompanhando de briosos oficiais do Estado Maior da 9.ª Região Militar.

Missão brasileiro-americana, composta dos Senhores Major Brigadeiro Apel Neto, General Charles Gerhardt, Chefe da Seção Terrestre da Comissão Militar Mista Brasileiro-Americana; General Richard Nugent, adido militar da Embaixada Norte-Americana; Comodoro do Ar John Gustable Roberts, adido aeronáutico da Embaixa-

AS ÁGUAS DO PARANÁ, ESPUMANTE, DESCEM DO PLANALTO EM MUITOS DEGRAUS, OFERECENDO QUADROS IMPRESSIONANTES E MAJESTOSOS.

AUTORIDADES CIVIS E MILITARES RECEBEM, NO AEROPORTO LOCAL, A MISSÃO ANGLO-AMERICANA.

da da Inglaterra e Capitão Wanren Jenis, da Embaixada Norte-Americana.

Missão Militar Anglo-Americana: Cel. Douglas Fabin, adido militar da Inglaterra, Cel. Eugene Ridings, adido militar adjunto dos Estados Unidos, Majores Samuel Skousen e Vernon Walter, da referida Embaixada.

Cel. Lima Figueiredo, Diretor da Noroeste do Brasil, que se fêz acompanhar de diversos auxiliares, prendendo-se a sua viagem à inspeção **in loco** dos trabalhos de continuação do ramal ferroviário Campo Grande — Ponta Porã.

Visitaram ainda o Território, além de outras autoridades do país vizinho, os Senhores General Higina Morínigo, acompanhado de Ministro de Estado e diversos oficiais e, ultimamente, um grupo de oficiais da 1.ª Região Militar, sediada em Concepcion.

Tão ilustre visitantes permaneceram alguns dias na região, recebendo das autoridades civís e militares e do povo em geral, provas inequívocas de satisfação por tão honrosa visita. Mostraram-se admirados com o progresso que se notava, então, no Território, sendo que os anglo-americanos ali estiveram justamente após a extinção daquela unidade federal.

O Govêrno, que ainda se achava à frente da administração, aguardando a chegada da comissão matogrossense encarregada de receber os encargos que até então lhe estavam afetos, prestou a essas comitivas as homenagens e assistência dignas de tão ilustres hospedes.

XVI — A extinção do Território — Entrega a Mato Grosso

Após termos esplanado, nos capítulos anteriores, tôdas as atividades desenvolvidas pela administração em prol do bem público e do progresso daquela futurosa região, não poderíamos finalizar este Relatório, minucioso tanto quanto foi possivel dentro do limitado prazo de que dispúnhamos, sem fazermos constar de como se processou a extinção do Território, sôbre a qual

aliás, aqui e ali, de passagem, tivemos ocasião de nos referir, em tópicos anteriores.

Na análise serena e imparcial dos primórdios que antecederam o ato da Constituinte, não escapará ao observador tôda uma sequência de atividades regionalistas, cuja eclosão, em plena campanha política, serviu até de bandeira para a propaganda dos candidatos à representação federal, dentro dos Estados dos quais haviam sido desmembrados os cinco Territórios criados em setembro de 1943. Daí, pois, o trabalho largamente desenvolvido por membros das bancadas dêsses Estados, junto aos seus pares, logo após ser instalada a Assembléia Nacional Constituinte.

Sem nos determos no exame dessa campanha, por escapar às finalidades dêste documento, não nos podemos furtar, entretanto, como administrador que fomos da unidade extinta, em tecer ligeiros comentários sôbre as consequências desastrosas que já se estão fazendo sentir, na região em causa.

Em que pese a opinião dos estudiosos dos assuntos relacionados à divisão administrativa do País, longa é a seriação dos fatores favoráveis à criação dos territórios, salientando-se dentre todos, os seguintes:

a) — administração federal, **in loco;**
b) — maiores recursos que os da administração estadual;
c) — nacionalização imediata da fronteira;
d) — fiscalização aduaneira e repressão ao contrabando, pela ação da Guarda;
e) — segurança do indivíduo, pela repressão ao crime, possibilitando trabalho continuado e eficaz;
f) — desenvolvimento da educação, em tôdos os seus gráus;
g) — saneamento e saúde;
h) — serviços urbanísticos;
i) — transporte;
j) — desenvolvimento da produção;
k) — fixação do homem rural, com a criação de colonias agrícolas, núcleas industriais, etc.

PARADA DE SETE DE SETEMBRO — O 11 R. I. INICIA O IMPONENTE DESFILE NA AVENIDA INTERNACIONAL.

O COMANDANTE DO DESTACAMENTO, FAZ A CONTINÊNCIA DO ESTILO, ÀS AUTORIDADES CIVIS E MILITARES, QUE SE ACHAVAM NO PALANQUE OFICIAL.

l) — intercâmbio internacional com os países vizinhos;
m) — amparo às indústrias nascentes, com a redução ou dispensa de impostos pelo Govêrno Central durante certo período;
n) — instalação de fazendas-modelo, campos experimentais, granjas, etc;
o) — aplicação direta de diversas verbas federais de amparo à infância, à lavoura e às indústrias;
p) — estudo e exploração do sub-solo;
q) — construções, etc.

Por certo, aos Estados de orçamentos não deficitários muitas das medidas que vimos de citar, poderão ser postas em prática e levadas a termo, com pleno êxito. Mas, infelizmente dos Estados quais foram desmembrados os Territórios, não se apresenta, embora disponham de enormes áreas e, talvez, por isso mesmo, satisfatória, a situação econômica, não bastando as poucas rendas aos compromissos inadiáveis. No caso de Mato Grosso, o pagamento do funcionalismo só por só ocupa lugar de destaque, com despeas que se eleva às vêzes a mais de 65% da renda total.

Os pruridos regionalistas que muitas vêzes foram postos em rêlevo na tribuna da Constituinte, por parte das bancadas dêsses Estados, não se escudaram no bom senso, em dados estatísticos, opinião pública e muito menos trouxeram, sobretudo quanto a Ponta Porã, vantagens concretas, mesmo de ordem econômica, ao progresso e aos cofres do Estado. Muito ao contrário. Já agora, após a entrega que realizamos do Território extinto, o problema de manutenção das escolas, hospitais, postos de saúde, Guarda, postos zootécnicos e prosseguimento das construções de prédios para escolas, Granja Modêlo, Usina e Serraria de Dourados, pontes e estradas etc., não encontra solução fácil. Acha-se em estudos no Congresso um projeto pelo qual a União auxiliará os Estados aos quais voltaram os dois Territórios extintos, com perto de Cr$ 30.000.000,00. E o acôrdo que vem de ser firmado em Ponta Porã, anexo por cópia, é bem

uma prova da situação embaraçosa criada ao Estado de Mato Grosso, pelo regionalismo dos líderes de sua bancada.

A insatisfação, entretanto, que se nota no povo do Território que tivemos a honra de administrar, representa problema social dos mais sérios e sôbre o qual não podemos calar. Houve como que paralização da vida normal da região. As atividades diminuiram de intensidade; os negócios decresceram; as sendas dos bancos baixaram; o comércio reduziu a sua importação e limitou os seus estoques; as construções particulares, programadas, foram suspensas; os imóveis perderam de muito o valor venal; a agricultura, que se esboçava promissora ante a entrada constante de colonos, volta ao marasmo de antes; a insegurança do cidadão, na fronteira, já se faz sentir ante o banditismo que surge como consequência da redução, a pouco mais de um terço, do efetivo da Guarda; o contrabando toma vulto e a política de aproximação com os nossos vizinhos paraguaios, pouco a pouco vai desaparecendo. Êsse o panorama sombrio, Excelência, que se apresenta aos olhos estarrecidos dos que sentiram de perto a ação do Govêrno da União, cheia de benefícios, de iniciativas úteis a todos, mantenedora da ordem e do progresso, síntese da grandeza da Pátria, legenda que encerra as aspirações do mundo, lema que completa a linguagem muda do pavilhão nacional.

Vindo a esta Capital para tratar de diversos assuntos diretamente ligados à administração junto aos Ministérios, chegamos justamente na ocasião em que, na Constituinte, era focalizada a extinção dos Territórios, manifestando-nos então, por diversas vêzes e até pela imprensa, contrário a tal medida, defendendo intransigentemente a permanência do Território que nos havia sido entregue para administrar, certo de que estávamos com a razão, falando em nome do povo de Ponta Porã, que não tinha, por lamentável lapso da lei eleitoral então vigente, nenhum representante na Assembléia para combater, com conhecimento pleno, os argumentos dos deputados por Mato Grosso.

É de justiça deixarmos aqui consignado o nosso agradecimento à bancada acreana, incansável que foi na defesa dos direitos de Ponta

A GUARDA TERRITORIAL, NÊSSE DIA, MARCHA GARBOSA.

A MOCIDADE, ESPERANÇA DA PÁTRIA, NO PORVIR, DESFILA IMPÁVIDA PELAS RUAS DA CIDADE.

Porã, equacionados em brilhantes discursos proferidos pelos deputados Hugo Carneiro e Castelo Branco. A causa era por demais justa e muitos outros representantes do povo, dentre os quais o dep. Silvestre Góes Monteiro, ascenderam à tribuna, para profligar o regionalismo de quantos pugnavam pela extinção, que se consumou na tarde de 18 de setembro do ano findo.

No mesmo dia, sem aguardarmos que fosse promulgada a Carta Magna, e sem qualquer instrução a respeito por parte do Ministério da Justiça, enviamos despacho ao Governador Substituto, em Ponta Porã, comunicando-lhe o ocorrido e sugerindo tomasse, imediatamente, as providências indispensáveis nessa conjuntura.

O nosso substituto legal, de posse deste despacho, dirigiu-se no dia seguinte, ao Sr. Ministro da Justiça, em ofício que trancrevemos na íntegra, por tratar-se de documento incontestavel da atuação que tivemos, junto aos poderes competentes, solicitando instruções e sugerindo medidas capazes de orientar a execução do estipulado no artigo 8.º das Disposições Transitórias da Constituição:

"Senhor Ministro,

Em face da extinção deste Território, pela Assembléia Nacional Constituinte, conforme noticia que acabamos de receber, e se achando nessa Capital, a serviço, o Senhor Governador Dr. José Alves de Albuquerque, tenho a honra de consultar a Vossa Excelência, visando com isso tomar tôdas as providências que se façam necessárias, como devemos agir em relação aos assuntos constantes do questionário anexo, de maneira a não perturbar o ritmo das atividades que aqui se vinham desenvolvendo.

2. Devo esclarecer a Vossa Excelência, por um princípio de lealdade que, embora a notícia da extinção do Território tenha trazido a todos, funcionários e povo em geral, grande consternação e apreensão, continuamos à frente dos serviços que se vinham desenvolvendo, sem qualquer solução de continuidade, mantendo a ordem e a disciplina a todo custo, aguardando as superiores instruções do Excelentissimo Senhor Presidente da República, por intermédio de Vossa Excelência, as quais pedimos vênia para solicitar sejam enviadas o mais breve possivel, afim de termos uma diretriz segura e mediante a qual, a transformação a operar-se, decorra dentro da maior ordem, eficiência,

e sobretudo, produtiva colaboração de todos os que aquí trabalham.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

a) Valério Caldas de Magalhães
Governador Substituto.

QUESTIONÁRIO

I — Se, após promulgada a Constituição e, consequentemente extinto este Território, haverá uma lei ordinária dispondo sôbre a maneira de ser feita a volta ao Estado de Mato Grosso, especificando, no caso, o seguinte:

a) — quanto a pessoal — 1) se a administração atual, inclusive o Governador, Secretário Geral e seus auxiliares diretos, ficará em função com tôdas as prerrogativas em vigor, até a passagem à jurisdição de Mato Grosso, dos sete Municípios que constituem o Território e, em caso afirmativo, o prazo limite para essa passagem; 2) se a lei referida, tratando da situação funcional dos servidores do Território, especificará os direitos, vantagens e obrigações dos mesmos, os quais, na atualidade, constam de servidores vindos de Mato Grosso, da própria União, de extranumerários e funcionários do Território, êstes últimos já titulares de cargos criados pelo Decreto-Lei n.º 9.135 de 5 de abril de 1946; 3) não tendo saido a suplementação decorrente do aumento de vencimentos de que trata o Decreto-lei n.º 8.512 de 31 de dezembro de 1945, até a presente data, e já havendo sido pago, o funcionalismo por ordem do Exmo. Sr. Presidente da República, nos meses de julho e agosto último, pela verba Material, se essa situação poderá permanecer nos meses seguintes, caso a administração continúe na forma da consulta constante da letra a; 4) no que se refere ao pessoal encarregado da segurança (Guarda Territorial), que tem como encargo principal o combate ao contrabando e ao banditismo, que solução será dada na lei, de vez que a manutenção dessa corporação ascende à despesa mensal de Cr$ 400.000,00, despesa essa, de certo, impossivel de ser arcada pelos cofres de Mato Grosso, muito embora seja de interêsse vital para a ordem e segurança nacional; 5) quanto ao ensino, cujas escolas ultrapassam de 130 as que existiam quando da criação do Território, que destino será dado ao professorado, inclusive aos que servem no Curso Normal Regional, recentemente criado e instalado, muito embora os mesmos estejam servindo como extranumeráros).

b) — quanto a material — 1) que destino será dado ao material permanente de natureza diversa, para obras, consumo, bem assim ao armamento de Guerra da Guarda Territorial e veículos (caminhonetes e caminhões), se voltam à União ou serão entregues ao Estado de Mato Grosso.

c) — quanto às verbas de serviços e encargos 1) se as obras em andamento, como a Granja Modelo "Assis

...E OS ATLETAS, GARBOSAMENTE, SE ASSOCIAM ÀS FESTIVIDADES DA NOSSA MAIOR DATA.

OUTRO DETALHE DO DESFILE DAS ASSOCIAÇÕES ESPORTIVAS.

Brasil", por exemplo, deverão continuar e, quando da passagem da administração, se o saldo dessa verba deverá ser recolhido à União ou entregue a Mato Grosso; 2) se as subvenções que vêm sendo pagas a diversas sociedades beneficentes (Hospitais e colégios), permanecerão até o término da Administração do Território e o Saldo respectivo, se recolhido ao Tesouro Nacional, sendo necessário salientar que, algumas dessas obras estão sendo executadas mediante contrato e sobem a mais de cinco milhões de cruzeiros (Cr$ 5.000.000,00), uma das quais, a Usina e Serraria de Dourados, é de grande vulto;

d) — quanto aos acôrdos firmados, com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para construção de estradas, cujo plano rodoviário já foi aprovado e iniciada a sua execução; e com o Ministério da Educação, para a construção de prédios destinados a escolas, se as continuaremos executando e, ao passarmos a administração a Mato Grosso, faremos entrega dos saldos respectivos ou os devolvemos a União;

e) — quanto aos demais auxílios financeiros (Departamento Nacional da Criança e Legião Brasileira de Assistência), para diversos fins, inclusive a construção de um prédio para a Maternidade, cujas obras iriam ser iniciadas nesta semana, se as devemos paralizar, retornando as respectivas importâncias àqueles órgãos;

f) — quanto à Justiça, se a lei estabelecerá quais as Comarcas, das seis existentes, que permanecerão, a situação dos Magistrados, membros do Ministério Público e serventuários;

g) — quanto à saúde, se os sete postos existentes, hospitais subvencionados e ambulatórios, serão citados na respectiva lei como encargos à passarem ao Estado de Mato Grosso, ou deverão de logo ser fechados e suprimida a assistência financeira que lhe concede o Govêrno do Território;

h) — quanto ao ajuste de contas perante o Tribunal, se a lei prescreverá prazo fixo para a sua prestação e, se os saldos de que tratam as letras anteriores, uma vez resolvida a sua entrega a Mato Grosso, poderão figurar no ajuste como adiantamento, comprovado apenas com o recibo do órgão que a lei especificar."

Impunha-se, indiscutivelmente, como medida completiva e reguladora do dispositivo constitucional, fosse promulgada lei normativa pela qual se processasse a entrega dos Territórios extintos aos respectivos Estados dos quais haviam sido desligados, havendo memo, o Departamento do Interior e Justiça iniciado expediente nesse sentido, que não chegou a ser convertido em lei, pelo Congresso.

Com colaboração de nossa parte e para complemento dessa lei, que se impunha sob todos os motivos houvesse sido promulgada, enviamos ain-

da ao Sr. Ministro da Justiça o ofício que abaixo vai transcrito, ao qual anexamos certos ítens que poderiam ser incluidos na lei em aprêço, assegurando aos servidores dos dois territórios extintos, aproveitamento compatível com as aptidões de cada um, medida das mais justas e até a presente data ainda motivo de discussões no Congresso Nacional.

"Em 23 de setembro de 1946.

Senhor Ministro,

Tendo em vista a extinção dêste Território, de acôrdo com as Disposições Transitórias da Constituição do país, promulgada a 18 do corrente, julgo-me no dever de passar às mãos de Vossa Excelência, para a devida consideração por êsse Ministério, o esbôço de lei anexo, dispondo sôbre o aproveitamento dos servidores dêste Território.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

a) Dr. José Alves de Albuquerque
Governador.

NOTA PARA INCLUSÃO NA LEI NORMATIVA DA EXTINÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE P. PORÃ E IGUASSÚ

Art. Aos servidores dos Territórios extintos, de Ponta Porã e Iguassú, fica assegurado o aproveitamento em cargos vagos nos diversos Ministérios ou nos Territórios, levando-se em conta a especialização de cada um, o cargo ou função que exercia, em outros correspondentes ou semelhantes, respeitando-se o respectivo padrão de vencimento.

§ Único — Êsse aproveitamento será feito imediatamente após a dissolução do Quadro de servidores dos Territórios extintos, pela Divisão de Pesosal do Ministério da Justiça, a pedido ou não do servidor, e abrangerá os funcionários efetivos de cargos isolados ou de carreira, os extranumerários e os que vinham servindo a título precário, sem terem sido reajustados no respectivo Quadro e, nessa última classe, preferentemente, os especializados, que deverão ser aproveitados em cargos vagos, mesmo em Comissão, até que seja aberto concurso na respectiva carreira, nos quais serão inscritos ex-ofício.

Art. Os servidores que, ao tempo da criação dos dois Territórios extintos, pertenciam à União ou aos Estados dos quais foram desmembradas aquelas unidades, voltarão aos seus anteriores lugares, ou a outros que lhes correspondam, se assim o desejarem e mediante requerimento, contando, para todos os efeitos, o tempo de serviço prestado ao Território onde serviam.

Art. O não proveitamento do servidor, por motivo in-

A BANDA DA GUARDA TERRITORIAL MARCA A CADÊNCIA DO DESFILE.

dependente de sua vontade, importará em disponibilidade de acôrdo com a legislação vigente, para o que será levado em consideração o tempo de serviço público que houver prestado à Nação, aos Estados e aos Municípios, sob qualquer modalidade.

Art. O transporte do servidor e de sua família, para o local onde for classificado, correrá por conta da União, assegurando-se aos que serviam em cargos de provimento em Comissão, ajuda de custo que será arbitrada pelo órgão especializado do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. O servidor, enquanto não for aproveitado, ficará lotado no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em Quadro Especial, para onde serão encaminhados todos os assentamentos do pessoal pertencente aos Territórios extintos, tendo direito à passagem, sua e de sua família, de regresso ao local de onde viera."

Não nos deixamos ficar inertes ante a tragédia que se desencadeara sobre a região e o povo de Ponta Porã e, conscio de nossa obrigação, de nossa responsabilidade e do dever que nos assistia na defesa dos interêsses coletivos ali entregues à nossa guarda e administração, solicitamos a Vossa Excelência, em ofícios de números 12/PR, 13/PR, 14/PR e 15/PR, datados respectivamente de 2, 4, 5 e 6 de outubro do ano findo fossem estudadas, nos Ministérios aos quais estivessem afetos os assuntos tratados em tais ofícios, as possibilidades de passarem: ao Ministério da Agricultura, a Granja Modelo "Assis Brasil"; ao Ministério da Educação e Saúde, o Curso Normal Regional e os postos de saúde e às prefeituras a verba destinada ao Plano de Obras para 1946, dividida na proporção das construções previstas para cada municipalidade, como especificamos no capítulo sobre Obras.

Vossa Excelência, de posse desses quatro expedientes. despachou-os para os respectivos Ministérios, a fim de serem devidamente estudados, sem que entretanto, até a presente data, tenham voltado à consideração do Govêrno, já devidamente informados. Por certo, como sóe acontecer, devem estar seguindo o roteiro contumaz da burocracia, por demais acentuada em nosso País, e que requer, o quanto antes, medida restritiva, para que se possa trabalhar e produzir no interêsse de tôdos e do processo nacional.

Não havendo recebido, até o dia 20 de setembro, qualquer notícia oficial a respeito da extinção e muito menos instruções de como agir para dar cumprimento às prescrições constitucionais, enviamos vários despachos ao Ministério da Justiça , recebendo em resposta, e como orientação basilar para o processamento da entrega da administração a Mato Grosso, os seguintes telegramas:

"COV. JOSÉ ALVES DE ALBUQUERQUE — P. PORÃ RIO DF. 104406 98 — 30 12 — DIP DI/150 28/9/46 — TENHO HONRA COMUNICAR VOSSÊNCIA PARA DEVIDOS FINS DE MEDIDAS QUE SE FIFEREM MISTER TRANSMITI NESTA DATA SEGUINTE TELEGRAMA INTERVENTOR FEDERAL MATO GROSSO BIPT TENHO — HONRA SOLICITAR VOSSÊNCIA NECESSÁRIAS PROVIDÊNCIAS AFIM ESSE GOVÊRNO RECEBA AREA TERRITÓRIO DEVOLVIDA ESTADO VIRTUDE ARTIGO OITAVO ATO DISPOSIÇÕES CONSTITUINTE TRANSITÓRIAS E ASSUMA ADMINISTRAÇÃO MESMA AREA PT BENS PERTENCENTES EXTINTO TERRITÓRIO E AI LOCALIZADOS FICARÃO SOB GUARDA ÊSSE ESTADO ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO PT ROGO OUTROSSIM VOSSÊNCIA ENTRAR ENTENDIMENTO A RESPEITO GOVERNADOR TERRITÓRIO EXTINTO CONCERTANDO TODAS PROVIDÊNCIAS PARA EFETIVAÇÃO MANDAMENTO CONSTITUCIONAL PT ATS SDS CARLOS LUZ".

"CAP. DR. JOSÉ ALVES DE ALBUQUERQUE — GOV. PONTA PORÃ — RIO DF. 105806 121· 30 12 — N. DE 28/9/46 — CIRCULAR DIJ/DI/13 — ADITAMENTO TELEGRAMA DESTA DATA SOLICITO VOSSÊNCIA EM FACE EXTINÇÃO ÊSSE TERRITÓRIO SEGUINTES PROVIDÊNCIAS BIPTS 1 ORGANIZAÇÃO INVENTARIO BENS PERTENCENTES TERRITÓRIOS AFIM SER ENTREGUES GUARDA ESTADO VG MEDIANTE DEVIDO TERMO PTVG 2 ABSTENÇÃO QUALQUER ATO IMPORTE DESPESA NOVA VG PESSOAL VG MATERIAL E OBRAS PTVG 3 REALIZAÇÃO PAGAMENTO PESSOAL EXISTENTE RESPEITADO RIGOROSAMENTE SITUAÇÃO EM QUE SE ACHAM 18 SETEMBRO E CONDUÇÃO FATO SERVIÇOS TERRITÓRIOS ATE QUE SE EFETIVE TRANSFERÊNCIA ADMINISTRAÇÃO AO ESTADO PTGV 4 EXAME COM AUTORIDADES ESTADUAIS COMPETENTE APROVEITAMENTO SERVIDORES TERRITORIAIS E QUAIS SERVIÇOS SERÃO MANTIDOS PTGV ADOÇÃO MEDIDAS SUA ALÇADA E PROPOSTA OUTRAS JULGADAS NECESSÁRIAS EXECUÇÃO MANDAMENTO CONSTITUIÇÃO PT SDS CARLOS LUZ".

Fizemos iniciar, de logo, o inventário geral, que só poude ser concluido a 13 de novembro, em virtude dos vários deslocamentos de membros da Comissão nomeada para êste fim, pelo interior do Território, nos diversos postos de guardas e postos de saúde, nas escolas isoladas, situadas em lugares muito afastados, na Usina e Serraria de Dourados, no Depósito de Maracajú e

em todos os pontos onde se encontravam bens da União.

Na mesma data, enviamos à interventoria de Mato Grosso, o telegrama do seguinte teor:

"URGENTE — EXMO. SNR. DOUTOR MARCELO MOREIRA INTERVENTOR FEDERAL MATO GROSSO — CUIABÁ — 80/GE — 13/11/46 — HAVENDO CONCLUIDO TRABALHOS INVENTARIO BENS PERTENCENTES EXTINTO TERRITÓRIO PONTA PORÃ VG E DE ACÔRDO INSTRUÇÕES RECEBIDAS MINISTÉRIO JUSTIÇA VG SOLICITO FINEZA VOSSA EXCELÊNCIA DESIGNAR COMISSÃO FIM ÊSSE ESTADO RECEBER REFERIDOS BENS PT OUTROSSIM VG CONFORME MENCIONADAS INSTRUÇÕES MINISTÉRIO JUSTIÇA VG TAMBEM TRANSMITIDAS A ÊSSE GOVÊRNO VG ENCARECO VOSSA EXELÊNCIA TOMAR NECESSÁRIAS PROVIDÊNCIAS SENTIDO ÊSSE ESTADO ASSUMIR MAIS BREVE POSSIVEL ADMINISTRAÇÃO AREA CORRESPONDENTE EXTINTO TERRITÓRIO VG DE VEZ NECESSITO ENCERRAR ADMINISTRACÃO E PREPARAR CORRENTE EXERCICIO PT CASO NÃO SEJA POSSIVEL VG DE LOGO VG DESIGNAR TOTALMENTE COMISSÃO VG PODERIA FÔSSE AO MENOS DESTACADO UM DOS MEMBROS PARA VIR DESDE JÁ RECEBENDO MATERIAL VG SERVIÇO QUE VG DADAS DISTÂNCIAS TERRITÓRIO VG DEMANDARÁ GRANDE TEMPO PT MUITO PENHORADO FICAREI PROVIDÊNCIAS TOMAR RESPEITO VG PEDINDO RESPOSTA URGENTE PT ATS SDS. DR. JOSÉ ALVES DE ALBUQUERQUE GOVERNADOR TERRITÓRIO".

Em resposta, recebemos de S. Excia. o despacho que aqui consignamos ,pelo qual se verifica não ter sido possivel a Mato Grosso entrar na posse da área da unidade extinta, já decorridos dois meses após a promulgação da Constituição:

"CUIABÁ — 19/11/46 — DR. JOSÉ ALVES ALBUQUERQUE — PONTA PORÃ — AGRADECENDO CORDIALMENTE TERMO SEU TELEGRAMA 13 CORRENTE COMUNICO V. EXCIA. TER REMETIDO MINISTRO JUSTIÇA VG AFIM SER APROVADO PELO SR. PTE. DA REPÚBLICA VG PROJETO DECRETO ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA JUDICIAL CONSEQUÊNCIA EXTINÇÃO ESSE TERRITÓRIO PT NESTAS CONDIÇÕES VG ESPERO DENTRO POUCOS DIAS PODER TOMAR TODAS PROVIDÊNCIAS EXERCICIO JURISDIÇÃO ATRIBUIDA ESTA INTERVENTORIA EM VIRTUDE INCORPORAÇÃO PT QUANTO CONSULTA PREFEITO MARACAJU VG OBJETO SEU TELEGRAMA 18 VG ROGO TRANSMITIR AQUELA AUTORIDADE MEU PEDIDO PERMANECER CARGO ATÉ APROVAÇÃO PROJETO REFERIDO PT COM ENSEJO VG APRAZ-ME MANIFESTAR VOSSA EXCIA. EXPRESSÕES MEU SINGERO PROPOSITO CORDIALIDADE ATS SDS. JOSÉ MARCELO MOREIRA INTERVENTOR FEDERAL".

Enquanto aguardávamos a Comissão de Mato Grosso, íamos reduzindo os encargos administrativos na medida do possivel, mantendo os serviços inadiáveis e prosseguindo com as obras para as quais dispunhamos de verba, sendo oportuno mencionar que, dessas obras, chegaram a ser concluidas, já depois de extinto o Território, as seguintes:

Ponte de Madeira sôbre o rio Brilhante, entre Maracajú e Caiuas, Cr$ 185.538,30; ponte de madeira sôbre o rio Dourados, em Porto Souza, Cr$ 210.120,50; escola pública em Hervânia, Cr$ 135.857,00; escolas de Jaguaperú no município de Dourados, Cr$ 44.005.20 escolas de Iguatemi, inclusive casa do professor ..... Cr$50.000.00; escola de Santa Luzia, ... Cr$ 37.000,00; Pavilhões em ampliação ao Hospital Santa Izabel, para enfermeiras e aparelhagem de Raios X, Cr$ 169.000,00; Obras na Granja Modelo — um estábulo, Cr$ 87.000,00; um aviário grande, Cr$ 49.903,60, três aviários pequenos, Cr$ 26.073,00; um prédio para deposito de maquinas, Cr$ 49.912,00; açude para criação de peixes, Cr$ 10.730,00; 4,475 metros de aramado em volta da área da Grania, roçados e preparo do terreno, Cr$ 13.360,00, aramado e estaqueamento de um paneiral, Cr$ 5.188,60; reparos na estrada entre Ponta Porã e Bela Vista, Cr$ 39.080,00; pontilhão de madeira sôbre o rio Capi, Cr$ 9.000,00; ponte sôbre o rio Verde, Cr$ 37.569,00; reparos na ponte sobre o rio Emboscada, Cr$ 19.541.00; reparos na ponte sôbre o rio Amambaí, Cr$ 4.625,00; reparos na ponte sôbre o rio Pandui, Cr$ 20.148,00 e ponte sôbre o rio Guaviral, Cr$ 50.000,00.

Aproximando-se, entretanto, o final do exercicio financeiro, trocamos com a administração de Mato Grosso, o expediente que fazemos transcrever como prova de nossa atuação para que se cumprisse, sem mais delongas, o que fôra estabelecido no adendo à Constituição:

"DOUTOR ARQUIMEDES LIMA — SECRETARIO AGRICULTURA — CUIABÁ — MATO GROSSO — 88/GE 3 12 46 AGRADECENDO SEU TELEGRAMA 192 VG DATADO 29 MÊS PASSADO VG ESCLARECO MEU INTERESSE

É VER ESTADO MATO GROSSO VIR LOGO RECEBER BENS E ADMINISTRAÇÃO EXTINTO TERRITORIO DE VEZ APROXIMA-SE CADA VEZ MAIS FIM PRESENTE EXERCICIO VG QUANDO ME VEREI OBRIGADO ENCERRAR TÊDAS ATIVIDADES VG POR FALTA RECURSOS FINANCEIROS PT CORDIAIS SAUDAÇÕES JOSÉ ALVES DE ALBUQUERQUE — GOVERNADOR".

"CUIABÁ — DR. JOSÉ ALVES DE ALBUQUERQUE PONTA PORÃ — O. G. 196 DE 9/12/46 COMPREENDO JUSTIFICO SUA ANSIEDADE FASE ENTREGA BENS E ADMINISTRAÇÃO EXTINTO TERRITORIO PT INTERVENTOR AGUARDA PARA MANDAR EFETUAR RECEBIMENTO APENAS APROVAÇÃO POR PARTE PRESIDENTE REPUBLICA LEI QUE RESTABELECE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA JUDICIARIA EXTINTO TERRITORIO ATRAVES CUJAS AUTORIDADES GOVERNO TERÁ POR SUA VEZ RESTABELECIDA JURISDIÇÃO SOBRE ESSA REGIÃO PT SDS. ARQUIMEDES LIMA — SECRETARIO AGRICULTURA".

A essa altura, justamente apreensivo com a situação caótica e embaraçosa que se nos apresentava, enviamos a Vossa Excelência o telegrama de n.º 26/PR, fazendo seguir ao mesmo tempo, para esta Capital, o Secretário Geral, com o fim de expôr ao Govêrno, pessoalmente, têdas as dificuldades resultantes da protelação na entrega a Mato Grosso e ao mesmo tempo solicitar providências indispensáveis à consecução de numerário suficiente para fazer face às despesas com o pessoal, já de si reduzido ao extritamente necessário, durante o mês de janeiro do corrente ano.

Sanada a dificuldade que a administração matogrossense apresentou como causa para o retardo na assunção dos encargos na área do antigo Território e após diversos entendimentos no Ministério da Justica, decorrentes das instrucões diretas de Vossa Excelência, firmou-se em Ponta Porã, a 6 do corrente mês, o documento de passagem de responsabilidades, em escritura pública, lavrada no Cartório do 1.º Ofício daquela cidade, comparecendo, como representantes do Ministério da Justiça e da Interventoria de Mato Grosso, os Senhores Drs. Floriano Reis e Arquimedes Lima, respectivamente.

Antes, de acôrdo com as instruções que nos foram transmitidas pelo Ministério da Justiça, haviamos transferido às prefeituras todos os bens móveis e imóveis que se encontravam em cada município, inclusive as obras em construção, como medida preliminar do ato da entrega.

Êsses bens, segundo consta do acôrdo a que já aludimos, passarão a fazer parte do acêrvo de Mato Grosso, mediante indenização futura aos cofres da União, com exclusão dos que, por ordem de Vossa Excelência, foram transferidos ao Território do Acre e ao Exército, conforme consta dos têrmos de entrega que fazemos anexar a êste documento.

O inventário geral oferece, em resumo, o seguinte resultado, nos diversos setores de que se compunha a administração:

TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ

(Inventário)

RESUMO

I — BENS MÓVEIS

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	Cr$	Cr$	Cr$
Administração	79.983,90		
Almoxarifado	164.264,30		
Depósito Geral	475.298,70		
Depósito de Maracajú	74.707,60	794.254,50	
DIVISÃO DE PRODUÇÃO, TERRAS E COLONIZAÇÃO			
Administração	111.438,90		
Uzina e Serraria de Dourados	1.532.600,60		
Horto Florestal de Dourados	48.338,60		
Cranja Modêlo "Assis Brasil"	120.629,00	1.813.007,10	

IMPRENSA OFICIAL				
Imprensa Oficial			191.447,00	
DIVISÃO DE SAÚDE				
Administração		141.904,70		
Pôstos de higiêne		24.153,40	166.058,10	
PALÁCIO DO GOVÊRNO				
Palácio e residência do Governador			106.186,10	
SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA				
Administração			27.588,40	
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO				
Administração		44.824,50		
Curso Normal Regional "Princesa Izabel"		37.252,70		
Grupos Escolares, Esolas Reunidas e Isoladas		207.742,00	289.819,20	
DIVISÃO DE SEGURANÇA E GUARDA				
Administração		1.201.949,10		
	Cr$			
Almoxarifado	334.978,90			
Comando da Guarda	175.564,30			
Delegacia de Polícia	44.423,80			
Serviço de Aprovisionamento	12.880,60			
Carpintaria	5.268,90			
Serviço Rádio-Comunicação	35.308,30			
Serviço de Identificação	6.946,50			
Destacamentos e Pôstos	446.076,90	1.061.448,20	2.263.397,30	
Material em viagem e em depósito D.I.C. — Rio			89.112,50	5.740.870,20
II — BENS IMÓVEIS				
Imóveis adquiridos e construidos			4.099.381,30	
Obras em construção			2.392.233,50	6.491.614,80
SOMA				12.232.485,00
Bens de servidão pública				4.620.492,70
TOTAL				16.852.977,70

Ponta Porã, 31 de Dezembro de 1946.

TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTO PORÃ

Relação dos imóveis adquiridos e construidos pelo Govêrno do Território Federal de Ponta Porã

N.º de ordem	Descriminação dos Imóveis	Valôr do imóvel	Valôr da ampliação ou adaptação	Valôr total	Observações
1	Prédio onde funciona a Guarda Territorial, de alvenaria de tijolos coberto de telhas e parte de zinco, com ampliação feita pelo Govêrno do Território	403.000,00	450.000,00	853.000,00	Ponta Porã
2	Hospital "Santa Izabel" de alvenaria de tijolos a coberto de telha e construido pelo Govêrno Federal e ampliado pelo Govêrno do Território	350.000,00	169.000,00	519.000,00	Ponta Porã
3	Grupo Escolar "Mendes Gonçalves" de tijolos, coberto de telhas doado pela Cia. Mate Laranjeira ao Govêrno de Mato Grosso e ampliado pelo Govêrno do Território	370.000,00	274.000,00	644.000,00	Ponta Porã
4	Escola de duas salas de aula, de alvenaria de tijolos e coberta de telha na Colônia Penzo	197.765,38	—	197.765,38	Ponta Porã
5	Casa para professor na Colônia Penzo, de alvenaria de tijolos e coberta de telhas	74.931,55	—	74.931,55	Ponta Porã
6	Escola de duas salas de aula em Hervânia, de alvenaria de tijolos, coberta de telhas	135.857,04	—	135.857,04	Maracajú
7	Prédio da Cadeia Pública em Maracajú, de alvenaria de tijolos, coberto de telhas	155.937,80	—	155.937,80	Maracajú
8	Escola de duas salas de aula com residência para professor, em Picadinha, de alvenaria de tijolos coberta de telhas	149.464,24	—	149.464,24	Dourados
9	Prédio onde funciona a séde do Govêrno, de alvenaria de tijolos, coberto de telhas	140.000,00	25.000,00	165.000,00	Ponta Porã
10	Prédio de residência do Governador de alvenaria de tijolos, coberto de telhas	149.080,00	—	149.080,00	Ponta Porã
11	Prédio onde funciona o Curso Normal Regional construido de madeira coberto de telhas	90.000,00	—	90.000,00	Ponta Porã
12	Prédio para depósito de materiais em Maracajú, de alvenaria de tijolos coberto de telhas	91.456,70	—	91.456,70	Maracajú
13	Barracão da Serraria de Dourados, de estrutura de concreto com cobertura metálica e telhas de eternite e máquinas	550.000,00	—	550.000,00	Dourados
14	Prédio de residência do encarregado das obras da serraria e usina de Dourados, de madeira, coberto de telhas de eternite	40.000,00	—	40.000,00	Dourados

N.º de ordem	Descriminação dos Imóveis	Valôr do imóvel	Valôr da ampliação ou adaptação	Valôr total	Observações
15	Prédio para Depósito de máquinas agrícolas da Granja Modêlo "Assis Brasil", construido de alvenaria de tijolos e coberto de telhas	49.912,00	—	49.912,00	Ponta Porã
16	Estábulo da Granja Modêlo "Assis Brasil" de alvenaria coberto de telhas	87.000,00	—	87.000,00	Ponta Porã
17	Aviário para 500 poedeiras na Granja Modêlo "Assis Brasil", de tijolos e coberto de telhas ..	49.903,60	—	49.903,60	Ponta Porã
18	3 Galinheiros para reprodução, na Granja Modêlo "Assis Brasil", de tijolos cobertos de telhas	26.073,00	—	26.073,00	Ponta Porã
19	Prédio onde funciona a Delegacia de Polícia, de tijolos coberto de zinco e divisão de tabique de madeira	50.000,00	6.000,00	56.000,00	Ponta Porã
20	Garage de madeira da Delegacia de Polícia	15.000,00	—	15.000,00	Ponta Porã
		3.175.381,31	924.000,00	4.099.381,31	

É de máxima justiça pormos em relêvo a valiosa colaboração que encontramos no Gabinete do Sr. Ministro da Justiça e no Departamento do Interior e Justiça do referido Ministério, não sómente no decurso de nossa administração como, e principalmente, na fase por demais sombria que se seguiu à extinção, até a data em que foi firmado o histórico documento, sôbre o qual já nos referimos anteriormente.

Da mesma forma, é-nos de muito agrado trazer ao conhecimento de Vossa Excelência que a atuação da interventoria de Mato Grosso, sob o invulgar descortino do Sr. Dr. João Marcelo Moreira, auxiliado diretamente pelo Dr. Arquimedes Lima, seu representante no ato da entrega, foi a mais conciliatória possivel, procurando diminuir, tanto quanto as circunstâncias o permitissem, o estado de inquietude da população, tomando providências para que as escolas continuassem a funcionar no ano em curso, determinando que certos bens ficassem entregues às prefeituras onde se achassem, para seus diversos misteres, recomendando que o Hospital de Santa Izabel continuasse em funcionamento aguardando a subvenção do Estado, mantendo os guardas que ainda se encontravam ecalados nos diversos postos chaves e nas sedes dos municípios e criando, em Ponta Porã, uma Delegacia Especial, com atribuições para agir em tôda a área que constituia, antes, o Território agora extinto.

Somos sabedores de que a atual administração de Mato Grosso acaba de programar proveitosas medidas para serem postas em prática na região em causa, tôdas elas objetivndo a continuidade de certos serviços que deixamos iniciados e concatenados, para o que, entretanto, se torna indispensável a colaboração e o auxílio do Poder Central, que não faltará, por certo, como consequência lógica do conhecimento real que Vossa Excelência tem dos problemas nacionais.

DEPÓSITO DE MATERIAL, EM MARACAJÚ, NA PONTA DE TRILHOS DA NOROESTE

CONSTRUÇÃO DE CASAS PARA AS FAMÍLIAS DE DOIS EXPEDICIONÁRIOS DE PONTA PORÃ, FALECIDOS NA CAMPANHA DA EUROPA.

(Obras levadas a efeito com o auxílio do povo, do Exército e do Govêrno do Território).

PRÉDIO RESIDENCIAL, EM PONTA PORÃ.

MODERNA RESIDÊNCIA, EM PONTA PORÃ.

CONCLUSÃO

Ao terminar o relato de como se houve, de 1944 a esta data, a administração do Território Federal de Ponta Porã, é-me oportuno salientar a valiosa e dedicada colaboração de tôdos os auxiliares diretos do Govêrno, Secretário Geral, Diretores e Chefes de Seções, incansáveis que foram no desenvolvimento e execução dos programas cometidos a cada um, indiferentes ao desconforto, às deficiências do meio em que atuavam, antevisando apenas o cumprimento do dever, o progresso daquela região, a grandeza do Brasil. Os funcionários subalternos, a despeito da situação de absoluta instabilidade em que se achavam antes da criação do respectivo Quadro, não mediram sacrifícios para se igualarem a seus chefes na compreensão nítida de suas responsabilidades inerentes a cada cargo ou função, sendo da mais lídima justiça, Excelência, o amparo que se pretende dar a êsses humildes servidores, ainda em estudo nas comissões técnicas do Parlamento.

Para que possa o Govêrno de Vossa Excelência capacitar-se, em suas minúcias, da situação em que ficou a região que vimos de entregar ao Estado de Mato Grosso, fazemos anexar em volumes separados, tôdos os Relatórios que nos foram apresentados pelo Secretário Geral e Diretores das Divisões e Serviços, nos quais são pormenorizadamente detalhados os vários assuntos relacionados aos complexos problemas que, na unidade extinta, foram equacionados e resolvidos em grande parte

As considerações de ordem administrativa por nós esplanadas nos diversos capítulos que constituem êste Relatório, encerram observações visuais e objetivam merecer do Govêrno as providências indispensáveis ao bem público, levando ao povo ordeiro e laborioso daquela região, como lenitivo ao desastre que acaba de sofrer com a extinção do Território, o conforto moral e material, que se traduz pela assistência efetiva do poder público, principalmente nos setores educacional e sanitário.

Durante os meses em que estivemos à frente da administração, à qual fomos levado ela confiança de Vossa Excelência, não nos faltou o amparo sempre oportuno por parte do Govêrno Central, fator máximo que foi na execução do programa que nos traçamos, graças à superior diretriz emanada de sua larga visão do panorama sócio-político e administrativo nacional, cabendo-nos consignar aquí os nossos sinceros agradecimentos pelo apoio moral e material com que sempre nos honrou o ilustre Chefe da Nação.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1947.

José Alves de Albuquerque

ÍNDICE DOS CAPÍTULOS

ÍNDICE DOS CAPÍTULOS

	Páginas
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ	3
A CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO	6
O PLANO QUINQUENAL DE OBRAS E EQUIPAMENTOS. A SUA EXECUÇÃO	9
Programas de obras para o ano de 1945	11
Programas de obras para o ano de 1946	11
Programas de obras para o ano de 1947	12
Programas de obras para o ano de 1948	13
Programas de obras para o ano de 1949	13
PLANO RODOVIÁRIO. — SUA EXECUÇÃO	14
PLANO URBANISTICO. — SUA EXECUÇÃO	21
EDUCAÇÃO	25
Inspetorias Escolares	28
Educação de Adultos	34
Curso Normal Regional	36
Quadro demonstrativo da Despesa Média efetuada, mensalmente	42
Divisão de Educação — Resumo Geral	43
SAÚDE	44
DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO	58
Quadro demonstrativo dos Produtos Químicos, Biológicos e Artigos de uso Veterinário, remetidos às dependências localisadas em Bela Vista e Ponta Porã, Território Federal de Ponta Porã, durante o ano de 1945	65
Movimento de Revenda de Produtos Biológicos e Artigos Veterinários, nos mêses de Janeiro e Outubro de 1946	66
Quadro Demonstrativo das Doenças Verificadas e Vacinações Realisadas, no Território Federal de Ponta Porã, no ano de 1945	69
Quadro Demonstrativo das Doenças Verificadas e Vacinações Realizadas, no Território de Ponta Porã, no ano de 1946 (exceto Novembro e Dezembro	71
Trigo	75
Cana de Açucar	77
Conservação de Florestas	78
Indústria extrativa mineral	79

Páginas

TERRAS — COLONIZAÇÃO 79
Colónia Agrícola Federal 83
Imigração 85
OBRAS 85
Quadro Demonstrativo das Obras iniciadas, concluidas e por concluir, no Território Federal de Ponta Porã, no período de fins de 1944 a 31 de Dezembro de 1945 88
Usina Termo-Elétrica 92
Sub-estação 92
Serraria 92
Carpintaria 95
Oficina mecânica 95
SEGURANÇA 104
Organização 106
Delegacia Especial 106
Delegacia Auxiliar 107
Delegacias de Polícia 110
Diminuição da criminalidade 110
Relação do efetivo da Guarda Territorial, com descriminação dos destacamentos e postos — Ano de 1946 111
GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA 116
Dados sôbre os inquéritos cujos formulários foram criticados e apurados pelo Serviço de Geografia e Estatística 118
Pedidos feitos ao Serviço de Geografia e Estatística 120
ADMINISTRAÇÃO 119
Organograma dos serviços internos da Secretaria Geral 123
As atividades desenvolvidas pelo Secretário Geral, nas substituições ao Governador 125
Providências tomadas na Capital Federal, pelo Secretário, por delegação 125
Imprensa oficial 126
Balanço relativo ao ano de 1946 128
Os Municípios do Território 128
Quadro demonstrativo da situação demográfica, territorial e econômica dos sete municípios que constituem o Território ... 129
Serviço de Administração Geral 133
Sub-divisões internas do Serviço de Administração Geral 134
Demonstração do total de folhas de pagamento confecionadas pela seção do pessoal, no período de Janeiro a Setembro de 1946 137
Demonstração das despesas realizadas pela verba Pessoal, de Janeiro a Dezembro de 1946 139
Seção do Material 145
Quadro demonstrativo dos fornecimentos feitos pela secção do material às diversas Repartições do Território, de Janeiro a Dezembro de 1946 146
Seção de Contabilidade 147
Mapa demonstrativo correspondente às quantias propostas do govêrno e dos créditos orçamentários 148

Páginas

Demonstração Geral do movimento de todas as verbas atribuidas ao Território, no orçamento da União, no período de 1944 a 1946, com especificação dos saldos em seus totais 151
Despesa realizada 153
Créditos distribuidos às repartições em 1945-46 (Pessoal e Material) 155
Verba Serviços e Encargos 156
PODER JUDICIÁRIO 157
POLÍTICA INTERNACIONAL — INTERCÂMBIO COM A FRONTEIRA COM O PARAGUAI 157
Quadro da Divisão Territorial Administrativa e Judiciária do Território Federal de Ponta-Porã, para o período de 1945 a 1948 158
Relação das extensões dos diferentes trechos da fronteira com o Paraguai 162
VISITANTES ILUSTRES 164
EXTINÇÃO DO TERRITÓRIO — ENTREGA A MATO GROSSO 165
Inventário do Território Federal de Ponta Porã 175
Relação dos Imóveis adquiridos e construidos pelo Govêrno do Território Federal de Ponta Porã 177
CONCLUSÃO 182

ÍNDICE DAS GRAVURAS

ÍNDICE DAS GRAVURAS

Páginas

Palacio do Govêrno 5
O Governador ladeado de seu secretariado 6
Plainadeira empregada no serviço de estradas 15
Um dos acampamentos do serviço de estradas 15
Operários e veículos empregados no serviço de movimentação de terra, na abertura de estradas 16
Duas épocas: estrada feita pelas carretas e estrada aberta por máquinas 17
Abertura da estrada Ponta-Porã — Amambaí (Acôrdo com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem) 18
Detalhe da estrada Ponta Porã — Amambaí 18
Outro trecho da estrada Ponta Porã — Amambaí 19
Um dos boeiros de concreto 19
Atêrro de acesso à ponte sôbre o rio Brilhante, entre Maracajú e Caniás 20
Trecho da Estrada de Dourados a Maracajú 20
Planta cadastral de Ponta Porã. Território Federal de Ponta Porã 22
Tipo de escola de pau a pique, nas cercanias de Dourados, em Jaguaperú 27
Duas épocas: a escola de pau a pique — vinda de Mato Grosso e a escola de material, que surge — construção do Território 27
Os alunos da escola de Jaguaperú, ladeados pelo secretário geral, posam em frente à nova escola, que foi construida em menos de três mêses 28
A escola de Jaguaperú, na fase final de construção. (Acôrdo com o Ministério da Educação) 29
O preparo da horta escolar, no Grupo "Mendes Gonçalves" 30
Aula ao ar livre (Lições de coisas) 31
O Colégio São José, em Ponta Porã, assiste à missa solene de Sete de Setembro 32
A prática da ginástica ao ar livre 32
E assim se prepara o homem de amanhã para o porvir da pátria 33
Exposição dos trabalhos manuais executados pelos alunos do grupo "Mendes Gonçalves" 34
Fim do ano letivo de 1946 — Trabalhos manuais do Colégio Paroquial São José, em Ponta Porã 35
Curso Normal Regional — Prédio de madeira adaptado 36
Prova parcial do Curso Normal Regional 37
Solenidade do encerramento do ano letivo do Curso Normal Regional — Dezembro de 1946 37

Páginas

A confortável escola de Picadinha (Plano de obras e equipamento) 38
Escola de Vista Alegre — Município de Maracajú 39
Outra escola que surge, substituindo pardieiros antihigiénicos, agora em Nunca Te Vi, município de Bela Vista (Acôrdo com o Ministério de Educação) 40
Grupo Escolar Mendes Gonçalves — em Ponta Porã 41
Hospital Santa Izabel, em Ponta Porã 48
Ampliação do Hospital Santa Izabel (Pavilhão para a aparelhagem de Raios X) 49
Ampliação do Hospital Santa Izabel (Pavilhão destinado às irmãs de caridade) 49
Moderna sala de operações do Hospital Santa Izabel 50
Moderna aparelhagem de Raios X do Hospital Santa Izabel 51
Outro detalhe de sala de radioterapia 52
Parte do refeitório do hospital 52
Cozinha do Hospital 53
Início da construção do pavilhão de isolamento, anéxo ao Hospital Santa Izabel 54
Outro detalhe da construção do pavilhão de isolamento para doenças contagiosas 54
Início da construção do pavilhão da maternidade e bloco cirúrgico, anéxo ao Hospital .. 55
Construção do Posto de Puericultura — lage de concreto 56
Parte do Laboratório de Análise, da Divisão de Saúde 57
Oficiais da Missão Brasileiro-Americana, em visita ao Hospital 58
Serviço de Defesa Sanitária Animal — Laboratório (Colaboração com o Ministério da Agricultura) 62
Vacinação contra a aftosa, no interior do Território 63
Granja Modêlo Assis Brasil — Entrada principal em fase final de construção 63
Casa das máquinas, em construção — Granja Modêlo Assis Brasil 64
Detalhe de uma das construções na Granja Modêlo 67
A casa das máquinas, na Granja Modêlo, após terminada a construção 67
Construção de um estábulo para ordenha — Granja Modêlo Assis Brasil 68
Outro detalhe da construção do estábulo 68
Construção do estábulo — Fase de cobertura 72
O estábulo após concluida a construção — Granja Modêlo Assis Brasil 73
Aviário para reprodução — Granja Modêlo 74
Pequenos aviários para poedeiras — Granja Modêlo 74
Construção de um açude para piscicultura — Granja Modêlo 76
Detalhe do Açude depois de concluido 76
Parreiral — Granja Modêlo Assis Brasil 77
Outro detalhe do Parreiral 78
Arrozal — Granja Modêlo Assis Brasil 80
Colheita de batata — Granja Modêlo 81
Usina termo-elétrica de Dourados — Pavilhão da Serraria e Carpintaria 90
O pavilhão da Serraria de Dourados visto de frente 90
O mesmo pavilhão visto de lado 91
Esta caldeira tornou-se célebre: extinto o Território achava-se ela ainda em Maracajú, ponta de trilhos da Noroeste, esperando transporte para Dourados. O povo, com receio de que fosse dado outro destino à caldeira, foi buscá-la, para o que reuniu em um só, dois caminhões e a Caldeira chegou ao seu destino — a Usina de Dourados 91
A Serraria em pleno funcionamento, dando prova indiscutível do progresso da Região .. 93
Outro detalhe da Serraria, tirado por ocasião da visita do Secretário Geral às obras da usina 93
Detalhe da montagem de máquinas na serraria 94

Páginas

O pavilhão da usina termo-elétrica, em construção ao lado da Serraria 94
Casa de residência do administrador das obras. Toros de arneira para a serraria 96
Ponte sôbre o rio Dourados, no Passo de Torraca 97
Ponte sôbre o rio Cachoeira 98
Construção da ponte sôbre o rio Dourados, em Porto Souza 99
Início do assoalhamento da ponte em Porto Souza 101
O Secretário Geral em inspeção ao serviço de construção de pontes 101
A ponte branca, em Porto Souza, vista do alto 102
Início dos trabalhos de ampliação do Grupo Escolar Mendes Gonçalves 105
Detalhe dos trabalhos de ampliação 105
As obras de ampliação do Grupo, em franco andamento 106
O prédio onde funcionava a Divisão de Segurança e Guarda, em fase final de ampliação 107
O prédio da Divisão de Segurança e Guarda, depois de concluidos os trabalhos de ampliação 108
Posto médico da Guarda. Na fotografia, o Governador do Território, Dr. José Alves de Albuquerque, acompanhado do Governador do Território do Acre, Major José Guiomar dos Santos 109
Parlatório da Cadeia Pública, em Ponta Porã 109
Dormitório dos presos 112
Gabinetes sanitários dos presos 112
Detalhe de um dos dormitórios da Guarda Territorial 113
A Guarda Territorial desfilando em uma das ruas de Ponta Porã 113
Séde do Destacamento da Guarda e Cadeia Pública em Maracajú 114
Triste recordação dos tempos dos Silvino Jaques, Baianinhos, e outros bandoleiros que infestavam a região, antes da criação do Território. Ai uma família inteira chacinada 115
O representante da Ordem, naquela época, sem recursos em homens e em material para reprimir, severamente, o banditismo, apenas constata e anota mais um crime 116
Assim era a vida, ou melhor, a morte, antes da criação do Teritório. Voltaremos a essa situação, novamente?... O tempo o dirá! 117
Imprensa Oficial — Oficina Gráfica 127
O Governador reune, em Ponta Porã, todos os prefeitos para elaboração e discussão dos Códigos Tributários das Municipalidades do Território 131
O Governador em uma de suas visitas ao interior. Aqui em Murtinho, em frente ao quartel da guarnição federal 132
Em Murtinho, na séde da Florestal, S. A. — Vê-se a locomotiva que fazia o serviço de Transporte do Quebrado 133
O povo de Ponta Porã vibrou quando da elevação da cidade à categoria de capital do Território 159
Brasileiros e Paraguaios festejam, irmanados pelo mesmo ideal de progresso da zona fronteira, o acontecimento 160
Êsse marco monumental, situado ao norte das cidades de Ponta Porã, brasileira e Pedro Juan Caballero, paraguaia, antes de separar une os dois paises, apenas fixando jurisdições. Vê-se o governador, acompanhado de representantes do Ministério da Justiça, por ocasião da entrega do Território extinto, a Mato Grosso 161
O imponente Salto das Sete Quedas, limite natural entre o Brasil e o Paraguai 163
Quanta fôrça In natura a espera de ser aproveitada como fator de progresso, nas usinas e nas fábricas 163

Páginas

As águas do Paraná, espumante, descem do planalto em muitos degráus, oferecendo quadros impressionantes e magestosos 164
Autoridades civís e militares recebem, no aeroporto local, a missão Anglo-Americana 165
Parada de Sete de Setembro — O 11 R. I. inícia o imponente desfile na Avenida Internacional 166
O comandante do destacamento, faz a continência do estilo, às autoridades civís e militares, que se achavam no palanque oficial 167
A guarda territorial, nêsse dia, marcha garbosa 168
A mocidade, esperança da pátria, no porvir, desfila impávida pelas ruas da cidade 169
... E os atletas, garbosamente, se associam às festividades da nossa maior data 170
Outro detalhe do desfile das associações esportivas 171
A banda da Guarda Teritorial marca a cadência do desfile 172
Depósito de material, em Maracajú, na ponta de trilhos no Oeste 179
Construção de casas para as famílias dos expedicionários de Ponta Porã, falecidos na campanha da Europa. (Obras levadas a efeito com auxílio do povo, do Exercito e do Govêrno do Território) 179
Prédio residencial, em Ponta Porã 180
Moderna residência, em Ponta Porã 181

Gráfica
Laemmert
Limitada

Rua Carlos de Carvalho, 48
RIO DE JANEIRO

D. A.
19538
COM.
PORT.

Êste livro deve ser devolvido na última data carimbada

2706-48

353.98174
~~K548~~

Ponta Porã(territorio). Governadores
AUTOR

Relatorio de 1944, 1945, 1946
TÍTULO

Êste livro deve ser devolvido na última data carimbada

2706-48